

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

TIAGO OLIVEIRA SILVA

**Sobradão do Porto:
um estudo de tombamento e restauro em Ubatuba**

São Paulo
2019

TIAGO OLIVEIRA SILVA

Sobradão do Porto: um estudo de tombamento e restauro em Ubatuba.

Versão Original

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), como requisito para obtenção do diploma.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Silva, Tiago Oliveira

Sobradão do Porto: um estudo de tombamento e restauro na cidade de Ubatuba / Tiago Oliveira Silva; orientadora, Beatriz Mugayar Kühl. – São Paulo, 2019. 155 f.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

1. Edifícios Residenciais – Ubatuba. 2. Arquitetura Neoclássica – Brasil. 3. Tombamento (Patrimônio). 4. História da Arquitetura – Brasil. I. Kühl, Beatriz Mugayar, oriente. II. Título.

Nome: SILVA, Tiago Oliveira

Título: Sobradão do Porto

Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo
apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo (FAUUSP), como requisito para
obtenção do diploma.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl

Instituição: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Julgamento:

Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Instituição: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Julgamento:

Profa. Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro

Instituição: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Julgamento:

AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro, Alexandre César Santos Moreira, que me apoiou durante a elaboração desse trabalho.

Aos amigos que ouviram e opinaram, positivamente, quando apareceram algumas dúvidas.

À Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba que autorizou minha entrada ao edifício, objeto desse trabalho, mesmo quando o edifício se encontrava em obras de restauração; e pelos documentos disponibilizados.

À Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl, pela orientação na abordagem alternativa sobre o objeto desse trabalho.

À Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, pelas críticas positivas apresentadas nas aulas da disciplina de Trabalho Final de Graduação.

Agradeço, por fim, a meus familiares que tanto me apoiam nessa jornada, principalmente minha irmã, que ajudou a corrigir o texto do trabalho

Eu estava esparramado na rede/ Jeca urbanoide de papo pro ar/ Me bateu a pergunta, meio a esmo: Na verdade, o Brasil o que será?/ O Brasil é o homem que tem sede/ Ou quem vive da seca do sertão?/ Ou será que o Brasil dos dois é o mesmo/ O que vai e o que vem na contramão?/ O Brasil é um caboclo sem dinheiro/ Procurando o doutor nalgum lugar/ Ou será o professor Darcy Ribeiro/ Que fugiu do hospital para se tratar?/ A gente é torto, igual/ Garrincha e Aleijadinho.../ Ninguém precisa consertar/ Se não der certo, a gente se vira sozinho/ Decerto, então, nunca vai dar/ O Brasil é o que tem talher de prata/ Ou aquele que só come com a mão?/ Ou será que o brasil é o que não come/ O Brasil gordo na contradição?/ O Brasil que bate tambor de lata/ Ou que bate carteira na estação?/ O Brasil é o lixo que consome/ Ou tem nele o maná da criação?/ O Brasil, Mauro Silva, Dunga e Zinho/ Que é Brasil zero a zero e campeão/ Ou o Brasil que parou pelo caminho/ Zico, Sócrates, Júnior e Falcão/ A gente é torto.../ O Brasil é uma foto do Betinho/ Ou um vídeo da favela Naval?/ São os trens da alegria de Brasília/ Ou os trens de subúrbio da Central?/ Brasil-Globo de Roberto Marinho?/ Brasil-bairro: garotos-candeal?/ Quem vê do Vidigal o mar e as ilhas/ Ou quem das ilhas vê o Vidigal?/ O Brasil alagado, palafita?/ Seco açude sangrado, chapadão?/ Ou será que é uma avenida paulista?/ Qual a cara da cara da nação?/ A gente é torto...¹

¹ NEY MATOGROSSO. **Vivo**. Rio de Janeiro: Universal Music, p1999. 1 CD (ca. 73 min). Gravado ao vivo no Rio de Janeiro nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 1999.

RESUMO

SILVA, Tiago Oliveira. **Sobradão do Porto**: um estudo de tombamento e restauro em Ubatuba. 2019. 155 f. Trabalho final de graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Nesse trabalho, faço uma análise sobre o processo de tombamento do monumento arquitetônico denominado Sobradão do Porto, na cidade de Ubatuba, descrevendo como esse processo se encaixa na política pública de conservação e preservação de monumentos no Brasil, desempenhada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), desde sua criação em 1937, até o ano deste tombamento em 1959. Para justificar o tombamento desse monumento arquitetônico, faço um panorama histórico, político, social e econômico; no período do século XIX, quando grandioso edifício foi construído, mais precisamente em 1846, no intuito de descrever as características e os motivos de sua construção. Por fim, analiso o processo de restauro aplicado nesse monumento, descrevendo os valores financeiros investidos, os vários serviços executados e o resultado final desse processo.

ABSTRACT

SILVA, Tiago Oliveira. **Sobradão do Porto**: a tipping and restoration study in Ubatuba. 2019. 155 f. Trabalho final de graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

In this work, I analyze the process of tipping the architectural monument called Sobradão do Porto, in the city of Ubatuba, describing how this process fits the public policy of conservation and preservation of monuments in Brazil, performed by the Secretariat of Historical and Artistic Heritage. National (SPHAN), since its creation in 1937, until the year of this tomb in 1959. To justify the tipping of this architectural monument, I make a historical, political, social and economic panorama; in the nineteenth century, when a grand building was built, more precisely in 1846, in order to describe the features and reasons for its construction. Finally, I analyze the restoration process applied in this monument, describing the financial values invested, the various services performed and the final result of this process.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
SOBRADÃO DO PORTO	13
TOMBAMENTO	93
RESTAUROS	107
CONCLUSÃO	113

INTRODUÇÃO

Ubatuba é um município do estado de São Paulo, famoso por suas várias, diversas e belas praias; bastante frequentadas por turistas, principalmente no período do verão. São 102 praias e 16 ilhas². Aquelas possuem as mais diversas paisagens naturais: extensos areais abertos para o mar, ou pequenas e encaixadas entre rochedos; outras margeadas por exuberante vegetação tropical, e mais tantas outras de formas, tamanho e tipologias diversas. Não há quem não se encante com tão belas praias, de brancas areias banhadas pelas águas azul-turquesa do Oceano Atlântico, emolduradas e conformadas pelos contornos da Serra do Mar coberta pela exuberância da Mata Atlântica. Integrando a essa imagem paradisíaca, pássaros de toda cor e tamanho, que povoam o céu azul limpo e radiante de luz. Tal beleza já fora mencionada na carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal, D. João I, quando da descoberta do Brasil (BIBLIOTECA NACIONAL).

Tem, ao longo do mar, nalgumas partes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa.

Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Inserida nessa paisagem natural, se encontra a área urbana da cidade de Ubatuba, com suas vias e edificações que se espalham pela planície litorânea, espremida entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, ao abrigo da enseada de Ubatuba, revelando-se um alto valor cênico. Integrante dessa paisagem, uma edificação salta aos olhos, um verdadeiro tesouro, uma joia rara: é um sobrado de cor branca, de grande volume edificado, cuja fachada é requintada com adornos e elementos esculturais, e marcada pela sequência de portas azuis almofadadas e outras tantas brancas envidraçadas, estas últimas protegidas por um gradil em ferro muito bem trabalhado. Ainda hoje, esse sobrado se destaca na paisagem urbana, rodeado por pequenas casas térreas e alguns poucos edifícios comerciais e institucionais, de igual proporção, mas sem portar sua beleza e qualidade estética arquitetônica.

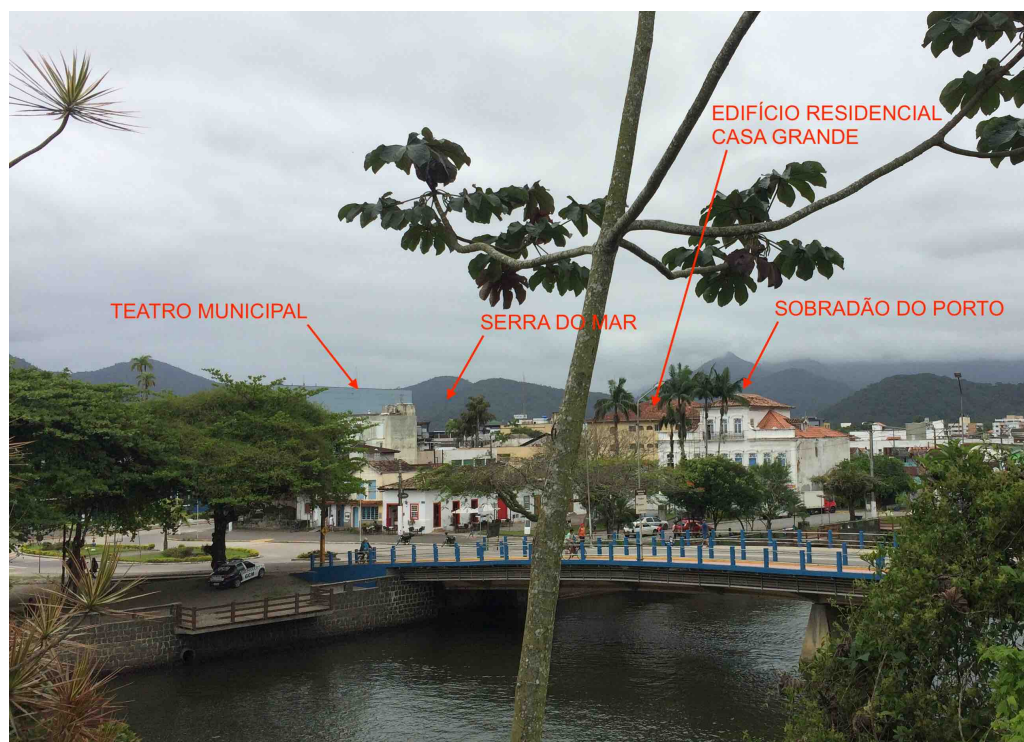
² Dados divulgados no site www.turismo.ubatuba.sp.gov.br

FIGURA 1 - VISTA PARCIAL DE UBATUBA (ANO DESCONHECIDO)



Fonte: arquivo – IPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho

FIGURA 2 – VISTA PARCIAL DE UBATUBA (2019)



Fonte: foto do autor. Anotações do autor em vermelho

Não há outro exemplar de arquitetura civil com tamanha presença nesse cenário, e seu único concorrente é uma edificação de arquitetura religiosa, a Igreja Matriz de Ubatuba, a antiga Igreja Exaltação da Santa Cruz, como podemos observar nas fotos antigas e atuais.

Esse sobrado é conhecido como o Sobradão do Porto assim escrito na placa fixada em sua fachada: “Sobradão do Porto; Construção 1846 por Baltazar da Cunha Fortes; Tombamento 3 de Março de 1959”³.

Ao contemplá-lo na paisagem urbana, muitas perguntas me surgiram: Como foi possível a construção de um edifício de caráter civil tão imponente quanto ao maior edifício religioso de uma cidade, a igreja matriz? Quem teve essa tamanha audácia e empreendeu tamanhos recursos financeiros e técnicos? Só existiu esse exemplar arquitetônico na cidade de Ubatuba? A vida econômica e social ubatubense era capaz de proporcionar a construção de requintada edificação?

São várias as perguntas e somente podemos responde-las se adentrarmos ao sobrado em busca de pistas, informações e histórias contada através de seus vários elementos arquitetônicos.

³ Texto transcrito da placa afixada na fachada frontal, quando da visita do autor ao edifício em estudo.

SOBRADÃO DO PORTO

O Sobradão do Porto foi construído em Ubatuba pelo português Manoel Balthazar da Cunha Fortes no ano de 1846. Apesar das poucas informações oficiais sobre esse estrangeiro, as maiores delas foram extraídas do livro⁴ que, Maria Helena Barros, escreveu sobre seus trisavôs. Por ele, sabe-se que foi um homem muito bem-sucedido, cuja vida é cercada de mistérios, mitos e histórias contadas por velhos parentes e ubatubenses. Barros levanta três hipóteses sobre a origem e os meios que esse português aportou no Brasil. A primeira e a terceira são semelhantes, mas a última me parece a mais plausível diante de outros fatos históricos dessa época. Nessa hipótese, BARROS (2011, p.141) descreve que Manoel Balthazar,

FIGURA 2 - MAPA POLÍTICO DE PORTUGAL



Apesar da pouca instrução recebida na aldeia de origem, os três irmãos teriam chegado ao Rio de Janeiro antes de 1808, já com alguma condição de trabalho, talvez no comércio, em que demonstravam experiência e afinco no trabalho, qualidades adquiridas em Portugal, talvez no Porto (cf. histórias contadas em família) e não na aldeia de São Bento (Vila Real)⁵, de onde seriam provenientes e que não oferecia condições de trabalho e de futuro. Seria possível até que, sendo precocemente considerados adultos e capazes de exercer alguma profissão, pelos conceitos da época, fossem estimulados pelo próprio pai a embarcar para a colônia ultramarina e aqui tentar a sorte, que não lhes parecera sorrir em Portugal.

O site Geni reforça essa hipótese ao descrever um panorama da imigração portuguesa ao Brasil, desde o descobrimento do Brasil, em 1500, até o início do século XX, e corrobora para a validação da nossa terceira hipótese ao relatar que

Fonte: www.pinterest.com.br

⁴ O livro se baseia nos seguintes documentos, “pela ordem de emissão, primeiro vem o Inventário de Francisca Leite (1893), seguido do Testamento de Manoel Balthazar (1870), do seu Inventário (1874) e do Inventário de Benedicta Salgado de Almeida Fortes (1893), além do Termo de Partilha.” (BARROS, 2011, p.14).

⁵ Segunda Maria Helena, “conseguimos encontrar o assentamento do primeiro casamento dele, com Francisca Leite, no Arquivo Episcopal de Caraguatatuba, em São Paulo, onde estão guardados os registros relativos a Ubatuba. Pela certidão obtida, Manoel Balthazar declara que é “natural de São Bento, de [...] Comarca de Villa Real, Arcebispado de Brabo (Braga?).”

O Noroeste português foi o que mais forneceu imigrantes para o Brasil, em especial o Minho (que corresponde aos atuais distritos de Braga e Viana do Castelo). [...]. No Norte, por sua vez, predominavam pequenas propriedades agrícolas. [...]. Assim, famílias minhotas incentivavam a emigração periódica de seus filhos para o Brasil como forma de não sobrecarregar a economia baseada na pequena propriedade rural. Esses portugueses encaminhados para o Brasil tinham um perfil típico: sexo masculino, bastante jovens, muitos deles quase crianças, enviados para o Brasil pelas mãos de algum parente ou padrinho.⁶

Outros autores relatam essa característica portuguesa de aventurar-se para fora de seu país, em especial via marítima. Conforme mapa político de Portugal, figura acima, é o país situado no extremo ocidental da Península Ibérica, no continente europeu, de contornos bastante irregulares, banhado a leste pelo oceano Atlântico, ao sul pelo mar mediterrâneo e a oeste e norte limita-se ao país da Espanha. Da sua posição marginal relativamente à Península Ibérica podemos deduzir sua “tendência de voltar-se para fora” (FAUSTO, 2006, p.21). Não só por esse fato, Portugal iniciou pioneiramente a expansão no começo do século XV, como descreve FAUSTO (2006, p.23)

A expansão correspondia aos interesses diversos das classes, grupos sociais e instituições que compunham a sociedade portuguesa. [...] para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, tentar uma vida melhor, fugir de um sistema de opressões.

Gilberto Freyre atribui tal característica portuguesa ao fato de Portugal estar entre o continente europeu e africano, sob influência cultural, climática, social e etc. Tais características também explicam, não única e totalitária, o sucesso da colonização portuguesa na América, e mais adiante, parte constituinte da sociedade brasileira.

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-se em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sob a europeia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura²; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo as instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval; à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. (SANTIAGO, 2002, p.154)

⁶ <https://www.geni.com/projects/Imigrantes-Portugueses-ao-Brasil/10498>

Assim pode-se identificar em Manoel Balthazar esse espírito aventureiro português, que possivelmente “emigrou na companhia de seus dois irmãos, deixando na terra natal duas irmãs e seus pais” (BARROS, 2011, p.16)

Caracterizado os elementos mais diversos e opostos do caráter português, volto a pesquisar, com mais afinco a região de origem de Manoel Balthazar, particularmente a aldeia de São Bento. Descobri que a mesma não existe mais e que seria um povoado associado ao, também, inexistente Castelo de São Cristóvão/São Bento do Castelo, cujas ruínas ainda estão preservadas, como descreve o site Portal do Arqueólogo,

FIGURA 3 - MAPA POLÍTICO DO NORTE DE PORTUGAL



Fonte: www.pinterest.com.br. Anotações do autor em vermelho

Antiga cabeça da terra medieval de Panóias, antes da fundação da cidade de Vila Real. Cabeço cônico de vertentes íngremes por todos os lados, com amplo domínio visual, no rebordo da encosta Leste da Serra da Padrela, sobre o vale do rio Corgo. Com a transformação do sítio, com uma estátua e respectivo terreiro, pouco resta visível no topo do cabeço, onde há notícias da existência dos vestígios do que seria o castelo roqueiro. Foi aberto um caminho até ao topo, que foi calcetado, e onde se ergueu a estátua. Segundo informações locais, não terá havido desaterros no topo, mas sim grandes aterros com pedras, pelo que poderão restar ainda alguns vestígios arqueológicos. O povoado fortificado associado ao castelo roqueiro situa-se no sopé Oeste do morro. É uma plataforma alongada no sentido Norte-Sul, rebaixada entre o morro do castelo e uma linha alteada de rochedos. (DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL)

Por essa descrição identificamos o local exato, onde hoje está o Santuário de São Bento, na União das freguesias de São Tomé do Castelo e Justes, pertencentes ao distrito de Vila Real, conforme indicado no mapa político da região Norte de Portugal (figura ao acima). Os povoados mais próximos desse local são Fortunho, Águas Santas e Vila Meã. Dessa forma, este estudo será direcionado para as características do povoamento da região norte de Portugal, em especial a região Trás-os-Montes, onde se situa tais povoados mencionados. Mário Moutinho (1979, P.41) descreve o povoado e a arquitetura popular dessa região com bastante detalhe.

Na região do Norte devem ser considerados dois tipos de povoamento: disperso e aglomerado. O primeiro é frequente no Minho, enquanto o

segundo se encontra mais para o interior, particularmente na província de Trás-os-Montes.

O povoamento disperso é composto geralmente por um conjunto de construções que servem de base à exploração agrícola familiar. O povoamento aglomerado é composto por um pequeno grupo de habitações agarradas aos flancos das serras ou no alto dos montes e têm um desenvolvimento que podemos considerar circular, em oposição ao desenvolvimento linear particularmente frequente nas regiões do Centro Litoral e do Alentejo.

FIGURA 4 - POVOAMENTO AGLOMERADO (RIO DOURO)



Fonte: www.sucatrips.blogspot.com

FIGURA 5 - POVOAMENTO DISPERSO (ILHA DA MADEIRA)



Fonte: <https://mapcarta.com>

Tem-se, também, para esses dois tipos de povoamento, dois tipos mais frequentes de habitação: a Casa Minhota e Casa Serrana, de acordo com Moutinho (1979, p.41)

A Casa Minhota, própria das paisagens de povoamento disperso, é composta de dois pisos e tem uma planta rectangular. Contém no rés-do-chão: cortes, currais, pocilga, adega, lagar e arrumações. No andar sobrado, situam-se os quartos e salas (do altar e do linho⁷). O acesso ao andar faz-se por uma escada de pedra e pela varanda de tear. De notar a ausência de chaminé ou apenas uma chaminé rudimentar. O telhado é de quatro águas e é coberto de telha caleira. Os materiais de construção são o granito, geralmente aparelhado, ou o xisto.

FIGURA 6 - CASA MINHOTA NO POVOADO DE SABUGAL



Fonte: Google Earth

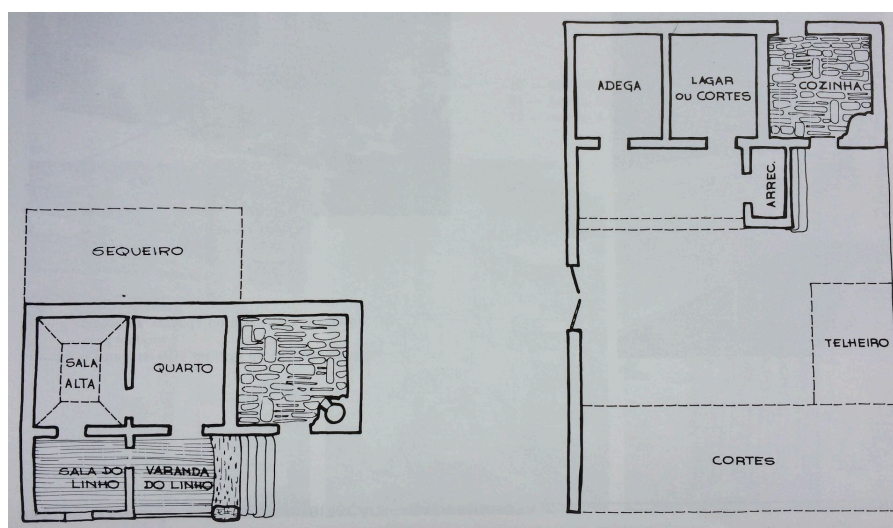
7 O linho foi uma cultura disseminada por todo o País, animando a sociedade rural com uma atividade doméstica de fiar, tecer, paralelamente aos trabalhos de lã... O trabalho do linho (essencialmente a fiação) tornou-se um dos atributos femininos da região de Guimarães e, de uma forma geral, das famílias camponesas do Entre-Douro-e-Minho, para além de outras regiões onde o cultivo do linho encontrava condições propícias. (MENDES, 2002, p.293). Na sala do linho está a gloriosa recordação da família portuguesa, das virtudes das nossas mães, do nosso lar. Tudo alvo puro, respirando o perfume da modesta flor azul, espelhando a frescura dos ribeiros e dos lameiros. Será talvez sentimentalismo, mas um minhoto não olhará para aquele quadro encantador, para as maravilhas da roca e do fuso, sem alguma comoção. Joaquim de Vasconcelos (1884) – Relatório da Exposição industrial de Guimarães (MENDES, 2002, p.292)

FIGURA 7 - CASA MINHOTA NO POVOADO DE SOAJO



Fonte: Google Earth

FIGURA 8 - PLANTA CASA MINHOTA



Fonte: MOUTINHO, 1979, p.54.

A Casa Serrana, composta de dois pisos de planta quadrada ou rectangular, contém no rés-do-chão a corte do gado e no andar sobrado, que é acessível por uma escada de pedra, uma ou duas divisões (cozinha com lareira e quarto). O telhado é de duas águas e pode ser coberto com telha caleira, placas de xisto, lousa ou colmo segundo sua situação geográfica. Como na casa Minhota, apenas aparece, quando é o caso, uma chaminé rudimentar. O material de construção utilizados são o granito, que raramente é aparelhado, e o xisto utilizado sem argamassa ou reboco. O xisto que se apresenta sob forma de pequenas lajes, implica que as ombreiras, padieiras e aventais sejam de madeira ou granito, assim como os cunhais que geralmente são formados por grandes blocos de granito. (MOUTINHO, 1979, p.41)

FIGURA 10 - CASA SERRANA NO POVOADO DE FORTUNHO



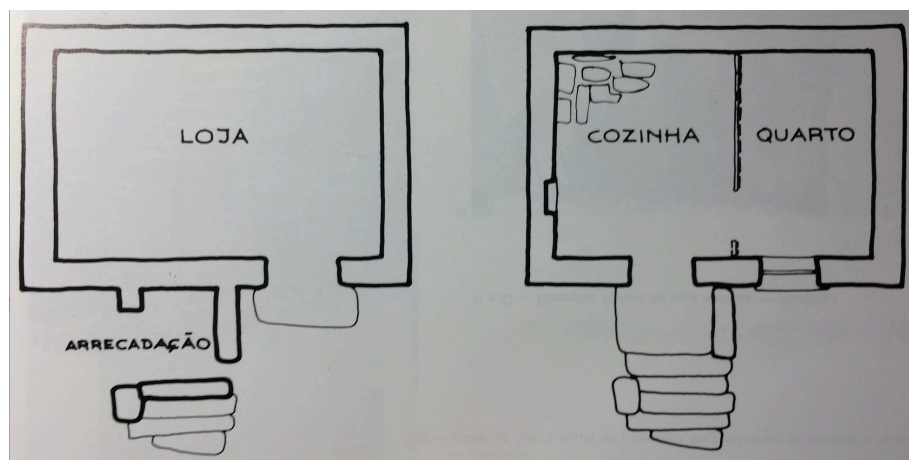
Fonte: Google Earth

FIGURA 9 - CASA SERRANA NO POVOADO DE ÁGUAS CLARAS



Fonte: Google Earth

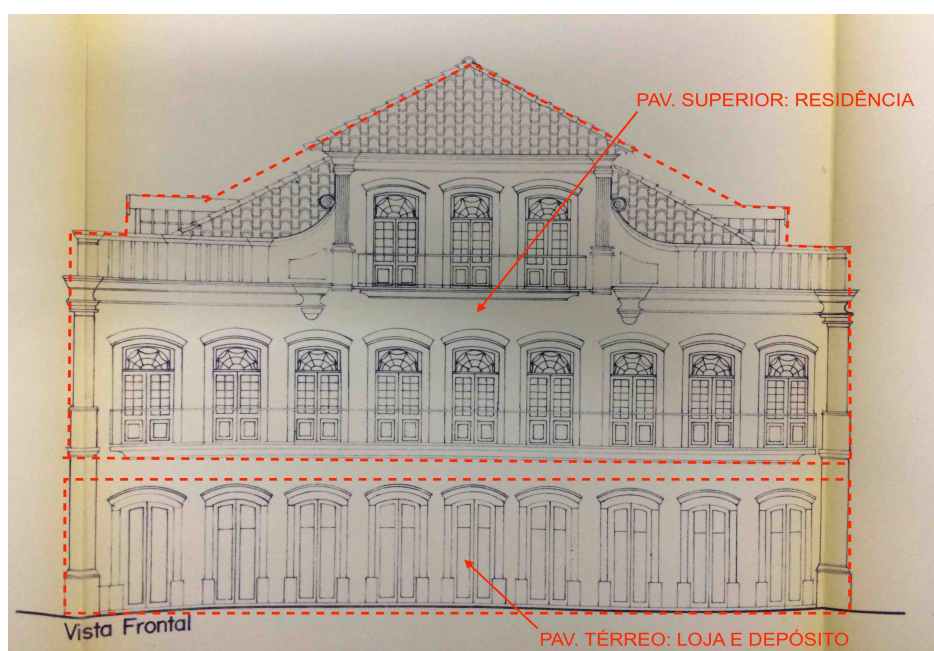
FIGURA 11 - PLANTA CASA SERRANA



Fonte: MOUTINHO, 1979, p.60

Nota-se algumas semelhanças entre as casas vernáculas no norte de Portugal e o Sobradão do Porto: primeiro e mais evidente, é a separação do uso por pavimentos, como descreve Nestor Filho (1987, p.114) a respeito dos casarões no Vale do Paraíba, próximo a Ubatuba, “no andar térreo, a loja ou depósito, abrindo para a rua; ao lado, o corredor e a escada, levando à residência”. Mas são simples semelhanças, aspectos construtivos apreendidos por um primeiro olhar pouco cuidadoso, pois essa tipologia arquitetônica se difere quanto ao seu propósito. Enquanto que nas simples casas minhotas e serranas essa tipologia de pavimentos

FIGURA 12 - VISTA FRONTAL (LEVANTAMENTO DE 1981)



Fonte: arquivo – IPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho

sobrepostos me parece mais um aproveitamento da pequena edificação, economia de recursos; nos sobrados, daqui do Reino Tropical, a mesma tipologia é empregada para a diferenciação social, ostentação, símbolo de ascensão, tal como descreve Vauthier (VAUTHIER, 1979, p.64)

Conheceis muito bem a espécie humana para que eu precise dizer-vos que, na classificação das habitações, o *sobrado* significa a aristocracia e a casa térrea, a plebe. Habitar um sobrado é o objetivo único de certas ambições e a condição obrigatória de certas posições sociais. Há sobre esse ponto uma separação marcada. É como a plateia e os camarotes de primeira ordem da Ópera. No litoral e no interior, algumas pequenas cidades não possuem senão *casas térreas*. Aos raros viajantes que as visitam, apressam-se em mostrar o *sobrado*, orgulho da localidade. Se tem dois ou três andares é citado dez léguas em torno.

Tal tipologia, símbolo, também, de poder, é, igualmente empregada nas construções nos engenhos, onde, como descreve Vauthier, (_____, p.79)

[...] A casa do proprietário, a casa-grande, como dizem respeitosamente os escravos e os assalariados, ocupa o lado mais alto do recinto. Vós a reconheceréis facilmente pela sobrelevação do seu primeiro andar, ao qual se sobe por uma escada exterior, bem como também por seus muros caiados e suas janelas e portas envidraçadas.

Outra semelhança é a planta retangular, no caso do Sobradão do Porto, ou quadrada.

Há, também, semelhanças no emprego de alguns materiais de construção, tais como, a telha cerâmica caleira, esquadrias em peças de madeira e portais em pedra, este último, “Manoel da Cunha Fortes mandou vir de Portugal” (arquivo – IPHAN/SP). Vauthier também menciona a importação de portais portugueses em pedras.

Apesar do emprego escasso da pedra, não é o próprio país que fornece toda a que é utilizada. Não é tanto a penúria do solo que se deve atribuir essa falta e sim à indiferença dos habitantes pela exploração das riquezas que o solo contém. Acrescente-se a isso um resto do velho costume imposto pela avidez portuguesa, que tendia a forçar a Colônia a receber da mãe-pátria uma quantidade de artigos que poderia obter por si mesma. Assim, em muitos pontos, bastaria perfurar o solo à profundidade de alguns pés para encontrar a pedra, mas prefere-se encomendar *portadas* – é assim que se chamam os quadros em questão – aso navios portugueses que os trazem já talhadas. (VALTHIER, 1979, p.52)

Diferentemente das casas minhotas e serranas, que utilizavam, em sua maioria, alvenaria estrutural em pedra, tais como granito, xisto ou lousa; no Sobradão do Porto, “a parede mestra, as divisórias do térreo e os quatro pilares são de tijolos” (arquivo – IPHAN/SP). O uso dessa novidade tecnológica, a alvenaria estrutural com tijolos cozido, reforça o caráter arquitetônico excepcional do Sobradão do Porto,

distinguindo-se das demais construções contemporâneas a ele, como descreve o arquiteto Carlos Lemos (LEMOS, 1978, p.23),

No planalto, tivemos o império da taipa⁸ de pilão, de toda uma arquitetura suis generis. No litoral, nossas construções nada mais foram que singelas repetições daquelas obras de pedra e cal que balizaram a cultura lusitana em nossa costa, de Norte a Sul. O português recém-chegado e sempre em contato com a pátria, a cal dos sambaquis e as pedras redondas dos costões garantiram ao nosso litoral uma arquitetura em tudo semelhante àquela de além-mar, àquela das ilhas já colonizadas na época de nossas primeiras instalações.

Segundo conclusões da autora Clara Coreia, sobre sua pesquisa aos documentos das Atas da Câmara Municipal de São Paulo, no período de sua fundação até o ano de 1875, o uso de tijolo cozido foi pouco frequente e restrito, e que fora (ALAMBERT, 1993, p.49)

[...] empregado esporadicamente em obras gerais da cidade (calçamentos, encanamentos, pontes, etc.); na execução de fogões, lareiras, etc.; no revestimento e ladrilhamento de pisos internos; na realização de alguns elementos construtivos, tais como vergas de portas e janelas, arcos de escarção, etc. mas, nunca na construção integral de um edifício. Isto pelo menos até o final da década de 1860, quando então o seu uso começou a se generalizar.

Clara, também reforça a utilização peculiar dessa técnica fora do ambiente urbano da cidade de São Paulo, referindo-se ao nosso objeto de estudo, como uma das primeiras construções a serem erguidas na capitania, utilizando tal técnica.

A princípio, o uso do tijolo em construções urbanas fora de São Paulo foi tímido. Esse material era comumente empregado em associação a outros, pertencentes à tradição construtiva paulista, como na casa do português Balthazar Fortes, em Ubatuba, também conhecida como “Sobradão do Porto”; a casa foi construída em 1846, época em que a riqueza do café já estava impulsionando alterações nos hábitos, costumes e tecnologia da região do litoral norte de São Paulo (sob influência do Vale do Paraíba paulista). A edificação apresenta concomitantemente paredes de pedra e cal, tijolo e taipa de mão⁹ (ALAMBERT, 1993, p.55)

Erroneamente, o texto cita “paredes de pedra e cal” erguidas no Sobradão do Porto, pois, na verdade, as paredes estruturais no Sobradão foram executadas com

⁸ TAIPA – Nome genérico que se costuma dar a todo sistema construtivo em que se emprega, na confecção de paredes e muros de fecho, a terra umedecida ou molhada. Não se trata de alvenaria de terra ou de barro, como no caso do ABOBE. Trata-se de qualquer sistema em que os panos contínuos são executados diretamente no local, em que a terra não sofreu nenhum beneficiamento anterior. Existem dois tipos de taipa: a TAIPA DE PILÃO, e a TAIPA DE MÃO, de SEBE, ou ainda, de SOPAPO. (CORONA; LEMOS. 2017, p.437)

⁹ Ver: LEFÈVRE, Renée & LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. São Paulo sua arquitetura: Colônia e Império. SP, Ed. Nacional/EDUSP, 1974, p.7.

tijolos cozidos. O que pode ter gerado essa confusão é quanto a técnica empregada na execução do embasamento, como especifica Richard Morse (ALEMBERT, 1993, p.46) “técnica trazida pelos construtores italianos empregava comumente embasamentos de tijolos, ao invés dos de pedra, preferidos pelos pedreiros portugueses em obras do litoral e de outras regiões¹⁰”. Não consegui identificar a técnica empregada no embasamento do Sobradão do Porto, o que carece de uma análise e pesquisa “in loco”. Sobre essa fundação, ergueram-se, com tijolos maciços cozidos, as paredes mestras¹¹ e os frontais¹². As dimensões desses tijolos são iguais as “dimensões dos tijolos vulgares [...] 0,23X0,11X0,0075. [...]. Os tijolos maciços têm também a designação de tijolos burros” (COSTA, 1955, caderno 13, p.4). No Sobradão do Porto as paredes das empenas e do tardo¹³, são de “2 vezes de tijolo, cuja espessura corresponde ao comprimento de dois tijolos atravessados” (COSTA, 1955, caderno 13, p.11), ou seja, 53 centímetros, incluindo a espessura da argamassa e o revestimento primário de ambos os lados, e aparelho¹⁴ do sistema inglês. A parede

¹⁰ MORSE, Richard. Formação Histórica de São Paulo. SP, Difusão Europeia do Livro, 1970, p.255.

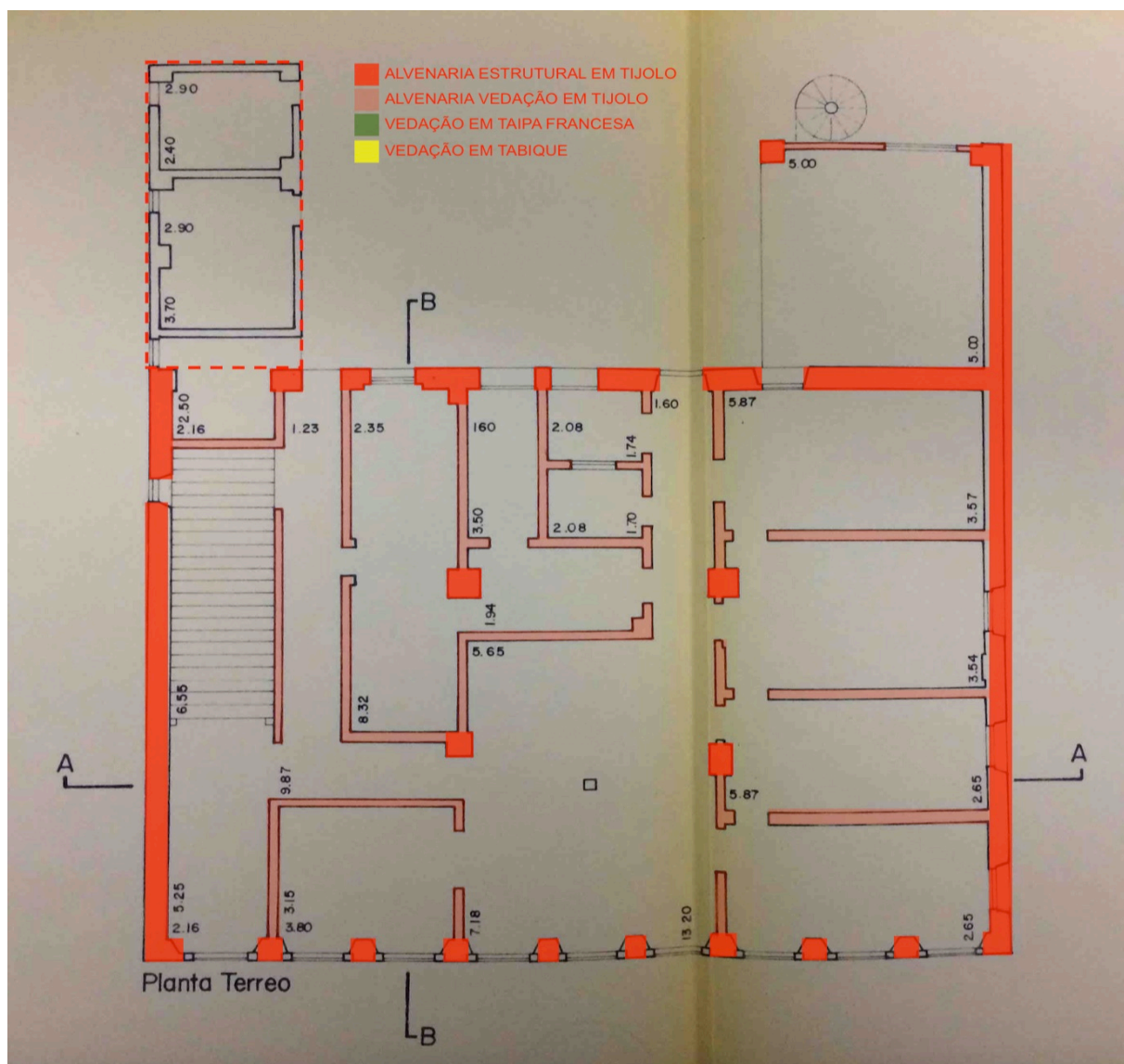
¹¹ Os muros que formam a construção dos edifícios têm a denominação de paredes e são designadas por paredes mestras quando são exteriores, portanto possuidoras de grandes espessuras. (COSTA, 1955, caderno 13, p. 5)

¹² De ordinário as paredes interiores são os tabiques e os frontais (COSTA, 1955, caderno 13, p.6)

¹³ As paredes exteriores podem ser chamadas, consoantes a sua localização, *da frente, do tardo* e *laterais*. Estas são a direita e a esquerda se estão no lado direito ou esquerdo, respectivamente, em relação ao observador em frente da edificação. Por conseguinte, estas paredes formam as fachadas do edifício com as mesmas designações. Quando o edifício fica encostado a outro ou no meio de outros as paredes laterais que encostam são as *empenas* e têm menor espessura do que as fachadas. (COSTA, 1955, caderno 13, p.5)

¹⁴ APARELHOS – Dá-se o nome de aparelho a cada um dos modos de se dispor pedras ou tijolos nas paredes, arcos ou cúpulas, com o fito de obter-se boa amarração. Desde os mais remotos tempos existem aparelhos individualizados que caracterizam épocas ou regiões. [...]. Estes, unidos pela argamassa, são assentados formando FIADAS, ou filas, que estão dispostas na direção do comprimento das paredes. [...]. Nas fiadas, os tijolos podem estar a cutelo, postos de comprimento ou atravessados, quando recebem o nome de perpianhos ou tições. [...]. Dos vários aparelhos hoje em uso, podemos citar: o APARELHO INGLÊS que forma parede de “um tijolo” de maneira tal que as fiadas alternam-se de duas formas: uma é composta de tijolos perpianhos e a outra de tijolos de comprimento. Nesse aparelho ou sistema para obter-se desencontro com as juntas verticais, recorre-se ao artifício que emprega, nas fiadas de perpianhos, ou travadouros, um tijolo dividido pela metade. O APARELHO FLAMENGO é o que dispõe, em cada fiada, um perpianho seguido de dois tijolos postos de comprimento par a par. Em duas fiadas sucessivas, o tijolo tição está sob o centro dos tijolos postos de comprimento. APARELHO HOLANDÊS, formado de fiadas alternadas: uma só de perpianhos e a outra de perpianhos e tijolos de “meia vez” ou postos de comprimento par a par. APARELHO LOSANGULAR que difere do aparelho inglês unicamente devido a outra disposição das juntas verticais. Também adota alternadas de tijolos perpianhos e tijolos postos de comprimento, Ver desenhos ilustrativos. [...]. Nas paredes de espessura maior que o comprimento de um tijolo, empregam-se aparelhos derivados dos atrás expostos, perdurando as mesmas denominações.

FIGURA 13 - VEDAÇÕES PAV. TÉRREO



Fonte: arquivo – IPHAN/SP (levantamento de 1981). Anotações do autor em vermelho.

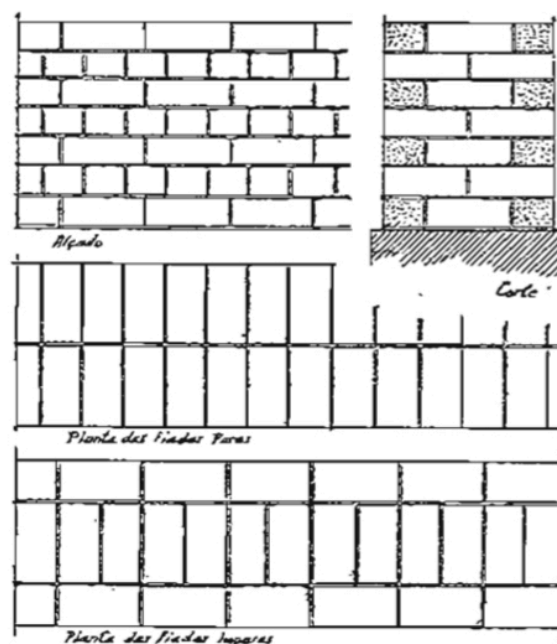
da frente, fachada frontal, são de 3 e $\frac{1}{2}$ vezes de tijolo, ou seja, 89 centímetros de espessura, e aparelho inglês.

FIGURA 15 - FOTO ESPESSURA DA PAREDE MESTRA (ENPENA)



Fonte: Arquivo do IPHAN-SP

FIGURA 14 - PAREDE DE TIJOLO A 2 VEZES. APARELHO DE SISTEMA INGLÊS



Fonte: COSTA, 1955, caderno 13, p.8.

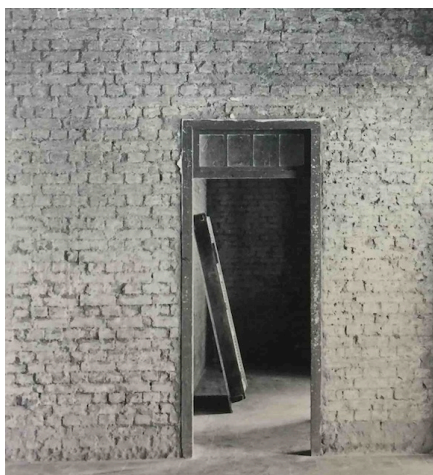
Essa grande espessura das paredes no Sobradão do Porto pode ser explicada pela inexperiência dos construtores com o uso desse “novo” material.

A falta de confiança inicial nas potencialidades estruturais e construtivas do tijolo fez com que muitas edificações realizadas em alvenaria de tijolos, obedecessem ainda ao partido tradicional, mantendo as mesmas espessuras de paredes e a mesma modenatura de taipa de pilão. (LAMBERT, 1993, p.56)

Já as paredes frontais, no interior do pavimento térreo, são “parede de 1 vez de tijolo – são ainda consideradas frontais estas paredes cuja espessura é em osso 0,23” (COSTA, 1955, p.11) e aparelho de sistema inglês. Às paredes divisórias internas no pavimento térreo, como salienta Clara Correia,

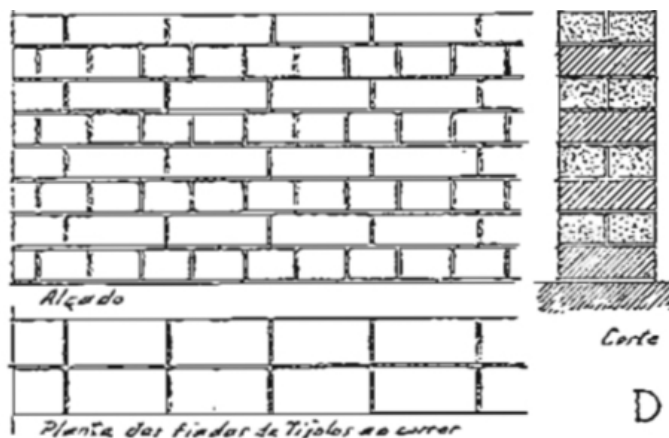
Dava-se o nome de pano de meia vez tijolo, ou de parede singela, àquelas em que o tijolo era colocado sobre sua face de baixo, de forma que a largura da parede correspondia à largura de cada peça. Esse tipo de parede era frequentemente usado em divisões de construções térreas, rés-do-chão e de andares superiores de sobrados. (ALAMBERT, 1993, p.43)

FIGURA 17 - FOTO PAREDE INTERNA PAV. TÉRREO



Fonte: arquivo do IPHAN/SP

FIGURA 16 - PAREDES DE TIJOLO A 1 VEZ. APARELHO DE SISTEMA INGLÊS



Fonte: COSTA, 1955, caderno 13, p.6.

Mas o tijolo cozido, ao contrário do que se pode subentender dos textos acima, já era utilizado no litoral brasileiro desde o século XVI, como denota Lúcio Costa, ao transcrever parte das cartas do Padre Anchieta (COSTA, 1941, p.14).

Anchieta, por exemplo, referindo-se à área cultivada do primeiro Colégio de Olinda, diz o seguinte: “ainda que grande está toda cercada de parede de tijolo...” e tem “duas ruas de pilares de tijolo com parreira”, acrescenta Fernão Cardim. Por onde também se conclui, fato este importante, que o emprego do tijolo em Pernambuco, ao contrário do que se tem afirmado, é anterior, de muito, ao domínio holandês¹⁵.

Jean Debret (DEBRET, 1835, v.2, p.133. Tradução do autor), em sua viagem ao Brasil, nos primeiros decênios do século XIX, também confirma a presença do tijolo, ao descrever fábricas na cidade do Rio de Janeiro, onde, provavelmente, foram distribuídos pelo sistema de cabotagem.

.....O gosto de construir, que diariamente aumenta a extensão da vila do Rio-Janeiro, provocou o estabelecimento sucessivo de inúmeras fábricas de telhas e tijolos, cujo fluxo é garantido. Alguns até adquiriram um grau de sofisticação na preparação de suas terras, cuja mistura, anteriormente composta de muita areia, tornava os produtos macios, esponjosos e de pouca durabilidade. Os fabricantes, no entanto, mantêm o hábito de cozinhar muito pouco a cerâmica.

As fábricas de tijolos, quase todas localizadas à beira de pequenos rios afluentes da baía, possuem barcos e escravos marinheiros para exportar

¹⁵ Sob influência dos holandeses, o tijolo foi largamente empregado em construções pernambucanas no século XVII, passando a ocupar o lugar da pedra (mais cara e de obtenção difícil) e da taipa (material de uso limitado). A princípio, os tijolos eram importados da Holanda (Frísia), sendo posteriormente fabricados em olarias de Pernambuco. O pesquisador da história da ocupação holandês, José Antônio Gonçalves de Melo Neto, informa que os “tijolos – como as pedras de Portugal – chegavam ao Brasil vindos da Holanda como lastros de navios, que em Pernambuco era substituído por valiosas caixas de açúcar. (ALAMBERT, 1993, p.20)

seus produtos do Rio de Janeiro a vários portos designados para o desembarque.

Assim como Jean Debret, o engenheiro Antônio de Paula Freitas, em 1884, muito depois da construção do Sobradão, comenta a má qualidade dos tijolos cariocas.

[...] diz que apesar de haver depósitos argilosos de excelente qualidade nos arredores daquela cidade, não havia cuidado no preparo e seleção do material a ser utilizado no fabrico dos tijolos cariocas; que o barro nem sempre era lavado ou expurgado de impurezas, assim como, os fabricantes empregavam usualmente na confecção da pasta, areia do mar, altamente hidróscopa. O tijolo resultante tornava-se, dessa maneira, segundo a sua opinião, de “má qualidade” e “mal feito”, prejudicando as construções em que era empregado, e causando grandes manchas de umidade nas paredes (ALAMBERT, 1993, p.31)

Acrescido a esse motivo,

[...] o uso do tijolo no Brasil ampliou-se, chegando mesmo a superar no final do oitocentismo os tradicionais materiais de construção difundidos pelos primeiros construtores portugueses. Com a chegada da Corte Portuguesa e a abertura dos Portos, em 1808, foi incentivada a importação desse material da França, Itália e Inglaterra. (ALAMBERT, 1993, p.21)

Com a industrialização advinda do desenvolvimento técnico europeu do final do século XVIII e início do XIX, foram criadas máquinas para o fabrico desse material, surgindo daí a automação, que permitia uma elevada produção em série de tijolos. A partir do século XIX, essas máquinas e os tijolos produzidos por elas foram exportados para outros países menos desenvolvidos, como o Brasil, incentivando a mecanização dos seus setores construtivos. (_____, p.30)

Os tijolos já eram utilizados nas construções do continente europeu desde a época da invasão do império romano, como cita Clara (ALAMBERT, 1993, p.18)

..... Os romanos tiveram um papel fundamental na propagação do uso em toda a extensão de suas possessões; fizeram largo emprego dele em suas edificações e o introduziram na Europa, nos primeiros anos da era cristã. Na península ibérica surgiram as primeiras olarias, a partir do século III, por influência romana. Os tijolos fabricados naquela região possuíam face retangular com 30,0cm de comprimento, 15,0cm de largura e apenas 3,0cm de espessura. Estes tijolos, chamados “ladrilhos”, aproximavam-se muito, pelas suas dimensões, a lajotas¹⁶. Os árabes, na Espanha Mourisca, deixaram depois do século VII, em numerosos monumentos, variados e atraentes exemplos de decoração mural, com o hábil manejo de fiadas de tijolos salientes nas fachadas, assim como de lajotas aplicadas às paredes, processos esses que iriam difundir-se pela Europa, e na América em Puebla nos séculos XVI, XVII¹⁷.

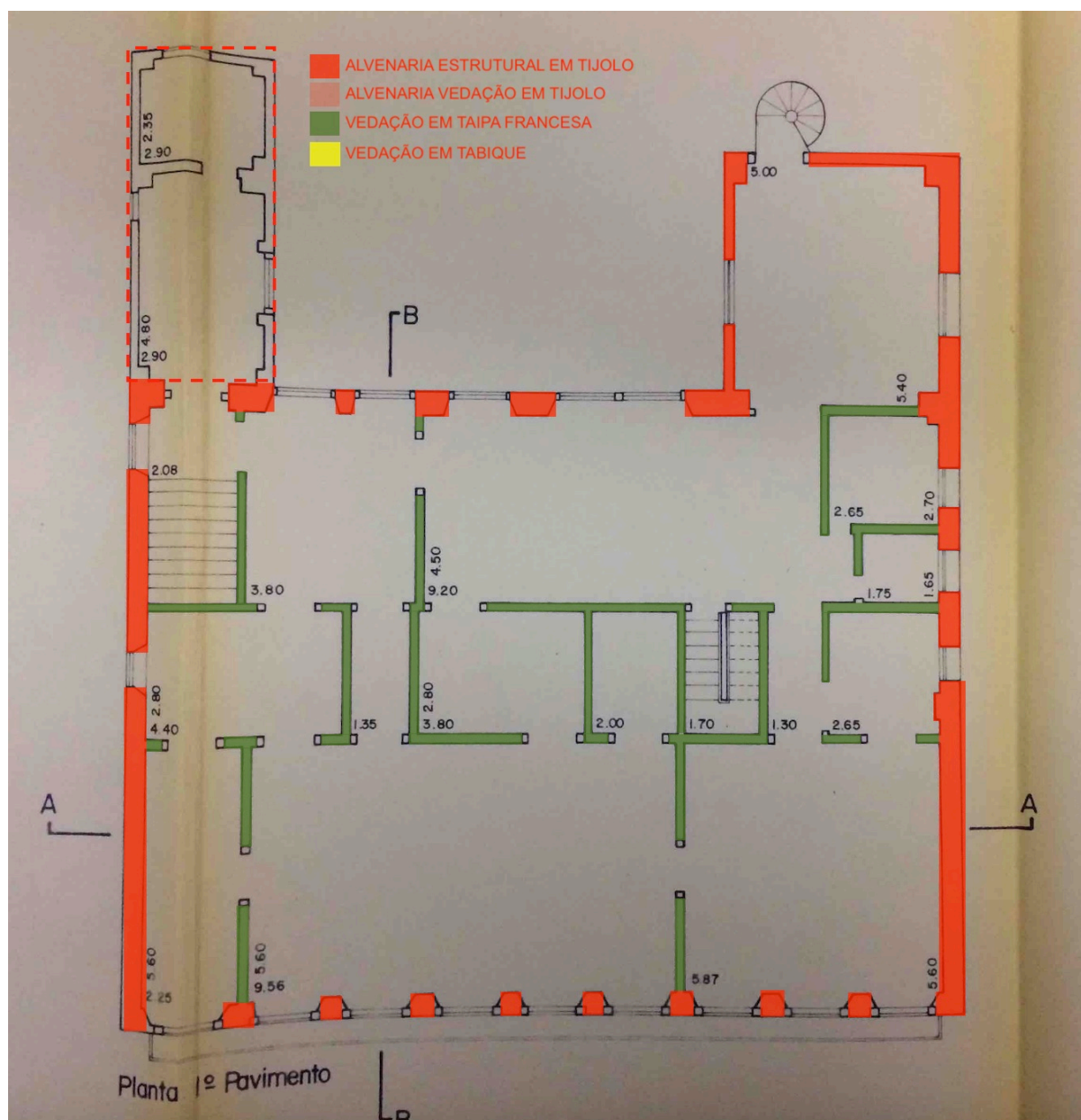
¹⁶ Ver: Brancante, E. F. O Brasil e a Cerâmica Antiga. SP, Cia. Litográfica Ypiranga, 1981, p.14.

¹⁷ In: BRANCANTE, E. F. op. cit. p.14

Assim, os tijolos empregados na construção do Sobradão do Porto, podem ter sido fabricados no Brasil ou importados da Europa. Somente o estudo e análises técnicas mais precisas poderiam nos dizer sua real procedência.

Já no primeiro e segundo pavimento, “as demais divisões são pranchões revestidos de argamassa solidarizadas com ripas horizontais de jìçara” (arquivo – SPHAN/SP), “técnica conhecida como taipa “francesa”” (arquivo – IPHAN/SP).

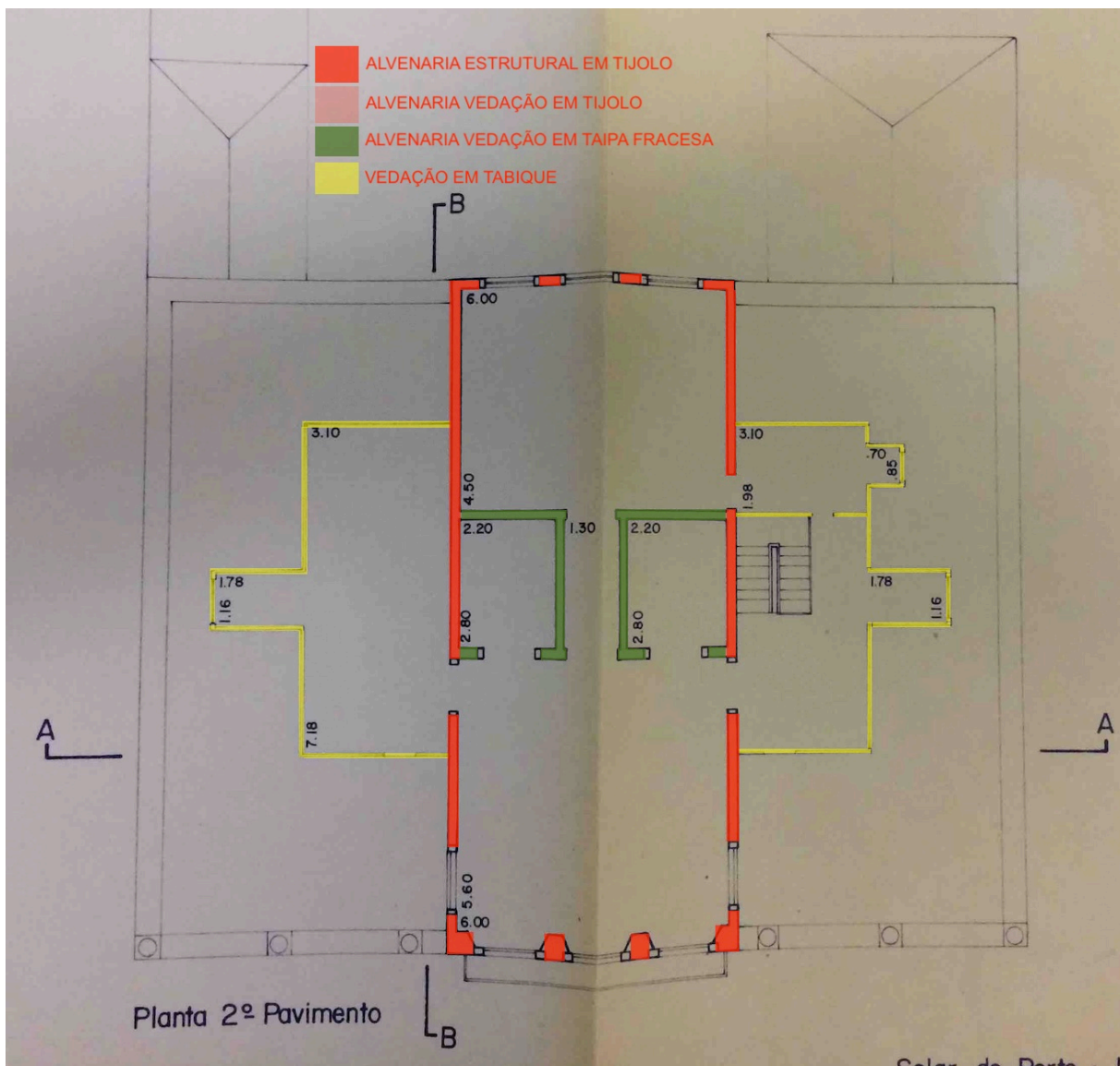
FIGURA 18 - VEDAÇÕES 1ºPAV.



Fonte: arquivo – IPHAN/SP (levantamento de 1981). Anotações do autor em vermelho e verde

No 2º pavimento identifiquei o terceiro tipo de vedação, tabique¹⁸, executada com peças de madeiras, tábuas e sarrafos, afixados na estrutura do telhado.

FIGURA 19 - VEDAÇÕES 2ºPAV.



Fonte: arquivo – IPHAN/SP (levantamento de 1981). Anotações do autor em vermelho e verde.

Outro material, também, industrializado, e utilizado na cobertura do Sobradão do Porto, é a telha cerâmica. Debret, também, descreve a venda de tais telhas na cidade do Rio de Janeiro (DEBERT, 1835, p.133. Tradução do autor)

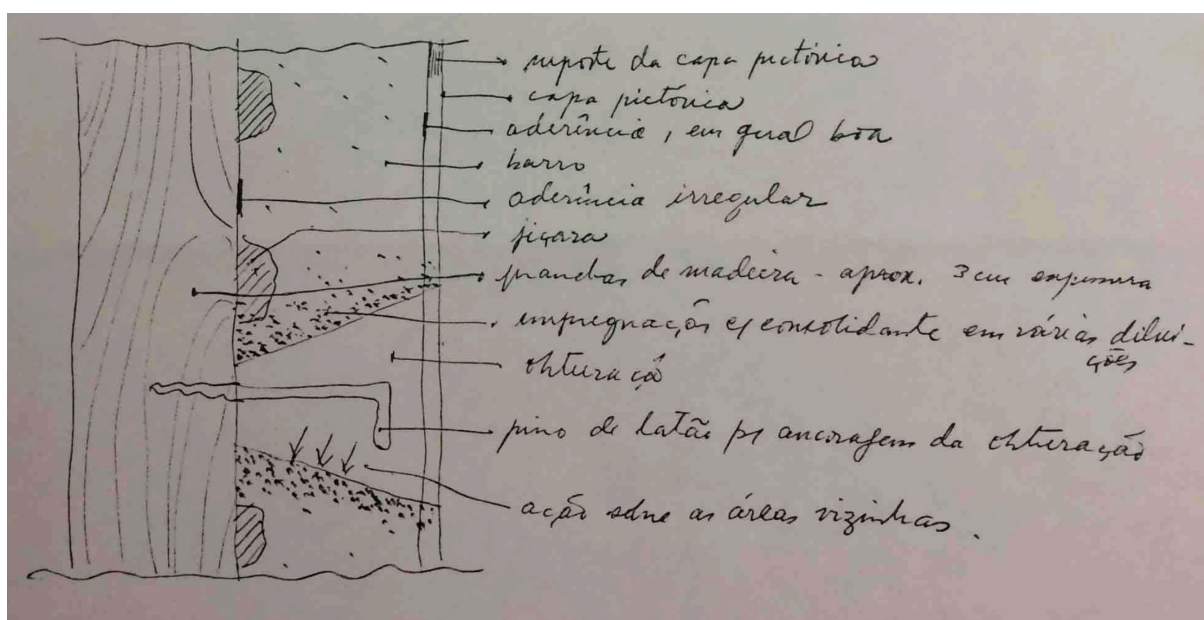
A telha, de forma cilíndrica, mede 2 pés de comprimento por 1 pé e 4 polegadas de largura, e é vendida, na “Praha”, de 18 a 25 francos por

¹⁸ TABIQUE - nome que se dá a qualquer parede delgada feita de tábuas, tijolo à galga, taipa de mão, ou de qualquer outro material, que serve para dividir compartimento. Quando o tabique, neste caso, de madeira, vigas e tábuas, não se apoia no piso e sim nas paredes, sem sobrecarregar a estrutura do sobrado, diz-se que ele é aliviado ou suspenso. (CORONA, 2017, p.435)

milheiro. Do porto até as obras, o transporte é feito em pequenos carros de tração animal, para evitar o desperdício, quando é feito nas cabeças dos negros. Além disso, as ruas são frequentemente obstruídas por esses comboios compostos por 30 a 40 negros, cada um carregando na cabeça nove telhas, e andando em fila.

Diferente dos materiais construtivos citados acima, a taipa francesa é um sistema de construção “in loco”, utilizando materiais artesanais, recolhidos da natureza, provavelmente oriundos da região de Ubatuba. Por ser um material menos duradouro que o tijolo, seu uso ficou restrito ao interior da edificação. Esse sistema de construção pode ser bem observado pelo corte esquemático apresentado, pela empresa Acervo Restauração, na proposta de restauração das pinturas, durante a fase de restauro dos elementos decorativos.

FIGURA 20 - CORTE ESQUEMÁTICO DA TAIPA FRANCESA



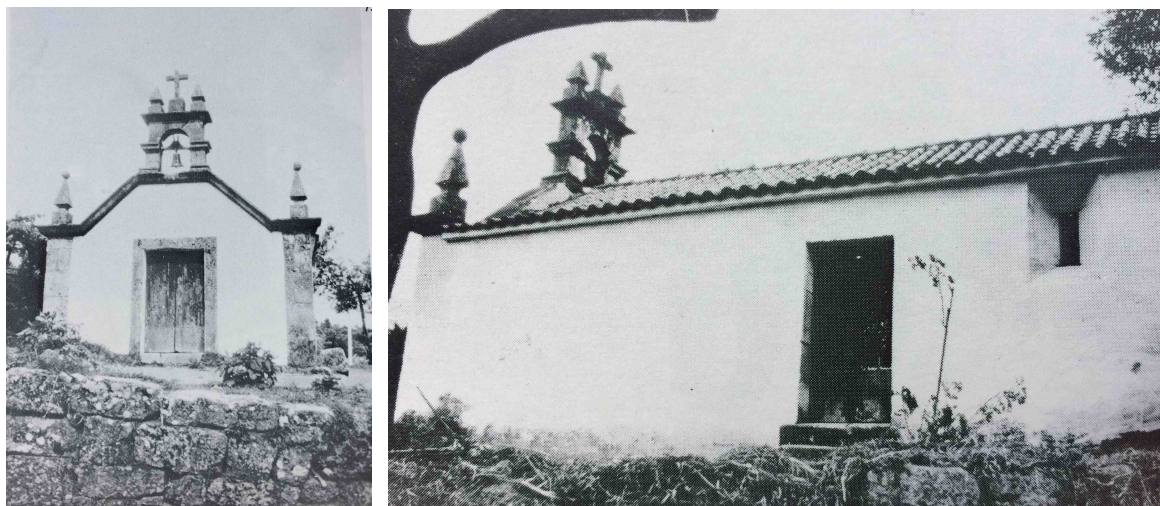
Fonte: arquivo IPHAN/SP

Outras técnicas mais sofisticadas e materiais mais requintados, usados nas construções no norte de Portugal, ficaram restritos às edificações de caráter religioso, muito presente e marcante na paisagem das aldeias e povoados no norte de Portugal.

As capelas e igrejas são bastantes frequentes na região do Norte. Geralmente construídas de granito, por vezes rebocado e pintado de branco, apresentam uma decoração simples e característica à base de pirâmides, podendo também o telhado da torre ter essa mesma forma. Não é raro aparecerem capelas com um alpendre que abriga um púlpito exterior. (MOUTINHO, 1979, p.43)

Notemos nessas construções alguns recursos construtivos, mais elaborados, também utilizados na fachada frontal do Sobradão do Porto, tais como as paredes rebocada e pintadas de branco, as folhas das portas em chapa de madeira caiadas de branco ou coloridas, portais de pedras aparelhadas¹⁹, as pilastras²⁰ e alguns ornamentos (pináculos²¹, cornijas²², cimalthas²³, e outros).

FIGURA 21 - CAPELA COM PIRÂMIDES - BISALHÕES



Fonte: MOUTINHO, 1979, p.88

Mesmo com todas essas similitudes arquitetônicas assinaladas, é nítido a maior sofisticação construtiva no Sobradão do Porto quando comparado às imagens dessas construções populares portuguesas. Tais casas são bastante rudimentares, possuem pequenas dimensões e pouco ricas em ornamentos; refletindo a pobre condição desse povoamento, conforme já apresentado anteriormente. Diante desses fatos, pode-se deduzir que tal sofisticação arquitetônica, cultural e social, não tenha sua origem na pessoa de Manoel Balthazar, que, conforme se presume, tem uma

¹⁹ Pedra de construção – 3. Pedra aparelhada – talhada de forma regular, p. ex., sob a forma de silhar, isto é, de bloco retangular. (Khor, 2009, p.191).

²⁰ Pilastras – Pilar que sobressai um pouco da parede. Dividido como a coluna, em base, fuste e capitel e/ou arquitrave; às vezes canelado ou ornado. Funções: reforço de paredes, estruturação paredes, suporte de entablamento, cornijas de portais e janelas. (Ibid., p.195).

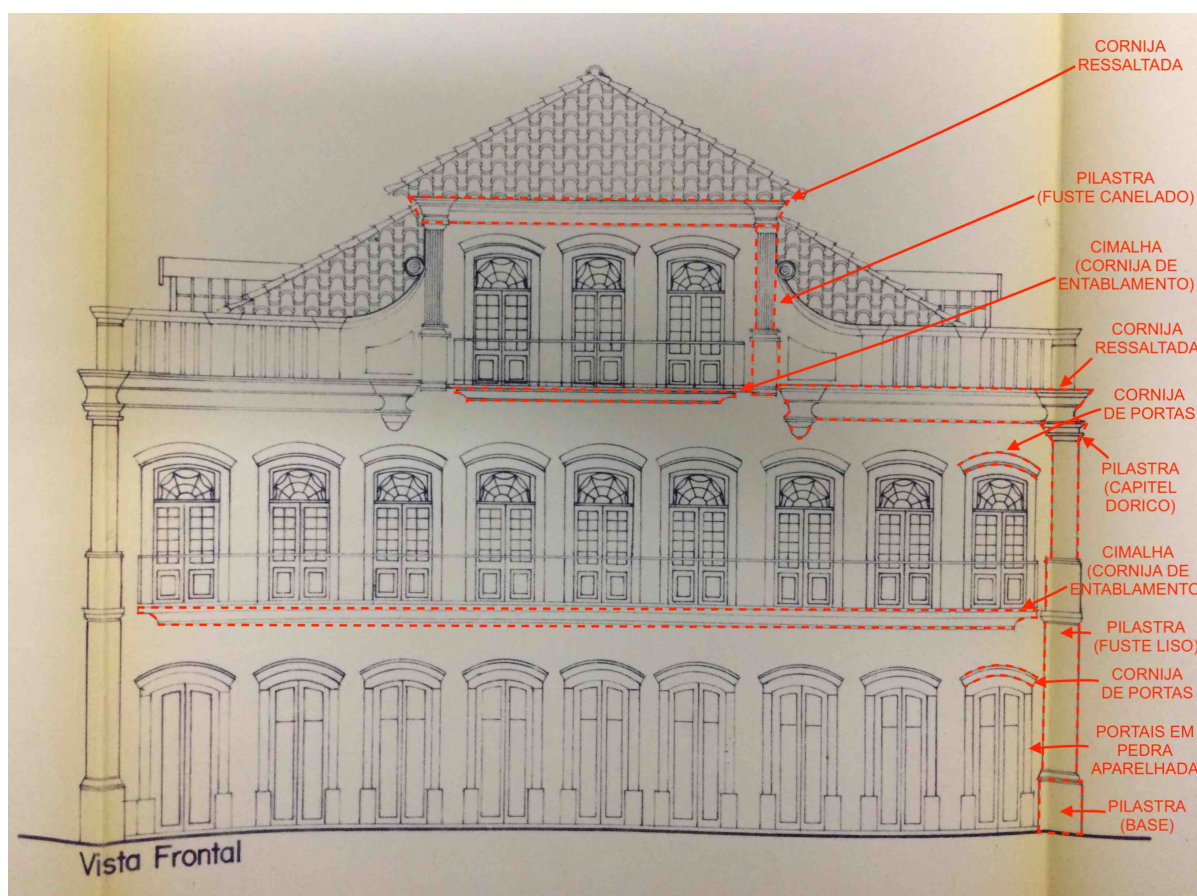
²¹ Pináculos – Pequena torre ornamental gótica, fina e pontiaguda, construída sobre pilares e colocada sobre torres ou gabletes. É composta de: 1. *corpo* ou *fuste* quadrado ou octogonal, que normalmente tem o aspecto de um tabernáculo, decorado com rendilhado e rematado em cada lado por um pequeno telhado de duas águas; 2. *coruchéu* ou *calota*, de forma piramidal, normalmente ornamentado de folhas e rematado por uma grande flor. (Ibid., p.195)

²² Cornijas – Faixa que se destaca horizontalmente da parede e acentua as suas nervuras horizontais. 1. *cornija do embasamento*, moldura superior da base; 2. *friso de cornijas*, posto entre os andares; 3. *cornijas cortadas*, cornija cortada obliquamente, corre abaixo das janelas e contorna a moldura dos contrafortes; 4. *cornija de entablamento grego*, separa a parede do teto ou do ático. 5. *cornija de portas e janelas*, dependendo dos elementos arquitetônicos que coroa. Chama-se de ressaltada uma cornija que rodeia as saliências de uma parede, portanto com um percurso não retilíneo. (Ibid., p.129)

²³ Cimaltha – Cornija do entablamento dos templos antigos, que funciona como goteira. (Ibid., p.122)

origem humilde e veio para o Brasil em busca de uma vida melhor. Então, qual a origem da sofisticação e riqueza do Sobradão? Tentarei responder essa pergunta pesquisando sua mulher, na verdade, mulheres, pois esse português foi casado, primeiramente com Francisca Leite e posteriormente com Benedicta Salgado de Almeida Fortes. Para tanto, é preciso estabelecer suas origens, seus antepassados, suas condições financeiras e sociais, antes do matrimônio.

FIGURA 22 - VISTA FRONTAL



Fonte: arquivo – IPHAN/SP (levantamento de 1981). Anotações do autor em vermelho.

Sobre sua primeira mulher têm-se poucas informações, e um estudo mais aprofundado seria de grande valor para estabelecer fortes relações com a historiografia brasileira. Ao pesquisar o mapa geral dos habitantes existentes na Vila de Ubatuba, no ano de 1814, no Arquivo do Estado, encontra-se no fogo nº46, dados de Francisca Leite: branca, 24 anos, natural de Ubatuba, casada com o cabo 2º Manoel Alves de Moura, 35 anos, branco, também natural de Ubatuba, lavrador e possuidores de uma escrava, negra, 14 anos, designada sob o nome de Catharina. No documento Francisca Leite é classificada como “B”, referente a branco, mas não sabemos sua ascendência, se ela é europeia, índia ou mameluca; se pertencia a uma

família rica ou pobre. Essa classificação da cor é explicitada por Maria Luiza que nos dá maiores detalhes para a situação de Francisca.

.....No Brasil tradicional, frequentemente a pobreza estava associada à mestiçagem, à cor. Ser “branco” necessariamente não significava um descendente de europeus apenas, pois a cor não estava associada apenas à pigmentação da pele. Em muitos casos o “branco” é o proprietário, o homem importante da localidade, o senhor de escravos e exportador de sua produção, aquele que pertence à categoria dos letrados ou do clero, mesmo tendo evidentes misturas de sangue com o índio ou com o africano. Em outras palavras o registro da cor era um dos divisores entre dominantes e dominados: de um lado, o “branco” dominador, e, de outro, os pardos, pretos, índios associados aos pobres, oprimidos, vadios, sem patrimônio, sem terras, sem escravos. (MARCÍLIO, 2006, p.117)

Boris Fausto relata que sempre existiu grande preconceito social na colônia e, concomitantemente, uma certa tolerância no convívio social.

.....Era o princípio de pureza de sangue. Impuros eram os cristãos-novos, os negros, mesmo quando livres, os índios em certa medida e as várias espécies de mestiços. [...] a própria Coroa procurou estabelecer uma política menos discriminatória. Um alvará de 1755, por exemplo, chegou mesmo a estimular os casamentos mistos de índios e brancos, considerando tais uniões sem “infâmia alguma”. (FAUSTO, 2006, p.67)

Essa miscigenação também é relatada por Gilberto Freire.

.....Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da baguaceira, os europeus e seus descendentes tiveram, entretanto de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações [...] de “superiores” com “inferiores” [...] (SANTIAGO, 2002, p.128)

Nenhum recurso financeiro foi mencionado aos recursos financeiros de Balthazar para aquisição de terras, principalmente na aquisição da sesmaria, concedida no ano após o casamento (24 de novembro de 1820). Supostamente, o português já adquirira algum recurso financeiro com atividades comerciais no período em que se estabeleceu no Rio de Janeiro, como descreve Barros,

[...] chama a atenção o fato de que Francisca Leite já fora casada anteriormente com Manoel Alves, sem herdeiros desse matrimônio, e do qual não se tem informação se havia herança ou dote prévio. O que se acha documentado é que a única fazenda inventariada (Figueira ou Figueira Grande) fora adquirida por Manoel Balthazar com título anterior a 1821, parte de sesmaria. (BARROS, 2011, p.31)

Apesar de possuir uma única escrava, que não é mencionada no Inventário de Francisca Leite (1839), era costume na época o marido receber um dote pela esposa, como nos relata Maria Paes.

Tendo, porém, perdido a esposa, voltou com seus filhos para São Paulo, onde possuía vastas propriedades. Ao cabo de alguns anos, contraiu novas núpcias com uma filha de pequenos fazendeiros. A noiva mais moça que ele vinte anos, esta bela e prendada. Trazia como dote, além de suas alfaías, um cavalo de montaria, duas mucamas e um pajem. (MOURA, 1998, p.93)

Isso não ocorreu quando do seu casamento com Manoel Balthazar, o que me faz supor que Francisca Leite e seu primeiro marido pertenciam ao grupo domésticos dos sem-terra, como descreve Maria Luiza

De tudo isso se conclui que os grupos domésticos dos sem-terra eram constituídos em sua maioria por jovens casais, ainda em fase de estabelecerem-se; por filhos casados de proprietários e posseiros que cultivavam as mesmas terras de seus pais, embora vivendo em casas separadas [...] (MARCÍLIO, 2006, p.118)

Até o início do século XIX a organização espacial em Ubatuba se deu de forma espalhada e teve como unidade básica o “fogo” ou o grupo doméstico, como detalha, Maria Luiza, o quadro da estrutura fundiária no ano de 1817,

[...] em primeiro lugar, a existência de 58,4% de grupos domésticos sem-terra. Dos restantes (41,6%), que declaram possuir a posse do solo, a qualquer título, outros 58% detêm parcelas pequenas (de 9 há em média). Em contrapartida, 29% dos que possuem terra são os grandes senhores rurais, com propriedades enormes, que em média atingem 506 há. (MARCÍLIO, 2006, p.65)

Portanto, Francisca Leite, supostamente é enquadrada dentro da sociedade camponesa de Ubatuba do início do século XIX, cujas terras dos caiçaras estavam dentro do sistema agrícola de economia camponesa, que, como nos descreve Maria Luiza,

Seu sistema de produção está organizado para responder, primeiramente, às necessidades do grupo doméstico. [...] raramente a exploração pode ser tida como autarcia, inteiramente auto-suficiente. Ela precisa extrair de sua produção um excedente para adquirir dos artesãos ou do exterior os produtos e serviços de que tem necessidade e que não pode produzir dentro do grupo doméstico: ferramentas, habitação, vestiário. E deve tirar um meio de troca com o exterior, para obter bens que a coletividade não possui e não pode produzir (sal, pólvora, etc) além de ter que oferecer uma contribuição à sociedade global, sob a forma de impostos em dinheiro ou in natura. [...]. Os grupos domésticos não compreendem só parentes, mas também podem conter não-parentes, incluindo por vezes um ou poucos escravos. (MARCÍLIO, 2006, p.35)

Essa suposição pode ser confirmada pela descrição, no mapa geral dos habitantes da vila de Ubatuba, no ano de 1814, na coluna “Ocupações e casualidades: É lavrador. Fabricou de farinha 33 alqueires²⁴. 27 gastou e 6 vendeu a Vila de Santos a 640 réis. Não teve casualidades”²⁵. O único patrimônio de Francisca Leite é “o que se acha documentado é que a única fazenda inventariada (Figueira ou Figueira Grande) fora adquirida por Manoel Balthazar com título anterior a 1821, parte de sesmaria.” (BARROS, 2011, p.31)

Sesmaria foi sistema estabelecido pela Coroa Portuguesa com o intuito de ocupar e possuir sua colônia na América, como explica Boris Fausto,

[...] a maior ameaça à posse do Brasil por Portugal não veio dos espanhóis e sim dos franceses. A França não reconhecia os tratados de partilha do mundo, sustentando o princípio de que era possuidor de uma área quem efetivamente a ocupasse. (FAUSTO, 2006, p.43)

Já no início da colonização do Brasil, por volta de 1.530, o rei de Portugal, Dom João III, decidiu-se pela criação das capitanias hereditárias, como continua Fausto.

Os donatários receberam uma doação da Coroa, pela qual se tornavam possuidores mas não proprietários da terra. [...] Eles [capitães-donatários] constituíam um grupo diversificado, no qual havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum suas ligações com a Coroa. [...] A posse dava aos donatários extensos poderes tanto na esfera econômica (arrecadação de impostos) como na esfera administrativa. [...] Do ponto de vista administrativo, eles tinham o monopólio da justiça, autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando. A atribuição de doar sesmarias é importante, pois deu origem à formação de vastos latifúndios. A sesmaria foi conceituada no Brasil como uma extensão de terra virgem cuja propriedade era doada a um sesmeiro, com a obrigação – raramente cumprida – de cultivá-la no prazo de cinco anos e de pagar tributo devido à Coroa. (FAUSTO, 2006, p.44)

Não durou muito, cerca de 19 anos, Dom João III decide estabelecer o governo geral do Brasil com o objetivo de organizar a administração na Colônia, pois os rendimentos da Coroa portuguesa começaram a cair na esfera internacional: início da crise nos negócios da Índia, devido a concorrência com os ingleses e dinamarqueses no mercado com o Oriente; sofrera várias derrotas militares no Marrocos; fechou-se o

²⁴ Alqueire: medida de capacidade e medida agrária. Como medida de capacidade o alqueire variava segundo a localidade, e quiçá no tempo. Como medida agrária também varia. Em nosso trabalho deve-se entender por medida de capacidade. SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil, pág. 462 – cita 36,27 litros. TAUNAY, Alfonso de E. Um Capitão General Estadista. Anais do Museu Paulista XV, pág. 491 – dá 36,26 para o alqueire de terra. (HOLME, 1971, p.21)

²⁵ texto original: “Ocupacioens e casualidades: Lhe lavrador. Fabricou de far.^a 33 alq.es. 27 gastou e 6 vendeu a V.^a de S.tos a 640 R. Não teve casualidades” (ARQUIVO DO ESTADO. Maço de população. Rolo 216, lata 190)

entrepasto comercial português de Flandres por ser deficitário; e mais importante, os espanhóis tinham crescentes êxitos na exploração de metais preciosos. Portugal, assim como as demais nações europeias adotaram na época as concepções políticas abrangidas pela expressão mercantilismo.

Tanto a prática como a teoria partiram do princípio de que não há ganho para um Estado sem prejuízo de outro. Como alcançar o ganho? Atraindo para si a maior quantidade possível do estoque mundial de metais preciosos e tratando de retê-lo. Isso deveria ser alcançado por uma política de proteção dos produtos dos países através de uma série de medidas: reduzir pela tributação elevado, ou proibir a entrada de bens manufaturados estrangeiros e facilitar o ingresso de matérias-primas; inversamente, proibir a saída de matérias-primas produzidas no país e estimular a exportação de manufaturados quando estes concorressem vantajosamente no mercado internacional. (FAUSTO, 2006, p.55)

Diante desse cenário, Portugal voltou seus olhos para o Brasil, e a colonização começou a tomar forma.

[...] com exceção das Capitanias de São Vicente e Pernambuco, as outras fracassaram em maior ou menor grau, por falta de recursos, desentendimentos internos, inexperiência, ataques de índios. Não por acaso, as mais prósperas combinaram a atividade açucareira e um relacionamento menos agressivo com as tribos indígenas. [...] Entre 1752 e 1754, o Marquês de Pombal completou praticamente o processo de passagem das capitanias do domínio privado para o público. (FAUSTO, 2006, p.45)

O Brasil se tornaria a colônia mais importante para a coroa Portuguesa.

[...] o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da Metrópole portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e assentada na grande propriedade. (FAUSTO, 2006, p.48)

Seguindo o padrão estabelecido na colônia, “por meio de título de sesmaria: a Fazenda Figueira, adquirida em sociedade com o Alferes Francisco José da Costa (SÃO PAULO. Estado, 1994, p. 159), em partes iguais” (BARROS, 2011, p.53), teria razoáveis dimensões, aproximadamente de 900 alqueires paulista, descrita na documentação oficial, transcrita por Maria Helena.

Meia legoa²⁶ de terras com uma de fundo no districto da Villa de Ubatuba, junto à fazenda do primeiro suplicante, fazendo pião na margem do ribeirão

²⁶ “Lêgoa. Espaço de caminho, que tem diferente comprimento, conforme as diferentes medidas itinerárias das nações. [...]. A cada legoa Portuguesa fe attribuem em Portugal três mil braças de duas varas, ou dez palmos craveiros cada braça, que fazem paffos quatro mil, de cinco pes cada paffo, & cada pe de palmo & meyo. Efta medida de três mil braças efta ordenada no Brafil por authoridade publica para as medições de terras.”. (Cf. R. Bluteau, v. 5, 1716, p. 66)

denominado Cachoeira grande, dez braças²⁷ acima da barra que nelle faz o ribeirão chamado Rio Comprido, findando a testada na estrada da Serra a rumo direito e o sertão para a parte de Oeste, vindo de Ubatuba para a Villa de S. Luiz do Parahytinga a parte da estrada que segue para cima da serra. (BARROS, 2011, p.53)

Ainda pelo Testamento de Francisca podemos ter uma descrição mais detalhada da Fazenda Figueira, como tendo

cazas de moradia de sobrado com engenho de socar café por baixo com abanador, engenho de moer cana com alambique tudo na mesma casa, outro engenho de [...] moer milho e [...] de todas de relar mandioca duas senzalas dois carros, quatro bois dois animais cavalar trinta mil pés de café tenda de ferreiro e mobília de caza de morada [...]. (BARROS, 2011, p.55)

Nota-se algumas semelhanças entre a casa de morar típicas das fazendas brasileiras no período colonial, cunhadas pelo termo casa-grande, e as casas minhotas e serranas em Portugal, descritas anteriormente, que são: a edificação com dois pavimentos, a escada e o alpendre de acesso, os materiais utilizados para erguê-las e também para cobri-las, e a configuração do telhado. Também se observa algumas diferenças relevante que é a diferenciação do uso por edifício e as dimensões das edificações. A edificação de morar, também conhecida por casa-grande, era separada das edificações de trabalho, tais como os engenhos e a senzala. Gilberto Freyre afirma que essa construção típica das fazendas coloniais brasileiras é um novo tipo de habitação.

A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil – grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e dos lados, telhados caídos num máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais – não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português: a atividade agrária e sedentária nos trópicos; seu patriarcalismo rural e escravocrata. Desde o momento que o português, guardando embora aquela saudade do reino que Capistrano de Abreu chamou “transoceanismo”, tornou-se luso-brasileiro; o fundador de uma ordem econômica e social; o criador de um novo tipo de habitação. Basta-se comparar-se a planta de uma casa-grande brasileira do século XVI com a de um solar lusitano do século XV para sentir-se a diferença enorme entre o português do reino e o português do Brasil. (SANTIAGO, 2002, p.130)

As grandes dimensões dessas edificações podem ser explicadas pelos diferentes papéis que tais construções tiveram que desempenhar aqui na Colônia,

²⁷ “Braça é uma medida de comprimento equivalente a 2,20 metros. Apesar de antiga, atualmente ainda é usada e compreendida por muitos trabalhadores rurais e outras pessoas envolvidas com o meio rural. Ao conjunto de 3.000 braças se dá o nome de légua”. (<https://wikipedia.org/wiki/Braça>)

diferentemente das construções existentes na Metrópole. Gilberto Freyre, nos trás, descritas, tais diferenças.

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de famílias, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). (SANTIAGO, 2002, p.131)

Gilberto Freire ainda continua a descrever a estética de tais arquiteturas.

.....O que a arquitetura das casas-grandes adquiriu dos conventos foi antes certa doçura e simplicidade franciscana. [...] A arquitetura jesuítica e de igreja foi, não há dúvida, e nisto me encontro de inteiro acordo com José Mariano Filho, a expressão mais alta e erudita de arquitetura no Brasil colonial. Influenciou certamente a casa-grande. [...] A casa-grande venceu no Brasil a Igreja. [...] A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. “Feias e fortes”. Paredes grossas. Alicerces profundos. (SANTIAGO, 2002, p.132)

Todas essas descrições da casa-grande servem como referência para as características arquitetônicas da casa-grande erguida na Fazenda Figueira, já que não há mais fontes de informação sobre a mesma, e essa não existe mais, como indica o testamento de Balthazar, “... com uma casa [...] arruinada...” (BARROS, 2011, p.57). Gilberto Freyre salienta tal degradação ocorrida, também, em outras edificações rurais coloniais brasileiras.

O irônico, porém, é que, por falta de potencial humano, toda essa solidez arrogante de forma e de material foi muitas vezes inútil: na terceira ou quarta geração, casas enormes edificadas para atravessar séculos começaram a esfarelar-se de podres por abandono e falta e falta de conservação. Incapacidade dos bisnetos ou mesmo netos para conservarem a herança ancestral. (SANTIAGO, 2002, p.132)

Portanto, assim se resumia o patrimônio de Manoel Balthazar após a morte da primeira esposa, cuja Fazenda, descrita no termo Bens de raiz²⁸, correspondia a quase a metade de todo o inventário, cerca de 45% (R\$1.476.000,00); seguido da propriedade de escravos, aproximadamente 31% (R\$1.012.290,00), conforme tabela abaixo:

²⁸ Bens de raiz (código civil). Corresponde-se o solo e sua superfície com acessórios e adjacências naturais. www.encyclopedia-juridica.biz14.com

TABELA 1 - BENS DO CASAL MANOEL BALTHAZAR E FRANCISCA

Escravos	8:230\$000
Café em casca groça (sic) (200 alqueires)	400\$000
Bens de raiz	12:000\$000
Casa e terrenos	450\$000
Dívidas ativas	5:400\$748
(Total)	26:480\$748²⁹

Fonte: BARROS, 2011, p.35

O casamento foi o processo base de formação da sociedade colonial brasileira, e a união de Francisca com Balthazar, que se estabelecerem na casa-grande da Fazenda Figueira, é só mais um exemplo dessa prática muito utilizada para a consolidação social da colônia portuguesa na América, como saliente Gilberto Freyre.

A nossa verdadeira formação social se processa de 1532 em diante, tendo a família rural ou semi-rural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com moças órfãs ou mesmo à-toa, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros. (SANTIAGO, 2002, p.170)

Já que os escravos são, praticamente todos, empregados na fazenda como força motriz da mesma, a principal ocupação e fonte de renda do casal, deveria ser a Fazenda Figueira. Essa fonte de renda também é comprovada pela descrição das “ocupações e casualidades”, no Mapa Geral dos habitantes existentes na Vila de Ubatuba no ano de 1822, fogo 99, de Manoel Balthazar (ARQUIVO DO ESTADO):

“É lavrador. Fabricou de farinha 614 alqueires. 400 disso vendeu para a Ilha Grande a 640, e 200 gastou. Colheu de arroz 600 alqueires e vendeu para a Ilha Grande a 560 e 50 alqueires de feijão que gastou. Acrescenta nesta lista os escravos Antônio, Roza, Joanna, e João congo que comprou no Rio de Janeiro.”³⁰

²⁹ Conto de réis (1:000\$000) é uma expressão adotada no Brasil e em Portugal para indicar um milhão de réis. [...]. Um conto de réis era uma quantia de grande valor intrínseco: em 1833, 2\$500 era representado por uma oitava (equivalente a aproximadamente 3,59 gramas) de ouro de vinte e dois quilates. No livro 1808, Laurentino Gomes faz uma conversão de réis em Real, baseando-se em outros atores que se empenharam para torna-la o mais próximo do valor atual, levando em consideração os valores da inflação. Cabe lembrar que a conversão, mesmo próxima, não é exata. O valor aproximado é o seguinte: 1 Conto de Réis (1:000\$000) – R\$ 123.000,00. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Réis>)

³⁰ texto original: “Lhe lavrador. Fabricou de far.^a 614 alq.^{es}. 400 d.^{os} vendeu p.^a Ilha Gra.^{de} a 640, e 200 gastou. Colheu de arroz 600 alq.^{es} e vendeu p.^a Ilha Gra.^{de} a 560 e 50 alq.^{es} de feijão que gastou. Acres a nesta lista os escravos Antônio, Roza, Joanna e João Congo qe comprou no Rio de Jan.o.” (ARQUIVO DO ESTADO, Maço de População. Rolo 216, lata 0190).

Assim, deduzo que a sofisticação e o requinte arquitetônico aplicado ao Sobradão do Porto não veio da influência sociocultural da primeira esposa de Balthazar. Provavelmente o casal residiu na casa-grande da Fazenda Figueira, pois “a fazenda estava plenamente montada” (BARROS, 2011, p.55) e esta, pode-se afirmar, possuía a “simplicidade franciscana” típica dessa arquitetura. Esse foi um “período de trabalho empreendedor e de acumulação de bens para o casal” (BARROS, 2011, p.30). Tal dedução me leva a pesquisar sua segunda esposa, Benedicta Salgado de Almeida Fortes.

Benedicta pertencia a uma das famílias da elite social de Pindamonhangaba, no século XIX, composta, em grande parte, por abastados fazendeiros de café. Exemplo é seu pai, o Ajudante Antônio Moreira de Souza, que possuía uma fazenda nas proximidades dessa mesma cidade, na qual cultivava café. Cruzando informações do livro de Maria Helena T. C. Barros e da monografia de Julio Roberto Katinsky, verifica-se que Benedicta é sobrinha de Antônio Salgado da Silva, o Visconde de Palmeira (antigo Barão de Palmeira).

“Consta do documento obtido que Benedicta era filha do Ajudante Antônio Moreira de Souza e de sua mulher Maria Correa Salgado, tendo sido seus padrinhos de batismo o tenente José Francisco de Almeida (avô paterno) e Maria Correa (avó materna). (BARROS, 2011, p.21, grifo do autor)

O Capitão Antônio Salgado Silva era casado com Dna. Antônia Bicudo Salgado. Foram seus pais, o Capitão Antônio da Silva Salgado e D. Maria Correa. (KATINKY, 1979, p.15, grifo do autor)

Assim, por parte de sua mãe, Benedicta pertencia a uma das famílias mais tradicionais e ricas da cidade de Pindamonhangaba, no Vale do Paraíba, na Província de São Paulo. Pesquisando mais a fundo a ascendência de Benedicta, no Projeto Genealogia Paulistana, elaborado pelo engenheiro Ferroviário Luiz Gonzaga da Silva Leme, descobri outros parentes ilustres, como sua prima Maria Bicudo Salgado, Baronesa de Palmeira e sogra do Barão de Lessa; sua tia Florinda Maria Salgado, primeira esposa de Custódio Gomes Varella, Barão de Paraibuna; sua prima Benedicta Bicudo Salgado, segunda esposa do mesmo Barão; uma outra prima, Francisca Bicudo Salgado, casada com Joaquim Antônio de Mello, filho do Capitão-

É notório os títulos nobiliárquicos e militares, tanto na época do Império quanto do Reino, tais como ajudante, capitão, tenente, barão, visconde, entre outros; descritos na genealogia de Benedicta. Isso denota que ela pertencia a “uma aristocracia de riqueza e poder, mas não uma nobreza hereditária do tipo que existia na Europa. O Rei concedia títulos de nobreza por serviços prestados ou mediante pagamento. Entretanto, esses títulos não passavam aos herdeiros” (FAUSTO, 2006, p.80). Qual o interesse em adquirir tais títulos? A resposta está na manutenção da influência da rede familiar da classe dominante nas esferas governamentais, visando garantir interesses particulares, principalmente dos senhores de engenho, e pelo outro lado, o governo transporia os inúmeros obstáculos aqui deparados na tentativa de transpor a organização administrativa lusa, garantindo o Estado patrimonial luso, onde tudo é patrimônio do rei. Assim, segundo Fausto (2006, p.75) “há um duplo movimento do Estado em direção à sociedade e desta em direção ao Estado. Esse movimento se caracteriza pela indefinição dos espaços público e privado”. Fausto ainda explana tal movimento denominando de

A família ou as famílias em aliança – e aqui estamos falando de famílias da classe dominante – surgem como redes formadoras não apenas por parentes de sangue mas por padrinhos régio e afilhados, protegidos e amigos. Para a Coroa, o Estado é um patrimônio régio e os governantes devem ser escolhidos entre os homens leais ao rei. Por sua vez, os setores dominantes da sociedade tratam de abrir caminho na máquina estatal ou receber as graças dos governantes em benefício da rede familiar.

Por caminho diversos, resulta disso um governo que se exerce não de acordo com padrões de impessoalidade e respeito à lei, mas segundo critérios de lealdade. A expressão “para os amigos tudo, para os inimigos a lei” resume a concepção e a prática que descrevemos. O fato de que ela tenha sido atribuída a um presidente da República mostra que estamos diante de um padrão de comportamento com longa vida na história do Brasil. (FAUSTO, 2006, p.76)

Esse movimento fica mais evidente quando nos deparamos com a “declaração e assinatura de Balthazar, no Testamento de 1870, como Capitão. Com certeza, a hipótese mais plausível é que tenha obtido da Guarda Nacional³², ao invés, “por

³² A Guarda Nacional foi criada num contexto após abdicação de D. Pedro I, onde ocorriam diversos choques entre nacionais e lusos e havia receio na sociedade que os militares tomassem alguma atitude restauradora, posicionando-se pela volta de D. Pedro I. O exército tinha sua base formada basicamente de negros, mulatos, homens pobres, na maioria dos casos, sem nenhuma qualificação profissional, pouco considerados socialmente, já os altos postos de comando eram ocupados por estrangeiros, provocando uma falta de confiança do governo na fidelidade do exército, considerado uma ameaça em potencial ao liberalismo da nova ordem instaurada com a Regência. [...] Os membros da Guarda Nacional eram recrutados entre os cidadãos eleitores e seus filhos, com renda anual superior a 200 mil réis nas grandes cidades, e 100 mil réis nas demais regiões, esses indivíduos não exerciam profissionalmente a atividade militar, mas, depois de qualificados como guardas nacionais, passavam a fazer [arte do serviço ordinário ou da reserva da instituição. A Guarda Nacional tinha forte base

suposição, ter acompanhado a família real como membro do batalhão de guarda (reforçado por fonte jornalística), hipótese plausível e aceitável (apesar de não coadunar com outras datas da linha da história de sua vida) “ (BARROS, 2011, p.13).

Portanto, o interesse nessa união matrimonial fora mútuo. O português se interessava em pertencer à elite social, conseguir mais facilmente um título militar, e com isso benefícios, na esfera pública, para os seus negócios. Pelo outro lado, a família de Benedicta interessava em legitimar a alta posição social que mantinham através de “sangue europeu”, conforme Fausto (2006, p.81)

Com ocorrer do tempo, a partir de muitos casamentos realizados entre as mesmas famílias, os senhores de engenho se converteram em uma classe homogênea. Seus membros mais prestigiosos trataram então de traçar uma genealogia que estabelecesse suas raízes nobres em Portugal

É nesse contexto social de Pindamonhangaba no século XIX, que Benedicta fora criada. Uma breve exposição dele é descrita pelo arquiteto Gustavo Neves (SÃO PAULO, 2005, p.8)

Bastante obscuro é também o século XVIII que se iniciou com grande agitação por parte dos pindamonhangabenses, na mineração de além Mantiqueira, terminando por pequeno ciclo de cana-de-açúcar. Acentua-se a atividade escravocrata, após apresamento do índio. Firmam-se velhas famílias, proprietárias de sesmarias e latifúndios; três das mais antigas foram os Romeiro, Godoi e Salgado-Bicudo e duas mais recentes, Marcondes e Homem de Melo. Os descendentes vão se destacar no século XIX, com o ciclo do café, construindo seus palácios e conquistando títulos de nobreza, tais como Barão Homem de Melo, 1º e 2) Barões de Pindamonhangaba, Barão de Romeiro, Barão de Itapeva, Barão de Lessa e outros.

No início do século XIX assinala-se a participação dos pindamonhangabenses no Grito do Ipiranga, com a maior das representações, formando a Guarda de Honra do Príncipe Regente o Coronel Manuel Marcondes de Oliveira e Melo como comandante, [...]. A Altivez da gente pindense, os brios do povo econômica, étnica e socialmente forte vão eclodir na revolução de 1842, na qual tomam parte ativa.

À elevação à categoria de cidade, por Lei de 3 de abril de 1849, segue-se a fase econômica do café, recebendo Pindamonhangaba o cognome de Princesa do Norte. Os sobradões de hoje, velhos e senhores, falam-nos desses dias de glória, de abastança e fidalguia e, já por isso, já por ter sido erguida num platô beirando o rio Paraíba, donde se descortina a imponência da Serra da Mantiqueira, encontra-se na alma do pindense, até hoje, essa qualquer coisa de sobranceiro, de hospitalidade, diremos até mesmo, de orgulho sadio.

municipal e alto grau de politização. A sua organização se baseava nas elites políticas locais, pois elas que formavam ou dirigiam o Corpo de Guardas. Como uma instituição de caráter civil, a Guarda Nacional era subordinada aos juizes de paz,[...]. Em 1864, a Guarda nacional consistia em 212 comandantes superiores e um grande quadro de oficiais. Contava com 595.454 praças, distribuídos na artilharia, cavalaria, infantaria e infantaria reserva. ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_Nacional_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_Nacional_(Brasil)))

Assim, ao casar-se com o português, Benedicta irá, conforme a tradição, transferir essa “alma nobre pindense” para a nova morada (Sobradão do Porto) e vida de Balthazar. Por não ter nenhum relato do cotidiano doméstico no interior do Sobradão, irei recorrer a dois textos, escritos por duas escritoras, o que acredito ser o mais apropriado para a tarefa de descortinar a vida social dentro desses sobradões, do que o ponto de vista feminino. O primeiro texto, *No Tempo de Dantes*, escrito por Maria Paes de Barros³³; e o segundo, *Como se Vivia nas Vilas e Fazendas Antigas*, por Noêmia B. Bierrenbach.

É nesse universo familiar que iremos identificar o papel social desempenhado pelos seus membros: pai, mãe, filhos, filhas e escravos. Começamos pela divisão de gênero, tão estabelecida e rígida, aplicada ao trabalho e à educação, impostas tanto à esposa quanto às filhas.

..... Sendo a instrução muito elementar, por não haver colégios para o sexo feminino, nem tampouco livrarias, as ocupações das meninas cingiam-se à vida doméstica. Raramente lhes chegava ao alcance algum livro, exceto o de missa ou uma dessas narrativas de fama universal, como o *Paulo e Virgínia* de Bernardin de St. Pierre, que liam então com ávido interesse. (MOURA, 1998, p.91)

..... Nessa época, em que toda a roupa era feita em casa, não havia quem não soubesse manejar uma agulha. Além de suas lições, as “manas mais velhas”, que nunca estavam ociosas, ocupavam-se de toda espécie de trabalhos, tanto os de utilidade como os de fantasia: executavam-se bordados em talagarça ou seda, com lã, miçangas e seda frouxa. Atingiam, no entanto, a perfeição, nos bordados brancos. Mas com que esforço!... Para isso colhiam folhas de maracujá, que eram trituradas e coadas. Obtida assim uma bela tinta verde, nela embebiam a pena e riscavam o desenho sobre o pano. Era esse então alinhavado sobre um pedaço de encerado próprio para tal fim, bem esticado. Desde cedo eram as pequenas iniciadas nas “prendas domésticas”, consideradas tão necessárias quanto os estudos. Olhares vigilantes acompanhavam todos os atos de suas vidas, atentos tanto à instrução como à educação moral e religiosa (_____, p.100)

Essa superposição de trabalho e lazer, é identificada somente nas atividades desempenhadas pelas mulheres, como nos descreve Carlos Lemos (Lemos, 1978, p.59).

..... É através da atuação feminina que percebemos a perfeita superposição estar-serviço. Havia a segregação mouro de mulheres e elas, nunca aparecendo a ninguém

³³ Breve explicação por Monteiro Lobato: “Tem este livro uma grande originalidade: foi escrito por uma alta dama paulista de noventa e quatro anos de idade. [...] Graças a esse verdadeiro fenômeno, temos hoje diante de nós um quadro panorâmico do que fomos socialmente muitas décadas atrás, na reconstituição das idéias, dos costumes, dos preconceitos, dos brinquedos, dos passeios, das diversões, da mesa e de tudo mais que formava o *modus vivendi* duma família de alto estadão e severos princípios de moralidade. (MOURA, 1998, p.87)

e sempre espreitando pelas frestas das portas e pelas treliças das rótulas, organizavam na intimidade das dependências internas da morada a subsistência da família, conservando hábitos, transmitindo ensinamentos, mantendo tradições, usos e costumes, e perpetuando o artesanato delicado dos bordados, das rendas, dos tecidos, dos trançados, dos doces, bolos, biscoitos, dos remédios, mezinhas, xaropes e emplastos.

Assim a arquitetura se disponibilizava, quanto a disposição dos ambientes, a garantir no sobrado um ambiente tranquilo, silencioso e seguro, para o desenvolvimento das atividades femininas; longe dos olhares externos, separado fisicamente a vida pública e social.

Geralmente, dando para um jardim, ficavam certas dependências da moradia, tais como: a “sala de bilhar”, a das “armas” e da “escola” dos sinhôs-moços, cujo ensino era ministrado por professores competentes. Para as sinhazinhas a instrução era ministrada por professoras, quase sempre francesas, as quais também lecionavam piano, canto, costura, bordados, dança e equitação (MOURA, 1998, p.192)

Ainda na área de estar íntimo da família, outros cômodos se fazem presentes, especialmente os quartos, também denominados de camarinha³⁴ e alcovas³⁵, descritos por Maria Paes (MOURA, 1998, p.93)

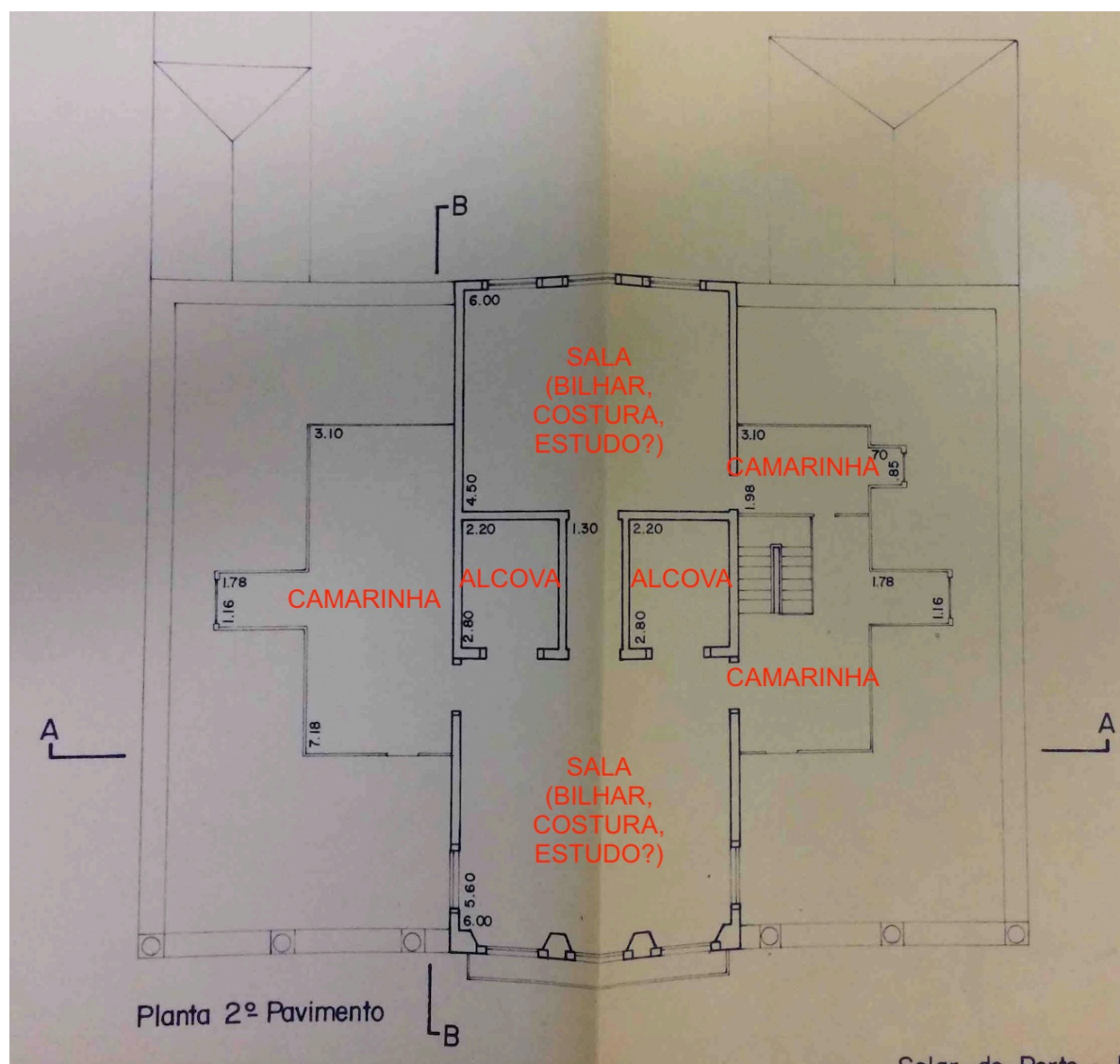
[...]. Os bebês chegavam regularmente, [...]. Era este recebido com júbilo e imediatamente submetido aos excessivos cuidados habituais. Coberto o soalho de um encerado escuro, semicerradas as janelas, durante vários dias permanecia o pequenino no vasto dormitório. [...]. Dias depois, passava o pequeno para o quarto de vestir, habituando-se à luz nessa peça clara e alegre, toda forrada de acetinado papel branco, com ramos de rosas pálidas atadas com fita azul-celeste; o soalho era coberto por esteirinha fina. Mobiliavam-na, a um lado, a cômoda preta ornada de incrustações douradas e, tomando toda a parede adjacente, o vasto guarda-roupa, com seus cabides engenhosos e grandes gavetas.

Podemos identificar tais ambientes, descritos acima, no Sobradão do Porto, distribuídos no segundo pavimento e isolado dos demais e, portanto, privado à família.

³⁴ CAMARINHA – Diminutivo de câmara aplicado para designar dormitórios ou alcovas. Em nossos primeiros séculos foi generalizado o emprego do termo com aquele sentido, aparecendo a palavra com muita frequência em documentos antigos, principalmente inventários. Existiu também, a forma CAMAROTA com a mesma acepção. Foi costume, em nossa arquitetura particular antiga, a construção de pequenos aposentos superiores, acima do último pavimento normal, como se fosse pequenos torreões engasgados na cobertura que, longe de representar um aproveitamento do desvão do telhado, constituíam mais um minúsculo andar, geralmente servindo de dormitório com o nome de camarinha, ou de ÁGUA FURTADA. (CORONA; LEMOS. 2017, p.100)

³⁵ ALCOVA – A palavra vem do árabe “al-kubba” e etimologicamente quer dizer abóbada de um edifício, cúpula, edifício em abóbada. Tabernáculo, ermida ou, ainda, pequeno edifício levantado em memória de pessoa importante. Através da língua andaluza passou a designar “compartimento de casa” e especialmente dormitório. Hoje em dia quer dizer pequeno quarto. Local reservado para leito. Vulgarmente, entende-se, no Brasil, por alcova todo dormitório situado no interior das residências, sem janelas para o exterior. (_____, p.28)

FIGURA 23 - IDENTIFICAÇÃO DOS AMBIENTES NO 2º PAVIMENTO



Fonte: arquivo – IPHAN (levantamento de 1981). Anotações do autor em vermelho.

Esses ambientes também eram mobiliados com requintados móveis, provavelmente importados ou fabricado na corte, de acordo com a avaliação/partilha de Manoel Balthazar, em 1874 (BARROS, 2011, p.80)

- Nos quartos ou alcovas havia os seguintes móveis, também inventariados:
- 1 sofá de palhinha, no quarto de dormir
- 1 lavatório de madeira com jarra e bacia de louça estampada
- 1 espelho dourado, de tamanho regular
- (?) camas, de armação antiga
- 4 marquesas com quatro colchões usados

Toda essa disposição arquitetônica se fez, também, com o objetivo de isolar as filhas, confinando-a à vida doméstica, e assim, garantir um bom casamento às mesmas. Portanto, quanto mais bem-educada, mais recatada fosse uma filha, quanto

melhores fossem seus dotes domésticos, melhores, também, seriam seus pretendentes. Dessa forma, um coronel, ou um juiz, ou mesmo um europeu; podiam se candidatar a cotejar tais meninas, e assim, os casamentos entre famílias, como descrito anteriormente, conservaria o status social.

As manas já estavam moças, tendo atingido a idade em que se pensava no importante problema matrimonial – caso grave que ficava quase exclusivamente a cargo dos pais. Vários pretendentes fizeram seus pedidos ao comendador, alguns por carta, outros por intermédio de amigos. Mas o papai era escrupuloso: atendia a todas as recomendações, procurava obter informes. Com que cuidado intentava saber se na família havia mescla de cor! O principal era que fosse de boa família. Já havia sido recusado um bom partido para uma das manas, por ser tanto duvidosa a sua ascendência. Isso decidia o papai, mesmo sem consultar as filhas, porque, dizia ele, “impedir em certos casos um casamento é meu dever – obrigar nunca” (MOURA, 1998, p.131)

Episódio semelhante se sucedera na família de Balthazar. É a respeito do coração inquieto da filha mais nova, Carolina, que se apaixonara por um estudante de medicina, mas (BARROS, 2011, p.19)

Diz a lenda que Manoel Balthazar teria aceitado a proposta de um outro candidato, mais ao seu gosto e de acordo com seus critérios, ignorando os reclamos e argumentos de Carolina, tendo iniciado todos os preparativos para as bodas, a exemplo do que tinha acontecido com as outras filhas. Aproximando-se a data estipulada, as comitivas de parentes e amigos do Vale do Paraíba (Pindamonhangaba e arredores) foram chegando em lombo de mulas, serra abaixo, trazendo presentes e muita bagagem, para lá se hospedarem por vários dias. Consta que Carolina, em meio à elaboração das quitandas para a recepção, que seria pomposa, teria ido procurar o vigário para avisá-lo que não haveria mais casamento algum, pelo que ele teria aconselhado a não cometer nenhum desatino em desobediência do pai. Nada teria adiantado, pois ela contava com a ajuda de uma mucama de sua confiança para esconder-se entre os ramos de uma frondosa mangueira do pátio traseiro, onde recebia alimentos e roupas às escondidas. Passados a data e o horário marcado, sem que a noiva aparecesse, os convidados teriam começado a se retirar, a mãe teria caído de cama e o pai, após o retorno da rebelde, teria ignorado a sua presença até a morte, em 1874. Rancor misturado à cultura da época, porém sem comprovação.

Na história acima podemos conferir a grandiosidade da morada de Balthazar, o Sobradão do Porto, que além de abrigar todos da família, no total de 9 pessoas, mais a criadagem, cerca de 10 escravos (será tratado mais adiante sobre os escravos domésticos), hospedara, também, os parentes e amigos. Vauthier (VAUTHIER, 1979, p.44) ao analisar as dimensões das casas na cidade do Recife, diz “somente aqui teremos mais largura: 6,60 m a 7,70 m: 8,80 m talvez; mas isso seria enorme”. Cabe salientar a grande dimensão do Sobradão do Porto, que possui cerca de 19 metros

de testada, na fachada frontal. Os quartos para hóspedes é comum nas edificações residenciais nas Vilas (MOURA, 1998, p.177)

[...] as principais casas constavam de um corredor no centro dos prédios e de cada lado um ou dois cômodos. O primeiro era a sala de fora ou dos homens, e o segundo, o quarto de hóspedes, indispensável e raramente vazio. Do outro lado do corredor, a sala de visitas e se tinha um segundo cômodo, era para hospedar famílias.

Tais dormitórios, destinados aos hóspedes, também denominados de alcova, são identificados na parte central da planta no 1º pavimento do Sobradão do Porto. Nota-se que há uma primeira alcova ligada diretamente ao vestibulo, que seria destinado aos hóspedes menos próximos da família, como viajantes, comerciantes, outros. As demais alcovas, mais interiorizadas, ligadas aos ambientes sociais (sala de jantar, estar e salão), seriam destinadas às visitas próximas da família, tais como os parentes.

Esse mesmo esquema arquitetônico é repetido, também, nos sobrados urbanos.

Nos sobrados, quase sempre com comércio embaixo, a escada substitui o corredor: em cima, o patamar distribui os passos: salas na frente e a varanda atrás. A varanda, ainda a mesma, com sua grande mesa e dúzia e tanto de cadeiras, com cristaleiras, sofás, redes para a sesta, gaiolas de passarinho, vasos de avencas e do grande relógio de pesos e pêndulo dourado. (LE MOS, 1978, P.119)

Tipologia de planta arquitetônica tão repetida, copiada, difundida a todos os sobrados urbanos, que outros autores o descreve de forma semelhante (FILHO, 1987, p.114).

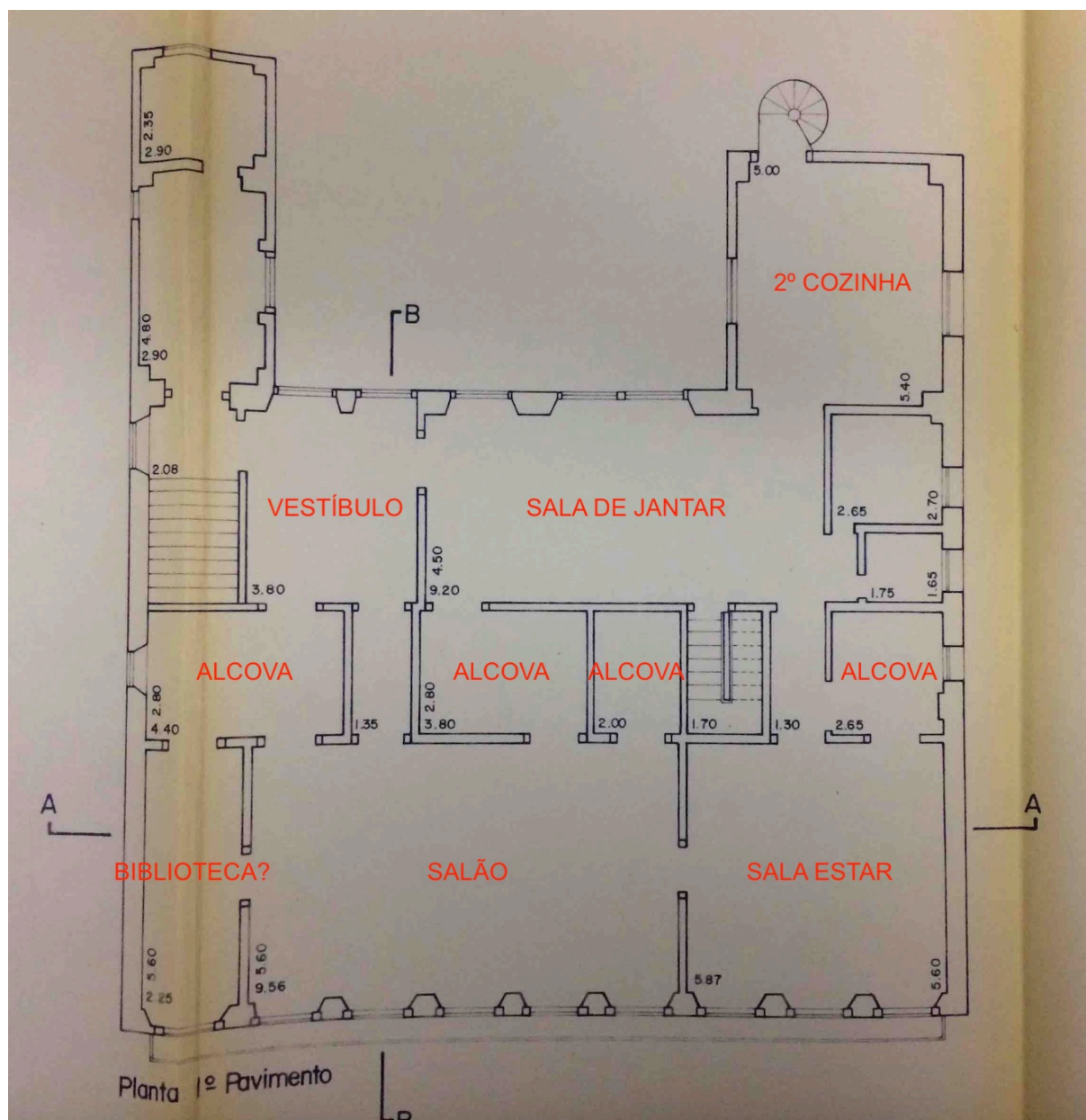
No andar térreo, a loja ou depósito, abrindo para a rua; ao lado, o corredor e a escada, levando à residência, no sobrado, com os salões da frente, alcovas na parte central e a sala de viver aos fundos. Mesmo em fins do século passado, e após a abolição da escravatura, nas cidades do Vale do Paraíba, em São Paulo, como São Luiz do Paraitinga, construíram-se sobrados dentro dos mesmos padrões e com paredes de taipa e pilão.

Segundo Saia, essa é a herança da arquitetura dos engenhos que irá uniformizar a planta de circulação, tanto nas casas urbanas como nas das fazendas (SAIA, 1978, p.190).

A herança da arquitetura dos engenhos se revela também na organização do espaço interno da residência rural do café: salas sociais na frontaria principal, camarinhas e quartos de dormir no lanço intermediário e varanda (sala de refeições) no lanço posterior.

Essa tipologia da planta arquitetônica, típica da arquitetura brasileira no século XIX, pode ser claramente identificada na planta do primeiro pavimento do Sobradão do Porto.

FIGURA 24 - IDENTIFICAÇÃO DOS AMBIENTES NO 1º PAVIMENTO



Fonte: arquivo – IPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho

Assim, os cômodos descritos acima integram a área social da esquemática morada da família patriarcal no século XIX. Foi neles, que a senhora da casa, passou a maior parte do tempo, organizando, administrando e supervisionando todas as atividades inerentes ao funcionamento da casa. Foi sempre entre quatro paredes, separada do ambiente externo, que a mulher do senhor, quase sempre analfabeta,

pôs em prática seus ensinamentos domésticos. Ensinamentos aprendidos durante sua infância, e passados para suas filhas, perpetuando o papel da mulher nessa sociedade. Esse será, sempre, o papel imposto às mulheres, confinado às atividades domésticas.

Na grande sala de estar, ou antes, de costuras, sentava-se a senhora, na sua cadeirinha baixa, tendo à frente uma mesinha com a almofada dura para prender o trabalho. Ao lado, o pequeno balaio com todos os seus apetrechos. (MOURA, 1998, p.95)

Pode-se observar, na planta do 1º pavimento do Sobradão do Porto, a sala de estar, ao lado do salão, ligada, justamente, à sala de jantar, por um corredor, destinado à circulação mais íntima, de escravos e da família, o que facilitava o comando da senhora, para o bom desempenho das atividades domésticas. A cena descrita acima lembra a sala do linho descrita na planta da arquitetura popular no norte de Portugal, mostrado anteriormente.

O divertimento das meninas e senhoras era visitar os parentes, pois, “raros os grandes bailes e festas. A vida doméstica decorreria suave e igual, somente alterada por fatores de ordem interna, sendo por isso mais intensa portas adentro do que fora” (MOURA, 1998, p.107). Numa dessas visitas, a autora Maria de Barros descreve com detalhes a casa de seu tio.

Grande e bela, a casa em que residia o titio. Era ele um homem inteligente e instruído. Nas suas viagens pela Europa adquirira gosto pelas artes. No vasto salão da frente, de paredes ornadas com lindas litografias suspensas por cordões de seda, via-se magnífico piano de cauda. Ao lado ficava o escritório, com sua bela biblioteca de obras científicas e literárias, em várias línguas. Nestas peças a luz entrava por duas janelas que se abriam para o jardim. (MOURA, 1998, p.97)

Nota-se nesses ambientes: o salão da frente, o escritório e outros; uma decoração mais bem elaborada e mais requintada. Tal motivo de tanto empenho é a mudança no hábito da sociedade na primeira metade do século XIX, pois, no período colonial, a valorização do espaço interior fora reservada somente para as igrejas.

Nesses ambientes, sempre rebuscados, desenvolvia-se intensa vida social. Nas residenciais das famílias mais abastadas, as salas destinadas às recepções recebiam tratamento especial, com pinturas originais, nos forros, paredes e folhas de portas e janelas[...]. Com esse tratamento, eram abertas às visitas dos estranhos não apenas as salas e saletas de entrada, como ocorria nos velhos sobrados coloniais, mas também saletas de música e capelas, corredores e salas de jantar. Acentuava-se, porém, indiretamente, a diferenciação entre esses locais e os de uso mais íntimo, ou seja, os destinados à vida da família, como dormitórios e salas de almoço – os quais

jamais chegavam os estranhos – os de serviço, onde ainda pesava a sombra dos escravos. (FILHO, 1987, p.118)

Podemos observar, na planta do 1º pavimento do Sobradão do Porto, a importância do salão, sendo o ambiente de maior dimensão na residência. Adjacente a ele, com dimensões menores, podemos identificar o que supostamente foi o gabinete, escritório e/ou biblioteca. Nota-se um segundo corredor entre a sala de jantar e o salão, que junto com o vestibulo foi, provavelmente a circulação social no sobrado. Nesse ultimo, foram identificados, no relatório de conservação das pinturas, elaborado pelos arquitetos Carlos Régis e Augusto Froehlich, “painéis de importância como a série de murais com cenas mitológicas que decoravam a entrada” (arquivo - IPHAN/SP).

A preocupação com a decoração desses ambientes, também, era um dos temas debatidos nas conversas após as refeições, explicitadas anteriormente. A mesma autora, também descreve o debate referente à decoração do salão, no qual a palavra final e decisiva, é do chefe da família.

A boa Dindinha não se ocupava somente com as questões de educação: seus olhos estavam a tudo abertos.

- Papai – dizia ela – a nossa sala de visita está muito feia. Um salão grande e tão despido de ornamentos!

E lá enumerava ela o que tinha a sala: um grande sofá de jacarandá, algumas cadeiras enfileiradas, dois pequenos consolos com flores artificiais cobertos por redomas de vidro e figurinhas chinesas.

- Nem ao menos um tapete! – acrescentava. – É muito necessário. Papai devia comprar um.

- Qual! – dizia o comendador. – Não vale a pena e nem há bons tapetes em São Paulo.

Dindinha, porém, não se dava por vencida e insistia energicamente, até que, por fim, chegaram os tapetes “como amostras”.

Venham ver se gostam – disse o pai.

As meninas examinaram os tapetes com evidente desagrado. Um era pequeno, outro grande demais, o terceiro tinha tons muito apagados.

- Bem sabia eu que não havia nada que prestasse – declarou o comendador.

– São todos ordinários e feios.

Malgrado o seu desapontamento, a Dindinha ainda insistiu:

- Talvez o grande sirva, papai. Vamos experimentar.

E lá foram todos para o salão. Mas... ó surpresa! Ali encontraram um bonito tapete de belas tonalidades, representando uma corça e seu veado, deitados sobre a verde relva. Riram-se todos gostosamente, e o pai se abria em gargalhada ao ver o transporte e alegria dos filhos. (MOURA, 1998, p.100)

Parte dessa decoração, em especial as pinturas parietais foram identificadas no relatório de conservação das pinturas, elaborado pelos arquitetos Carlos Régis e Augusto Froehlich, em diversos ambientes no Sobradão do Porto (arquivo – SPHAN/SP):

Segundo pavimento [1º pavimento] (prospecção em apenas três áreas)

- Sala de jantar (compartimento 13 no croquis): decoração primitiva com motivos (cestas de frutas, etc.) pintado sobre preparação de cal-e-areia. Essa camada foi “picotada” para permitir a aplicação de nova camada de cal-e-areia que recebeu decoração secundária de motivos geométricos, atualmente recoberta por uma camada de tinta a óleo chapada.

- Camarinhas (compartimento 16 e 17): uma só camada decorada, ainda aparente, com imitação de mármore.

- Salão (compartimento 6): uma camada decorada, aparente, com imitação de estofado, feita basicamente com moldes e máscaras.

- Sala de estar (compartimento 5): localizada apenas uma camada decorada, oculta, de padrão semelhante ao do salão. [...]

Terceiro pavimento [2º pavimento]

- Camarinhas (compartimento 6 e 8): uma só camada decorada, com imitação de mármore [...].

- Sala (compartimento 1): decoração única, com imitação de pedra, [...].

- Sala (compartimento 3): decoração primária de grande qualidade, figurativa, e imitação de mármore, [...]

[...].

FIGURA 25 - FOTOGRAFIA DA SALA DE JANTAR



Fonte: UBATUBENSE (autor desconhecido)

FIGURA 26 - FOTOGRAFIA DO SALÃO



Fonte: UBATUBENSE (Autor desconhecido)

Também, nesse relatório, são identificadas as decorações do forro nos ambientes sociais do Sobradão do Porto (arquivo – IPHAN/SP).

..... Os forros executados com tábuas de pinho-de-riça³⁶ muito finas, medindo em geral 1,4 a 1,5 cm de espessura por 20cm de largura e 4 metros, em média, de comprimento. Uma fina moldura delimita na área retangular do forro outro retângulo menor cujas laterais estão distantes 30cm das paredes. Os ângulos formados tanto pelo retângulo externo quanto pelo interno foram arrematados com peças entalhadas em forma de leque. A estrutura é completada por mata-juntas simples de aproximadamente 30cm de largura. Forro desse tipo existem apenas nos compartimentos 5 [sala de estar], 6 [salão], 12 [vestíbulo], 13 [sala de jantar] e 18 [corredor social] do segundo pavimento [1º pavimento]. Em outros compartimentos desse mesmo andar existem outros forros igualmente antigos, mas de fatura bem simples.

..... A prospecção da pintura nos forros mais elaborados localizou duas decorações superpostas: a primitiva, onde sobressai o fingimento de mármore das mata-juntas, e a secundária com pintura chapada (recortando certos elementos da pintura primitiva, como buquês de flores, etc.) e douração dos “leques” com purpurina.

³⁶ *Pinus sylvestris*, conhecido popularmente como Pinho-de-riça, [...] é uma espécie de pinheiro originária do Velho Mundo, mais precisamente da região da Eurásia. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Pinheiro-da-escócia>)

FIGURA 27 - FOTOGRAFIA DO FORRO NO SALÃO



Fonte: UBATUBENSE. (autor desconhecido)

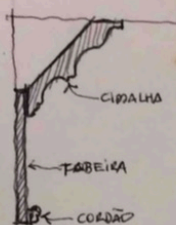
Em um outro documento interno da Fundação Nacional Pró-Memória, o representante regional da 9ª RR, Antônio Luiz Dias de Andrade, faz um levantamento minucioso de outros componentes da decoração, tais como cimbras, tapeiras, frisos e rodapés.

FIGURA 28 – RELAÇÃO DA MADEIRA NECESSÁRIA PARA A CONFEÇÃO DAS CIMALHAS, TABEIRAS E FRISOS DOS FORROS

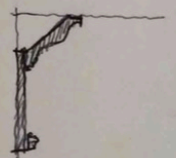
Ministério da Cultura
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fundação Nacional *próMemória*

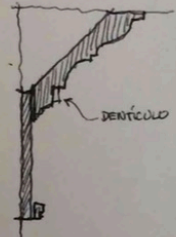
SOBRADO DO PORTO - UBATUBA



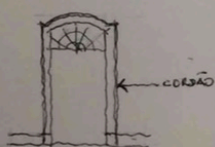
FORRO TIPO 1
cimalha: 4.5x28 cm - 70 m
tabeira: 2.5x28cm - 70 m
cordão : 2.0x3.5cm- 70 m



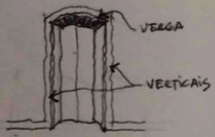
FORRO TIPO 2
cimalha: 4.5x15cm- 180.5m
tabeira: 2.5x28cm- 180.5m
cordão : 2.0x3.5cm-180.5m



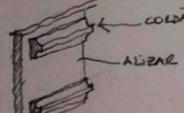
FORRO TIPO 3
cimalha: 6.0x28 cm- 32.0m
tabeira: 2.5x32 cm- 32.0m
cordão : 2.0x3.0cm- 32.0m



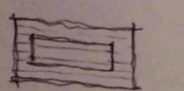
CORDÃO-PORTAS DO 1º PISO
vertical: 3.5x4.0cm- 14 m
verga : 4.0x19 cm- 3 m



GUARNIÇÃO-PORTAS BALCÃO
vertical: 3.0x15 cm - 10 peças de 3.0 m
verga : 3.0x12 cm - 10 peças de 3.0 m
vergas: 3x30cm-5p de 2m
13x40cm-5p de 1.5m



CORDÃO DO ALIZAR
2x3.5 cm - 35 m lineares



CORDÃO DO FORRO
dependência nº 6 e saquinho
4x6 cm - 26 m lineares

PEÇA	QUADRO RESUMO			
	cimalha	tabeira	cordão	guarnição
BITOLA	6.0 x 28 cm	2.5 x 32 cm	3.5 x 4.0 cm	3.0 x 3.0 cm
	4.5 x 28 cm	2.5 x 32 cm	4.0 x 19 cm	3.0 x 3.0 cm
	4.5 x 28 cm	2.5 x 32 cm	4.0 x 19 cm	3.0 x 3.0 cm
	4.5 x 28 cm	2.5 x 32 cm	4.0 x 19 cm	3.0 x 3.0 cm
TOTAL	70.0 m	32.0 m	317.5 m	26.0 m

(*) Alizar e Rodapé estão quantificados no quadro anterior

Fonte: arquivo – IPHAN/SP.

Especialmente nos grandes salões que “as tapeçarias e um mobiliário mais complexo e atualizado vinham introduzir condições de conforto e ordenação formal, anteriormente quase desconhecidas” (FILHO, 1987, p.117). Nestor Goulart descreve

minuciosamente todos os elementos decorativos e fornece uma ideia, generalizada e ordinária, desses salões nas mais diversas residências da alta sociedade.

Nas salas, as janelas eram cobertas por cortinas de damasco, com franjas de bolas e, entre elas, alinhava-se as cadeiras, dunquerque e consolos com tampo de mármore, sobre os quais se dispunham pares de jarras de porcelana, às vezes de estilo rococó, decoradas com motivos românticos, em cores e, acima destas, nas paredes, grandes espelhos. Ao centro, uma pequena mesa, coberta com toalha de veludo, servia de apoio a um vaso ou bandeja de prata. (FILHO, 1987, p.127)

Noêmia descreve com maiores detalhes todo esse mobiliário.

[...] há um sofá, duas cadeiras de braços, seis ou doze cadeiras simples com as travessas do espaldar da mesma madeira e os assentos tecidos com junco (a marquesa não tem espaldar, o sofá tem). Eis as mais modestas mobílias. Daí para cima as cadeiras, ao mesmo tempo de braço e de balanço, as que tinham os espaldares tecidos em junco, as braços e pés torneados, as envernizadas, as de incrustações de outras madeiras ou de marfim. Nas salas de aparato um tapete com desenhos de caçadas de javali ou da chegada dos fazendeiros, no Sul dos Estados Unidos, descendo de *trollys*, em suas fazendas de cana ou algodão. Em casa mais modestas, o tapete era de couro de onça pintada. Os tapetes sempre nos pés das marquesas, sobre cujos assentos havia almofadas para o descanso dos braços e das costas, coberto invariavelmente com toalhinhas de *crochet*, assim como toda a mobília. (MOURA, 1998, p.177)

Também, no Sobradão do Porto, a mobília mais requintada se encontrava nas salas do primeiro pavimento, como são descritas na avaliação/partilha de Manoel Balthazar, em 1874 (BARROS, 2011, p.80)

- Na sala

1 mobília de jacarandá, contendo: 4 consoles com tampa de mármore, 35 cadeiras de palhinha, 1 sofá, 1 mesa redonda com tampo de mármore
1 piano e mocho, quebrado
1 espelho grande, dourado
1 tapete grande
1 escrivaninha e componente mocho
1 cômoda de vinhático
2 cômodas menores de vinhático
1 mesa quadrada, com tampo de mármore
1 mobília de jacarandá, contendo: 1 mesa redonda com tampo de madeira, e sofás de palhinha, 10 cadeiras de palhinha, (?) sofá grande (na sala de jantar), (?) mesas com gavetas, 1 guarda-louça, envernizado e envidraçado,
1 mesa de jantar
1 relógio de sala e caixa

Também, os sofisticados utensílios domésticos são descritos no inventário e partilha (1874), tais como “o aparelho de faiança fabricado por Copeland & Garrett” (BARROS, 2011, p.83) e

acrescente-se que, em meio a muitas lendas familiares, a baixela em foco seria composta por 500 peças no total, sendo que, no inventário registrado e

de acordo com os herdeiros e avaliadores, ela não chegava a 200 peças, como segue abaixo:

6 pratos cobertos de saladeira
3 terrinas
3 pratos (ilegível)
3 pratos travessas
23 pratos de sopa
50 rasos
23 para sobremessa (BARROS, 2011, p.84)

Junta-se ao montante acima (BARROS, 2011, p.85)

O talher (considerado pelas peças individuais e não pelos conjuntos para o serviço) estava localizado no Sobrado e foi categorizado, nessas ocasiões, como objetos de prata – já que de ouro não havia – ou como de outro metal, supostamente de uso mais formal os primeiros e de uso diário os demais. Assim, têm-se arrolados e avaliados à base de “80 réis por grammo”:

1 dúzia de garfos de prata com 1215 gramos, mais
11 garfos de dita, com 537 gramo
1 dúzia de colheres de dita, com 825 gramos
9 colheres de dita e 10 garfos de dita, com 972 gramos
10 colheres de dita, com 555 gramos
2 ditas de dita, p^a arroz, com 300 gramos
1 concha de dita, p^a sopa, com 173 gramos
15 colheres de dita, média, e
1 colher de dita, média, com 350 gramos
1 copo de dita, com 530 gramos

FIGURA 29 - EXEMPLAR DE MOBILIÁRIO



Fonte: UBATUBENSE (autor desconhecido)

Nestor Goulart, continua a descrever a decoração de tais sobrados, e o identifica ao estilo arquitetônico.

as paredes, muito altas, com pés-direitos de cinco metros, eram divididas em painéis, por meio de régua de madeira. As horizontais corriam em duas alturas: a primeira ao nível dos peitoris das janelas, servindo ao mesmo tempo de resguardo para os espaldares das cadeiras que o costume dispunha, muitas vezes, enfileiradas ao longo das paredes; a outra corria bem acima, fixando o arremate de portas e janelas, que, por sua vez, faziam a marcação vertical. Em alguns casos os painéis, assim compostos, eram

subdivididos em outros menores, mas em geral recebiam apenas os papéis decorativos e, sobre estes, os quadros, as pinturas e espelhos. No centro dessas paredes, eram frequentes as telas com a assinatura dos melhores pintores do tempo, com retrato da família ou vistas de propriedades rurais. Essas composições decorativas, de gosto tão pesado, dispunham-se em torno de gigantescos lustres de cristal, por meio dos quais tentava-se multiplicar a precária iluminação das velas. Acima destes, os forros, de tábuas de madeira, eram às vezes decorados com maior apuro, principalmente nos pontos centrais, junto aos ganchos de suportar lustres. Os desenhos mais simples eram compostos com rosáceas de gomos de madeira e, nos cantos, leques, repetindo um motivo estilo Império, que estaria presente também no mobiliário e na ornamentação das fachadas. (FILHO, 1987, p.128)

Notemos até aqui, que todos os elementos decorativos referem ao mundo europeu, ao cotidiano das cortes europeias, ao estilo decorativo das casas urbanas francesas, aos equipamentos industrializados dentro das moradias inglesas, aos jardins palacianos, e como bem mencionado Nestor, ao estilo Império. Mas o que é o estilo Império? Porque essa forte influência dos países europeus sobre o Brasil imperial? A explicação pode ser encontrada no conjunto dos fatos históricos: Revolução industrial, Iluminismo, vinda da coroa portuguesa para o Brasil e a Missão Francesa.

A Revolução Industrial se fez na Inglaterra, a partir da metade do século XVIII em diante, pela combinação mútua do aumento populacional e da mecanização dos sistemas de produção. O aumento populacional se deu pela indústria,

por exemplo, a melhoria na alimentação é devida aos progressos no cultivo e no transporte, e a limpeza pessoal é favorecida pela maior quantidade de sabão e roupas íntimas de algodão a preço razoável, as moradias tornam-se mais higiênicas graças à substituição da madeira e da palha por materiais mais duráveis, e ainda mais pela separação entre casa e a oficina; as redes de esgotos e de águas mais eficientes tornam-se possíveis pelo progresso da técnica hidráulica. [...]. Por sua vez a necessidade de alimentar, vestir e fornecer habitação a uma população crescente é certamente um dos motivos que estimula a produção de manufaturados. (BENEVOLO, 2004, p.22)

Com maior ou menor atraso, os demais Estados europeus também passaram pelos mesmos processos, e assim a Europa se tornou, para o restante das nações do mundo todo, um modelo de nação avançada, próspera, civilizada, a ser copiado. A Revolução industrial faz surgir um mundo novo, ávido por novidades, que

“na segunda metade do século XVIII isso se transforma em um motivo muito mais frequente e quase unânime; escreve um autor inglês: “O século vai ficando cada vez mais desvairado à cata de inovações, todas as coisas deste mundo estão sendo feitas de uma maneira nova; é preciso enforçar as pessoas de maneira nova, e talvez nem mesmo o patíbulo de Tyburn permaneça imune a essa fúria inovadora”. (BENEVOLO, 2004, p.22)

Junta-se a esse fato, as teorias do liberalismo inglês e do Iluminismo. A primeira, encontrou no livro *Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, de Adan Smith, em 1776, a

“forma científica e inelutável à sua teoria e persuade seus contemporâneos de que o mundo da economia é regido por leis objetivas e impessoais, como o mundo da natureza; os principais fundamentos de tais leis não são as exigências do Estado, mas a livre atividade dos indivíduos, movidos pelo próprio interesse pessoal” (BENEVOLO, 2004, p.24)

A segunda, foi uma série de ideias centradas na razão, que defendeu ideais como liberdade, progresso, tolerância, fraternidade, governo constitucional e separação Igreja-Estado. O iluminismo foi marcado por ênfase no método científico e no reducionismo, e propôs discutir todas as instituições tradicionais, avaliando-as à luz da razão. Tais teorias coincidem com os interesses da classe burguesa, que buscaram o enriquecimento no comércio, na industrialização e na agricultura; e o poder através do mínimo controle do Estado e maior liberdade. Vale lembrar que na França, em 1789, a burguesia francesa conquistou o poder com o auxílio do Quarto Estado³⁷.

O mesmo espírito de crítica e inovação, encontra na cultura arquitetônica, uma singular tradição vinculada à uma exigência intelectual.

A arquitetura forma com a pintura e a escultura, a tríade das artes maiores, estas e as demais artes estão condicionadas a um sistema de regras, deduzidas em parte da Antiguidade, e em parte individuadas por convergência pelos artistas do Renascimento, que se consideram universais e permanentes, tendo como fundamento a natureza das coisas e a experiência da Antiguidade, concebida como uma segunda natureza (BENEVOLO, 2004, p.26)

Mas todo esse sistema de regras será contestado pelo Iluminismo, que

[...], investe contra e lança luz sobre aquilo que havia permanecido nas sombras desde século XV em diante, isto é, o alcance exato das regras formais do Classicismo, analisando objetivamente os ingredientes da

³⁷ “A sociedade francesa do Antigo Regime era dividida em três classes, denominadas de Estados. O Primeiro Estado era formado pelo clero e o segundo Estado pela nobreza; juntos, constituíam apenas 2% da população de 24 milhões de franceses. Todo o restante da população compunha o Terceiro Estado. [...]. O Terceiro Estado era constituído por três grupos: camponeses, trabalhadores urbanos e a classe média francesa. Os camponeses, que formavam a maior parte do Terceiro Estado, tinham que lutar constantemente pela sua sobrevivência. [...]. A falta de tecnologia no cultivo foi um dos motivos da pobreza da classe camponesa. Outra razão foi a tributação. Já que o clero e os nobres franceses quase não pagavam impostos, o peso da tributação caía sobre os camponeses, que pagavam impostos para o rei e para a igreja.” (www.educabras.com). Benevolo, no seu texto, identifica os camponeses como o Quarto Estado. “A classe média do terceiro Estado, chama de burguesia, era constituída por comerciantes, banqueiros, advogados, médicos, intelectuais e burocratas do governo” (www.educabras.com).

linguagem corrente e estudando suas fontes históricas, ou seja, as arquiteturas antigas do Renascimento. Assim chega a negar a sustentada universalidade dessas regras e coloca-se sob uma correta perspectiva histórica, subvertendo os pressupostos do próprio Classicismo e dando fim, depois de mais três séculos, ao movimento baseado em tais pressupostos. (BENEVOLO, 2004, p.28)

O “alcance exato das regras” refere-se aos progressos científicos e ao ensino, em especial as duas principais inovações, originárias na França: a invenção da geometria e a introdução do sistema métrico. As regras da geometria descritiva, formuladas por Gaspard Monge, permite representar um objeto tridimensional sobre as duas dimensões da folha de papel, e assim, garantir, por meio do desenho, quaisquer disposições dos elementos da construção, por mais complicada que ela seja. Portanto, obter um resultado unívoco por meio de um procedimento universal. Já o sistema métrico universal, introduzido pela Revolução Francesa, visa a adoção de um sistema unificado em substituição às várias, confusas e velhas unidades de medida. Adota-se o sistema métrico decimal. Um sistema unificado tem como vantagens: a difusão do conhecimento, as trocas comerciais facilitadas e fornecimento de um instrumento universal à técnica das construções. Diante de todo esses progressos científicos, exige-se agora, que os monumentos antigos, antes abstratamente analisados pelo Renascimento, sejam conhecidos com exatidão, por meio de acurados exames e de forma sistemática.

As contribuições recolhidas na primeira metade do século são postas a produzir frutiferamente e são sistematizadas racionalmente por Johann Joachim Wincklemann (1717-1768) no começo da segunda metade. Wincklemann chega a Roma em 1755, e sua principal publicação, a *Storia dell'arte antica*, vem à luz em 1764. Pela primeira vez, ele se propõe estudar a produção artística dos antigos como ela é, objetivamente, e não como é acolhida pela moda da época, o que faz com que ele mereça ser chamado de fundador da história da arte; ao mesmo tempo propõe as obras antigas como modelos precisos a serem imitados e torna-se o teórico do novo movimento: o neoclassicismo. (BENEVOLO, 2004, p.28)

Esse novo movimento define a Antiguidade clássica como um período histórico estudado com método científico, ou seja, um período como todos os outros, e reconhece no repertório renascentista

dois motivos de validade: a correspondência com os modelos da arquitetura antiga, grega e romana, e a racionalidade das próprias formas naquilo que os elementos tradicionais podem ser assimilados a elementos de construção: as colunas de sustentação vertical, o travejamento de sustentação horizontal, as cornijas no cimo dos telhados, os tímpanos nos encontros entre dois planos de cobertura, etc. (BENEVOLO, 2004, p.62)

É essa racionalidade, através do progresso da técnica, que permitiu tornar mais preciso o raciocínio e o funcionamento da construção. Enquanto os arquitetos se refugiaram num mundo mais abstrato, teórico, atribuindo um valor cultural unívoco ao neoclassicismo; os engenheiros aplicaram tais raciocínios às construções, considerando o neoclassicismo uma mera convenção, o que permitiu se abstraírem dos problemas formais e desenvolverem os problemas práticos de distribuição e construção. Essa associação do gosto clássico com a prática de construir, demonstrou grande tenacidade, e ainda tem influência nos nossos dias. A explicação para isso, pode estar nas escolas de Engenharia, em especial a École Polytechnique de Paris. É notável, nas palavras de J. L. N. Durand, ao ministrar o curso de arquitetura, o paralelismo dos instrumentos mentais utilizados, como por exemplo, no método de cálculo das estruturas e características do neoclassicismo: simetria, harmonia, simplicidade, etc.

O objetivo da Arquitetura, exorta ele, é “a utilidade pública e particular, a conservação, o bem-estar dos indivíduos, das famílias e da sociedade”. Os meios que a arquitetura deve empregar são a *conveniência* e a *economia*. A conveniência impõe que o edifício seja sólido, salubre e cômodo; a economia, que seja de forma tão simples quanto possível, regular e simétrica. A arquitetura, contudo, não é redutível a um fato técnico. A beleza deriva necessariamente da coerência com que o arquiteto atinge o seu escopo utilitário, e a “verdadeira” decoração resulta da disposição mais conveniente e mais econômica dos elementos estruturais. (BENEVOLO, 2004, p.66)

Tais pensamentos, também, serão aplicados aos objetos de uso comum, que agora estão associados à todas as cenas da vida cotidiana, denominados de “artes aplicadas”. São móveis, utensílios, tecidos, roupas, objetos de todo gênero. “O conceito de “artes aplicadas” e sua separação das artes maiores é uma das consequências da Revolução Industrial e da cultura historicista” (BENEVOLO, 2004, p.184). Essa separação origina o primeiro dos estilos de decoração, o estilo Império, no qual o ornamento interno dos ambientes é separado da arquitetura. Esse estilo, fomentado pela indústria, evoluiu independente da cultura artística oficial. A arte e a indústria estabeleceram entre si uma relação unilateral, na qual não houve nenhuma troca de experiência.

Bastará um exemplo: a difusão do chamado “estilo império” nos primeiros anos do século XIX. Responsáveis por esse estilo são, em grande parte, dois jovens arquitetos, Charles Percier (1764-1838) e P.F.L. Fontaine (1762-1858), que estudavam juntos, primeiro em Paris e depois em Roma, seguindo o clássico itinerário do ensino acadêmico francês. (BENEVOLO, 2004, p.185) Juntos projetam a rue de Rivoli, mobíliam as várias residências do Imperador, traduzem em desenhos suas iniciativas urbanísticas; em 1801, Percier e

Fontaine são nomeados arquitetos dos palácios do primeiro e do segundo Cônsules e, a partir de 1804, Fontaine é arquiteto dos palácios imperiais. [...]. Favorecidos pela sua posição oficial e pela ótima organização de estúdio, eles modificam toda a produção francesa e europeia de arquitetura e mobiliário [...] (BENEVOLO, 2004, p.186)

Observamos aqui a relação íntima entre a arquitetura e decoração com o poder político, no caso o Império de Napoleão.

Percier e Fontaine, pelo contrário, não possuem meio algum de controlar a atividade de quem trabalha fora de seus canteiros. Eles fornecem uma série de protótipos formais e consolidam-nos com o prestígio de sua posição; de 1801 em diante, sucedem-se as edições do *Recueil de decorations intérieures*, que se transformam no manual de todos os decoradores da primeira metade do século XIX. (BENEVOLO, 2004, p.186)

O estilo Império, não se restringiu sua influência somente nos países europeus, mas atravessou o oceano Atlântico, e, também, desembarcou no Brasil, seja através de revistas ou livros, como descreve Maria Barros,

“[...] o comendador B. mandava vir da França uma boa coleção de obras para a mocidade: histórias, viagens e biografias de homens célebres. As mais velhas recebiam a Revista Popular, tão apreciada das famílias, e L'Écho des Feuilletons, publicação de novelas que as deliciam com as façanhas dos heróis de Alexandre Dumas e as apaixonadas ternuras de Mme. Cottin; (MOURA, 1998, p.94)

ou, oficialmente pela Missão Artística Francesa, que foi um grupo de artistas e artífices franceses que desembarcaram, no ano de 1816, na capital do Reino Unido a Portugal e Algarves³⁸, cidade do Rio de Janeiro, a convite de Dom João VI, com o intuito de,

“atendendo ao bem comum que provinha aos seus fieis vassalos de se estabelecer no Brazil huma Escola real de sciencias, artes e officios, em que se promovosse e diffundisse a instrucção e conhecimentos indispensáveis aos homens destinados não só aos empregos públicos de administração do Estado, mas também ao progresso da agricultura, mineralogia, indústria e

³⁸ A guerra que Napoleão movia na Europa contra a Inglaterra, em princípios do século XIX, acabou por ter consequências para a Coroa portuguesa. Após controlar quase toda a Europa ocidental, Napoleão impôs um bloqueio ao comércio entre a Inglaterra e o continente. Portugal representava uma brecha no bloqueio [ao com e era preciso fechá-la. Em novembro de 1807, tropas francesas cruzaram a fronteira de Portugal com a Espanha e avançaram em direção a Lisboa. O Príncipe Dom João, que regia o rei o desde 1792, quando sua mãe Dona Maria fora declarada louca, decidiu-se, em poucos dias, pela transferência da Corte para o Brasil. (FAUSTO, 2006, p.120).

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e uma relativa circulação de ideias foram marcas distintivas do período. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão. Basta dizer que, durante o período de permanência de Dom João VI no Brasil, o número de habitantes da capital dobrou, passando de 50 mil para 100 mil pessoas. Muitos dos novos habitantes eram imigrantes, não apenas portugueses, mas espanhóis, franceses e ingleses que viriam a formar uma classe média de profissionais e artesãos qualificados. (FAUSTO, 2006, p.126)

commercio de que resulta a subsistência, comodidade e civilização dos povos, maiormente neste continente, cuja extensão não tendo ainda o devido e correspondente numero de braços indispensáveis ao amanho e aproveitamento do terreno, precisa de grandes socorros da estática para aproveitar os produtos cujo valor e preciosidade podem vir a formar do Brasil o mais rico e opulento dos reinos conhecidos". (TAUNAY, 1912, p.6)

Um desses artistas, o arquiteto francês Grandjean de Montigny, foi o responsável por divulgar, projetar e ensinar as concepções arquitetônicas do Neoclassicismo no Brasil, já que no início de sua formação acadêmica deixou seu antigo mestre,

para matricular-se nos cursos dos famosos Percier e Fontaine, os célebres e inseparáveis architetos de Napoleão I, constructores do arco de triumpho do Carrousel, das arcadas da rua de Rivoli, dos grandes trabalhos de adaptação e remodelação do Louvre, das Tulherias e da Malmaison, etc, os renovadores da achitectonica francesa [...] (TAUNAY, 1912, p.12)

Além de lecionar, Grandjean, também, projetou edifícios para o governo e para particulares. Entre esses, foi incumbido de construir o edifício da Praça do Comercio (já demolido), do grande salão do expediente da Alfândega, do antigo mercado da Candelária (também demolido), de numerosas residências particulares, e o mais emblemático, o edifício da Academia de Bellas Artes. Apesar dos poucos recursos financeiros destinados pelo Império, Grandjean aplicou ao edifício todo seu conhecimento a cerca dos princípios da arquitetura clássica e, assim,

reduziu-se o antigo e grandioso plano ás modestíssimas proporções de pequeno corpo central, cujo segundo e ultimo andar simulava um templo do mais puro etylo hllenico, colocado sobre a porta principal; ladeando ao corpo central vinham duas alas térreas bastante extensas e perfeitamente symetricas. [...]. Quanto á fachada, os baixos relevos são devidos aos irmãos Ferrez e foram executados com barro cozido, á falta de mármore. Os fustes das columnas, inteiriças, são de granito cinzento, as bases e capitéis, da ordem jônica, fundidos em chumbo, assim como as vigotas da balaustrada: obra de Zepherino Ferrez que também escupiui a quadriga em baixo relevo, colocada no tympano do frontão. O irmão, Marcos Ferrez, executou os três baixos relevos que estão sobre as portas do terraço e cujos assumptos episódicos se prendem á pintura, architectura e esculptura, assim como as duas figuras colocadas nos cantos da archivolta da arcada do embasamento que corôa a entrada principal. (TAUNAY, 1912, p.183)

FIGURA 30 – FACHADA DA ACADEMIA DE BELAS ARTES E DO EDIFÍCIO DA PRAÇA DO COMÉRCIO (ANTIGA ALFANDEGA)



Fonte: www.ipatrimonio.org

Dentre seus discípulos, destaca-se o José Maria Jacintho Rebello que construiu o Palácio Itamaraty, a fachada do Hospital de Misericórdia, entre outros tantos edifícios de arquitetura neoclássica. Deste modo, os mais emblemáticos edifícios do século XIX no Brasil, se resumiam “apenas a casos, menos numerosos, das construções oficiais e das moradias das famílias mais ricas” (FILHO, 1987, p.116). Isso confirma que todo esse esforço para intelectualizar os rudes habitantes da colônia, e transformar o Brasil numa nação civilizada, não teve seu merecido êxito, pois mesmo que

A vinda da corte refugiada parecia dever despertar o Brasil da sua modorra duas vezes secular; mas, como observam Spix e Martius, a chegada em massa de um grande numero de europeus, o contacto com uma sociedade mais civilizada introduziu, sobretudo e mais rapidamente, maior gosto pelo conforto material, pelo luxo e os encantos exteriores da vida social, muito mais do que pelo amor das artes e sciencias. (TAUNAY, 1912, p.7)

Portanto, para melhor compreender a arquitetura neoclássica do Sobradão do Porto, é preciso esclarecer como esse estilo arquitetônico foi transplantado às construções brasileiras. De acordo com Nestor

É possível afirmar mesmo que a influência neoclássica processou-se, no Brasil, em dois níveis diferentes. Nos centros maiores do litoral, em contato direto e permanente com o meio europeu e onde os costumes guiaram-se de perto pelos do Velho Mundo, desenvolveu-se um nível mais complexo de arte

e arquitetura que chegou a alcançar elevados padrões de correção formal e se integrou, pela aparência, pelos detalhes e pelas formas de construções, nos moldes internacionais de sua época. (FILHO, 1987 p. 116)

Sobre o primeiro nível de influência neoclássica na arquitetura brasileira no séc. XIX, decresce Nestor (FILHO, 1987 p. 116)

Esse quadro de arte refinada, presente apenas em algumas obras especiais do Rio de Janeiro, em Belém ou no Recife, não correspondia, porém às transformações de tipo superficial, mas de larga difusão, ocorridas na arquitetura mais simples, naqueles centros e no conjunto das províncias, que podem e devem ser consideradas como constituindo um nível distinto de influência.

A arquitetura elaborada sob a influência da Academia era caracterizada pela clareza construtiva e simplicidade de formas. Apenas alguns elementos construtivos como cornijas e platibandas eram explorados como recursos formais. Em geral, as linhas básicas da composição eram marcadas por pilastras, sobre as quais, nas platibandas, dispunham-se objetos de louça do Porto, como compoteiras ou figuras representando as quatro estações do ano, os continentes, as virtudes etc. As paredes, de pedra ou de tijolo, eram revestidas e pintadas de cores suaves, como branco, rosa, amarelo ou azul-pastel e sobre esse fundo se destacavam janelas e portas, enquadradas em pedra aparelhada e arrematadas em arco pleno, em cujas bandeiras dispunham-se rosáceas mais ou menos complicadas, com vidros coloridos. Os corpos de entrada, salientes, compunham-se de escadarias, colunatas e frontões de pedra aparente, formando conjuntos, cujas linhas severas evidenciavam um rigoroso atendimento às normas vitruvianas. Nesses pontos, sobretudo, é que se aplicava com esmero a imaginação dos arquitetos, na utilização dos ensinamentos acadêmicos, com o objetivo de marcar as obras em termos de estilo.

FIGURA 31 - EDUCANDÁRIO DA MISERICÓRDIA E MUSEU VILLA LOBOS



Fonte: www.ipatrimonio.org

Acima alguns exemplos desses edifícios neoclássicos com elevado padrão formal, como o Educandário da Misericórdia e museu Villa Lobos, além de outros tantos, como o museu do Índio, o Palácio das Palmeiras, na cidade do Rio de Janeiro.

Já o outro nível de influência do neoclassicismo sobre a grande maioria das

construções brasileiras no século XIX, especialmente as residências mais comuns, apresentavam, segundo o mesmo autor (1978, p.126)

caraterísticas de grande simplicidade. Ainda que seus construtores e proprietários pretendessem estar realizando obras neoclássicas a maioria dos exemplos, em que todas as regiões do Brasil, pela superficialidade das vinculações com a temática e a linguagem do Neoclássico, só muito dificilmente poderiam ser reconhecidas como integrando as obras daquele movimento. [...].

As residências urbanas das províncias constituíam cópias imperfeitas da arquitetura dos grandes centros do litoral. Reunidos junto à Corte, ou nos grandes centros urbanos de maior influência regional, por seus interesses ou participação na administração pública, os grandes proprietários rurais levavam, ao regressar às suas terras, as ementas de uma experiência arquitetônica que procuravam reproduzir em suas moradias urbanas e rurais. A adoção desses padrões representava mesmo a participação no poder central, do qual emanavam como arquitetura oficial.

Podemos identificar tal semelhança com o português Manuel Balthazar, que foi, além proprietário rural, comerciante, o que o levava a realizar viagens, às vezes na companhia de sua família, que segundo Barros (2011, p.24) algumas “preferivelmente por mar ao Rio de Janeiro, então capital do Império, que buscava europeizar-se, e onde, segundo suas próprias palavras, Manoel Balthazar tinha negócios”. Nestor descreve tais construções (FILHO, 1987, p.124)

Todavia, no caso das residências mais comuns dos centros maiores, como nas províncias, as condições de técnica executiva, materiais, projeto e mão-de-obra, apenas em raras oportunidades vinham possibilitar um atendimento fiel aos padrões da Academia. As construções, aproveitando a mão-de-obra escrava, eram rudimentares. Os elementos estruturais, sempre grosseiros, construídos de taipa de pilão, adobe ou pau-a-pique – portanto terra – não permitiam o uso de colunatas, escadarias, frontões ou quaisquer tipos de soluções mais complexas. Nessas condições, as características neoclássicas ficavam restritas apenas a elementos de acabamento de fachadas, com seus vasos e suas figuras de louça ou as portas e janelas arrematadas com verga de arco pleno, que vinham substituir os arcos de centro abatido, de estilo barroco. Em muitos casos as vergas eram retilíneas, arrematadas por uma cimalha saliente ou por um pequeno frontão.

É esse nível de influência neoclássica, superficial, que pode-se identificar aplicado à construção do Sobradão do Porto. As principais características da fachada frontal são: “monumentalidade articulada e simétrica, a regularidade das proporções obtida através das medidas de cálculos, e a parcimônia nas cores” (KOCH, 2009, p.60). A harmonia é marcada pela disposição das pilastras nos extremos laterais e cornijas nos arremates do 1º e 2º. Ao centro, no alto, tem-se o telhado em forma triangular, lembrando a forma do frontão do templo grego com tímpano triangular.

Acima das cornijas, de cada lado no 1º pavimento, tem-se balaustrada³⁹ margeada por pedestais. Os pedestais sustentam as esculturas arquitetônicas⁴⁰: nas extremidades haviam figuras humanas, em louça, representando as quatro estações, que desapareceram no início da década de oitenta; e ao meio, existem até hoje, vasos, também em louça. No blog Ubatubense, informa que tais peças decorativas foram importadas de Portugal,

analisando algumas fotos, nossa equipe notou que na base dos vasos existe uma inscrição: “Miragaia – Porto”, fato que motivou o início de uma pesquisa sobre o assunto, na internet. Segundo consta, os vasos são provenientes da antiga Fábrica de Louças de Miragaia, que funcionou em Portugal de 1775 a 1852, na freguesia de Miragaia, no Porto. (UBATUBENSE)

FIGURA 29 - VASO DE LOUÇA



Fonte: <https://ubatubense.blogspot.com>

FIGURA 30 - ESTÁTUA AS 4 ESTAÇÕES

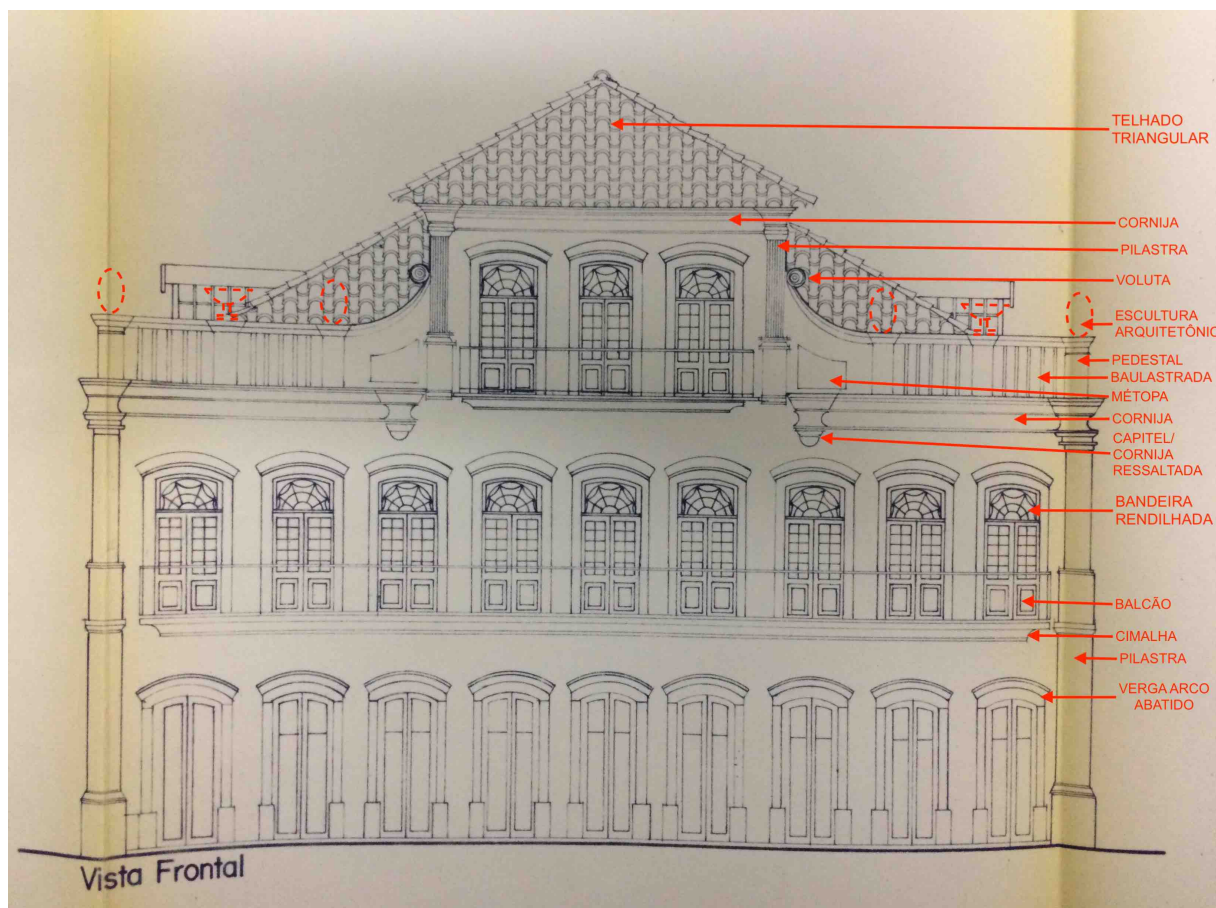


Fonte: <https://curiosidadesdeubatuba.com.br>

³⁹ Balaústre – Coluneta redonda ou poligonal de pedra ou madeira, em geral bastante ondulada e modelada, que sustenta um parapeito ou um corrimão. O conjunto, flaqueado por pedestais, leva o nome de balaustrada. (KOCH, 2009, p.110)

⁴⁰ Escultura arquitetônica – Escultura colocada no interior ou exterior de um edifício, em estreita conexão com a sua estrutura arquitetônica. Verdadeiras decorações ou elementos estruturais plásticos pertencem ao ornato, mas não devem ser confundidas com a representação figurativa, que se apresenta tanto na forma de estátuas quanto na de relevo. Os períodos de florescimento da escultura arquitetônica são o Classicismo, o Românico tardio, o Gótico e o Barroco. Com o Neo-classicismo, é superada pela escultura livre, que renuncia a referências arquitetônicas. (_____, p.141)

As vergas de porta e janelas são em arco abatido⁴¹ e sobre elas cornijas. As bandeiras das folhas das portas no 1º e 2º pavimentos são em rendilhado⁴² de madeira e planos de vidro incolor. Observa-se vários outros ornamentos⁴³ aplicados à fachada: cimalha, capitel de pilastra isolado, cornija ressaltada, voluta⁴⁴, métopa⁴⁵.
FIGURA 31 - VISTA FRONTAL



Fonte: arquivo IPHAN/SP. Levantamento arquitetônico 1981. Anotações do autor em vermelho

⁴¹ Arco – estrutura encurvada, na abertura de uma parede ou de uma sala, que sustenta a carga transferindo-a para os suportes.[...] Formas de arco: arco de volta inteira; arco rebaixado, diminuído, ou de volta rebaixada; [...] (_____, p.105).

⁴² Rendilhado – Ornamento arquitetônico constituído por uma série de formas geométricas primitivas, sobretudo círculos, folhas, favos, e pelas saliências que a delimitam. (_____, p.205).

⁴³ Ornato, ornamento – Motivo decorativo, forma decorativa. O conjunto das formas ornamentais de um objeto, de um cômodo, de uma fachada, leva o nome de decoração; o conjunto de todas as decorações produzidas num determinado âmbito artístico é chamado ornamentação, p. ex. , a renascentista. O ornato tem a função de embelezamento (p. ex., rocaile, mascarão) ou de estrutura (p. ex., meia-coluna, rendilhado). Ambas as funções podem coexistir, pois um friso decorativo pode, ao mesmo tempo, articular uma superfície. Suas variedades principais são: 1. Ornato geométrico, construído com o compasso e a régua, p. ex., friso dentado, meandro; 2. Ornato vegetal, p. ex., capitel em forma de cálice, folha de acanto; 3. Ornato animal, p. ex., friso de bucrânio; 4. Ornato de figuras humanas, p. ex., capitel narrativo. (_____, p.181)

⁴⁴ Voluta – Elemento arquitetônico em espiral. Forma que distingue o capitel jônico. Rara na Idade Média; empregada no Renascimento e no Barroco como mediação entre elementos horizontais e verticais. (_____, p.229)

⁴⁵ Métopa – V. Escultura arquitetônica, 10* (_____, p.173)

Ainda identificamos na fachada dois balcões⁴⁶, nos 1º e 2º pavimentos, à frente das portas, com peitoris em grade rendilhada.

Outro elemento de destaque na fachada é os balcões no primeiro e segundo pavimentos. Esses elementos, além de contribuírem para a monumentalidade, também contribuem para o comando, nesse caso do português Manuel Balthazar sobre o porto de Ubatuba, como também descreve Luis Saia, a respeito de uma sede de fazenda colonial de frente para o mar.

Os alpendres de ambas, voltados para o mar, constituem simultaneamente elementos de acesso à residência e posições de comando, na paisagem e no espaço que circunda a construção. (SAIA, 1978, p.153)

É notório e compreensível, como já mencionei anteriormente, a semelhança das fachadas entre o Sobradão do Porto e o Paço Imperial no Rio de Janeiro, símbolo do poder brasileiro.

..... Em 1730, foi autorizada através da Ordem Régia a construção de uma casa destinada à morada do vice-rei, no Rio de Janeiro, por Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela. Projetado pelo Brigadeiro Engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, foi inaugurado em 1743 como sede do governo das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Vinte anos depois, com a mudança da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, passou a abrigar a sede do poder civil colonial. O Palácio foi ligado por meio de um passadiço ao antigo Convento dos Carmelitas, então residência da Rainha D. Maria. Com a chegada do Príncipe-Regente, transformou-se em Paço Real e a partir da Independência, em Paço Imperial. Portanto no século XIX teve seu apogeu como palácio de despachos e centro do poder, sendo palco de vários acontecimentos – ali foram aclamados um Rei (Dom João VI) e dois imperadores (Dom Pedro I e Dom Pedro II), deu-se o episódio do Fico e foi assinada a Lei Áurea. (IPHAN-SICG, acesso em 7 out. 2019)

Os grandes projetos eram encomendados aos engenheiros militares, mas não temos nenhum registro de quem seria o responsável técnico pelo projeto do Sobradão. O mais provável é que algum mestre de ofício seja o responsável pelos “traços” e “risco” dessa edificação, prática comum na produção arquitetônica nas cidades e vilas coloniais, como relata Beatriz Piccolotto (BUENO, 2012, p.322)

O grosso das “fábricas” (construções) coube aos mestres de ofício – pedreiros e carpinteiros. Quando disponíveis no local, os engenheiros militares eram os profissionais mais prestigiados para projetar as obras públicas oficiais (militares, civis e religiosas)³, no entanto, em número inferior à demanda e atendendo a diversas solicitações regionais, estiveram ausentes da maior parte das freguesias e vilas, cabendo aos mestres de

⁴⁶ Balcão – Plataforma avançada, descoberta, com parapeito e situada nos andares superiores. Diz-se mirante ou sacada quando os suportes do andar de cima se apoiam no térreo. (_____, p.110)

ofício projetar as edificações, tanto no reino como nas conquistas ultramarinas.

Essa possibilidade pode ser confirmada pelo episódio na contratação de um mestre de ofício para a construção da Igreja Matriz na vila de São Sebastião e, também, na Vila de Ubatuba (OLIVEIRA, p.91).

Alguns anos depois, isto é, possivelmente em 1816, aquela mesma Câmara de São Sebastião contratou com o mestre Manoel Alves de Abreu a construção “da nova Igreja Matriz, que com muito zelo estava sendo principiada.” (Documentos Interessantes – Volume XLVI – pág.68).

[...]. Manuel Alves de Abreu teria sido um grandioso salafrário, promovendo as mais sórdidas trapanças, recebendo numerário adiantado sem compensá-lo depois com obras correspondentes, vendendo material destinado às mesmas, fazendo tantas e tamanhas falcatruas, que, em consequência, em 1816 foi sustada a construção da Matriz sebastianense.

A 11 de novembro de 1816 a câmara daquela Vila participava ao Capitão General Presidente da Província os fatos ocorridos em 1815 com o célebre contratante Manoel Alves de Abreu, apontando-o como executor dos mesmos serviços na Matriz de Ubatuba, pois, “estando a construção em andamento, aconteceu desmoronar-se por falta de segurança nos alicerces.” (Idem).

As reclamações, acima relatadas, ocorriam com certa frequência, como diz Beatriz (BUENO, 2012, p.325)

.....Pelo visto, a má fama dos empreiteiros é antiga, não sendo raras as queixas de corrupção. Ao que parece, as queixas não se limitavam ao furto e burla no emprego dos materiais, envolvendo o suborno conhecidos de “apontadores”, “olheiros” e , quem sabe, dos “louvadores”, problema bastante conhecido de todos nós: “na quantidade e qualidade dos materiaes, que hão de corromper as obras, ou comprometer os apontadores, medidores e olheiros, &c”¹².

É bem provável que Manoel Balthazar tenha passado, também, por esses infortúnios, pois na época da construção de sua futura residência, o português residia na fazenda Figueira, cuja distância facilitaria tais ações. O próprio deve ter também opinado na elaboração do projeto, ou seja, dos “traços” e “riscos”, sendo, provavelmente, sua ideia a “réplica” do Paço Imperial, devido a sua importância simbólica, descrita anteriormente.

.....Instrumentalizando um raciocínio a priori, representavam (graficamente ou por escrito) um “conceito” ou “ideia” de edificação, fundamental para mediar o diálogo entre gabinete, comitente e canteiro de obra.

[...]. Ao ser convocado para conceber determinada “fábrica”, cabia ao profissional do “risco” dialogar com o sítio escolhido, desenhar (isto é, raciocinar, e adaptar-lhe a forma mais adequada, em conformidade com os costumes, as condições materiais e financeiras disponíveis, daí a flexibilidade em relação a qualquer modelo que eventualmente lhe inspirasse. (BUENO, 2012, p.343).

Não sabemos o ano de início da construção do Sobradão do Porto, provavelmente no início dos anos 40, após seu casamento em 1939, mas sabemos que se findou no ano de 1846. Devido ao contato com as ricas famílias de Pindamonhangaba, através do seu matrimônio com Benedicta, é provável, mas essa afirmação carece de pesquisa, que o construtor mais habilidoso dessa cidade, possa ser o autor dos “riscos”, “traços” e “fábrica” do sobrado em Ubatuba, o também, português, da mesma região de Balthazar, do Trás-os-Montes,

Francisco Antônio Pereira Carvalho. N. em S. João da Pesqueira. Portugal. Filho de Antônio José de carvalho e de d. Maria do Carmo Pereira. Emigrou para o Brasil em 1836 na barca LUZITANA, chegou ao Rio a 2 de Abril do mesmo anno. Aqui chegando procurou a província de Minas estabelecendo-se na Vila de Cladas, onde permaneceu até 1839, anno em que veio residir em Pindamonhangaba. Aqui foi empregado do Cap. Gregório Costa pelo que tomou appellido de Chiquinho do gregório, como ficou conhecido. [...]. Delle disse o ilustre sr. Barão-Homem de Mello, de saudosa memoria e que foi seu grande amigo: - “cada rua de nossa cidade, como cada pedra de nossos edificios guarda o nome venerando de Pereira de Carvalho”. De facto foi ele quem traçou e edificou a Igreja Matriz, o palacete Lessa, a cadeia, o theatro e outros edificios. (MARCONDES, 1922, p.135)

Cabe lembrar que o palacete de Lessa foi construído pelo Visconde de Palmeira (Antônio Salgado Silva), tio de Benedicta, e, também, denominado Palacete Palmeira. Soma-se a esse fato, “os vínculos estreitos entre Pindamonhangaba e Ubatuba, por exemplo, deverão ter criado uma mesma concepção do urbano. “ (KATINSKY, et al., 1979, p.9). Além dos fatos acima, o que me induz a apontá-lo como projetista é o fato do Sobradão apresentar características da casa paulista e mineira. Vários estudiosos apontam tal movimento como o “caminho de volta”, “caminho inverso dos bandeirantes”.

Com as catas exauridas, os arraiais despovoados e o rendimento dos quintos aviltados cada vez mais, a população das Minas, principalmente aquelas dos vales do Rio Grande, do Sapucaí, do Pardo e do alto São Francisco, refluíu sobre as recém-estabelecidas fronteiras de São Paulo. [...]. Invadiram, também, o Vale do Paraíba, fazendo o caminho inverso dos bandeirantes, pela garganta do Embaú. [...]. O final do século XVIII e o início do século seguinte apresentam no planalto de São Paulo duas arquiteturas rurais que se defrontaram como representantes de duas culturas. De um lado a arquitetura conservadora do paulista antigo – a casa usada já há quae trezentos anos, a casa bandeirista que todos conhecemos. De outro lado, a casa mineira de estrutura autônoma de madeira, vão preenchidos com adobe e assobradada, levantada do chão. (LE MOS, 1978, p.77)

Essa tipologia estrutural é descrita no relatório, elaborado por José Saia Neto, quando vistoriou a edificação em 16 de fevereiro de 1981, no item “10. as paredes de tijolo, laterais e posteriores, do 3º pavimento, apresentam problemas estruturais,

sendo que, além de se apoiarem numa estrutura de madeira, [...]” (arquivo IPHAN/SP). Também é importante ressaltar que as grandes obras eram executadas por vários mestres de ofícios.

A cada etapa, somava-se novos “riscos” elaborados por mestres dos diferentes ofícios envolvidos. Mestres (no plural) foram os responsáveis pelas “fábricas” de maior porte, tratando-se de obras sempre coletivas, postas paulatinamente em arrematação. Em geral, os trabalhos de alvenaria, taipa e carpintaria precediam os demais, como os de cantaria, marcenaria, talha, douração e policromia, pintura e escultura. (BUENO, 2012, p.343)

Também, não era toda e qualquer construção que possuía projeto.

Quando inexistentes, foram substituídos por “desenhos por escrito”, em instruções pormenorizadas que envolviam as medidas do conjunto e das partes, bem como os materiais empregados. Em contraposição à escassez da documentação gráfica, a textual é farta em referências não só sobre as práticas de projeto no Brasil-Colônia, mas também sobre os mecanismos de concepção e gestão das obras públicas oficiais e privadas. (BUENO, 2012, p.344)

Portanto, para identificar os verdadeiros construtores, ou seja, os vários “mestres de ofício” do Sobradão do Porto, é preciso um estudo mais aprofundado, pesquisando todo tipo de documentação, gráfica e escrita. O que podemos afirmar é que o proprietário ordenou e coordenou toda a construção, desempenhando o papel central de Senhor de terras, escravos e recursos financeiros.

Assim, também, o português Manoel Balthazar, desempenhava, como os demais pais de outras famílias, o papel típico do chefe da família, na sociedade patriarcal brasileira no século XIX. Toda decisão dentro do ambiente familiar é sua responsabilidade. “Era muito viva ainda a autoridade paterna, da qual emanava certos regulamentos por todos obedecidos” (MOURA, 1998, p.111). “Entre os mais idosos da família, comenta-se que Manoel Balthazar não era uma pessoa de convívio fácil. [...] Sua fama era de ser muito bravo e de humor oscilante. Talvez fosse também rancoroso.” (BARROS, 2011, p.18). Tais ordens e regulamentos deixava a vida num ritmo muito mais tranquilo, mais lento, mais uniforme, mais pontuado, com as mesmas atividades sendo desenroladas ao longo do dia, dia após dia. Não se sentia, como hoje, a ansiosa solicitude por divertimentos.

Levantava-se cedo; depois do passeio matinal, almoçava-se às nove horas. Começavam então os trabalhos e estudos. Ao meio-dia havia um curto recreio em que as meninas, proibidas do uso do café, tomavam uma merenda composta de pão e frutas, e os grandes apenas uma xicarazinha de café. As duas horas era servido um farto e variado jantar, com sopa, cozido, assados, legumes e doces de diversas qualidades. Depois dessa refeição, as meninas

iam para a sala de estudos fazer trabalhos de agulha, até às cinco horas. Mal, porém, soavam as badaladas, levantavam-se e guardavam tudo com muita ordem para o dia seguinte. Era a hora do passeio: iam às visitas, davam uma volta de carro, ou desciam para o quintal, que proporcionava inúmeras distrações. Ali apostavam corridas, trepavam nas árvores, pulavam corda, até se acenderem as primeiras luzes da sala, sinal obrigatório de entrada (Era considerado nocivo às crianças o sereno da noite!). As manas divertiam-se, umas tocando violão, outras lendo. Tomando a mão da esposa, o comendador passeava pela vasta sala de jantar, indo de uma extremidade à outra. Tendo passado o dia ocupado com seus afazeres, ou no escritório, ouvia, entretido, o relato dos acontecimentos do dia, que a esposa fazia espírito e dom de imitação extraordinários. Às oito horas, invariavelmente, sentava-se à mesa do chá. Reunida assim a família, era a hora da conversação geral, sustentada pelo pai. Em sua poltrona, à cabeceira, passando de vez em quando os dedos pela sua caixa de tabaco, de ouro, e tomando uma pitada, ia ele narrando e comentando os acontecimentos políticos, e outros mencionados no *Jornal do Comércio*, que quase só ele lia. Nesses tempos bonançosos, o elemento feminino raramente lia jornais. (MOURA, 1998, p.111).

Foi assim, com punho forte, que Manoel Balthazar conseguiu os recursos financeiros para erguer majestoso palacete. Ele desempenhou várias atividades e concentrou uma verdadeira fortuna ao fim de sua vida (R\$23.808.989,46), como demonstra seu inventário no ano de 1874.

TABELA 2 – BENS DO CASAL MANOEL BALTHAZAR E BENEDICTA (1874)

Escravos	66:090\$000
Propriedades agrícolas e benfeitoria	14:000\$000
Produtos de lavoura	3:340\$000
Móveis e semoventes	3:282\$900
Casas na cidade	17:500\$000
Objetos de ouro e prata	1:294\$500
Apólices da dívida pública	27:600\$000
Juros das mesmas	3:190\$000
Dívidas ativas	19:978\$000
Móveis do sobradão	1:027\$220
Aumento dos bens declarados	366\$400
Bens doados aos herdeiros antes da partilha	35:900\$000
(Total)	193:569\$020

Fonte: BARROS, 2011, p.36

Não se sabe o ano correto de seu ingresso e permanência na capital da colônia, na cidade do Rio de Janeiro, “supõe-se que ele teria residido lá por alguns anos, formando patrimônio[...]” (BARROS, 2011, p.29). É bem provável que Manuel Balthazar tenha se dedicado à atividade de comércio. No episódio do fechamento do

Banco do Brasil em 1929, podemos supor ser essa atividade exercida pelo português, como cita Boris (FAUSTO, 2006, p.156)

“Lembremos, por último, que a moeda brasileira se desvalorizou seguidamente, com relação à libra inglesa, no curso da década de 1820. Isso favoreceu as exportações, mas, ao mesmo tempo, encareceu as importações de bens de consumo, tão desejosos pelas elites e pelos nascentes setores médios urbanos. Os descontentamentos aprofundaram os atritos entre brasileiros e portugueses. Os portugueses, que controlavam boa parte do comércio de varejo, eram um alvo privilegiado dos ataques nativistas.

Soma-se a esse cenário, o decreto de Abertura dos Portos⁴⁷ que veio a piorar ainda mais a situação dos comerciantes portugueses já estabelecidos na capital do Reino, devido a grande concorrência com os comerciantes ingleses.

.....O Rio de Janeiro se tornou o porto de entrada dos produtos manufaturados ingleses, com destino não só ao Brasil como ao Rio da Prata e à costa do Pacífico. Já em agosto de 1808, existia na cidade um importante núcleo de 150 a 200 comerciantes e agentes comerciais ingleses. (FAUSTO, 2006, p.122)

Essa situação levou ao protesto dos comerciantes e Dom João, querendo agradar a ambos comerciantes estrangeiros, fez algumas concessões.

[...]. Por decreto de junho de 1808, o comércio livre foi limitado aos portos de Belém, São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro; o chamado comércio de cabotagem, ou seja, entre portos da Colônia, ficou reservado a navios portugueses (FAUSTO, 2006, p.122)

Ubatuba fazia parte da rota do comércio de cabotagem, ligada a vários outros portos brasileiros.

..... Desta forma, a economia camponesa local respondia às exigências da economia colonial produzindo um pouco de produtos coloniais, e sempre um excedente de alimentos que também eram colocados no mercado ou porto local, para servir ao abastecimento de outros portos, do Rio de Janeiro primeiramente, de Santos, São Sebastião, mas também de Salvador da Bahia e mesmo Pernambuco [...] (MARCÍLIO, 2006, p.58)

As comunicações de Ubatuba eram feitas em sua maior parte, por mar. Havia dificuldades de transporte por terra que para chegar a São Paulo era necessário vencer a Serra do Mar. E por outro lado, havia facilidade de comunicação pelo mar. Já dissemos que proximidade e facilidade de contato com o Rio de Janeiro fazia de Ubatuba, uma espécie de “vila satélite” da capital do Brasil. Ao contrário toda ligação com São Paulo, centro administrativo da Capitania, tornava-se dificultosa, pois além dos obstáculos de ordem geográfica, São Paulo não tinha a mesma projeção econômica,

⁴⁷ Logo ao chegar, durante sua breve estada na Bahia, Dom João decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas (28 de janeiro de 1808). Mesmo sabendo-se que naquele momento a expressão “nações amigas” era equivalente à Inglaterra, o ato punha fim a trezentos anos de sistema colonial. (FAUSTO, 2006, p.122)

política e social do Rio de Janeiro; São Paulo não possuía os ricos negociantes exportadores que se concentravam na capital brasileira e a quem os ubatubanos vendiam o seu anil, aguardente, café, etc. (HOLME, 1971, p.62)

Outra característica dessa cidade, que deve ter influenciado na decisão de Manuel Balthazar, de nessa vila morar, é uma certa autonomia em relação às ordens e regulamentos impostos pelo Reino.

..... Na realidade, Ubatuba deveria ser, assim como São Sebastião, não rebelde, mas independente nas suas decisões, não observando as ordens superiores. O isolamento em que vivia, a falta de recursos, o desinteresse do governo colonial por essa região que não produzia riquezas, aliado a ignorância e a natural prepotência dos colonos da Capitania, constituíam-se nas causas desse espírito de autonomia que aí existia e que as autoridades consideravam rebeldia. (HOLME, 1971, p.15)

Por outro lado, o decreto de abertura dos portos, melhorou a situação da classe dos senhores de engenhos.

..... A abertura dos portos favoreceu também os proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação (açúcar e algodão principalmente), os quais se livraram do monopólio comercial da Metrópole. Daí para frente, seria possível vender a quem quer que fosse, sem as restrições impostas pelo sistema colonial. (FAUSTO, 2006, p.122)

Diante de todos esses fatores econômicos e sociais, o português resolveu adquirir terras, pelo sistema de sesmarias, já descrito anteriormente, e se empenhar no ramo da produção agrícola voltada a exportação. Ubatuba já produzia alguns produtos agrícolas para a própria subsistência, numa “economia camponesa”, como já descrevemos, anteriormente, na possível situação social de Francisca Leite. Mas essa realidade econômica mudou após a introdução do café⁴⁸

Nesse período, segunda metade do século XVIII, Ubatuba economicamente era conhecida por ser produtora de açúcar, aguardente e fumo, arroz, anil, café e farinha de mandioca, que vendiam, principalmente para o Rio de Janeiro (CLETO, 1899, p.197 apud HOLME, 1971, p.19)

Oscar Holme, em sua tese, considera a cidade paulista de Ubatuba pioneira no cultivo do café (HOLME, 1971, p.159)

⁴⁸ A grande novidade na economia brasileira das primeiras décadas do século XIX foi o surgimento da produção do café para exportação. A introdução do cafeeiro no Brasil deveu-se a Francisco de Melo Palheta, que em 1727 trouxe para o Pará as primeiras sementes da planta. Utilizado no consumo doméstico, o café chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1760, misturando-se aos pequenos cultivos de pomares e hortas dos arredores da capital da Colônia. (FAUSTO, 2006, p.186)

[...] Pois bem, o próprio Marcellino Pereira Cleto, em sua famosa “Dissertação”..., datada de 1782, colocou o café entre os gêneros produzidos por Ubatuba (CLETO, 1889, p.197 apud HOLME, 1971, p.159). Se considerarmos que o café só começa a produzir com 4 ou 5 anos de existência, concluiremos que as primeiras mudas foram introduzidas, caso em 1782 tivesse sido registrada a primeira colheita, por volta de 1777 ou 1778 (PRADO JR., 1959, p.165 apud HOLME, 1971, p.159). Ainda mais se tomarmos por válida a informação de Simonsen de que as primeiras plantas foram trazidas para o Rio de Janeiro em 1770 (SIMONSEN, 1957, p.375 apud HOLME, 1971, p.159), teremos então que Ubatuba foi uma das primeiras localidades, em São Paulo, a fazer o cultivo do café.

Outros europeus também desembarcam na cidade litorânea com a esperança de enriquecerem com a produção de gêneros agrícolas voltada para exportação, como aponta Maria Luiza. (MARCÍLIO, 2006, P.87)

..... Com a expansão da área cultivada de Ubatuba, a partir dos anos de 1810, graças à cultura do café, Ubatuba começa a atrair forasteiros com grandes capitais. Esses novos vindos logo se transformam em grandes proprietários de terras e de homens, estabelecendo-se em terras devolutas e, não raras vezes, em terras apropriadas pelos tradicionais caiçaras. São particularmente franceses e portugueses. Mas há casos isolados de famílias ou indivíduos que chegam da Inglaterra, da Suécia, da Alemanha. Embora pouco em números logo se destacam na vida econômica, social e política local pelas fortunas que trazem e investem em Ubatuba.

Manoel Balthazar é o típico exemplo desses novos habitantes na cidade litorânea paulista. Ele é descrito no Mapa Geral dos Habitantes Existentes na Villa de Ubatuba, no ano de 1822, na coluna de Ocupações e Casualidades: é lavrador, fabricou de farinha 614 alqueires, 400 vendeu para a Ilha Grande a 640 réis, e 200 gastou. Colheu de arroz 600 alqueires e vendeu para Ilha Grande a 560 réis, 50 alqueires de feijão e gastou tudo⁴⁹. No ano de 1824 está descrito na mesma coluna de Ocupações e Casualidades: é lavrador, fabricou de farinha ____ no ____ 312 alqueires, colheu de feijão 100 ____, de milho 180 alqueires que tudo gastou no concerto da casa, colheu de arroz 1300 alqueires ____ 1100 vendeu para o Rio de Janeiro a 580 réis e 200 desses gastou em casa. Colheu 88 arrobas de café que vendeu para o Rio de Janeiro a 3200 réis. Nota-se que o café somente é contabilizado quatro anos depois da aquisição das terras. Nota-se, também, que o fazendeiro português plantava vários outros tipos de cultura, além do café. Esses fatos são explanados por Francisco e Herbert. (LUNA; KLEIN. 2005, p.82)

⁴⁹ texto original: “Ocupacioens e casualidades: Lhe lavrador. Fabricou de far.^a 614 alq.^{es}. 400 d^o vendeu p^a Ilha Grd^e a 640, e 200 gastou. Colheu de arroz 600 alq.^{es} q^e vendeu p^a Ilha Grd.^e a 560 e 50 alq.^{es} de feijão e q^e gastou.” (ARQUIVO DO ESTADO. Maço de população. Rolo 216, lata 190)

[...] Diferentemente da cana-de-açúcar, que podia ser colhida três a quatro vezes depois do primeiro plantio (sua maturação demorava dezoito meses), o tempo entre o plantio dos cafeeiros e a primeira colheita dos grãos de café era de vários anos. Embora o beneficiamento do grão fosse muito mais fácil em comparação com os complexos processos de moagem, fervura e filtragem necessários para produzir açúcar, o longo tempo necessário para o café tornar-se um produto comercializável significava que os agricultores precisavam ter fontes de renda alternativas para se manterem, pelo menos nos primeiros anos de cultivo. Adicionalmente, a ausência de crédito agrícola implicava a maioria dessas inovações na produção ou nos cultivos tivesse de ser financiada pelos próprios agricultores. Dada a universalidade da produção de gêneros alimentícios, era inevitável que os cafeicultores também fossem produtores importantes de milho e outros gêneros alimentícios que poderiam ser consumidos e comercializados.

Também, Francisco e Herbert, apontam dois motivos principais para a escolha do cultivo do café: o baixo custo de produção e o elevado preço no mercado internacional (LUNA; KLEIN, 2005, p.84)

Nas primeiras fases de seu desenvolvimento, o caráter continuamente misto das culturas nas primeiras fazendas de café, os baixos custos de beneficiamento do produto e os custos relativamente reduzidos da compra e plantio de cafeeiros tornaram o custo de ingresso na atividade cafeeira muito mais baixo que no açúcar, permitindo a participação de um número muito maior de pequenos agricultores, especialmente os que possuíam alguns escravos. (LUNA; KLEIN, 2005, p.82)

Foram a lenta decadência dos produtores de café de São Domingos depois de 1790 e o colapso final da produção de Cuba, depois de uma série de furacões devastadores na década de 1930, que finalmente deram ao Brasil o predomínio absoluto na produção cafeeira no Novo Mundo. [...]. No início da década de 1830, o café superou o açúcar em valor total de exportações do Brasil e já era responsável pela metade do valor exportado total⁵⁰. (LUNA; KLEIN, 2005, p.84)

Com a introdução e expansão de lavouras de exportação no território de Ubatuba um fenômeno será identificado, por Maria Luíza, que é a concentração de terra em poucas mãos, nas dos fazendeiros e senhores de escravos. (MARCÍLIO, 2006, P.65)

..... Em 1817, quando foi realizado o primeiro cadastro de terras nos municípios da capitania de São Paulo (como de todas as demais do Brasil), já podemos constatar uma relativa grande diversidade na estrutura fundiária do município, refletindo uma certa diferenciação social, em formação. [...]

O quadro da estrutura fundiária de Ubatuba, através da classificação de seus grupos domésticos por tamanho da posse ou propriedade, mostra em primeiro lugar, a existência de 58,4% de grupos domésticos sem-terra. Dos

⁵⁰ A importância do produto no conjunto das exportações brasileiras cresceu rapidamente depois de 1820, de 18% das exportações no decênio 1820/1830 para um nível superior a 40% nas décadas seguintes, passando para 55% e 65% das exportações totais a partir da década de 1870 até o final do século. Até 1860, o açúcar representava de 20 a 30% de todas as exportações. (Hélio Schlittler Silva, "Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no Século XIX", Revista de História da Economia Brasileira 1(1):5-21, 1953, p.8 apud LUNA;KLEIN. 2005, p.84)

restantes, que declaram possuir a posse do solo, a qualquer título, outros 58% [ou seja 24,3% de grupos domésticos] detêm parcelas pequenas (de 9 há em média). Em contrapartida, 29% [ou seja 12,0% de grupos domésticos] dos que possuem terras são os grandes senhores rurais, com propriedades enormes, que em média atingem 506 há.

Manuel Balthazar adquiriu suas terras pelo processo de sesmarias, processo que ajudou na concentração terra em Ubatuba, em partes iguais com o “alferes Francisco Joze de Castro, com meia légua de frente por uma de fundo no Mato Dentro, em cultura efetiva” (MARCÍLIO, 2006, p.76), conforme relação nominal dessas sesmarias e de seus senhores, fornecida, em 1835, pelo juiz municipal, transcrita por Maria Luiza. Mas essa mesma autora salienta,

[...] elas foram raras, talvez nunca ultrapassando a dezena, em toda a sua história. [...] percebe-se que metade das sesmarias foi adquirida pouco tempo antes da extinção desse sistema e seus beneficiados foram em sua maioria estrangeiros que se instalaram no município, depois de 1819-20” (MARCÍLIO, 2006, p.76).

Devido a sua configuração geográfica, um longo e sinuoso litoral, recortado com pontas, enseadas, baías praias e ilhas, com raras planícies litorâneas espremidas entre o mar e a Serra do Mar, Ubatuba não dispunha de extensas faixas de terra cultiváveis, como se verifica nas terras acima, no planalto, então,

É preciso que se diga, porém, que as maiores propriedades de Ubatuba nunca chegaram a se constituir em latifúndios. Elas nunca atingiram, por exemplo, as dimensões das grandes terras dominadas por senhores dos municípios paulistas mais ricos, voltadas para a exportação, dentro da capitania paulista (A. P. Canabrava, “A Repartição da Terra na Capitania de S. Paulo – 1818”, in Estudos Econômicos (IPE), 2 (6), 1972, p.89 apud MARCÍLIO, 2006, p.68)

Assim, a produção de café em Ubatuba não tinha grande expressividade no montante das exportações nacionais. “Segundo Muller, em 1836 a província estava produzindo 8.600 toneladas de café, com cerca de 70% proveniente do Vale do Paraíba, 14% do litoral e 12% da região da capital” (LUNA; KLEIN. 2005, p.88). Mais especificamente sobre Ubatuba, “segundo Taunay (p.15 apud HOLME, 1971, p.165) a produção nacional de café em 1822 era de 97.981 sacas de cinco arrobas, ou seja, 489.905 arrobas, enquanto Ubatuba produziu 2.749, isto é, pouco mais de 0,5% da produção nacional. (HOLME, 1971, p.165). Assim, Manoel Balthazar foi procurar enriquecimento, também, em outra atividade, no comércio. “Muitos destes [os portugueses] não se ocupavam da terra, mas do grande negócio de importação e exportação, mas também uns poucos conjugam as duas atividades” (MARCÍLIO,

2006, p.88). Ainda sobre as várias lendas acerca das atividades desempenhadas pelo português, Washington escreve (OLIVEIRA, 1977, p.74)

.....Pessoas mal informadas, deturpando a História, propalam que ali no sobradão, em tempos idos, funcionou a Alfândega local. Não é verdade. Nos altos residia, com muita pompa, Manoel Balthazar e sua família. Nos baixos, isto é, no térreo, no vasto armazém que se estende por toda a largura do grande prédio, funcionava sua importante casa comissária – importadora e exportadora.

Outra evidencia dessa atividade segunda atividade atribuída ao português, é a existência de um binóculo (óculos de alcance), relatada pela autora Maria Helena (BARROS, 2011, p.17),

Muitos dos artigos e matérias publicadas pela Fundart – Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba e por alguns sites sobre o município atribuem a Manoel Balthazar as atividades de fazendeiro e comerciante, que ele comprovadamente era, além das de armador, de que não restou nenhuma evidência atual. Nos diversos documentos examinados, entre testamentos e inventários que foram objetos de pesquisa, datados a partir de 1839, não há nenhum item que apresente indícios ou comprovação dessa ocupação. A única evidência plausível seria o “oculo de alcance” (cf. Inventário e Partilha, em 3/11/1874), antigamente localizado frente às portas-janela da camarinha do terceiro andar do sobrado (no largo do Passeio, na cidade, cf. denominação nos documentos em estudo), com o qual ele controlaria as embarcações pequenas conduzidas por escravos, que carregavam e descarregavam os navios aportados ao longo da baía fronteiria, já que Ubatuba, apesar de seu destacado movimento portuário na então província de São Paulo, ainda não dispunha de instalações apropriadas a um porto local que fosse dotadas de docas.

Essa hipótese é a mais plausível, considerando o aumento das atividades portuárias em Ubatuba, devido o escoamento das lavouras de café no Vale do Paraíba.

Como os maiores produtores de situavam-se no extremo nordeste da província, não surpreende que aproximadamente 41% das exportações de café saíssem do porto de Ubatuba, no litoral norte, para o porto do Rio de Janeiro e 37% fossem remetidas ao mesmo porto por vias terrestres. (LUNA; KLEIN. 2005, p.88)

O porto de Ubatuba era o caminho terrestre mais próximo das principais regiões produtoras de café.

Por terra, Ubatuba comunicava-se com as Vilas do interior, ou seja, com as Vilas de Serra acima, pelo caminho do Falcão [atual Cunha] e por São Luiz do Paraitinga. Esse caminho do Falcão era o mais antigo e ficava mais para o interior, na direção do Rio de Janeiro. [...]. Ao contrário, durante o governo de Franca e Horta foi construída a estrada de S. Luiz do Paraitinga, mas ordens para sua construção e conservação já haviam sido dadas por Bernardo José de Lorena, em 1970, considerando essa obra como de muita importância, para o desenvolvimento da agricultura e comércio. [...]. Ao que

tudo indica o caminho do Falcão tornou-se menos frequentado, pelos ubatubanos em benefício de S. Luis [...] (HOLME, 1971, p.63)
[...]. O centro mais importante da produção cafeeira foi Areias, no Vale do Paraíba. No ano de 1815 parece ter havido uma guinada nesse ritmo lento de crescimento. Depois desse ano houve uma grande expansão no Vale do Paraíba, sobretudo em Guaratinguetá e Lorena, que foram desmembradas da vila cafeeira de Areias em 1817. Areias tornou a perder terras de cafezais em 1832, com a criação da nova vila de Bananal. Em 1836, dois terços da produção cafeeira paulista provinham do vale do Paraíba. (LUNA; KLEIN. 2005, p.85)

Assim, Balthazar aproveitou seus contatos com o maior porto do Brasil, no Rio de Janeiro, quando ali residiu, e, também, os de serra acima, especialmente os de Pindamonhangaba, onde residiam parentes de sua segunda esposa; para comercializar todo tipo de produto, abastecendo o mercado externo e interno.

Dos produtos agrícolas comercializados em Ubatuba estavam todos os que eram produzidos [farinha, milho, feijão, arroz, algodão, aguardente, café, anil, fumo, peixe, batatas e frutos], em maior ou menor quantidade. Muitos poderiam, mais tarde, ser vendidos para outras Vilas. Nesse caso encontrava-se as mercadorias que eram procuradas no mercado externo, como aguardente, açúcar, café, entre outras. Havia, realmente, aqueles que adquiriam as mercadorias do produtor e se encarregavam de vendê-las a outras localidades. Todavia esse comércio não pode ser considerado interior, ele está ligado ao exterior [...] (HOLME, 1971, p.35)

Ainda no comércio interno havia a circulação de gêneros vindos de outras regiões da Capitania, produtos que não eram comuns em Ubatuba, como toucinho, carne seca, galinhas e outros, comprados, principalmente, das Vilas de Serra acima. A maior parte deveria dessas mercadorias deveria ser consumida na localidade e parte dela seguia, por mar, para Santos, Rio de Janeiro e outras vilas litorâneas (Arquivo do Estado – TC – caixa 98 apud HOLME, 1971, p.36)

Também eram comercializadas as mercadorias importadas, como tecidos ingleses e dos Países-Baixos, ferramentas, chapéus, vinho, sal, vinagre, metais, armas e outros produtos. (HOLME, 1971, p.36)

Balthazar como “empreendedor”, aproveitou as melhores fases econômicas da vila de Ubatuba, que,

A partir de 1810 começa, lentamente, um processo de enriquecimento da localidade, graças primeiramente à produção de algumas arrobas de café por ano, vendidas no mercado do Rio, e, em seguida, pela transformação gradual do porto da vila em escoadouro desse produto que começava a se esparramar pelo Vale do Paraíba paulista. (MARCÍLIO, 2006, p.58)

Para comercializar tantos produtos a “casa comissária” ocupava todo o pavimento térreo no Sobradão do Porto. Não temos muitos estudos e/ou relatos de como eram os ambientes comerciais e depósitos, e nem tão pouco escritos sobre as atividades ali desempenhadas; nem mesmo, de seus funcionários, artesãos e patrões. Por isso é muito difícil identificar os ambientes internos. Tentarei fazer uma possível identificação através de vários fragmentos dos poucos textos dedicados a descrevê-

los. A primeira identificação é o passeio da rua, elemento urbano limítrofe às portas da fachada frontal, alinhadas à testada do lote, pelas quais se acessa o interior da edificação. Valthier salienta sobre passeio de rua (1979, p.68)

que sua introdução em França, ou pelo menos em Paris, não remonta a muito tempo. [...], ao passo que no Brasil existem passeios ou calçadas que datam de dois séculos. Ao longo de ruas mal pavimentadas das velhas cidades, encontram-se, quase à flor do solo, lajeados onde os pés de numerosas gerações deixaram sua marca. Nas partes mais recentes, onde as ruas ainda não são calçadas, esses lajeados foram na maioria substituídos por passeios de tijolos, emoldurados às vezes por meios-fios de pedra e há posturas muito antigas das Câmaras Municipais obrigando os proprietários a sua construção e manutenção. É esse um traço bem característico das cidades brasileiras e, mesmo no interior, em miseráveis povoações, a circulação dos pedestres é assegurada mais eficazmente do que tem sido até agora entre nós, mesmo em diversas cidades importantes.

A porta mais a esquerda, dá acesso a escada que leva para a residência no primeiro pavimento; e as demais portas, provavelmente, destinadas ao comércio. Muitos desses comércios, sempre no pavimento térreo, eram denominados de boutiques, mas Vauthier nos diferencia estes estabelecimentos das lojas dos portugueses, assumindo, também, o descuidado com uso desses termos (VAUTHIER, 1979, p.67)

A palavra *boutique* já foi empregada por mim em relação ao rés-do-chão desocupado de certas casas. [...]. A palavra evoca, para uma imaginação parisiense, lojas com mostruários esplendidamente ornamentados e dispostos de modo a fazer sobressair as criações do bom gosto e as necessidades do luxo. As principais cidades brasileiras estão, nesse particular em transformação; mas o fundo, o velho, a tradição local, não tomou ainda essa característica. O comércio português era mais sério e não necessitava de tanta exposição. Achava até que um pouco de penumbra não o prejudicava. As boticas legadas por ele são, pois, simples andares térreos, iluminados por duas portas abertas sobre a rua às quais ninguém se deu ao trabalho de fazer mais largas.

As descrições de Debret de seus desenhos sobre os vários tipos de lojas, confirmam essa hipótese (DEBRET, 1835, p.122. Tradução do autor)

Sentado lá dentro, e perto da porta de sua loja de carne seca, dorme o comerciante (de 1816) [...]. Podemos ver ao lado dele, um dos dois pedaços de carne seca, dos quais extrai pequenas quantidades para vender no varejo, [...]. Essas peças penduradas nas folhas da porta indicam ao consumidor a qualidade das provisões do comerciante. Outras peças inteiras, dobradas ao longo no comprimento e empilhadas, formam no interior da loja três volumes quadrados bastante semelhantes, e os pequenos volumes, descritos anteriormente, em pirâmides truncadas.

No primeiro plano, à esquerda, quatro pedaços de sebo comum, resíduos da indústria da charqueada; atrás deles um alto volume de um metro e meio de peixe secos (garupa, espécies antigas), carne curada na fabricas da província de Santa Catarina.

No primeiro plano, mais à frente, um pedaço de bacon, ainda embrulhado na esteira, e outros três ao seu lado, agrupados simplesmente encima de uma bandeja, também dão uma ideia da fabricação de carne em São Paulo e Minas; é o toucinho, do qual basta um pedacinho, do tamanho de um dedo, todos os dias, para cozinhar para o maior número de brasileiros.

Debret, continua a descrição de outros comércios, como a casa de carne de porco, (_____, p.143. Tradução do autor)

De todas as lojas da capital, a loja de carne de porco é a mais repugnante, tanto pelo odor rançoso que exala dela, como ela gordura espalhada por todos os lados, e que suja até as folhas da porta de entrada. O comerciante, representado aqui, como todos os demais colegas, vestido com um roupão indiano, acima de suas galochas; Ele corta um pedaço do porco morto, do qual cada pedaço pequeno, é vendido separadamente, e torna mais fácil a base da refeição modesta do morador da cidade. [...].

Nesse tipo de estabelecimento, ratos, são pensionistas livres, comem no balcão durante a noite e passam o dia em emboscadas, para disputar os pequenos pedaços de carne que caem no chão. Essa raça de roedores, extremamente numerosa no Brasil, sitiava constantemente todas as casas da capital.

,a loja de cigarros (_____, p. 127. Tradução do autor)

A província de Minas é a do Brasil que mais fornece tabaco; assim é essa nicotina, embora nativa, cultivada com cuidado especial, o que duplica seu efeito e favorece a especulação tão vantajosa para sua exportação. [...]. Essa massa cilíndrica, com dois palmos de diâmetro por quatro de altura, é inserida numa cesta chamada de jaca, que tem a mesma forma; modo simples de embalagem adotado para as numerosas exportações que são feitas do interior e na parte trás de mulas.

O tabaco, que chegado à cidade, na loja do varejista, é cortado ou triturado, segundo o qual deseja obter as diferentes qualidades de rapé ou fumaça; indústria não menos produtiva, pois não há um brasileiro que recusa um rapé. [...]

,ou outras mercadorias (_____, p.94. Tradução do autor)

Quanto ao alho, agora são as províncias do interior do Brasil que fornecem o suprimento necessário para o consumo da capital. No Rio de Janeiro, é em algumas lojas do mercado de peixe que alho e cebolas são depositados; lá, são fixados em tranças de palha para distribuí-las aos mascates.

No almanaque Paulista do ano de 1873, Manoel Balthazar está classificado na atividade de “Ferrarias⁵¹” (UBATUBENSE, Acesso no dia 1 de maio de 2017). Talvez, essa seja mais uma das atividades desempenhadas por Manoel, que é a de fabricar peças metálicas para várias outras atividades, tais como agrícola, marinha, e até mesmo utensílios de correção, como descreve Debret (DEBRET, 1835, p.132. Tradução do autor)

⁵¹ FERRARIA. Ferraia. As officinas, em que obrão ferros. Ferraria fabrica. (BLUTEAU, 1716, v.4, p.86)

É na rua Prainha, conhecida por suas oficinas de grandes serralheiros para a marinha, que estão algumas lojas onde se faz, especialmente, esses instrumentos de correção, como correntes, colares de todos os tamanhos, obstáculos para orientar, botas de ferro, polegares, instrumento capaz de achatar os polegares para interromper a circulação de sangue, e que são usados pelos guardas da floresta, Capitães do Mato, para que o negro diga seu nome e local da residência de seu mestre.

Como todos os trabalhadores dessas lojas são escravos, esses aparelhos de correção, no Rio de Janeiro, são forjados e rebitados por eles, e se alegram quando o serralheiro não está sobrecarregado. E, neste caso, os escravos se tornam os corretores, por submissão ao seu senhor, sem compaixão pelo seu companheiro [...]. (DEBRET, 1835, p.132. Tradução do autor)

Maria Paes de Barros também descreve, mas de forma mais ingênua e pura, a Casa de Correção. (MOURA, 1998, p.115).

[...]. Feitos esses trabalhos, procedia-se às compras, que eram grandes e variadas. Era na Casa de Correção que se compravam objetos para uso dos pretos, tais como esteiras, roupas e chapéus de palha, fabricados pelos detentos, e, nas oficinas de latoeiros, utensílios de uso doméstico.

De forma sucinta, Vauthier, também, descreve tais ambientes,

[...] As três portas do rés-do-chão estão abertas. Duas dão acesso a um comprido salão escuro, onde se empilham as mercadorias destinadas à exportação ou volumes trazidos pelos navios da Europa. Ali estão caixas de açúcar, uma sobre as outras, espalhando um cheiro nauseabundo; barricas de café e couros curtidos que serão mais tarde transformados em finos calçados desse lado do Oceano. Além, encontram-se rolos de tecidos finos de algodão, recentemente saídos das fábricas de Manchester, caixas de sabão e de velas e peças mais cuidadosamente acondicionadas, de onde se desdobrarão em breve ricos tecidos de seda.

Assim, podemos supor, que os ambientes mais próximos a rua deveriam ser a loja, ou lojas, onde se deixavam expostos os produtos mais delicados, mais refinados, em especial os importados, tais como tecidos, ferramentas, vinho, etc. Observa-se que uma das prováveis lojas se comunica com a escada de acesso à residência, assim também, poderiam servir de locais de administração, contabilidade. Os ambientes à direita, com características semelhantes, mesmas dimensões, sem janelas⁵², ligados ao segundo corredor que dá acesso ao quintal, parece-me referir a área mais pesada do trabalho, a depósitos de mercadorias para exportação tais como sacos com café, arroz, farinha ou mesmo cestos de fumo. O quintal poderia servir de apoio para organização (distribuição, repartição e ensacamento) de mercadorias. Nota-se, à frente desses, um ambiente com três portas frontais, onde supostamente poderia

⁵² como descreve o relatório de 16/18-6-82, “duas fotos existentes nos arquivos desta DR. Demosntram que 6 das 7 janelas da fachada voltada para o rio, foram abertas a partir da década de 30 [...]”. (arquivo – IPHAN/SP)

funcionar uma loja mais rústica, mais “poluidora”, de atividade mais pesada, tais como a ferraria, casa de carne de porcos ou casa de carne seca.

Já mais ao fundo, atrás das lojas, suponho ser as alcovas destinadas aos escravos. Podemos notar que são ambientes menores e cujas aberturas para o exterior se dá por janelas com pequenas dimensões. Os menores, poderiam servir para a criadagem doméstica que desempenhava suas atividades na residência, 1º e 2º pavimentos, em sua maioria por mulheres. Já os maiores se destinariam aos escravos, homens, com maiores forças para a lida do embarque e desembarque de mercadorias negociadas na casa comissária de Manuel Balthazar, como descreve Carlos Lemos (LEMOS, 1978 p.122)

A criadagem dormia aqui e ali, nos porões semi-habitáveis, pois dessa época em diante os assoalhos exigiam barrotes e dormentes bem elevados e daí os degraus nos corredores de entrada. Nos casos de porões muito baixos, as negrinhas do serviço doméstico dormiam nas despensas e até nas próprias cozinhas, conforme depoimentos vários de pessoas idosas crescidas nessas casas de classe média do interior [...]

Observa-se que no térreo os corredores são maiores e tem uma maior importância no agenciamento dos ambientes. Esse fato pode ser explicado para facilitar o trânsito de trabalhadores e mercadorias. Já o ambiente mais ao fundo, como um anexo ao corpo principal da casa, é a primeira cozinha, ou a cozinha principal. Carlos Lemos ao descrever a evolução da cozinha paulista durante os vários ciclos econômico-social, a saber, bandeirante, canavieiro e cafeeiro; apregoa sua origem à característica indígena de cozinhar ao ar livre, ao exterior da oca.

A respeito das cozinhas propriamente ditas, o nosso estudo necessariamente tem que reportar-se ao tepujar e à aldeia indígena. Ali é que verdadeiramente nasceu a cozinha paulista. A cozinha europeia nunca chegou a ser transplantada integralmente para a nossa casa de morada como já vimos. Talvez tenha sido arremedada num ou outro convento ou abadia beneditina; talvez em algum edifício público lá no Reino. A chaminé e a lareira, tornamos a lembrar, não resistiram ao trópico. A nossa cozinha, quase ao ar livre, começou a personalizar-se foi na trempe, das três pedras formando triângulo com a fogueira dentro, em volta do jirau ou fumeiro. (LEMOS, 1978,p.70)

Continua Lemos a descrever tal evolução desse cômodo, sempre relegado à atividade de serviço, ao exterior da edificação principal, aos ambientes de má feitura, o que irá concluir ser

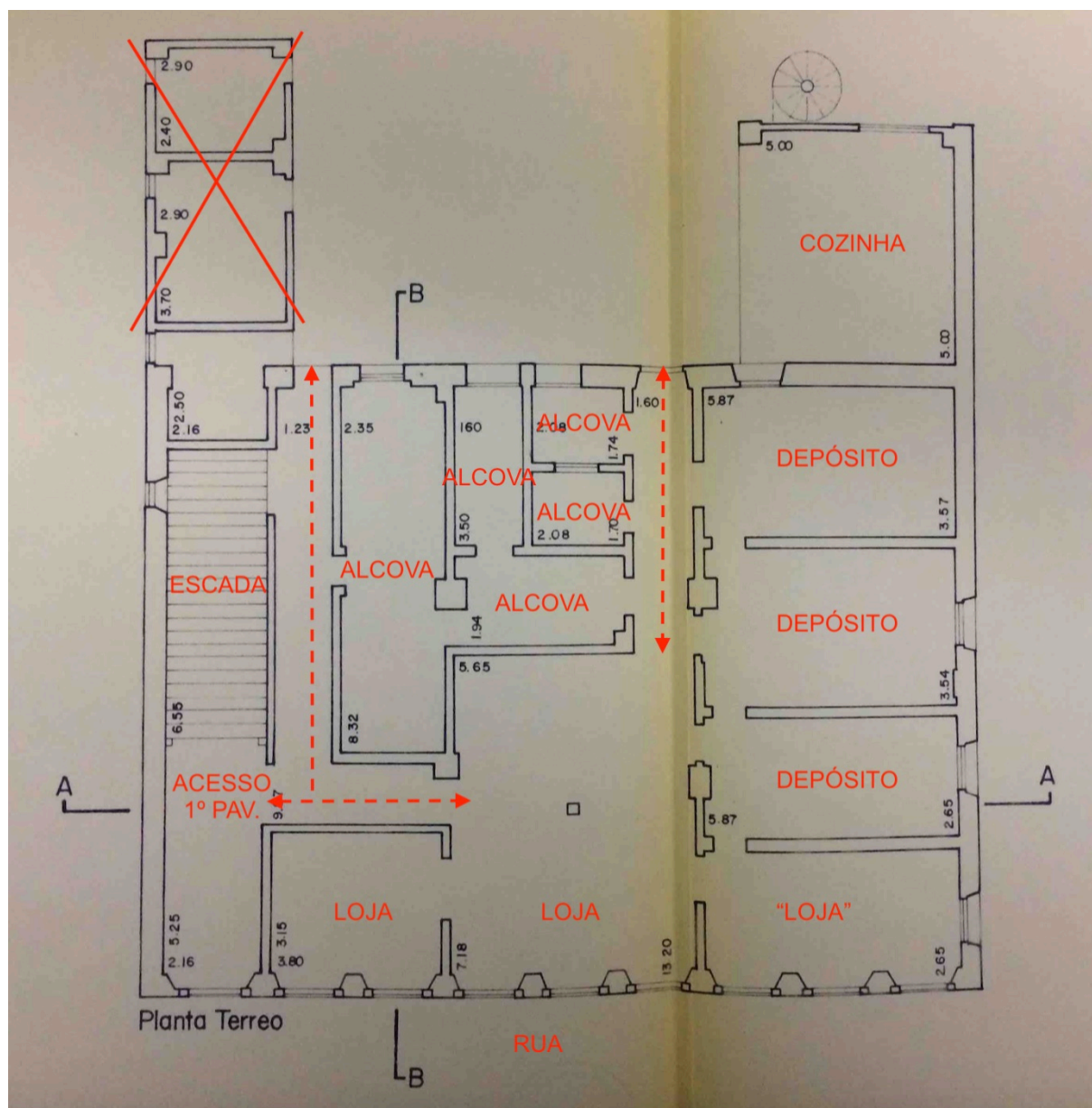
A primeira constante arquitetônica nos partidos da habitação brasileira – a extroversão da cozinha. Cozinha separada, no quintal. Cozinha no alpendre posterior. Cozinha em puxado. Sempre a cozinha menosprezada, lugar dos negros. E, nas casas destes e nas dos mestiços pobres, acaipirados e

isolados nas bocas do sertão, cozinhas internas, como vimos. Enfim, na casa do branco, ou na do pardo metido a branco, a cozinha está sempre isolada da habitação, sendo o traço de união entre ambas o elemento servil. (LE MOS, 1978, p.67)

Tal posicionamento da cozinha no partido arquitetônico das residências, também é descrito por Luis Saia.

Numa das extremidades da fachada posterior, e já frequentemente, ao nível do solo, se distribuem os compartimentos de serviço, cozinha, sala da farinha etc. (SAIA, 1972, p.190)

FIGURA 32 – IDENTIFICAÇÃO DOS AMBIENTES NO PAV. TÉRREO



Fonte: arquivo IPHAN-SP. Levantamento de 1981. Anotações do autor em vermelho

No Sobradão do Porto podemos identificar o ambiente da cozinha no pavimento térreo, anexo ao fundo da edificação principal, com abertura para o quintal, como

também observou Debret (DEBRET, 1835, v.3, p. 214, tradução do autor), ao analisar a planta de um outro sobrado, que “revela, no fundo, uma parte do andar térreo, escondida pelo prédio principal, bem mais a frente, onde há uma cozinha cuja porta se comunica com o jardim”.

Observa-se, também, na planta do 1º pavimento, uma provável segunda cozinha, ligada à cozinha no pavimento térreo por uma escada circular, como identifica Carlos Lemos nas construções erguidas a partir do século XIX (LEMOS, 1978, p.102)

Logo as casas passaram a ter duas cozinhas – a interna, contígua à zona de estar e a externa, a cozinha “suja” do serviço grosso. Aliás, essa dicotomia já estava dentro da tradição ibérica e talvez tenha sido trazida pelos mineiros, gente de sangue novo nestas plagas.

Enquanto não houver prova em contrário, podemos perfeitamente dizer, com base nos fatos sabidos e análise dos aspectos sociais da época, que a cozinha “de fora” da casa paulista sempre foi a verdadeira cozinha, a que sempre existiu e que as novas condições, econômicas principalmente, sugeriram ou toleraram a segunda cozinha, a “de dentro”, aquela frequentada inclusive pelo patrão, pelo chefe, pelo patriarca acaipirado de colete preto e chinelos de barbante.

Por último, temos o quintal, que “nas cidades, os quintais eram menores, porém ofereciam também bastante “mantimentos”, principalmente bananas, e davam pouso para as criações domésticas. (LEMOS, 1978, p.69). Essa tipologia, também, se faz no Sobradão do Porto, quando da descrição do episódio do casamento de uma das filhas de Balthazar, já descrito anteriormente, que não aceitando o noivo escolhido pelo pai, “ela contava com a ajuda de uma mucama de sua confiança para esconder-se entre os ramos de uma frondosa mangueira do pátio traseiro” (BARROS, 2011, p.19). Ali se plantava de tudo, desde flores, frutas, plantas diversas; o que faz lembrar da carta de Vaz de caminha quando aqui aportou, já transcrita anteriormente.

As flores eram muitas cultivadas nos jardins grandes ou pequenos, tanto na vila quanto nas fazendas. As diferentes variedades de rosas (maxixe, verde, chá, la France, baronesa), dalias, cravos, cravinas, violetas, malmequeres, linda-flor, damas-entre-verde, esporinhas, suspiros, malvas, cruz-de-malta (gerânios), sempre-viva, saudades; jasmims: do cabo, bugari, manga, amarelo, jasmimzinho, jasmim-da-italia; lírios: roxo, branco, vermelho, curriolas, madressilvas, coroa imperial, açucenas, branca, rosa, malvarisco, espirradeira (aloandro), camélias, flor-do-imperador, manacás perfumavam as salas e o recanto predileto das moças, e os canteiros eram rodeados pela planta “bico-de-papagaio” ou então por fundos de garrafas emborcadas no chão ou então por tijolos ou pedras desiguais. (MOURA, 1998, p.180)

Nota-se que ao descrever o pavimento térreo, o escravo negro é o elemento mais citado. Isso se deve ao fato de que é nesse andar onde se executava a maioria dos trabalhos, os mais pesados e sujos, para o funcionamento da casa residencial

e, da casa comissária e, principalmente, da fazenda. “Nessa situação, a escravaria de propriedade de Manoel Balthazar e Francisca Leite, descrita no inventário em 1839, referia-se a um plantel de 33 escravos (25 homens e 8 mulheres), alojados em duas senzalas da fazenda” (BARROS, 2011, p.31). Já no ano de 1874, o inventário de Balthazar contabiliza 89 escravos. Esse aumento (aproximadamente 270%) reflete a nova situação socioeconômica de Ubatuba no século XIX. “Com o correr do tempo, o índio foi desaparecendo e um novo escravo passou a ser adquirido – o negro. Informações precisas quanto à sua chegada não há, porém já era encontrado no começo do século XVIII” (CERQUEIRA (I), 1966, p.47). Boris Fausto descreve bem a preferência por mão de obra escrava à índia (FAUSTO, 2006, p.50)

Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do Atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que trabalhos com o ferro e a criação de gado eram usuais. A sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena.

Portanto, para abastecer a próspera lavoura de café nos primeiros decênios do século XIX, foi incrementado um maior número de escravos em Ubatuba, como expõe Beatriz (CERQUEIRA(2), 1966, p.17)

Logo começou a ocorrer um fenômeno novo na região, a compra para uma propriedade de um número relativamente grande de escravos africanos legítimos. Esse fato só existiu durante a economia cafeeira. Nunca antes. Prova a necessidade de obtenção do escravo. Aliás o café, muito mais do que o açúcar, exigiu abundante mão de obra, inicialmente para a preparação do terreno, plantio; depois, por ocasião das carpas sucessivas, e, finalmente, na época da colheita e consequente secagem, entulhagem e beneficiamento dos grãos maduros.

Nessa data [1813] a população escrava correspondia apenas a 25% da livre. Doze anos depois, já era 43%. Em 1825, 46%; em 1830, 56%; em 1836, 71%. Em 1836 equivalia a 40% da população total de Ubatuba.

Numa visão ingênua, Maria Paes de Barros, descreve uma cena do cotidiano dessas fazendas, uma cena romântica, ao estilo camponês, ocultando a posição do escravo retirado de sua terra e subjugado socialmente, numa condição, ao que me parece, ao entender da autora, natural. (MOURA, 1998, p.121)

[...]. Desfilavam os pretos de volta da roça, uns com feixes de lenha às costas, que iam levar às senzalas, outros com os seus utensílios. O feitor entoava uma reza que era repetida por todos; recolhiam-se carros e carroças; os animais espojavam-se livres; as vacas leiteiras se ajuntavam para comer o farelo. Um doce ambiente de paz e sossego prenunciava o descanso da noite que se aproximava. Ao longe, no horizonte, sumia-se o sol por entre nuvens chamejantes, dardejando ainda seus últimos raios por entre as perobeiras secas do pasto.

Todo esse aspecto de uma serena vida familiar constituía flagrante contraste com a rude e trabalhosa existência dos escravos. Estes desde a madrugada, ao toque do sino, até o anoitecer, com a enxada na mão iam executando, quase sem descanso, sob o chicote do feitor, os mais árduos trabalhos – vida essa que somente o espírito obtuso e submisso do africano podia suportar sem revolta. E, no entanto, bastava terem bom trato e um senhor humano e justo para que vivessem satisfeitos. (_____, p.127)n

O escravo fora obtido por diversas maneiras, mas sempre através da compra. Ele é considerado um produto, um bem de valor, por isso está descrito nos documentos inventariados, heranças, testamentos e outros similares; como salienta Beatriz (CERQUEIRA (I), 1966, p.49)

Muitos fazendeiros compravam os negros na própria vila. Algumas vezes eram feitos leilões, com cativos pertencentes a proprietários falidos ou escravos contrabandeados, que, em lugar de serem libertos, eram leiloados. [...]. O mais frequente foi a compra de um maior número de escravos “nação” em outro lugar. Embora alguns proprietários tivessem adquirido negros nas vilas de serra acima, como se deu com Manuel Baltasar da Cunha em 1819 (159), a maior parte das compras eram efetuadas no Rio de Janeiro.

Os grandes centros importadores de escravos foram a cidade de Salvador e depois, do Rio de Janeiro.

Os escravos foram trazidos do chamado “continente negro” para o Brasil em fluxo de intensidade variável. Os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos variam muito. Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria do sexo masculino.

A região de proveniência dependeu da organização do tráfico, das condições locais na África e, em menor grau, das preferências dos senhores brasileiros. No século XVI em diante, a Guiné (Bissau e Cacheu) e a Costa da Mina, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Daomé, forneceram o maior número de escravos. Do século XVII em diante, as regiões mais ao sul da costa africana – Congo e Angola – tornaram-se os centros exportadores mais importantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondente, ao que parece, a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século. (FAUSTO, 2006, p.51)

O contrabando também foi intenso na região da vila de Ubatuba, com destaque para um porto clandestino na ilha dos Porcos. Por isso, não sabemos quantos mais escravos negros africanos entraram por essa vila, só dispomos dos dados do tráfico oficial. Assim explicita Beatriz (CERQUEIRA (I), 1966, p.51)

Já em 1723 há referências à passagem de embarcações estrangeiras no litoral próximo a Ubatuba. Nesse ano foi uma nau francesa que tocou a ilha dos Porcos (170). Em 1795, tinham-se tornado tão frequentes as notícias sobre contrabandos no litoral, que o Vice-rei, Conde de Rezende, decidiu se fizesse uma averiguação acerca do assunto (171). Sebastião José do Amaral, encarregado da ordem, percorreu a ilha dos Porcos, a ilha das Couves e chegou a Ubatuba, onde procurou o juiz ordinário, Francisco Homem da

Costa, que lhe escrevera uma carta, advertindo-o a respeito do contrabando no litoral (172). Afirmava ser comum a chegada de contrabando vindo de Montevideu à ilha dos Porcos e das Couves.

Apesar das investigações, entretanto, Sebastião José de Carvalho nada soube de novo (173). Não foi o único a não conseguir dados precisos.

A rede era bem organizada. Dela faziam parte homens de prestígios de Ubatuba, os quais, possuindo cargos de confiança do governo, dele se serviam para encobrir a ação contrabandista.

O contrabando, que se fazia especialmente com navios espanhóis, levava em troca de fazendas, joias e pratas, pipas de aguardente e açúcar. O que mais escândalo causava no tocante ao contrabando em geral, era, porém, a entrada de negros novos. (_____, 1966, p.52)

Sabendo que este se processava com desenvoltura em nossos mares, decidiu a nação inglesa, graças aos direitos que lhe concedia o Bill Aberdeen, combater por conta própria o tráfico negreiro. Daí a presença de ingleses nas costas de Ubatuba, o que aliás se verificou antes de 1845. (_____, 1966, p.56)

Apesar do negro escravo provirem de muitas tribos e reinos africanos, com suas culturas próprias. Mas como foi considerado uma mera mercadoria fornecedora de força de trabalho, sua origem regional lhe foi roubada e esta passou a ser classificada pelo termo “nação”, ou melhor, pela cor da pele, pelo termo “negro”.

Ao tempo de Francisca, os escravos adquiridos eram todos pretos, dada sua origem africana. No plantel, não está descrito nenhum “pardo”, entendido como mulato e produto de miscigenação com o branco, do local ou não, dentro ou fora de uma situação formal de casamento. Diferentemente, ao tempo em que Balthazar precisou completar seus registros conforme o regulamento nº 4.835⁵³, já referido, os pardos aparecem em número considerável, apontando a miscigenação da nova geração de escravos; porém, sem esclarecer o fator da mescla racial, nem como, nem onde ela se dera. Nessa listagem, aparecem 60 pretos [67%] e 29 pardos [33%] [...] (BARROS, 2001, p.45)

No conjunto da escravaria, pelos documentos de Balthazar, havia 25 africanos/da Nação, 4 declarados como brasileiros de outras províncias e 60 naturais de Ubatuba. Dada a miscigenação constatada pelos documentos analisados, supõe-se que ela envolvia também a questão de estado e, mesmo fora do grupo desse senhor, as relações se estabeleciam, fosse com vizinhos ou com escravos recém-adquiridos. (BARROS, 2001, p.46)

Como já citado, a maioria dos escravos pertencente ao português Manuel Balthazar deveria estar empregada em suas seis fazendas, e em menor quantidade, na casa comissária.

Era preciso um certo número de empregados para o transporte de mercadorias, cujas safras já se viu que eram elevadas. Precisava-se de trabalhadores no próprio porto, para o carregamento e descarregamento dos navios. O desenvolvimento deste tipo de atividade provocava forçosamente

⁵³ REGULAMENTO a que se refere o decreto n. 4.835 desta data, para a execução do art. 8º da lei número 2.040 de 8 de Setembro de 1871. LEI nº 2.040 de 28 de setembro de 1871: Declara de condição livre os filhos de mulher escrava, que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. (<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4223>)

o aumento do número de jornaleiros e embarcações. (CERQUEIRA (I), 1966, p.43)

Portanto, na residência do senhor deveria trabalhar a menor parcela dos seus escravos. Podemos supor essa quantidade através dos dados apresentados por Maria Helena (BARROS, 2001, p.48)

Quanto à qualificação dos registros abrange as seguintes categorias: 1 – “para qualquer trabalho/capaz de qualquer trabalho/ para todo serviço”, que caracteriza 62 escravos, entre homens e mulheres, na faixa etária entre 12 e 70 anos de idade, independentemente do estado e da profissão de cada um; 2 – “nenhuma”, para crianças abaixo de 12 anos; 3 – algumas que correspondem a certas observações, como “para serviço leviano”

[...], mas percebe-se que ele levava em consideração o trabalho prestado pelos escravos mais velhos, talvez mesmo pelo que já haviam prestado no passado, permitindo que eles se dedicassem apenas aos “serviços levianos”, de forma a aliviá-los sem, contudo, deixá-los em situação desconfortável perante os demais.

[..]. Mas o dado relativo à idade dos escravos só aparece efetivamente em dois momentos: nas folhas de padrão oficial preenchidos por Manoel Balthazar (filho) e, algum tempo depois, em outro documento, por Benedicta, com a idade atualizada de cada integrante da lista. Assim, como o personagem titular é Manuel Blathazar, principalmente no que tange a escravaria, temos a seguinte situação:

	Limite de idade		
	0 a 11anos	12 a 49 anos	50 a 99 anos
Homens	10	23	11
Mulheres	11	22	12
Total	21	45	23

Analisando esses dados, chega-se nos seguintes números: 21 escravos (23%) eram crianças e não trabalhavam, 62 escravos (70%) trabalhavam nas lavouras ou no porto; e, apenas, suponho eu, 6 escravos (7%) trabalhavam com serviços doméstico (leviano). Maria Paes também descreve a rotina e a quantidade de escravos domésticos num sobrado na cidade de São Paulo (MOURA, 1998, p.97), “levantavam-se muito cedo tanto a família como os escravos. Era numeroso o pessoal de serviço. Havia dez a doze raparigas de quarto, mucamas, serventes, engomadeiras, costureiras”. Os escravos também foram classificados quanto à “profissão” (BARROS, 2001, p.49)

Já idoso à época em que fez seu testamento, Balthazar tinha certo destaque na comunidade de Ubatuba, na qual era considerado empreendedor de sucesso, como agricultor e como comerciante. Diante disso, o padrão de vida que levava impunha a necessidade de contar com escravos preparados não só para tocar as lavouras quanto para servir para os ganhos adicionais envolvendo terceiros, em propriedades alheias, bem como na “tenda de

ferreiro” que, aparentemente, tinha um bom movimento e devia lhe proporcionar bons lucros, por intermédio do carpinteiro, do pedreiro e, talvez, do cavouqueiro, pertencentes igualmente a ele.

Assim podemos identificar e diferenciar os cargos domésticos e os ligados à agricultura/comércio, e a quantidade em cada um deles. Balthazar possuía, provavelmente dentro da residência 10 escravos que desempenhavam várias atividades domésticas: 1 boleeiro, 1 costureira, 1 sapateiro, 3 mucamas, 1 lavandeira, 2 cozinheiras e 1 pajem. Na fazenda, haveria os outros 53 escravos restantes desempenhando atividades rurais: 1 campeiro, 1 tropeiro, 1 carpinteiro, 2 ferreiros, 1 pedreiro, 1 cavouqueiro, 1 carreiro e 44 na lavoura. Soma-se a esses os 18 escravos sem nenhuma aptidão para o trabalho e os 8 filhos de escravos. Uma descrição mais detalhada nos fornece Maria Paes (MOURA, 1998, p.97).

No pavimento térreo habitavam três ou quatro mulheres casadas, que se ocupavam da lavagem da roupa e outros serviços externos. Como todas as necessidades da família eram supridas em casa, os maridos destas trabalhavam em diferentes ofícios: um era sapateiro, fornecendo calçado para todos os domésticos (só se compravam botinas para passeios), outros era jardineiro, outro pedreiro, dois eram cozinheiros – e havia ainda o mulato Joaquim, cocheiro de confiança. Todos eles serviam excepcionalmente como pajens⁵⁴.

Os escravos domésticos, assim como os demais, desempenhavam todo tipo de serviço, como salienta Lúcio Costa (COSTA, 2018, p.160)

[...]. Era ele que fazia a casa funcionar – havia negro para tudo, desde negrinhos sempre à mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto; era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador.

Assim o negro, era ferro de passar,

Nessa meia obscuridade penetrava frequentemente, silenciosa, pés descalços, a escrava de serviço, trazendo um pequeno braseiro de prata, com brasas vivas, junto ao qual eram aquecidas as camisinhas e outras peças do vestiário do pequeno. (MOURA, 1998, p.93)

Era chuveiro,

[...]. Sentava-se então na rede e às vezes a Joaquina [escrava] trazia a bacia com água para o banho dos pequenos. Ali mesmo, da rede, a mamãe lavava um deles, vestia-lhe a camisola e despachava-o para a cama. A Joaquina

⁵⁴ Pagem. Vem do Grego Pais, que quer dizer, Menino. Antigamente se dava o nome de pagem a vario gênero de criados; [...]. Hoje na comum acepção, pagem é o menino, ou moço, que serve em casa nos ministérios cortesãos, acompanha, toma, e leva os recados de alguma pessoa de qualidade. (BLUTEAU, v.6, 1716, p.176)

trazia novamente abacia com água, para o banho do outro, repetindo-se a mesma cena. (MOURA, 1998, p.129)

Era reservatório de água potável,

Somente quem tivesse poço em seu quintal não utilizava da água daquela bica. O indispensável líquido era trazido pela negras que desciam o barranco com barrizinhos, potes ou baldes vazios e subiam com eles cheios e equilibrados na cabeça das portadoras por meio de alvíssimas rodilhas e pano de algodão, à moda africana ou indiana, e se chamavam “trunfas”. (MOURA, 1998, p.175)

Era ventilador,

Num canto da sala de jantar se guardavam as “bandeiras” – folhas de papel dobradas e cortadas ao comprimento, como franjas e que amarradas na ponta de uma haste, em geral de bambu, eram abanadas pelas negrinhas de um lado para outro, sobre a mesa, enquanto a família jantava. Se as negrinhas cochilavam as franjas das bandeiras em vez de afugentarem as moscas, roçavam pelos pratos da comida no centro da mesa, salpicavam gotas pela toalha e as sonolentas tomavam cascudos ou beliscões da senhora. (MOURA, 1998, p.180)

Os castigos aplicados aos negros eram frequentes e compatíveis com ação infratora realizada.

Efetivamente, de uma feita ouviu-se o barulho sinistro de corrente arrastada, vindo das sala. As meninas entreolharam-se, assustadas. Viram entrar um preto alto e magro, de feições carregadas, olhar sinistro e inquieto, arrastando aos pés o símbolo do cativo. Com voz rouca e sumida, suplicou que fosse aliviado desse duro castigo. (MOURA, 1998, p.120)

Assim era a vida do escravo, negro ou pardo, dentro da residência do senhor de engenho, tanto na casa grande, quanto no sobrado. Diferentemente destes, os brancos, sempre livres, desempenhavam atividades remuneradas e gozavam de uma posição social bem melhor que daqueles, como podemos observar nos escritos de Maria Paes e Vautier.

Era realmente bem dotada a professora [a governanta alemã, denominada *Mademoiselle*]: além de bonita, inteligente, culta e hábil em trabalhos manuais e misteres de cozinha, falava diversas línguas, tocava, cantava e desenhava bem. Afável, serviçal e insinuante, soube captar toda a simpatia e afeição das manas mais velhas, que foram logo tomadas de um sentimento feito de admiração e ternura (MOURA, 1998, p.93)

[...] O cocheiro de uma casa tão bem posta não pode ser um negro. Isso hoje seria um mau gosto. É certamente um alemão ou, pelo menos, um francês. Como empregado livre e privilegiado, ele reina e governa o rés-do-chão, que constitui seu domicílio. (FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975, p.45)

TOMBAMENTO

Diante o exposto no capítulo anterior, é notório a importância do Sobradão do Porto para a memória da nação brasileira. Memória histórica, pois, a história desse edifício se inicia com imigração de um português do Norte de Portugal para o Brasil, assim como vários outros, também, emigraram, e aqui se integraram e ajudaram a constituir a sociedade brasileira; portanto, memória social, também, com inserção desse mesmo português à alta sociedade brasileira através do matrimônio, o que era comum e desejável para um suposto “enobrecimento do sangue” e assim reforçando os mesmos critérios da sociedade brasileira patriarcal e escravocrata, que detinham o poder e a riqueza; portanto, memória econômica, riqueza gerada pela exportação do café (ciclo do café) e consequente aumento do comércio de importação de bens industrializados, fomentada pela política do Brasil e Portugal; assim, memória política, pois no período do século XIX, o Brasil deixa de ser colônia, passa a ser Reino, Império e termina com a República; memória arquitetônica cuja fachada neoclássica do Sobradão do Porto deixa evidente a preocupação de europeização dos edifícios, demonstrando a grande influência que a arquitetura europeia, desde o Renascimento, sobre outras nações ocidentais; junta-se a isso, não menos importante, a memória do cotidiano cujo comportamento social almejado era uma mera tentativa de tornar-se o mais próximo dos costumes das nações “civilizadas”, em especial a França, pelas práticas de piano, aulas de francês, banquetes, festas e a importação de vestimentas, objetos e utensílios, passeios vespertinos pelas ruas; o que nos leva à memória urbana que remete ao início expressivo do desenvolvimento e aumento das cidades, fortalecido quando do deslocamento da morada das famílias ricas da área rural (engenho) para a área urbana; e várias outras memórias que se interpenetram para gerar a memória da nação brasileira no século XIX.

Digo memória, pois como cita Ulpiano (MENEZES, 1992, p.22), “como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional”. Nessa linha de pensamento, não se pode confundir memória com a História. A memória “é um processo permanente de construção e reconstrução, um trabalho, como aponta Ecléa Bosi” (MENEZES, 1992, p.10). Mas, ao contrário, (MENEZES, 1992, p.10)

a caracterização mais corrente da memória é como mecanismo de registro e retenção, depósito e informações, conhecimento, experiências. Daí com facilidade se passa para os produtos objetivos desse mecanismo. A memória aparece, então, como algo concreto, definido, cuja produção e acabamento

se realizaram no passado e que cumpre transportar para o presente. Diz-se, também, que a memória corre o risco de se desgastar, com um objeto frível submetido a uma ação abrasiva; por isso é que precisa não só ser preservada, mas restaurada na sua integridade original.

É nessa corrente ordinária que se promulgou o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, justificado no artigo 1º.

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º. Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separa ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta Lei. (IPHAN, 1937)

Se utilizando do Decreto-Lei nº 25, o Sobradão do Porto foi tombado, não pelo seu valor histórico, mas sim pelo valor artístico de sua arquitetura. Porque ele foi inscrito no Livro de Tombo⁵⁵ de Belas Artes? Essa resposta está no próprio processo de tombamento desse imóvel como descreveremos a seguir.

Conforme o processo administrativo para tombamento, o arquiteto Edgard Jacinto da Silva, “fiel companheiro de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁵⁶” (IPHAN, 2013), indicou no relatório, datado de 30 de outubro de 1957, o tombamento do Sobradão do Porto, com os seguintes dizeres

O sobrado de Ubatuba constitui um magnífico exemplar da arquitetura da primeira metade do século passado que ainda conserva externamente todos os seus característicos, embora tenha passado por algumas adaptações internas. Creio que se puder contar com a cooperação dos proprietários para a sua restauração, dever-se-ia tombá-lo. Pois é o último documento valioso do esplendor econômico do porto de Ubatuba como escoadouro do café no Vale do Paraíba no século dezanove. (arquivo – IPHAN/SP)

A indicação do bem para tombamento pelos próprios agentes do SPHAN foi prática corriqueira durante a fase heroica⁵⁷. “Se, nas décadas anteriores à de 1970, a

⁵⁵ A palavra tomo, significa registro, começou a ser empregada pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, em 1375, e originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo. Ali eram guardados os livros de registros especiais ou livros do tomo. No Brasil, como uma deferência, o Decreto-Lei adotou tais expressões para que todo o bem material passível de acautelamento, por meio do ato administrativo do tombamento, seja inscrito no Livro do tomo correspondente. (disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 13 nov.2019)

⁵⁶ Rodrigo Melo Franco de Andrade assume a direção do SPHAN, oficialmente, em 1937.

⁵⁷ Essa primeira fase do Iphan, em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve no comando, é conhecida com a fase heroica, já que além de contribuir para o fortalecimento da instituição, também foi necessário estabelecer uma série de medidas para preservar o patrimônio histórico e cultural do

grande maioria das solicitações de tombamento tinha origem na própria instituição federal, a partir desse momento há um aumento significativo de solicitações externas à Sphan.” (FONSECA, 2005, p.183)

Em resposta à indicação, no dia 05 de janeiro de 1959, o Chefe da seção da Divisão de Estudo e Tombamento (DET) solicitou ao arquiteto, “informação acerca da oportunidade da medida” (arquivo – IPHAN/SP). Assim, no dia 16 de janeiro de 1959, foi enviada uma carta ao proprietário do imóvel a respeito da intenção do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em tombá-lo (arquivo – IPHAN/SP).

Ct. nº 28

Rio, em 16.1.59

Ilmo Confrade e patrício Dr. Felix Guizard Junior:

Havendo o Chefe da Seção competente da Divisão de estudos e Tombamento desta Diretoria recomendado, após uma inspeção recente à cidade de Ubatuba, seja inscrito nos Livros do Tombo instituídos pelo Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 o valioso sobrado antigo de propriedade da ilustre Família Guizard, localizado naquela cidade, pareceu-nos que nenhuma iniciativa deveria ser tomada oficialmente sem que o prezado patrício e confrade fosse consultado, em caráter particular, acerca da medida proposta.

Venho, pois, rogar-lhe por este meio o obséquio de comunicar-no se estará, bem como os distintos membros de sua Exma. Família aos quais pertencer o imóvel, de acordo com o respectivo tombamento.

Na expectativa do favor de sua resposta, antecipo-lhe os melhores agradecimentos, esclarecendo que, na hipótese de não se lhe afigurar conveniente ou oportuno tal tombamento, esta Diretoria abster-se-á de promovê-lo.

Aproveito o ensejo para cumprimenta-lo cordialmente e subscrever-me, com o grande apreço de sempre,
Rodrigo M. F. de Andrade
Diretor

O médico Dr. Felix Guizard Júnior⁵⁸, respondeu com uma carta escrita de próprio punho, no dia 24 de janeiro do ano de 1959 (arquivo – IPHAN/SP. Transcrição do autor).

Ubatuba, 24 Janeiro de 1959
V.^a Rodrigo M. F. de Andrade
V. Diretor SPHAN
Saudações Cordiais.

Aqui chegando, avistei vossa carta de 16 [...] que agradeço. Antes de mais, solicito desculpas pela tinta “[...]”. O caso é que são 11 da noite, e

Brasil. [...]. Em 1967, Rodrigo deixou a presidência do Sphan [...]. (disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em 13 nov. 2019)

⁵⁸ O “Sobrado do Porto” persistiu como residência da família Fortes até cerca de 1926, quando o espólio da falecida Benedita Fortes Costa, filha de Balthazar, o alugou para fins de hotelaria. Assim permaneceu até 1934, soba denominação “Hotel Budapest”, quando foi vendido pelo herdeiro Oscar Costa à Cia. Taubaté industrial, de Felix Guizard, de cuja família a Prefeitura Municipal adora desapropriou. (arquivo – IPAHN/SP).

nossos escritórios estão fechados, e como não tenho em mãos tinta “[...]”, e para não perder o correio que sai pela madrugada, pois [...] para usar a que tenho no momento.

A casa em Ubatuba, o “Sobrado do Porto”, 1846 – construído por Balthazar da Cunha Fortes, é hoje de nossa propriedade exclusiva. Não mais pertence a toda a família “Guisard”, mais a uma parte da grande família deixada por Felix Guisard. Não há dúvida quanto ao tombamento, uma vez que sou membro dos institutos históricos: Brasileiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Sergipe etc. etc.

Assim peço informações: Quais as condições a serem preenchidas e observadas para o tombamento de meu prédio “colonial” em Ubatuba, e que é “[...] de família”?

Aguardando as vossas propostas e valiosas ordens

Patrício grato

Felix Guisard Filho

Diante da concordância mútua do tombamento do sobrado, foi enviado ao proprietário a notificação (arquivo – IPHAN/SP)

D.P.H.A.N.
Notificação nº 807

Rio de Janeiro
18 de fevereiro de 1959

Diretor do P.H.A.N.
Dr. Felix Guisard Filho
: Sobrado do Pôrto, em Ubatuba
Sr. Dr. Felix Guisard Filho:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Senhoria, para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que foi determinada a inscrição, no Livro do Tombo das Belas Artes a que se refere o art. 4º, nº 3, do citado decreto-lei, da seguinte obra de arquitetura civil, de propriedade da Vossa Senhoria:

Casa do “Sobrado do Pôrto”, na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo

Na expectativa da anuência de Vossa Senhoria a este tombamento, e solicitando-lhe a fineza de acusar recebimento da presente notificação, apresento-lhe neste ensejo atenciosos cumprimentos.

Rodrigo M. F. de Andrade
Diretor

Em 1 de março do ano de 1959, Felix Guisard Filho assinou e enviou o recibo da notificação nº 807 (arquivo – IPHAN/SP)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Recebi da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a notificação nº 807, referente ao tombamento da casa do “Sobrado do Pôrto”, na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo, e fico ciente desse tombamento.

Taubaté, 1 de março de 1959
Dr. Felix Guisard Filho

Ainda no verso do mesmo documento (arquivo – IPHAN/SP)

À vista da anuência do proprietário, proceda-se à inscrição.
Em 3.III.1959

Rodrigo M. F. de Andrade

Feita a inserção, nesta data, sob nº 447, a folha 83 do Livro do Tombo das Belas Artes.

Em 3.III.1959

C. Drummond

Chefe da S.H.

Portanto, esta “obra de arquitetura civil” foi inscrita no Livro de Tombo de Belas Artes. Segundo, a própria definição do IPHAN,

Livro do Tombo das Belas Artes – Reúne as inscrições dos bens culturais em função do valor artístico. O termo belas-artes é aplicado às artes de caráter não utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. Para a História da Arte, imitam a beleza natural e são consideradas diferentes daquelas que combinam beleza e utilidade. O surgimento das academias de arte, na Europa, a partir do século XVI, foi decisivo na alteração do status do artista, personificado por Michelangelo Buonarroti (1475 – 1564). Nesse período, o termo belas-artes entrou na ordem do dia como sinônimo de arte acadêmica, separando arte e artesanato, artistas e mestres de ofício.

Livro do Tombo Histórico – Neste livro são inscritos os bens culturais em função do valor histórico. É formado pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Esse Livro, para melhor condução das ações do Iphan, reúne, especificamente, os bens culturais em função do seu valor histórico que se dividem em bens imóveis (edificações, fazendas, marcos, chafarizes, pontes, centros históricos, por exemplo) e móveis (imagens, mobiliário, quadros e xilogravuras, entre outras peças).⁵⁹

Será que o Sobradão do Porto não deveria estar inscrito, também, no Livro de Tombo Histórico, ou exclusivamente neste livro? Não seria melhor identificá-lo como “bem cultural em função de seu valor histórico”, cuja memória nos remeteria a “fatos memoráveis da história do Brasil”, tais como a imigração portuguesa, as várias alterações políticas (Colônia, Reino e Império), o ciclo do café, a sociedade urbana-patriarcal-escravocrata; superior ao seu “valor artístico”, como já mencionamos no capítulo anterior, página 62 a 64, esse edifício não constitui um exemplar de “influência neoclássica em nível mais complexo de arte e arquitetura que chegou a alcançar elevado padrão de correção formal” (FILHO, 1978, p.116), mas na realidade “cópias imperfeitas da arquitetura dos grandes centros do litoral” (FILHO, 1978, p.126). As inscrições nos Livros dos Tombos, também, são questionadas pela autora Maria Cecília (FONSECA, 2005, p.114), alegando “que, se houve uma preocupação de elaborar critérios para a avaliação do valor artístico dos bens, o mesmo não se pode ser dito em relação ao valor histórico”. A mesma autora, ainda aponta três motivos para essa tendência (FONSECA, 2005, p.114).

⁵⁹ <http://portal.iphan.gov.br>. Acessado em 12/11/2019.

Em primeiro lugar, esses dados vêm confirmar o fato já amplamente comentado de que a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética. Inclusive, praticamente não havia historiadores no quadro de funcionários do Sphan, tendo ficado a Seção de História entregue a pessoas, como Carlos Drummond de Andrade, que, apesar de seu inegável valor intelectual, não era um especialista na matéria.

Ao contrário dessa informação, no texto, dedicado à Rodrigo M. F. de Andrade, escrito e divulgado pelo IPHAN (IPHAN, 2013), diz que “ele e seus colaboradores mais próximos organizaram uma grande equipe de profissionais – pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, conservadores, restauradores, mestres de obra”. Essa afirmação é fruto da gestão da memória, com a finalidade única de valorização do instituto e seu antigo diretor. Sabe-se que a maioria dos integrantes no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foram “amigos” adeptos ao movimento modernista.

Segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, essa “foi uma ideia longamente amadurecida em nosso meio” (Andrade, 1987, p.50). Mas foram alguns intelectuais modernistas que elaboraram, a partir de suas concepções sobre arte, história, tradição e nação, essa ideia na forma do conceito de patrimônio que se tornou hegemônico no Brasil e que foi adotado pelo Estado, através do Sphan. Pois foram esses intelectuais que assumiram, a partir de 1936, a implantação de um serviço destinado a proteger obras de arte e de história no país. (FONSECA, 2005, p.81)

Além dos formuladores Mário de Andrade [poeta, escritor, crítico literário, musicólogo, folclorista, ensaísta e fotógrafo] e Rodrigo M. F. de Andrade [advogado, jornalista e escritor] (o segundo, também, dirigente do órgão de 1936 a 1967), participaram do Sphan nesse período, entre outros: Lúcio Costa [arquiteto], a principal autoridade técnica, chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET) entre 1937 e 1972, e membro do Conselho Consultivo por um curto período; Carlos Drummond de Andrade [farmacêutico, poeta e redator], organizador do arquivo e chefe da Seção de História; Afonso Arinos de Melo Franco [jurista, político e professor] e Prudente de Moraes Neto [jornalista, jurista, cronista, poeta e professor], consultores jurídicos; e Manoel Bandeira [poeta, crítico literário e de arte, professor e tradutor], colaborador em várias publicações, os três membros do Conselho Consultivo; os arquitetos Paulo Tedim Barreto, José de Souza Reis, Alcides da Rocha Miranda, Edgard Jacinto, Renato Soeiro; o artista plástico Luís Jardim. (FONSECA, 2005, p.97)

O segundo motivo, ainda de acordo com a autora (FONSECA, 2005, p.114),

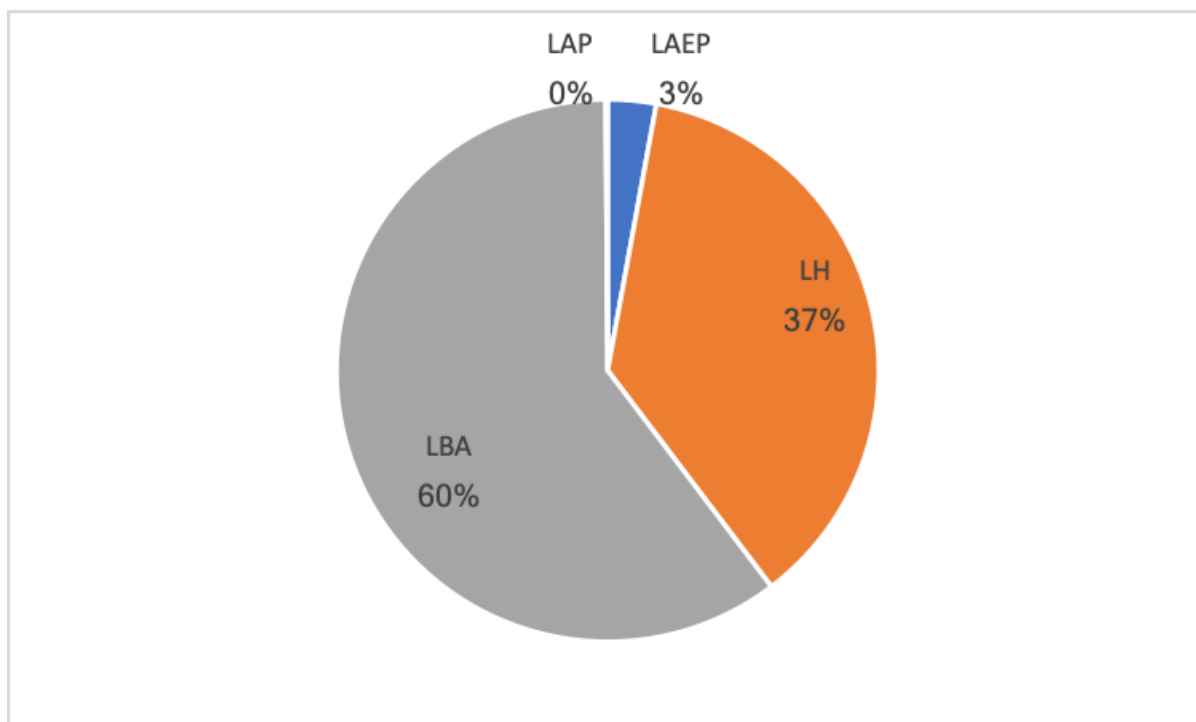
[...] tendo a supor, com base na rápida análise das inscrições, e nos depoimentos de funcionários mais antigos, que o rigor nas inscrições não era uma preocupação importante nas primeiras décadas de funcionamento do Sphan. O principal motivo era assegurar a proteção dos bens pelo ato jurídico do tombamento. Mas a prioridade nas inscrições no LBA mostra que, na urgência em proteger, essa era a afinidade eletiva dos agentes do Sphan em termos de valorização.

Esse fato é evidente no simples texto, de apenas 7 linhas, que o arquiteto Edgard Jacinto, apresenta ao SPHAN, justificando o tombamento do Sobradão do

Porto. Nesse pequeno texto é exaltado apenas o “esplendor econômico do porto de Ubatuba” durante o ciclo do café no Vale do Paraíba e o “exemplar da arquitetura da primeira metade do século passado”. Não há nenhum estudo mais aprofundado sobre a influência do ciclo do café sobre a cidade de Ubatuba, nem tampouco, o estilo arquitetônico e demais características construtivas e espaciais desse edifício.

Fica ainda mais evidente a falta de rigor nas inscrições quando contabilizamos o número de inscrições no LBH e LBA no início da aplicação desse instrumento até a data de tombamento do Sobradão do Porto, ou seja, do ano de 1937 a 1959. Dos 639 bens tombados nesse período, temos 522 inscrições no Livro do Tombo das Belas Artes, 319 no Livro do Tombo Histórico, 25 no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e 1 no Livro do Tombo Artes Aplicadas. Não estranhe se a somatória das inscrições é superior ao número dos bens tombados, pois alguns bens podem estar escritos em mais de um dos livros citados.

FIGURA 33 - GRÁFICO NÚMERO DE INSCRIÇÕES NOS LIVROS DO TOMBO DE 1938 A 1959

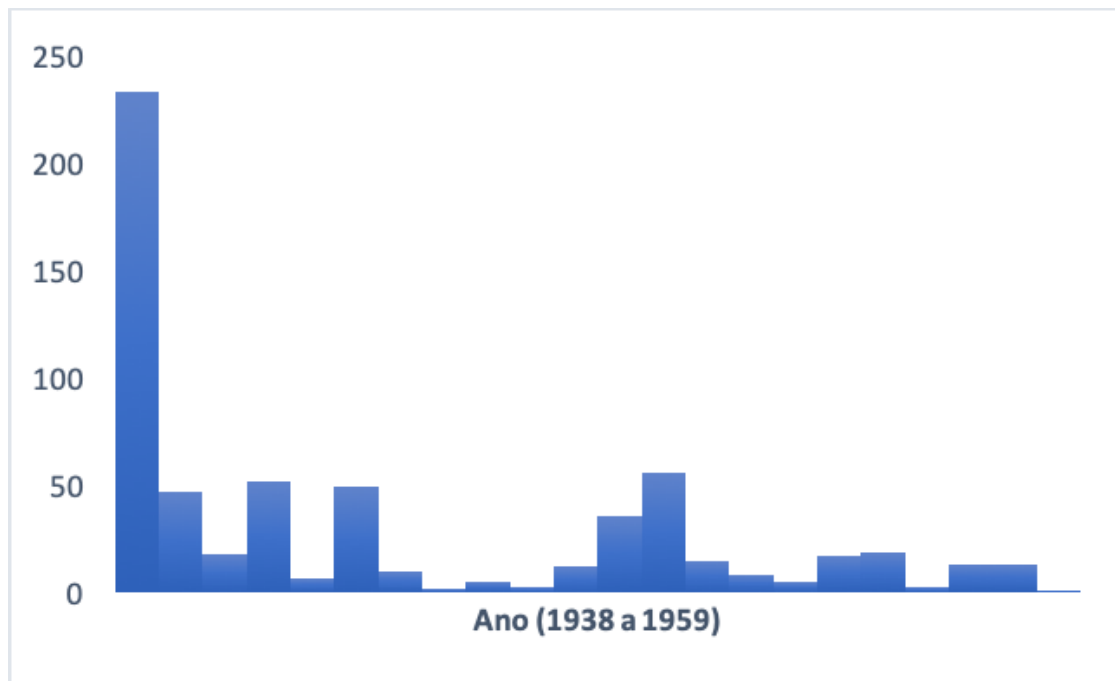


Fonte: Lista dos Bens Tombados e Processos em Análise (1938-2019). Disponível em: <portal.iphan.gov.br>. Acesso em 10 nov 2019.

Outro dado que reafirma essa “urgência em proteger”, e, portanto, no tombamento, é a quantidade processos deferidos nos primeiros anos. Nos primeiros quatros anos (1938 – 1941) foram tombados mais da metade dos bens no período em análise, ou seja, em 21 anos. Assim, fica evidente que, a tipologia arquitetônica do

Sobradão do Porto, não estava entre os principais tipos arquitetônicos preferenciais para o tombamento.

FIGURA 34 - GRÁFICO QUANTIDADE DE BENS TOMBADOS POR ANO DE 1938 A 1959



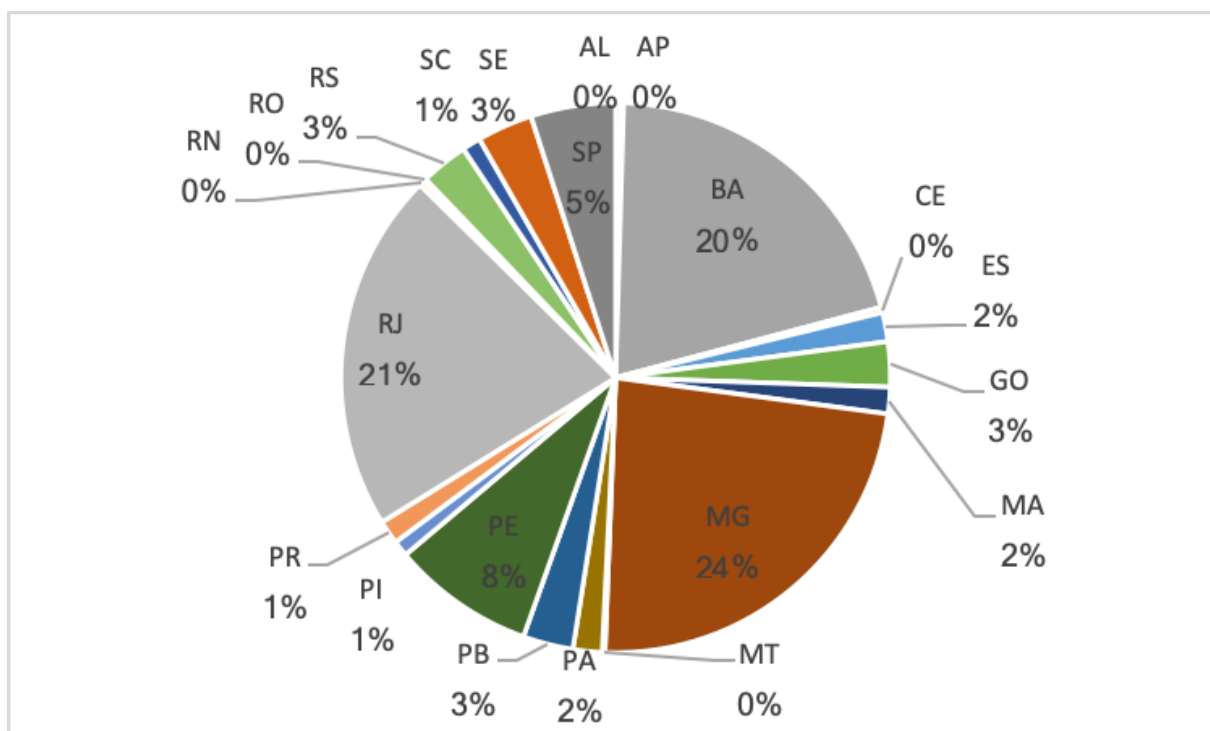
Fonte: Lista dos Bens Tombados e Processos em Análise (1938-2019). Disponível em: <portal.iphan.gov.br>. Acesso em 10 nov 2019.

O terceiro motivo, “alguns dados levam a supor que a decisão sobre as inscrições muitas vezes era tomada por quem propunha os tombamentos, ou pelos autores dos inventários, obedecendo a seus critérios pessoais” (FONSECA, 2005 p. 115).

Na prática dos trabalhos de preservação, porém, tanto nos mecanismos de seleção de bens para tombamento quanto, com mais motivos, nas obras, os procedimentos adotados continuaram os mesmos das décadas anteriores: a avaliação técnica dos pedidos de tombamento sendo feita pelos setores técnicos da Administração Central da Sphan, que, inclusive, até 1988, indicavam os processos para arquivamento e o julgamento final feito pelo Conselho Consultivo, que, na quase totalidade dos casos, acompanhava o parecer dos técnicos da Sphan. (FONSECA, 2005 p. 185)

Ainda analisando as inscrições, nesse mesmo período, é notório o maior número das inscrições de bens de arquitetura religiosa (312), que os demais bens, a saber, arquitetura civil (194), arquitetura militar (37), conjuntos (24), bens imóveis (51), bens móveis (18), bens arqueológicos (3) e bens naturais (2). Notamos também a maior quantidade de bens tombados no estado de Minas Gerais (151), seguido pelo Rio de Janeiro (136), Bahia (131), Pernambuco (54), São Paulo (32) e demais estados (somando 138).

FIGURA 35 - GRÁFICO DO NÚMERO DE BENS TOMBADOS POR ESTADO DE 1938 A 1959



Fonte: Lista dos Bens Tombados e Processos em Análise (1938-2019). Disponível em: <portal.iphan.gov.br>. Acesso em 10 nov 2019.

Essa preferência, explicada por Maria Cecília, é devido a grande presença dos arquitetos e artistas modernistas na formação do SPHAN,

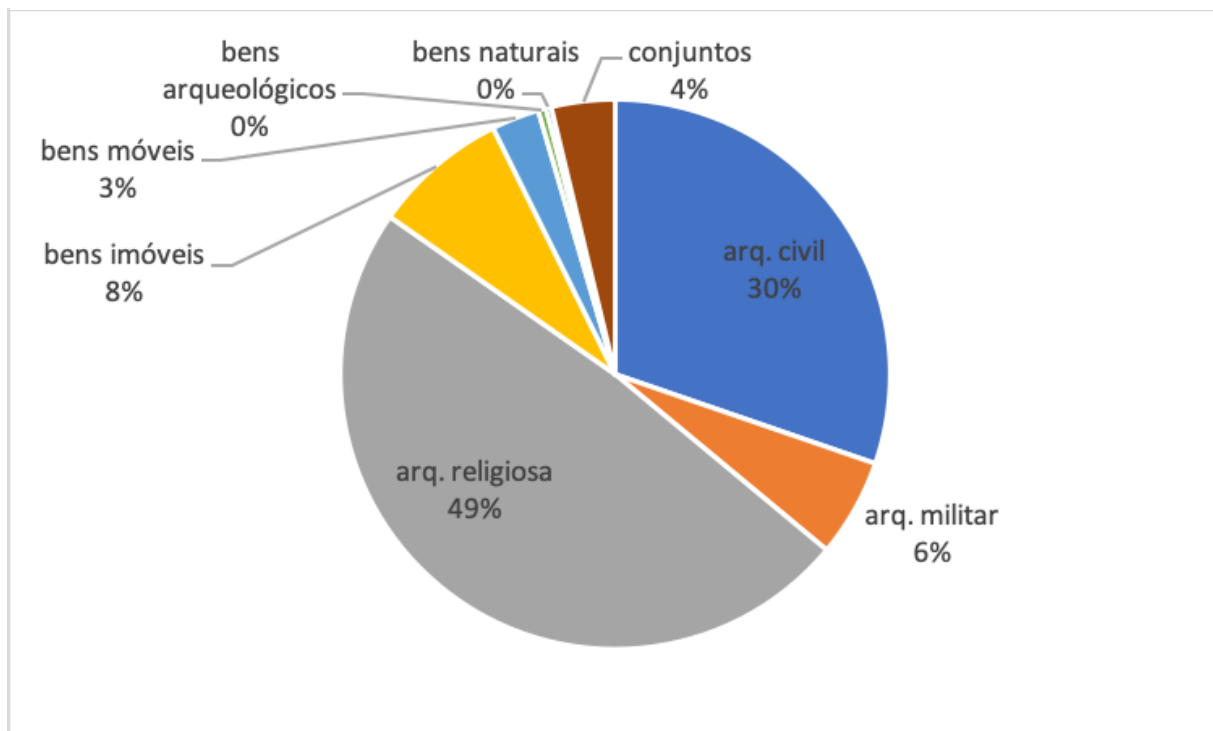
Dada a importância de Minas Gerais e dos mineiros na criação do Sphan, interessa caracterizar a posição desse grupo e o papel de Minas tanto no movimento modernista quanto na vida política brasileira nas décadas de 1920 e 1930 (FONSECA, 2005, p.92)

Esse autor (Eduardo Jardim de Moraes) considera que foi no contato com as vanguardas europeias que os modernistas perceberam que a modernização da expressão artística, entendida como rompimento radical com o passado, só tinha sentido em países onde havia uma tradição nacional internalizada. Em países de formação mais recente, como o Brasil, cuja tradição ainda estava por construir, a adesão imediata ao novo descaracterizaria a produção artística no que ela teria de particular – o seu caráter nacional –, perdendo assim também o seu valor universal, enquanto arte. (FONSECA, 2005, p.90)

A dialética da particularidade e da universalidade da criação artística é assim elaborada pelos modernistas no campo estrito da arte, indicando-lhes o que será um aspecto de sua missão social: a construção de uma tradição brasileira autêntica. (FONSECA, 2005, p.91)

Para os modernistas Minas se constitui, desde a segunda década do século, em polo catalisador e irradiador de ideias. [...]. O fato é que não só mineiros, como cariocas, paulistas e outros passaram a identificar em Minas o berço de uma civilização brasileira, tornando-se a proteção dos monumentos históricos e artísticos mineiros – e, por consequência, do resto do país – parte da construção da tradição nacional. (FONSECA, 2005, p.92)

FIGURA 36 - GRÁFICO TIPOLOGIAS DOS BENS TOMBADOS DE 1938 A 1959



Fonte: Lista dos Bens Tombados e Processos em Análise (1938-2019). Disponível em: <portal.iphan.gov.br>. Acesso em 10 nov 2019.

Nesse período, a concepção de valor artístico era bastante restritiva e normativa, defendida pelos adeptos ao modernismo, tendo como porta voz Lúcio Costa, o que acarretou numa visão simplória da arquitetura brasileira, e, por conseguinte, no maior número de tombamento de edifícios construídos na época do Brasil-Colônia, em detrimento das demais arquiteturas de períodos mais recentes, como o neoclassicismo, o ecletismo, o art-nouveau, outros mais.

A arquitetura moderna no Brasil rompia com a das belas-artes, de origem francesa, em dois sentidos, estético e ideológico. Do ponto de vista estético, os arquitetos modernistas consideravam que, no estilo eclético, o funcional e o decorativo estavam dissociados, o que fez com que considerassem esse estilo, assim como o neocolonial, “não-arquitetura”. Do ponto de vista ideológico, as construções em estilo eclético eram consideradas transposições acríticas de influências europeias, modismo das elites que aqui tentavam reproduzir o Velho Mundo. Já a arquitetura modernista desenvolvida no Brasil, embora fortemente influenciada pelo suíço Le Corbusier, procurara, desde o início, afirmar ser caráter de arquitetura

nacional, explicitando, de um lado, sua adequação ao clima e às condições econômicas e sociais locais, e, de outro, demonstrando sua vinculação com a tradição construtiva luso-brasileira. (FONSECA, 2005, p.189)

Esse princípio levou a uma leitura da arquitetura brasileira que via afinidades estruturais entre as construções coloniais e as modernistas, numa linha de continuidade que remontava à Antiguidade greco-romana. Recursos construtivos coloniais, como as construções sobre estacas, as treliças, e o pau-a-pique, eram associados aos pilotis, aos brise-soleils e ao concreto armado. Para os arquitetos modernistas, a semelhança de sua arquitetura com a colonial não era de aparência ou de efeito, como ocorria com as construções neocoloniais, e sim de estrutura. (FONSECA, 2005, p.188)

Portanto, a seleção do tombamento do Sobradão do Porto, no ano de 1959, foi um caso atípico, bem incomum entre os demais bens já tombados, o que nos leva a deduzir, que esse processo foi fruto do desejo pessoal de alguns agentes do SPHAN, e sobretudo, influenciados pelas palavras do ilustre escritor Mário de Andrade (arquivo – SPHAN/SP):

Ubatuba haveria que tombar o ... sentimento da cidade. Não sendo mais só passado, nem tendo sequer de longe a importância artística e o caráter duma Ouro Preto, por ex., o tal ou qual isolamento em que viveu até recentemente, lhe permitiu conservar um quê deliciosamente imperial e sossegado.

Digno de tombamento em Ubatuba existe o prédio em que atualmente reside a família Guisard, de Taubaté, e é propriedade dela. Trata-se dum edifício interessantíssimo tanto do ponto de vista histórico como arquitetônico, de caráter apalaçado”

Outra característica no tombamento do Sobradão do Porto é o caráter voluntário, informado na certidão emitida pela Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na data de 11 de maio de 1984. Esse ato voluntário é definido no artigo 7º do Decreto-Lei Nº 25 (IPHAN, 1937)

Art. 7º. Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Exposto anteriormente, a carta resposta do Dr. Felix Guizard Filho e a assinatura do recibo da notificação nº 807, ratifica o caráter voluntário do tombamento devido a anuência do proprietário do imóvel. Mas nem toda a população estava de pleno acordo com esse instrumento de lei e, segundo Maria Cecília, houve diferentes interesses, intenções e reações; nos vários extratos da sociedade brasileira.

O tombamento tem sido apropriado pela sociedade brasileira de forma diferenciada e, nesse sentido, pode ser considerado de forma positiva ou negativa. Ter um bem de sua cultura tombado pode significar, para grupos

econômica e socialmente desfavorecidos, benefícios de ordem material e simbólica, além de demonstração de poder político. [...]

Por outro lado, dadas as restrições que o tombamento impões ao bem considerado enquanto mercadoria, e os limites que acarreta ao uso do imóvel, esse instrumento costuma ter consequências consideradas indesejáveis para extratos das classes média e alta, como proprietários de imóveis em setores urbanos antigos e empresários da construção civil. (FONSECA, 2005, p.180)

A grande incidência de solicitações encaminhadas por assembleias e prefeituras faz supor que, dadas as características da representação política no Brasil, até meados da década de 1980, o que ocorreu foi uma apropriação por parte desses atores políticos do ideário da preservação, como meio para conseguir, junto ao governo federal, recursos para a solução de problemas urbanos locais [...] (FONSECA, 2005, p.184)

No caso do tombamento do Sobradão do Porto, tanto o proprietário, quanto a população e a prefeitura, desejaram o tombamento e o restauro do imóvel. O proprietário, Dr. Félix Guisard Filho, foi médico, historiador, empresário e político; “filho do industrial Félix Guisard e Jeanne Rozand Guisard, [...] desenvolveu uma intensa atividade de documentação sobre a história do Vale do Paraíba, sobre a história de Taubaté, editou quatro séries de livros, [em particular o livro] Ubatuba, ilustrações de Paulo Camilher Florençano”⁶⁰, e como cidadão letrado, anuiu ao tombamento e preservou o casarão até quando seus recursos financeiros perduraram. Assim, o advogado Joel Toledo de Campos Mello, enviou uma carta ao Diretor da 8ª Delegacia Regional do SPHAN, na qual solicitou recursos financeiros para “reformas urgentes” (arquivo – IPHAN/SP).

Exmo. Sr. Diretor da 8ª DELEGACIA REGIONAL DO S.P.H.N

JOEL TOLEDO DE CAMPOS MELLO, infra assinado na qualidade de condômino do monumento situado à Pça. Anchieta nº 20 em Ubatuba, deste Estado, registro 477, tombo das belas artes, vem pela presente expor e requerer a V.Exa. o quanto segue:

O referido monumento encontra-se atualmente em precário estado de conservação com início de comprometimento de algumas partes estruturais.

Não contando seus proprietários com recursos próprios suficientes para atender às obras essenciais, vem pela presente solicitar a V.Exa. digne-se determinar uma vistoria no referido monumento, bem como o estudo de adoção de recursos dessa Entidade, para as reformas mais urgentes, destinadas à preservação do monumento.

P. deferimento

São Paulo, 21 de janeiro de 1981.

Não diferente, a população de Ubatuba, preocupada com o estado de preservação do imóvel, enviou ao prefeito dessa municipalidade um abaixo assinado solicitando a restauração do mesmo.

⁶⁰ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Felix_Guisard_Filho>. Acesso em 14 nov. 2019

MOVIMENTO EM DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E NATURAL DE UBATUBA

Exmo. Sr. Prefeito Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

Por meio deste “abaixo-assinado”, vimos solicitar de V. Excia, o empenho necessário visando agilizar através dos departamentos competentes dessa administração municipal, o processo de Decretação de Utilidade Pública, e Desapropriação do prédio situado na Praça Anchieta, conhecido como “Casarão” ou “Sobradão do Porto”, de propriedade da família Felix Guisard, / tombado pelo Ministério da Educação e Cultura, sob o número 447 do livro do Tombo das Belas Artes, para que se cumpra as exigências dos órgãos federais do patrimônio histórico, afim de que se efetue a URGENTE restauração dessa edificação, ÚNICA tombada pelo Patrimônio da União neste município.

Solicitamos ainda que, dentre as várias alternativas de possível ocupação do prédio após a restauração e decretação de sua utilidade pública seja escolhida aquela que desenvolva atividades de caráter cultural.- Sugerimos portanto a criação de uma “Casa de Cultura” ou “Centro de Cultura”; entidade que manterá atividades tais como: Museus, Bibliotecas municipal, Cine-clubes, Teatros, Espetáculos Musicais, etc. [...]

Em outra carta, alguns cidadãos de Taubaté demonstram preocupação com o entorno do Sobradão do Porto, no intuito de preservar esse patrimônio (arquivo – SPHAN/SP)

Taubaté, 1º de setembro de 1.967

Ilmo. Sr.
Dr. Luiz Saia
4ª D.R. da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Rua Baronesa de Itu, 639
SÃO PAULO

Na qualidade de cidadãos cômicos de seus deveres, e no intuito de preservarmos o Patrimônio Histórico e Artístico de nosso País, tomamos a iniciativa de levamos ao conhecimento de V.S. um fato, segundo julgamos, deva merecer a atenção dessa Diretoria.

Acontece, Sr. Diretor, que frequentadores assíduos que somos da formosa e histórica Estância Balneária de Ubatuba, tivemos a oportunidade de verificar que, a menos de 30 metros do Sobrado do Pôrto, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pretendem construir um prédio de apartamentos com 4 pavimentos.

Ora, Sr. Diretor, se esse prédio fôr, de fato, construído, irá por certo dificultar a visibilidade daquele Patrimônio, o que nos parece, fere dispositivo do Decreto-Lei nº 25, de 30/11/37, artigo 18.

Certo de que, V.S., zeloso como é das coisas históricas nacionais, tomará as providências que o caso exige, antes que se perpetre o ato lesivo ao Patrimônio Nacional.

Atenciosamente,

Portanto, juridicamente, em âmbito federal, o Sobradão do Porto é reconhecido e protegido como patrimônio cultural, conforme Decreto-Lei nº25, particularmente, o artigo 17, que estipula: (IPHAN, 1937)

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

RESTAURO

Antes de iniciar a análise das obras de restauro, ou seja, a “reforma” do edifício como foi solicitada pelo advogado Joel Toledo, citada carta destinada ao IPHAN, transcrita na página 103, apresento algumas ações ocorridas antes do início do restauro, da obra em si. Em resposta à carta, o diretor da 8ª Diretoria Regional da SPHAN, Antônio Luiz Dias de Andrade, no ofício nº 089/81, informou que “por se tratar de imóvel de propriedade particular esta Secretaria vê-se impedida, de imediato, em alocar os recursos necessários a sua restauração.” (arquivo-IPHAN/SP). A solução para esse impasse, partiu da própria SPHAN, apoiando-se no artigo 19 do Decreto-Lei nº 25. (IPHAN – 1937)

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º. Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas serem iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

Foi enviado ao prefeito do município de Ubatuba, Dr. Benedito Rodrigues Pereira Filho, o ofício nº 238/81, de 19/05/1981, propondo a desapropriação pela Prefeitura e o financiamento do restauro pela União.

[...] consulto a V. Exª sobre a possibilidade dessa municipalidade adquirir residência de Balthazar Fortes, comprometendo-se a SPHAN/FNPM, desde já, a restaurar integralmente o mencionado edifício, conforme proposta de uso a ser definido de comum acordo. (arquivo – IPHAN/SP)

No dia 6 de agosto de 1981, o referido prefeito emite o Decreto nº 31, o qual declara de utilidade pública o imóvel denominado “Sobradão do Porto”, conforme ratifica o artigo primeiro.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o imóvel conhecido como “Sobradão do Porto”, contendo terreno e edificações localizadas entre as Ruas Félix Guisard Filho, Baltazar Fortes e Eugênio Frediani, com as características, confrontações e metragens dos levantamentos, cujas cópias anexas ao processo AS-2122/81 ficam fazendo parte integrante deste decreto. (arquivo – IPHAN/SP)

Por conseguinte, a Prefeitura Municipal de Ubatuba enviou a proposta de “ação de desapropriação” para o juiz de Direito da Comarca de Ubatuba, na data 30 de

dezembro de 1981, representada por seu advogado, Álvaro Braga de Oliveira, expondo os seguintes motivos:

1. Pelo Decreto Municipal nº31, de 06 de agosto de 1.981 (doc.2), foi declarado de utilidade pública o imóvel conhecido como “Sobradão do Porto” [...]
 2. Pela Lei Municipal nº 645, de 05 de novembro de 1.981 (doc.3), foi aprovada, sancionada e promulgada a abertura de crédito especial para desapropriação do “Sobradão do Porto”, afim de restauração pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
 3. O imóvel consta pertencer ao Espólio de Félix Guisard Filho e assim se descreve: Prédio: tem (tres) pavimentos, contendo o pavimento térreo a área construída de 334,30m2; o primeiro pavimento com a área de 334,50m2 e o segundo a área de 141,89m2, perfazendo o total de áreas construídas 810,94m2; Terreno: com área de 831,92m2. [...]
 4. O prédio encontra-se ocupado com fins comerciais.
 5. O imóvel está cadastrado sob nº01.017.002, e lançado para efeito de pagamento de impostos predial e territorial pelo valor de Cr\$ 720,00 o m2, o terreno, e Cr\$ 1.000,00 o m2 o prédio no exercício de 1.980, e Cr\$ 1.372,00 o terreno, e Cr\$ 1.500,00 o prédio, no exercício de 1.981, perfazendo os valores de Cr\$ 1.140.914,04 o terreno e Cr\$ 1.216.410,00 o prédio, totalizando Cr\$ 2.357.324,04; [...]
- Dá-se a causa o valor de Cr\$ 2.357.324,04 (dois milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, trezentos e vinte e quatro cruzeiros e quatro centavos)

Assim, convertendo esse valor para a moeda corrente, pelo índice IPCA (IBGE), conforme Calculadora do Cidadão⁶¹, temos o valor de R\$ 160.032,35 (cento e sessenta mil, trinta e dois reais e trinta e cinco centavos). Em 12 de janeiro de 1982, o valor foi disponibilizado para o “Espólio de Felix Guisard Filho”, através da agência de Ubatuba, pelo Banco do Estado de São Paulo SA. No dia 15 de janeiro, o juiz Getúlio Jorge de Carvalho, “diante do depósito efetuado, que não se me afigura ínfimo, defiro a imissão provisória na posse do imóvel descrito na inicial. “ (arquivo – IPHAN/SP).

A partir desse momento, o SPHAN junto com a Fundação Nacional Pró-Memória⁶², conforme acordado com a prefeitura municipal de Ubatuba, se responsabilizaram pela execução do restauro.

⁶¹ Disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAQ/>>. Acesso em 18 nov. 2019

⁶² A Fundação Nacional Pró-Memória foi um órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), formando com ela uma organização dual, que visou dar maior dinamismo às políticas culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural: (SPHAN, 1980a, p. 28-29 apud <portal.iphan.gov.br>). Assim a partir do final de 1979 a responsabilidade pela preservação do acervo cultural e paisagístico brasileiro passou para a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como órgão normativo, de direção superior e coordenação nacional, incumbindo a Fundação Nacional Pró-Memória, como órgão operacional, proporcionando os meios e os recursos que permitiam agilizar a Secretaria”. Disponível em <portal.ipahn.gov.br>. Acesso em 18 de nov. 2019.

O restauro do Sobradão do Porto, foi planejado, inicialmente, em várias etapas, tendo todo o processo iniciado no ano de 1982, e após 37 anos, ainda não foi concluído. Apesar de já ter sido disponibilizado a quantia de, aproximadamente, R\$3.116.826,63⁶³, em verba pública, federal e municipal, até hoje, o imóvel encontra, em mais uma nova etapa de restauro e com aspecto de obra inacabada. O relatório escrito por José Saia Neto, na data de 28 de agosto de 2007, quando visitou o sobrado no dia anterior, fornece um panorama do estado físico dessa edificação.

Embora seja necessário considerar que a obra permanece inconclusa desde os anos 80, salta à vista a péssima qualidade dos serviços executados, com a utilização de próteses sem encaixe adequados, confeccionadas com madeira imprópria e fixadas com pregos comuns; madeira bruta utilizada sem qualquer acabamento mínimo, deixando à mostra as marcas da lamina de serra; substituição de forros que certamente apresentavam pintura decorativa sob a camada aparente, à época da obra; escadas desniveladas; espaçamento excessivo e secção insuficiente dos caibros resultando em flechas na trama da cobertura; ferragem de baixa qualidade introduzida entre camadas de alvenaria, em adiantado processo de oxidação; utilização de areia salobra para a argamassa de rejuntamento do entalhamento, que levou ao comprometimento integral do revestimento de telhas cerâmicas; utilização de dutos de água para a proteção da fiação elétrica, etc., etc... Foi uma vistoria constrangedora, por ter sido esta uma obra do IPHAN e uma das piores que tenho visto nestes últimos 40 anos de trabalho. (arquivo – IPHAN/SP)

Portanto faz-se necessário uma análise crítica das várias etapas do restauro para que, ao pesquisar toda a documentação disponibilizada pelo IPHAN, e outras fontes, se possa ter uma melhor compreensão desse longo processo. Para tanto, é necessária uma dedicação de tempo maior, talvez para um trabalho mais aprofundado, que requer o acesso a documentos relevantes que não se encontram no acervo do IPHAN, tais como os projetos, ou seja, as “peças gráficas contendo levantamento cadastral e indicações para obras de conservação e restauro” (arquivo – IPHAN/SP). Portanto, é pertinente analisar somente a documentação consultada no acervo do IPHAN/SP, que inclui orçamentos, planilhas, relatórios, ofícios, fotografias, alguns projetos e outros documentos emitidos durante as fases do restauro. Cabe ressaltar, que não se encontra no acervo a documentação completa, principalmente a da última fase, a saber, fase de consolidação das paredes internas e restauração das pinturas decorativas. Não estará incluso dentro da análise um aprofundamento

⁶³ Os valores em moeda já suprimida, cruzado e cruzeiro, foram corrigidos pela Calculadora do Cidadão. Disponível em <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADO/>>. Acesso em 21 nov. 2019

financeiro dos valores pagos e/ou restituídos às empresas contratadas, referentes a serviços executados e não executados.

Antes do início das obras, antes, até mesmo, do levantamento técnico do edifício, encontramos falhas na gestão desse patrimônio. Durante a visita dos técnicos do SPHAN, entre os dias 17 a 20 de maio do ano de 1982, para o levantamento métrico-arquitetônico e fotográfico do imóvel, estes foram informados

[...] que, por problemas de ordem jurídica, a Prefeitura não tinha tomado posse efetiva do imóvel, motivo pelo qual não estava de posse de suas chaves e sem condições para tomar providências contra os atos de vandalismo que estão sendo realizados contra o monumento, com a destruição de vidraças, móveis, elementos decorativos, etc.

A partir de contato com moradores vizinhos, verificamos que, durante as últimas férias escolares, do início do ano em curso, pessoas da família proprietária do prédio removeram três das quatro estatuetas de porcelana, que representavam, na platibanda fronteira, as estações do ano; a outra peça e os lampiões que ornavam os cunhais já haviam sido removidos há mais tempo, também pela própria família. (arquivo – SPHAN/SP)

É inconcebível que após a declaração de posse do imóvel para a Prefeitura de Ubatuba, esse órgão municipal não tomou as medidas mínimas para preservar o imóvel. Até os dias de hoje as estatuetas estão “desaparecidas”. Desaparecidas entre aspas, pois sabe-se por documentos oficiais quem as furtaram e onde, possivelmente, elas estejam. Porque nenhum dos dois órgãos responsáveis pela preservação do sobrado não solicitaram à polícia a restituição das mesmas? Em nenhum momento da análise de toda a documentação, encontrei alguma menção em recuperar tais objetos decorativos. Simplesmente a declararam desaparecidas e assim permanecem. Outra falha na gestão municipal foi o atraso do início da primeira fase devido a falta de energia elétrica e a permanência do mobiliário no interior do edifício, conforme o relatório do dia 04/05 de janeiro de 1983.

Nesta data estivemos com Jorge Hirata em visita a este Monumento, com a intenção de promover o levantamento fotográfico antes de iniciados as obras de restauro, bem como acompanhar os trabalhos de instalação do canteiro de obras, uma vez que ficou acertado com a Firma Cotta que nesta data seriam iniciados os serviços de restauro contratados.

Assim, quando, chegamos, encontravam-se no local o responsável pela empreiteira, um oficial carpinteiro, um pedreiro e um ajudante.

Depois de recebermos da Prefeitura, as chaves do edifício, passamos a percorrer suas dependências, verificando

- a) Por falta de pagamento o fornecimento de luz havia sido suspenso
- b) Por todas as dependências do edifício encontravam espalhados móveis e os mais diversos objetos.
- c) Continuava em funcionamento a loja de artesanato que ocupa quase todas as dependências do pavimento térreo. [...].

Diante deste quadro, o Sr. Cotta disse não haver condições de iniciar as obras, quer pelo funcionamento da loja, quer pela responsabilidade em

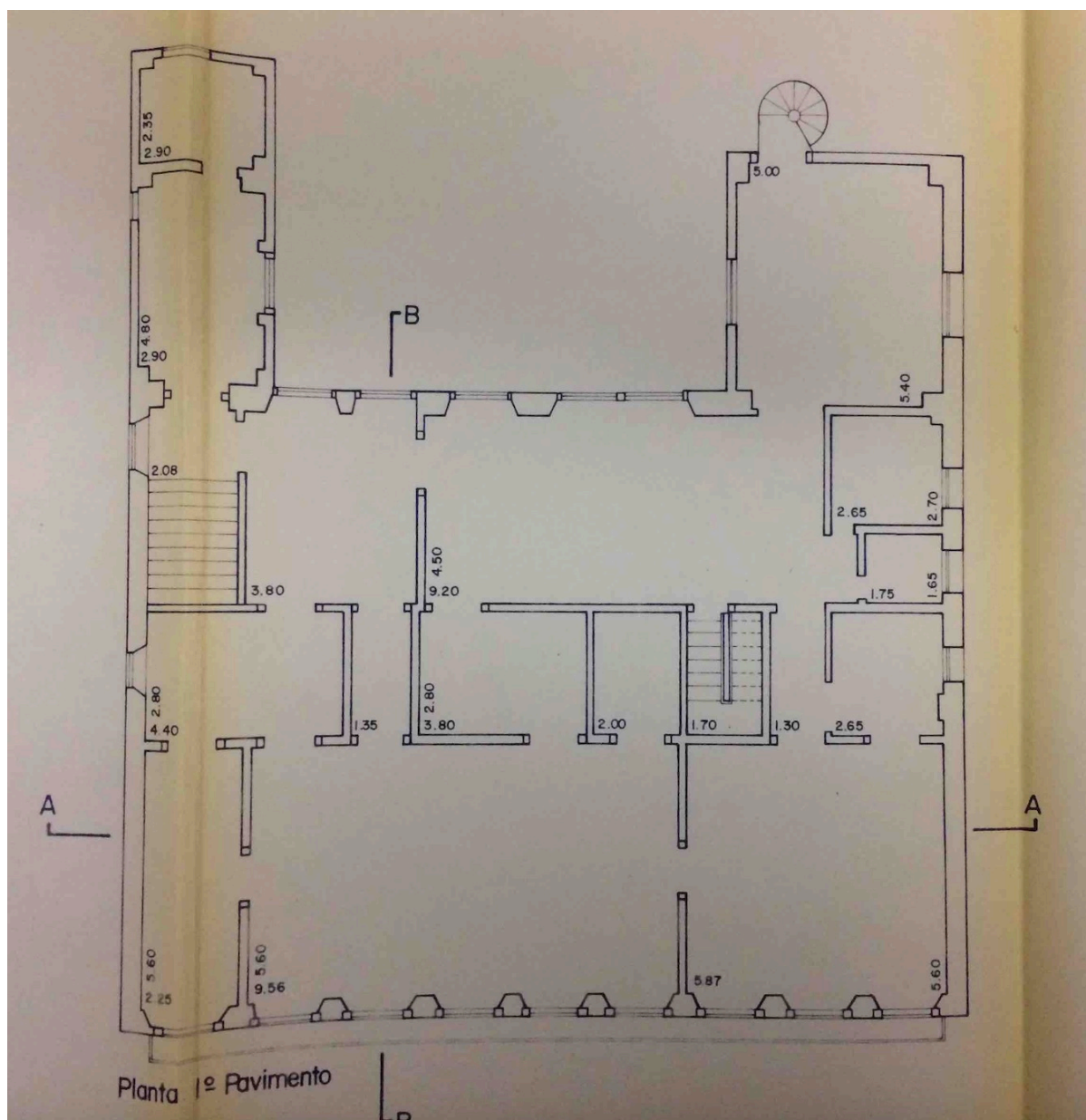
manter móveis e objetos espalhados pelo interior do edifício durante o andamento do trabalho de restauro. (arquivo – IPHAN/SP)

Tempos depois, os técnicos Carlos Régis e Augusto Froehlich, no relatório de Conservação das Pinturas do Sobradão do Porto (etapa inicial), de 15 de fevereiro de 1984, informa que os móveis e objetos armazenados, por “nossa sugestão de se remover tudo para dois dos compartimentos do primeiro andar do edifício” (arquivo IPHAN/SP), que “estão sofrendo danos e precisam ser retiradas” (arquivo – IPHAN/SP). Tal fato demonstra uma certa inexperiência na gestão do patrimônio, especialmente na execução de obra de restauro, já que tais mobiliários e objetos, listados na ata de emissão de posse do sobrado, e, portanto, também, objeto de preservação, foram armazenados sem nenhuma proteção contra pó, choques ou mesmo infiltrações.

Ao analisar os serviços iniciais, o levantamento métrico-arquitetônico e fotográfico, realizado na segunda vistoria ao imóvel, tendo como produto final o projeto constituído por 9 peças gráficas: planta térrea, planta 1º pavimento, planta 2º pavimento, corte AA, corte BB, vista frontal, vista lateral direita, vista lateral esquerda e vista posterior; observa-se que esse produto é de simples representação, e carente de informações. Nele, não há diferença entre as divisórias executadas com técnicas distintas (alvenaria de tijolo, taipa francesa e tabique) e nem indicação das espessuras das mesmas; não há distinção dos vários níveis dos pisos; não há especificação das esquadrias, ou seja, informações sobre as dimensões, os materiais constituintes, tipo de abertura, ferragens e/ou demais características; também não descreve os revestimentos dos ambientes; não informa onde qual ambiente é dotado de forro, qual o material, desenho e/ou sistema construtivo; nem tão pouco há uma legenda. Nele há simplesmente informações das dimensões internas, o formato e disposição dos ambientes, sem ao menos identifica-los; a altura da construção, uma superficial visão do sistema estrutural e alguns elementos decorativos nas fachadas, sem detalhá-los. Falta-lhe muitas informações construtivas e arquitetônicas.

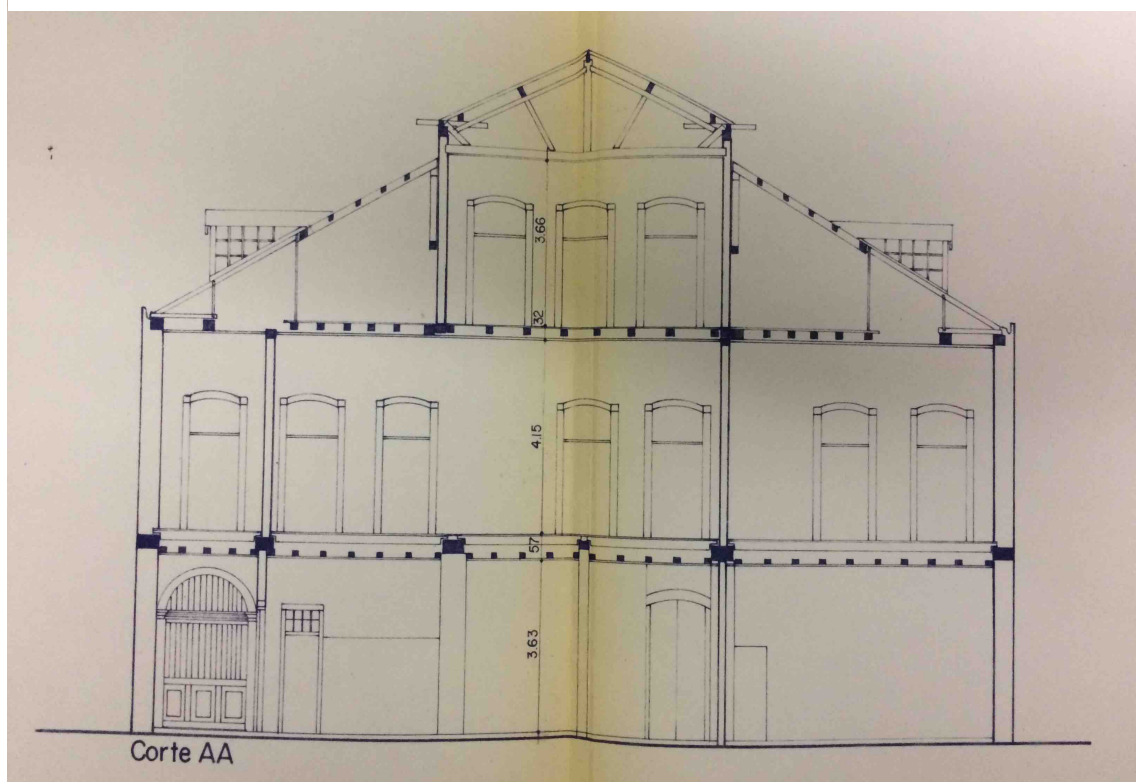
Junto a esse documento, estão os relatórios referentes às duas outras vistorias realizadas nos dias 16 a 18 de junho do ano 1982 e dias 6 a 9 de julho do mesmo ano. Esses relatórios são mais específicos, detalham melhor os sistemas construtivos e as condições em que se encontram. Eles complementam as poucas informações do projeto de levantamento.

FIGURA 37 - PLANTA 1º PAVIMENTO



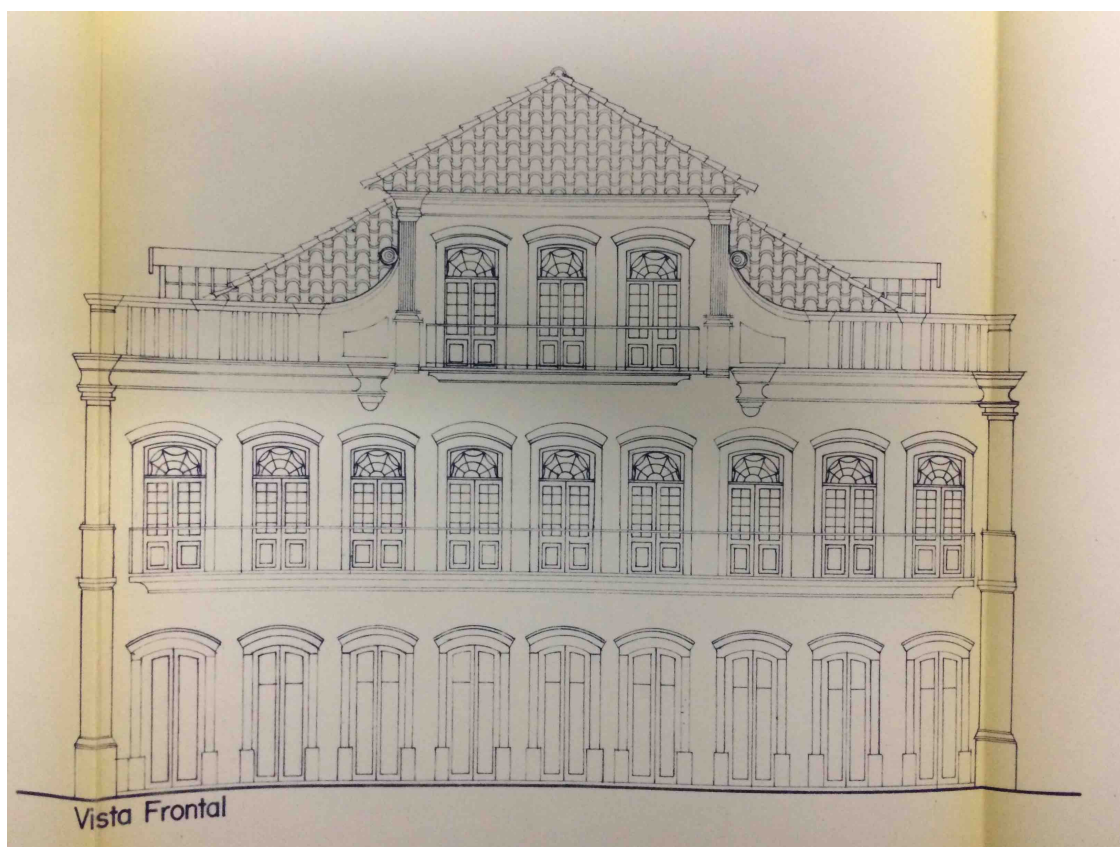
Fonte: arquivo – IPHAN/SP

FIGURA 39 - CORTE AA



Fonte: arquivo – IPHAN/SP

FIGURA 38 - VISTA FRONTAL



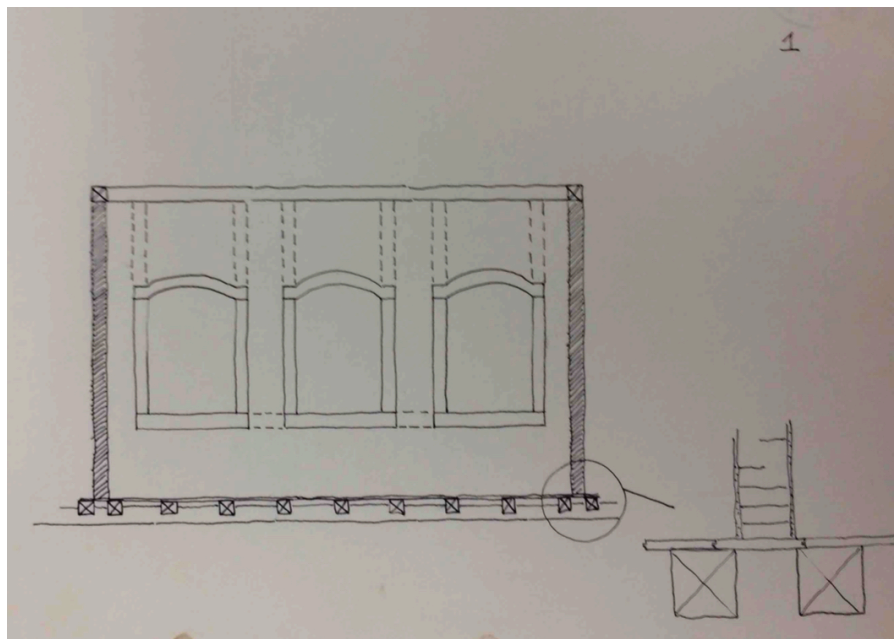
Fonte: arquivo – IPHAN/SP

O relatório da terceira vistoria, dias 16 a 18 de junho de 1982, descreve parte do sistema estrutural (plano verticais) do sobrado, que é uma participação mútua de dois tipos diferentes de sistemas estruturais: alvenaria estrutural de bloco cerâmico (tijolo) e estrutura de elementos retilíneas de madeira (arquivo – IPHAN/SP).

Os problemas estruturais mais graves se concentram no 3º pavimento; aí, temos um sistema formado por três tipos diferentes de paredes:

1. a da fachada principal, que é um maciço de alvenaria de tijolos de barro, de 70 cm de espessura, portante, que recebe, através do frechal⁶⁴, parte dos esforços e cargas da cobertura, e que não apresenta maiores comprometimentos, além de infiltrações e pequenas trincas.
2. a da fachada posterior, que é semi-portante e funciona do seguinte modo: apoiando-se, em sua extremidade inferior, nos peitoris, que são formados por uma só peça continua. Esta descarrega as cargas diretamente sobre as alvenarias de ½ tijolo, que por sua vez está assentada sobre um maciço de tijolos semelhante ao da fachada. (1)

FIGURA 40 - DESENHO Nº1



Fonte: arquivo – IPHAN/SP

3. as laterais, que possuíam uma estrutura autônoma, formada, no salão posterior, por quatro grandes esteios, nos cantos e dois outros, menores e intermediários, que além de transmitirem parte dos esforços da cobertura, estruturavam a alvenaria e descarregavam parte de seu peso, através de peças inclinadas, aos esteios principais. (2)

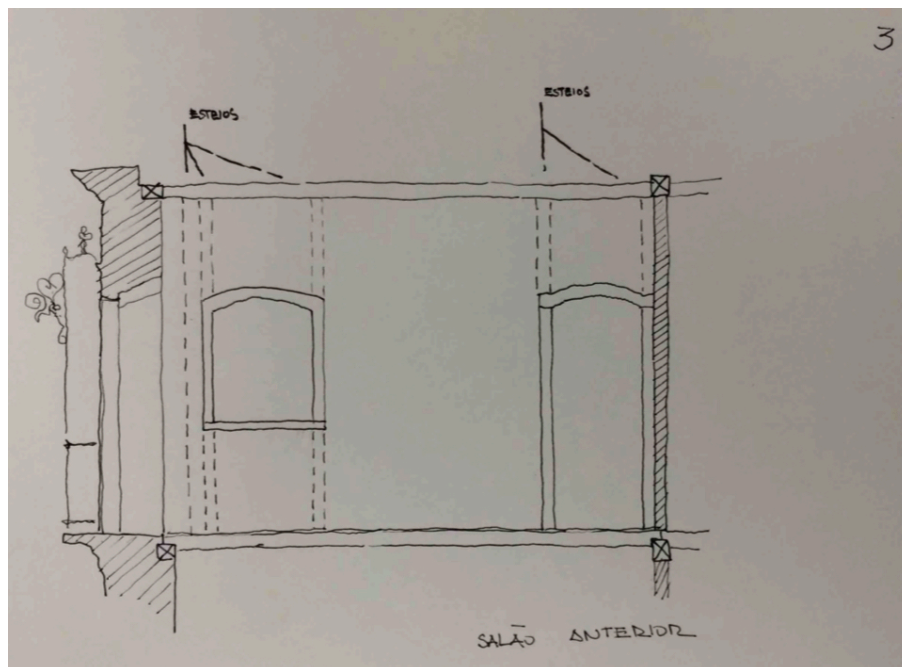
No salão anterior, o papel dos esteios é cumprido pelo prolongamento das ombreiras de portas e janelas, do piso ao frechal, além de uma peça isolada, em cada lado, junto à fachada. (3)

Justapostas às paredes laterais, encontramos, em cada lado, uma estrutura auxiliar que recebe e distribui os esforços de uma viga que atravessa a parte superior do 3º pavimento, transversalmente; esta viga recebe parte das

⁶⁴ Frechal – Nome que se costuma dar à viga de madeira que, apoiada ao longo de uma parede, recebe e distribui uniformemente as pressões exercidas por elementos equidistantes, como por exemplo, caibros de telhados, barrotes de sobrados, prumos, pés direitos ou esteios de frontais, etc. (CORONA, 2017, p.227)

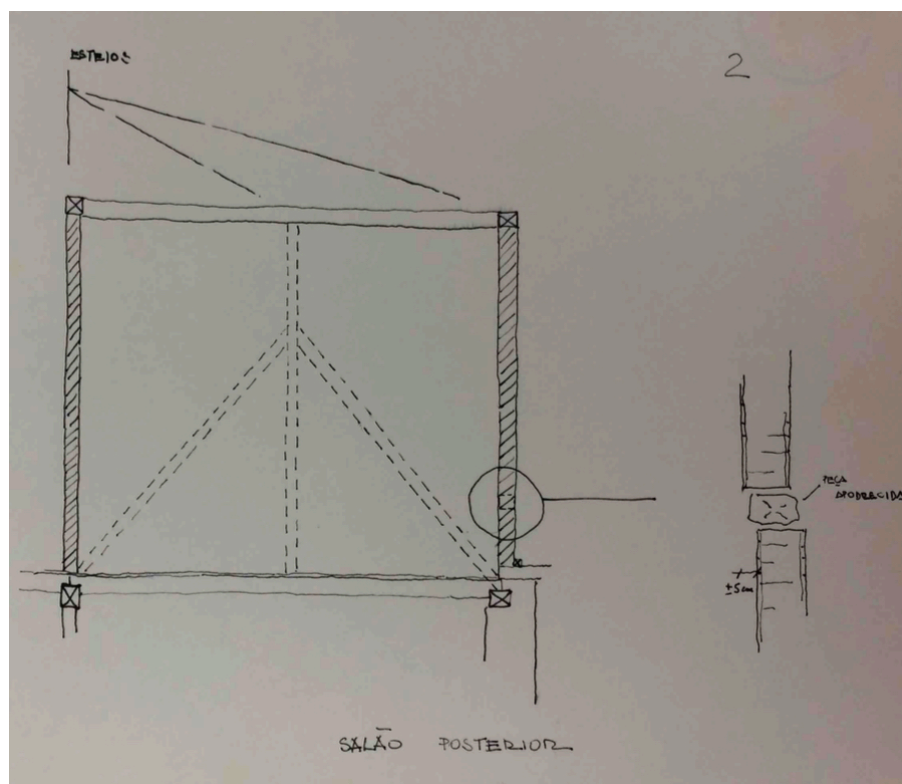
cargas da cobertura do 3º pavimento, em sua porção central, e apoia os rincões das estruturas inferiores, em suas extremidades. (4)

FIGURA 42 - DESENHO Nº3



Fonte: arquivo – IPHAN/SP

FIGURA 41 - DESENHO Nº2



Fonte: arquivo – IPHAN/SP

O mesmo relatório, descreve o estado precário do sistema estrutural, principalmente no 3º pavimento, e suas patologias: deslocamento das peças estruturais, trincas na alvenaria, recalque dos panos de parede, outros (arquivo – IPHAN/SP)

Toda esta solução estrutural está comprometida pelo seccionamento e/ou apodrecimento das peças responsáveis pela transferência do peso próprio das alvenarias. Como resultado desta sobrecarga, o esteio intermediário, que se apoiava precariamente numa tábua, que, por sua vez se equilibrava entre dois barrotes, cedeu, partindo seu apoio longitudinalmente e fazendo com que os barrotes girassem, recalcando os panos de paredes com trincas e danos no revestimento. [...] (5). Na parede posterior das janelas estão completamente apodrecidas; [...].

Como consequência, surgiram recalques e a alvenaria foi seccionada junto à peça horizontal apodrecida, apresentando atualmente uma diferença de prumo da ordem de 5cm.

Verificamos ainda o comprometimento das peças de madeira, próximas ao maciço da fachada, e os consequentes danos nas alvenarias e revestimentos, sendo que uma das causas é certamente o vazamento e/ou extravasamento das calhas que correm por trás das platibandas fronteiras.

A instalação de diversas caixas d'água sob o telhado do 3º pavimento [2º pavimento]⁶⁵ foi uma sobrecarga ao sistema já parcialmente comprometido.

As estruturas justapostas às paredes laterais apresentam emendas e reforços tornando-as menos resistentes às sobrecargas ou esforços imprevistos

FIGURA 43 – LEV. FOTOGRÁFICO - ESTEIOS APODRECIDOS



Fonte: arquivo – IPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho.

⁶⁵ Temos aqui um problema de nomenclatura dos pavimentos. No projeto de levantamento os pavimentos foram nomeados na seguinte sequência: térreo, 1º pavimento e 2º pavimento. Já no relatório da vistoria, os mesmos, foram nomeados em outra sequência: 1º pavimento, 2º pavimento e 3º pavimento. Essas nomenclaturas se intercalam em vários outros documentos. Tomei como referência principal a primeira nomenclatura e quando transcrever ou citar a segunda, identificarei a nomenclatura principal.

Nos demais pavimentos, térreo e 1º pavimento, as paredes não apresentavam problema de estabilidade, apenas algumas patologias, segundo o mesmo relatório.

As paredes dos demais pavimentos trincas sobre alguns vãos ou pontos localizados, ou ainda desagregamento dos tijolos e da argamassa, em áreas que permaneceram sem revestimento, expostas por longo tempo à maresia. (arquivo – SPHAN/SP).

FIGURA 44 - LEV. FOTOGRÁFICO -
DESAGREGAÇÃO TIJOLOS E REVESTIMENTOS



Fonte: arquivo-IPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho

As peças estruturais da cobertura se encontravam num melhor estado de conservação, com exceção das ripas. As telhas, também se encontravam em péssimo estado de preservação e bastantes sujas.

Em geral, o estado das estruturas e encaibramentos das coberturas é bom, prejudicado apenas em alguns pontos pelas goteiras; o ripamento, no entanto, deverá ser completamente substituído assim como o revestimento de telhas canal, que, além de comprometido, apresenta áreas onde foi substituído por telhas de fibro-cimento. [...]

Sobre as telhas, encontramos acúmulo de líquens, musgos e excrementos de aves; a isto soma-se um grande número de peças quebradas, devido aos urubus que aí costumam pousar, e que, não raro, se envolvem em conflitos desastrosos para os telhados. (arquivo – IPHAN/SP)

FIGURA 45 - LEV. FOTOGRÁFICO - TELHAS



Fonte: arquivo – IPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho.

Já as esquadrias apresentam, praticamente, problemas de revestimento, ou seja, pintura.

As esquadrias, quase sem pintura, estão bastante atingidas pela ação do tempo, especialmente os caixilhos, porém não sofreram muito com a atividade dos insetos xilófagos. (arquivo – IPHAN/SP)

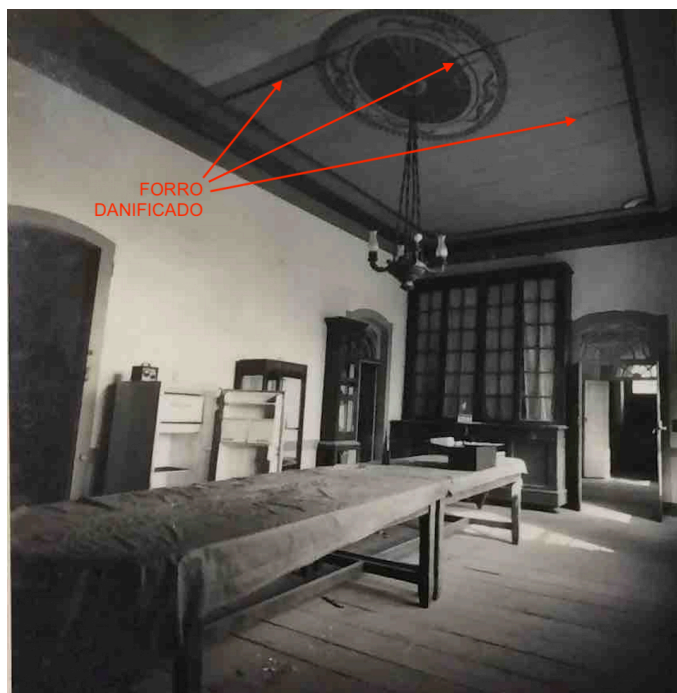
O piso, em tabuado, ou seja, composto por

tábuas que atingem mais de 6cm de espessura, com encaixe tipo “macho e fêmea” e fixadas com cravos; [...], pudemos verificar que seu estado ainda permite o reaproveitamento quase que total das peças, principalmente por não apresentarem vestígios dos pequenos pregos que as travam nas junções, causando seu rompimento quando do desmonte do conjunto. (arquivo – SPHAN/SP)

Já os forros, principalmente os mais antigos, os originais que ainda existem no 1º pavimento, está em péssimas condições de preservação.

Os [forros] do pavimento intermediário [1º pavimento] aparentemente são originais, apresentando pinturas e elementos decorativos e estão bastante comprometidos, necessitando da vistoria de conservador habilitado que avalie seu valor e as possibilidades de sua recuperação. Sua estrutura está irreparavelmente atingida pelos insetos. (arquivo – IPHAN/SP)

FIGURA 46 - LEV. FOTOGRÁFICO - FORRO



Fonte: arquivo – SPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho

Também, em precário estado de preservação, estão os elementos decorativos que caracterizam o estilo arquitetônico desse imóvel, estilo neoclássico, como já descrito nas páginas 64 a 67.

A parede da fachada principal apresenta grande quantidade de elementos decorativos, parte deste material é de argamassa estruturada com a própria alvenaria e o restante de elementos pré-moldados, aplicados ao revestimento; tanto uns como outros estão se desagregando e/ou se soltando.

FIGURA 47 - LEV. FOTOGRÁFICO - DETALHE FACHADA



Fonte: arquivo – IPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho

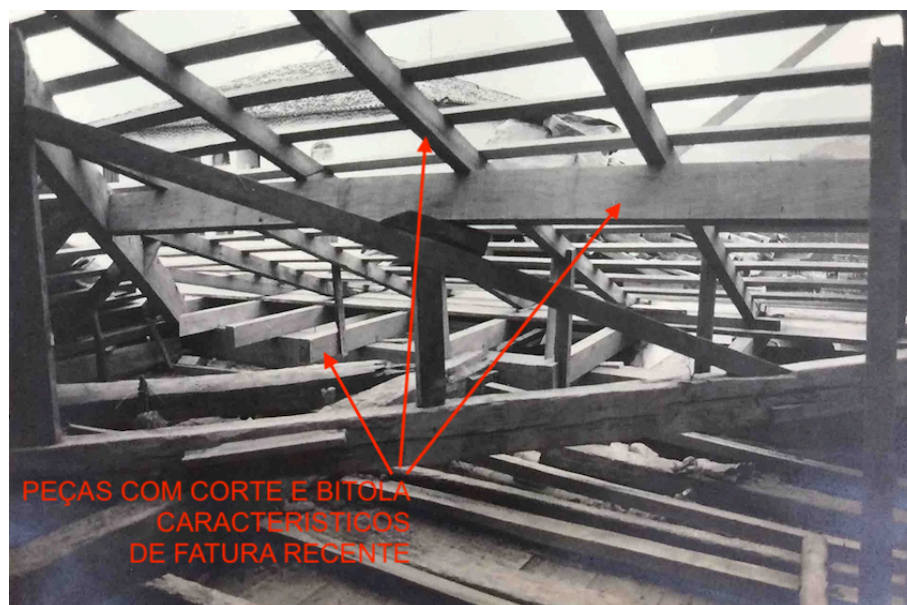
As grades e elementos decorativos dos balcões também apresentam danos e falhas, devendo ser recompostos, assim como as gárgulas e buzínates de escoamento das águas pluviais. (arquivo – IPHAN/SP)

Durante essa segunda vistoria, foi possível identificar algumas intervenções mais recentes ocorridas no sobrado, como na estrutura dos telhados, beirais, instalação de novas esquadrias (portas e janelas), paredes e aberturas recentes, até um volume edificado rente a fachada posterior.

As coberturas são certamente resultado de alguma reforma, não temos ainda elementos para afirmar se as soluções originais foram mantidas ou alteradas, é certo, porém que a quase totalidade das peças tem corte e bitola característicos de fatura mais recente.

[...], o mesmo [alterações] acontecendo com as águas-furtadas da cobertura. [...]. Os cachorros, tanto desta como da cobertura do 3º pavimento [2º pavimento], tem características de fatura mais recente, apresentando remate diverso do tradicional e marcas de serra mais moderna. (arquivo – SPHAN/SP)

FIGURA 48 - LEV. FOTOGRÁFICO - ESTRUTURA TELHADO

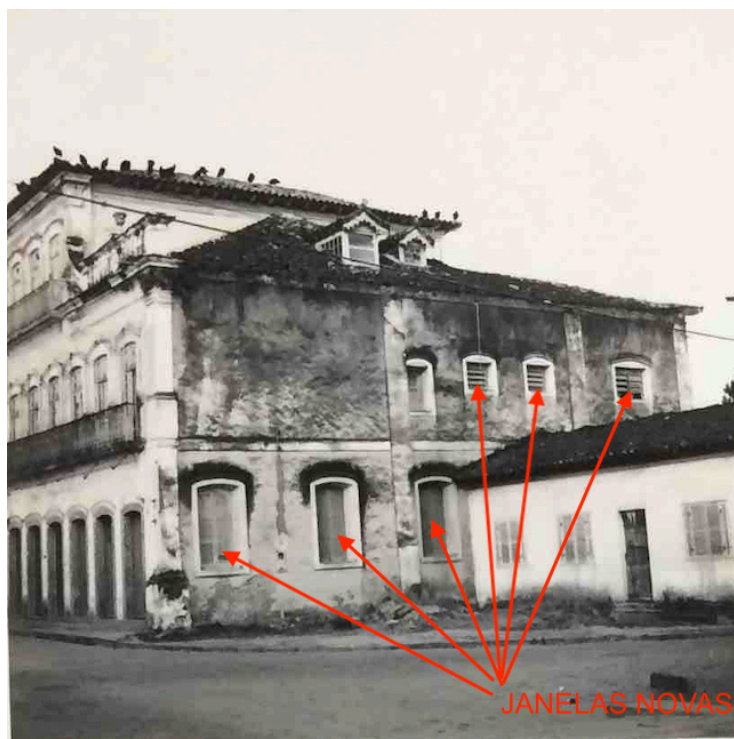


Fonte: arquivo – IPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho.

A grande maioria das portas do 2º [ou 1º pavimento] e 3º [ou 2º pavimento] são de modelo semelhante, podendo-se identificar com facilidade as de fatura mais recentes.

Com relação às alterações sofridas pelo prédio, está claro que os vitrôs são uma incorporação recente. Duas fotos existentes nos arquivos desta DR. Demonstram que 6 das 7 janelas da fachada voltada para o rio, foram abertas a partir da década de 30 [...]

FIGURA 49 - LEV. FOTOGRÁFICO - FACHADA LATERAL



Fonte: arquivo – IPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho

Como o tabuado do piso foi parcialmente removido no 3º pavimento, [...]

FIGURA 50 - LEV. FOTOGRÁFICO - PISO 2º PAV.



Fonte: arquivo – IPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho

Os forros do pavimento térreo, assim como sua estrutura, devem datar de época bastante posterior à construção do prédio; o mesmo acontece com o do 3º pavimento.

No pavimento inferior, foram identificadas algumas paredes e aberturas mais recentes, porém não temos ainda elementos para definir sua planta primitiva. O corpo secundário, do lado oposto à cozinha, nos deu a impressão de ser um acréscimo posterior; suas paredes mais finas, a adaptação de uma janela, as portas inferiores sem requadros, sua proporção geral, etc., [...]

FIGURA 51 - LEV. FOTOGRÁFICO - FACHADA POSTERIOR



Fonte: arquivo – IPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho.

[...] Já a outra, impressa no Suplemento de Rotogravuras do jornal O Estado, é a única vista até agora que mostra a casa pegando a lateral que se volta para o centro; não há no telhado nenhuma abertura de iluminação (água-furtada). (arquivo – SPHAN/SP)

Por último, o técnico do IPHAN, José Saia Neto, recomendou quais deveriam ser as primeiras providências a serem executadas no restauro do Sobradão do Porto.

Acreditamos que a primeira providência a ser tomada, imediatamente, é a desativação das redes elétrica e hidráulica, inclusive com o esvaziamento das caixas d'água e respectivas tubulações.

Somos da opinião que os recursos disponíveis deveriam ser aplicados na solução dos problemas estruturais do 3º pavimento [2º pavimento] e nas coberturas, com a introdução de perfis metálicos para o apoio das paredes laterais, substituição de vigas de madeira comprometidas por outras, de madeira ou concreto armado, manutenção da atual estrutura e substituição completa do ripamento e entalhamento das coberturas. (arquivo – IPHAN/SP)

Será esses relatórios, resultados das primeiras vistorias, acima parcialmente descrito, que orientou as especificações técnicas das várias etapas do restauro do Sobradão do Porto. Abaixo apresento, sistematicamente e sinteticamente, os valores, as especificações técnicas, datas e empresa contratada para as várias etapas. Foram cinco etapas, conforme a documentação disponível no acervo do IPHAN, sendo a última identificada como etapa de consolidação das paredes internas e restauração das pinturas decorativas, que nomeio aqui “decoração interna”. (arquivo – IPHAN/SP. Organizado pelo autor):

1º Etapa

Início: 18/01/1983. Término: 03/06/1983;

Valor: Cr\$ 13.646.008,44;

Empresa contratada: COTTA e CIA LTDA;

Especificações Técnicas:

1. Instalação de Canteiro

- 1.1. Placa, de chapa galvanizada, nas dimensões 1,80x1,80 m, montada sobre estrutura de madeira, com cores e informações sobre a obra, conforme modelo a ser fornecido pela Contratante V.G
- 1.2. Execução de tapume de madeira, prevendo-se o aproveitamento de material das demolições contratadas 54,00 m2
- 1.3. Andaimes V.G

2. Remoções

- 2.1. Remoção e transporte das telhas de barro das coberturas, sem reaproveitamento 412,00m2
- 2.2. Remoção e transporte do ripamento de madeira das coberturas, sem reaproveitamento 412,00 m2
- 2.3. Remoção cuidadosa da cimalha de madeira do beiral da cobertura do 3º pavimento 33,60 ml
- 2.4. Remoção de esquadrias de madeira das janelas 9 unid.
- 2.5. Remoção de esquadrias de madeira de porta 4 unid.
- 2.6. Remoção de 'vitraux' de ferro fundido 4 unid.
- 2.7. Remoção de peças sanitárias, de louça 9 unid.
- 2.8. Remoção de caixa d'água de fibrocimento 4 unid.
- 2.9. Remoção da rede hidro-sanitária existente V.G.
- 2.10. Remoção da tubulação e enfição da rede elétrica exist. 33,60 ml
- 2.11. Remoção do piso de ladrilho hidráulico, incluindo-se o contra-piso de concreto simples, assentado sobre tabuado de soalho 45,00 m2
- 2.12. Remoção dos tabiques de madeira existentes no pavimento superior 84,00 m2
- 2.13. Demolição de alvenaria de tijolos 16,00 m3
- 2.14. Remoção do tabuado de forro, tipo 'paulistinha', incluindo-se sua estrutura de fixação 82,70 m2
- 2.15. Remoção cuidadosa do assoalho, no 3º pavimento 105,00 m2
- 2.16. Remoção dos rodapés de madeira 75,50 m2
- 2.17. Remoção da argamassa de revestimento das alvenarias das fachadas e do interior do 3º pavimento 710,00 m2
- 2.18. Remoção da cobertura de telhas onduladas de fibro-cimento, inclusive sua estrutura, na cobertura existente no quintal do edifício 79,00 m2
- 2.19. Remoção dos guarda-corpos de gradil metálicos, existentes nas sacadas da fachada principal 25 ml

3. Proteções

- 3.1. Proteção de vão externos, com chapas lisas de madeira compensada, contra a penetração de águas pluviais, durante a

	remoção dos caixilhos, para a sua execução ou recomposição	34,00 m2
3.2.	Escoramento da estrutura de madeira da cobertura do 3º pavimento, durante a execução dos reforços estruturais.....	V.G.
3.3.	Execução de proteção às áreas descobertas dos telhados, com a instalação de lona ou lona plástica.....	34,00 m2
4.	Demolições	
4.1.	Demolição total dos dois pavimentos do corpo anexo ao edifício, incluindo-se fundações de alvenaria, deixando-se o terreno desimpedido	64,20 m2
4.2.	Demolição de colunas de pedra que suportam a cobertura existente no quintal do edifício.....	1,00 m3
5.	Concreto armado	
5.1.	Execução de vigas e colunas de reforço, em concreto armado (300Kg/m3), incluindo-se formas e ferragens.....	1,00m3
6.	Alvenaria de elevação	
6.1.	Execução de alvenaria de elevação de ½ tijolo cerâmico, com 6 (seis) furos, assentados com argamassa mista 1:4/12	77,00 m2
6.2.	Fechamento de vãos com alvenaria de tijolos maciços, assentados com argamassa de cal e areia 1:4/12.....	16,00 m3
7.	Coberturas	
7.1.	Execução total do ripamento das coberturas, em peroba, nas dimensões de 1,5 x 9 cm e 15 cm de espaçamento entre as peças	412,00 m2
7.2.	Entelhamento das coberturas com telhas de barro 'caipira', tipo capa e canal, no formato e dimensões das originais, prevendo-se o emboçamento de todas as peças, inclusive espigões, cumeeiras e beirais. Todas as telhas, capa e canais, serão fixadas com ganchos de fio de cobre, nº 12.....	412,00 m2
7.3.	Execução de calhas, nos rincões, de cobre, no formato e dimensões das existentes.....	10,00 ml
7.4.	Reparos no tabuado dos guarda-pó dos beirais das coberturas, substituindo-se as partes comprometidas ou apodrecidas, por outras de mesma dimensão e qualidade, prevendo-se a substituição de 10% do existente	55,60 ml
7.5.	Execução total da cimalha de madeira dos beirais do 3º pavimento, obedecendo-se o desenho, formato e dimensões das existentes	33,60 ml
7.6.	Execução do beiral correspondente à área do corpo a ser demolido, prevendo-se o aproveitamento das peças do tabuado do guarda-pó e cachorros do corpo demolido, conforme a solução existente no restante da cobertura deste nível	6,00 m2
7.7.	Revisão de estrutura e da caixilharia de armação das camarinhas, prevendo-se a substituição das peças comprometidas ou apodrecidas	3 unid.
7.8.	Execução total da estrutura de sustentação, tabuado, cimalkas e entarugamento de fixação dos forros do 3º pavimento, segundo modelo e dimensões do 'original' existente	76,50 m2
8.	Esquadria de madeira	
8.1.	Portas do 2º pavimento	
8.1.1.	Execução total dos caixilhos das vidraças das portas da fachada principal (P18), em madeira de lei, segundo dimensões, formato e detalhes construtivos das existentes, prevendo-se o requadro e o ajuste das demais peças existentes, inclusive ferragens de todo o conjunto	9 unidades
8.2.	Portas do 3º pavimento	
8.2.1.	Execução total das folhas e bandeiras dos caixilhos das vidraças das portas P14, segundo dimensões, formato e detalhes construtivos das existentes, em madeira de lei de 1ª qualidade, prevendo-se os	

- reparos necessários ao perfeito funcionamento das ferragens dos conjuntos 2 unid.
- 8.2.2. Reparos gerais nas folhas e bandeiras dos caixilhos das vidraças das portas P14, conforme dimensões, formato e detalhes construtivos das existentes, prevendo-se a substituição das partes faltantes, apodrecidas ou comprometidas, em madeira de lei de 1ª qualidade, prevendo-se os reparos necessários ao perfeito funcionamento das ferragens dos conjuntos 4 unid.
- 8.2.3. Execução total das soleiras e dos caixilhos das vidraças das portas da fachada principal (P18), em madeira de lei, segundo dimensões, formato e detalhes construtivos das originais, prevendo-se os requadro e o ajuste das demais peças do conjunto, bem como os reparos necessários ao perfeito funcionamento das ferragens dos conjuntos 3 unid.
- 8.3. Janelas do 3º pavimento
- 8.3.1. Recomposição geral de batentes, verga, peitoris, caixilhos, requadros, molduras, venezianas, etc, das janelas J20, em madeira de lei de 1ª qualidade, obedecendo-se às dimensões, formato e detalhes construtivos das existentes, prevendo-se os reparos necessários ao perfeito funcionamento das ferragens 2 unid.
- 8.3.2. Recomposição geral de batentes, verga, peitoris, caixilhos, requadros, molduras, venezianas, etc, das janelas J19, em madeira de lei de 1ª qualidade, obedecendo-se às dimensões, formato e detalhes construtivos das existentes, prevendo-se os reparos necessários ao perfeito funcionamento das ferragens 3 unid.
- 8.4. Janelas do 2º pavimento
- 8.4.1. Execução total de batentes, verga, peitoris, folhas, vidraças e demais componentes das janelas J13, conforme dimensões, formato e detalhes construtivos das existentes, em madeira de lei de 1ª qualidade, prevendo-se a execução das ferragens, segundo 'originais' existentes 1 unid.
- 8.4.2. Execução geral de batentes, verga, peitoris, folhas, vidraças e demais componentes das janelas J13, segundo dimensões, formato e detalhes construtivos das demais existentes, em madeira de lei de 1ª qualidade, prevendo-se os reparos necessários ao perfeito funcionamento das ferragens do conjunto 3 unid.
- 8.4.3. Recomposição geral de batentes, verga, peitoris, talhas, vidraças e demais componentes das janelas J14, segundo dimensões, formato e detalhes construtivos das existentes, em madeira de lei de 1ª qualidade, prevendo-se os reparos necessários ao perfeito funcionamento das ferragens do conjunto 1 unid.
9. Revestimento
- 9.1. Execução de chapisco de cimento e areia nas alvenarias de tijolos, no traço 1:4, sendo as superfícies previamente limpas e molhadas 710 m2
- 9.2. Execução de revestimento da face interna das platibandas, emboçadas com argamassa de cimento e areia, traço 1:5, com adição de 3% de impermeabilizante, sobre o peso do cimento usado, sendo a superfície alizada à colher e pintada com duas demãos de borracha clorada ou produto similar, a critério da fiscalização 17,00 m2
- 9.3. Execução de revestimento das alvenarias, com emboço de argamassa de cimento, cal e areia, no traço 1:4/12 e reboco com argamassa de cal e areia, no traço 1:2, granulação fina e desempenada, para posterior pintura ~a base de PVC 710,00 m2
- 9.4. Execução de divisórias no 3º pavimento, em tabuado de madeira de 25cm de largura, na espessura de 2,5 cm, com mata junta de mesma qualidade, prevendo-se a execução de duas portas simples, de mesmo desenho, inclusive respectivas ferragens 84,00 m2

- 9.5. Recomposição dos frisos de madeira, fixados às paredes do 3º pavimento, em madeira de lei de 1ª qualidade, nas dimensões de 11 x 1,5 cm, prevendo-se a necessária revisão do entarugamente, e a substituição de 50% do existente 76,00 ml
10. Pisos
- 10.1. Recomposição do tabuado dos assoalhos, soleiras e rodapés dos pisos do 3º pavimento, que se encontrarem faltantes, apodrecidos ou comprometidos, em madeira de lei de 1ª qualidade, em formato e dimensões iguais ao existente..... 76,50 m2
- 10.2. Execução total do tabuado dos soalhos e rodapés dos pisos do 3º pavimento, em madeira de lei de 1ª qualidade, com formato e dimensões iguais aos existentes 48,50 m2
- 10.3. Recomposição dos elementos da escada de acesso ao 3º pavimento (pisos, espelhos, guarda-corpos, estrutura, forro, corrimões, balaustrada, etc), prevendo-se a execução das peças faltantes, apodrecidas ou comprometidas, em madeira de lei de 1ª qualidade, nas dimensões, desenho e sistema construtivo da existente 1 unid
11. Restauração dos elementos da fachada
- 11.1. Revisão dos dois gradis e demais elementos metálicos da fachada, prevendo-se a remoção das camadas de tinta e da ferrugem agregada, com o lixamento de todas as peças, e execução das porções faltantes, comprometidas ou apodrecidas, por outras de formato desenho e dimensões iguais às existentes, com aplicação de duas demãos de tinta antiferruginosa 25 ml
- 11.2. Execução total dos corrimões, em madeira de lei de 1ª qualidade, dos dois gradis da fachada, segundo modelo, desenho, formato e dimensões dos existentes 25 ml
- 11.3. Recomposição dos elementos decorativos da fachada principal, tais como frisos, pilastras, cimbras, molduras, sobrevergas, etc, removendo-se as partes soltas ou comprometidas e executando-as segundo desenho, forma e dimensões dos originais V.G.
- 11.4. Revisão dos buzinos metálicos da fachada, prevendo-se sua remoção, limpeza, reparos e refixação das peças 16 ml
12. Limpeza da obra
- Remoção e transporte do entulho resultante das demolições e da execução da obra 224 m3

2º Etapa

Início: 16/06/1983. Término: 16/12/1983;

Valor: Cr\$ 16.413.031,38;

Empresa contratada: COTTA e CIA LTDA;

Especificações Técnicas:

1. INSTALAÇÃO DO CANTEIRO

- 1.1. Repintura da placa da Obra segundo indicações da SPHAN/Pró-Memória verba

2. DEMOLICÕES/REMOÇÕES

- 2.1. Demolição total dos dois pavimentos do corpo anexo aos fundos do edifício, incluindo-se as fundações de alvenaria..... verba
- 2.2. Demolição dos tabiques de madeira existentes nos cômodos laterais último pavimento 84,00 m2
- 2.3. Demolição de forro de madeira, tipo "paulistinha", incluindo-se estrutura de sustentação..... 306,00 m2
- 2.4. Demolição de tabuado de pisos..... 114,00 m2
- 2.5. Demolição de argamassa de revestimento de alvenaria de tijolo 930,00 m2
- 2.6. Remoção de piso de ladrilho hidráulico incluindo-se o contra-piso e rodapés 224,00 m2
- 2.7. Demolição da caixa d' água existente térreo do edifício..... verba
- 2.8. Remoção de vitrais de ferro fundido 4 unid.
- 2.9. Remoção de esquadrias de janelas de madeira 9 unid.

2.10.....	Demolição de esquadrias de portas de madeira.....	4 unid.
2.11.....	Demolição de paredes de alvenaria de ½ tijolo	36,00 m2
2.12.....	Demolição de barroteamento de madeira do piso da cozinha	27,27m2
3.	REFORÇOS ESTRUTURAIS	
3.1.	Execução de duas (2) vigas de concreto armado substituindo peças de madeira danificadas	1,50 m3
3.2.	Execução de reforço estruturais, em perfis metálicos, em frechais, “ancoragem” de frechais e baldrames em consoles de concreto por meio de chapas metálicas, substituição de frechais e baldrames de madeira nos trechos apodrecidos ou comprometidos, por intermédio de peças de peças de seção 20 x 20 cm, nos comprimentos necessários, sendo as novas peças fixadas ~as antigas por meio de chapas metálicas verba	
4.	ALVENARIAS	
4.1.	Fechamento de vãos de portas e janelas, em alvenaria de tijolos m3	16,00
4.2.	Execução de alvenaria de elevação em ½ tijolo	36,00 m2
5.	REVESTIMENTOS	
5.1.	Execução de chapisco de cimento e areia, no traço 1:4, em alvenarias de tijolos das paredes internas do edifício	930,00 m2
5.2.	Execução de revestimento de reboco nas alvenarias externas	540,00 m2
5.3.	Execução de revestimento de reboco nas paredes externas, das fachadas laterais, do último pavimento, prevendo-se o acerto das irregularidades existentes nas superfícies	112,00 m2
5.4.	Execução de revestimento de reboco e massa fina nas alvenarias internas do edifício	930,00 m2
5.5.	Execução de argamassa de revestimento contendo Vedaat, ou produto similar nas paredes internas	159,00 m2
6.	PISOS	
6.1.	Execução total de barroteamento do piso da antiga cozinha, em peças de peroba nas dimensões de 0,20 x 5,70 m	10,00 unid.
6.2.	Execução total de barroteamento de piso no último pavimento, em pecas de peroba nas dimensões de 0,15 x 0,15 x 3,50 m	3,00 unid.
6.3.	Substituição das peças da estrutura de sustentação do piso do 1º pavimento por pecas de peroba nas dimensões de 0,15 x 0,25 x 3,30 m	6 unid
6.4.	Revisão geral das tábuas dos soalhos do primeiro e último pavimento que estejam apodrecidos, danificados, comprometidos, faltantes ou que tenham sido substituídas por outras de dimensões não condizentes com o soalho original”, prevendo-se o aproveitamento do tabuado proveniente de remoções	verba
6.5.	Execução de contra-piso de concreto magro, com adição de Vedacit, ou similar, na espessura de 6 cm com a fixação de entarrogamento de madeira em peroba para posterior assentamento do atabuada de soalho	11,00 m2
6.6.	Execução total do tabuado de soalho, em canela preta ou ipê, em tábuas com espessura de 4cm, e largura, entre 25 e 45 cm, de comprimento variável, prevendo se o perfeito nivelamento dos pisos	124,00 m2
6.7.	Revisão na escadaria de madeira da entrada principal, prevendo-se a substituição de uma das peças de sustentação e revisão em espelhos, pisos, rodapés e baguetas que estiverem comprometidas.....	verba
6.8.	Revisão na escada, de madeira de acesso ao último pavimento, prevendo-se a recomposição dos guarda corpos, balústres, pisos, espelhos, rodapés e demais peças que estiverem comprometidas ou faltantes.....	verba
7.	RESTAURAÇÃO DOS ELEMENTOS ARTÍSTICOS DA FACHADA PRINCIPAL	

- 7.1. Revisão dos dois gradis e demais elementos metálicos, prevendo-se a remoção de todas as camadas de tinta e da ferrugem agregada, e à recomposição de todas as partes faltantes ou danificadas, com posterior aplicação de duas demãos de tinta antiferruginosa verba
- 7.2. Execução de odas corrimãos, em madeira de lei, segundo modelo, desenho e dimensões da “original” 25,00 ml
- 7.3. Revisão da argamassa de revestimento da fachada Principal, bem como a recomposição dos elementos decorativos, tais como frisos, molduras, pilastras, sobrevergas, capitéis, etc, que estiverem soltos, comprometidos ou faltantes. verba
8. ESQUADRIAS
- 8.1. Revisão nas folhas, batentes e demais elementos de madeira das portas da Fachada Principal no último pavimento, prevendo-se a execução total dos caixilhos de vidro 3 unid.
- 8.2. Revisão nas folhas, batentes e demais elementos de madeira das portas da Fachada Principal no 1º pavimento, prevendo-se a execução total dos caixilhos de vidro 9 unid.
- 8.3. Revisão nas folhas, batentes e demais elementos de madeira das portas da Fachada Principal no pavimento térreo 9 unid.
- 8.4. Revisão na porta da antiga cozinha, prevendo-se a recomposição ou substituição das partes apodrecidas, danificadas ou comprometidas 1 unid.
- 8.5. Revisão geral no madeiramento das janelas da Fachada dos Fundos, no último pavimento, prevendo-se a execução total dos peitoris, peças de 15 x 15 cm de seção, bem como a posterior fixação às alvenarias 3 unid.
- 8.6. Revisão geral no madeiramento das janelas laterais do cômodo da frente, no último pavimento, com a substituição das partes faltantes, apodrecidas ou comprometidas 2 unid.
- 8.7. Execução total das janelas da Fachada dos Fundos, no 1º pavimento, nas dimensões de 1,40 x 1,84 m, consoantes “desenho” e dimensões “originais” 3 unid.
- 8.8. Reparos gerais no madeiramento das janelas da Fachada dos Fundos, no primeiro andar, com a substituição das partes faltantes, apodrecidas ou danificadas 3 unid.
- 8.9. Reparos Gerais no madeiramento do janelão da Fachada dos Fundos, no primeiro andar, com a substituição das partes faltantes, danificadas ou apodrecidas, prevendo-se a execução total das folhas, nas dimensões de 1,36 cm x 2,26 cm 1 unid.
9. Forros/Tabiques
- 9.1. Execução total do tabuado dos forros do último pavimento em cedro [cedro] outra madeira de lei, nas dimensões, desenho e medidas consoantes as “originais”, prevendo-se a execução total da estrutura de sustentação 95,00 m2
- 9.2. Execução total de tabiques de madeira do último pavimento, em cedro ou outra madeira de Lei, nas dimensões, desenhos e medidas consoantes as “originais”, prevendo-se a execução total de estrutura de fixação 84,00 m2

3º Etapa

Início: 18/07/1984. Término: 15/01/1985;

Valor: Cr\$ 23.167.121,00;

Empresa contratada: COTTA e CIA LTDA;

Especificações Técnicas:

1. INSTALAÇÃO DO CANTEIRO

- 1.1. Repintura da placa indicativa do edifício. Repintura do Refeitório verba

2. DEMOLICÕES

- 2.1. Demolição total do anexo lateral do edifício verba

3. CONCRETO

- 3.1. Execução do contrapiso de concreto, na espessura de 6cm, com adição de vedacit
4. COBERTURA
 - 4.1. Execução e colocação de rufos de chapa de cobre nº 30, corte 30 25 ml
5. ESQUADRIAS DE MADEIRA
 - 5.1. Execução das folhas de madeira de 01 porta da fachada dos fundos 1 un.
 - 5.2. Execução das folhas de madeira e guilhotinas de 03 janelas da fachada e dos fundos..... 3 un.
 - 5.3. Execução das folhas de madeira de 03 portas do auditório 3 un.
 - 5.4. Execução das folhas de madeira da porta externa da cozinha 1 un.
 - 5.5. Revisão das ferragens das portas e janelas externas do edifício prevendo-se a execução das peças faltantes e a recuperação das que estiveram defeituosas verba
6. PISOS
 - 6.1. Execução do piso do pavimento térreo, em lajotas de solocimento, nas dimensões de 18x25x3,5cm, com 10% de cimento..... 202,00 m2
 - 6.2. Execução da calçada da rua, prevendo-se o reaproveitamento das pedras existentes..... 24,00 m2
 - 6.3. Execução das calçadas circundantes do edifício e do piso térreo sob a cozinha, em pedra circular 123,00 m2
7. FORROS
 - 7.1. Execução do tabuado dos forros, em madeira de lei, nas dimensões iguais aos originais, prevendo-se a execução do entarugamento de fixação em caibros de 5 x 6 cm..... 77,00 m2
8. ESCADAS
 - 8.1. Revisão da escada metálica externa à cozinha prevendo-se a execução dos elementos faltantes verba
9. INSTALAÇÃO ELÉTRICA
 - 9.1. Execução da instalação elétrica do edifício com disjuntor em cada pavimento, com dutos metálicos prevendo-se a execução de 10 tomadas de 110 v, 10 tomadas de 220v, todas no soalho e no forro do pavimento térreo, tudo segundo as normas da ABNT verba
10. VIDROS
 - 10.1..... Colocação de vidros, lisos, transparentes, na espessura de 3mm 143 m2
11. PINTURA
 - 11.1..... Pintura do tabuado dos forros novos com 01 demão de óleo de linhaça.. 199,00 m2
 - 11.2. Pintura do madeiramento das portas e janelas movas com 01 demão de óleo de linhaça 69,00 m2
 - 11.3. Pintura de proteção das alvenarias externas com 02 demãos de cal 660,00 m2
12. LIMPEZA DA OBRA
 - 12.1..... Remoção e transporte do entulho resultante desta etapa da obra verba

4º Etapa

Início: 09/12/1985. Término: 14/05/1986;

Valor: Cr\$ 25.144.000,00;

Empresa contratada: COTTA e CIA LTDA;

Especificações Técnicas:

1. Demolições

- 1.1. Demolição toda construção anexa ao Monumento, constituída de alvenaria de tijolos de barro cozido e cobertura de madeira revestida de telas de barro valor global

2. Alvenarias

- 2.1. Execução de revestimento de embôço, reboco e massa fina.. 40,00 m2
- 2.2. Execução de calçada, me pedra irregular, assentada com cimento, barro e areia 24,00 m2

3. Pintura

- 3.1. Pintura das alvenarias internas do pavimento térreo, em tinta látex, de primeira qualidade, em quantas demãos forem necessárias, prevendo-se os prévios serviços de preparação das alvenarias 470,00 m2
- 3.2. Pintura protetora, em tinta acrílica, das lajotas de solo-cimento do piso térreo, com material fornecido pela SPHAN/Pró-Memória prevendo-se a prévia e cuidadosa limpeza do piso 235,00 m2
- 3.3. Pintura de proteção do barroteamento e da face inferior dos soalhos do pavimento térreo, em pentaclorofenol diluído em óleo diesel, material este que será fornecido pela SPHAN/Pró-Memória..... 295,00 m2
- 3.4. Pintura provisória, em óleo de linhaça, do madeiramento das novas esquadrias de portas e janelas Valor global

Decoração Interna – 1º fase

Início: 15/12/1986. Término: 15/10/1987 [aditivo];

Valor: Cr\$ 396.915,00;

Empresa contratada: Acervo – Assessoria, restauração e projetos s/c Ltda;

Especificações Técnicas:

1. Prospecção

- 1.1. Prospecção nas paredes internas. Execução de prospecções nas paredes internas do 2º e 3º pavimentos, prevendo-se a remoção cuidadosa das camadas de revestimento que se sobrepõem ~as pinturas decorativas, em áreas pré-determinadas, conforme os indícios já identificados, com objetivo de melhor avaliar a extensão das pinturas e de seu respectivo estado de conservação 40 m2
- 1.2. Prospecções nos Componentes de madeira (forros, cimbalhas, portas e janelas, alizares e roda-pés). Execução de prospecções nos componentes de madeira internos à edificação (forros, cimbalhas, portas e janelas, alizares e roda-pés), prevendo a remoção cuidadosa das camadas de tinta que recobrem as pinturas decorativas, em áreas pré-determinadas conforme os indícios já identificados, empregando-se técnicas adequadas 6 m2

2. REMOÇÃO DE REVESTIMENTOS

- 2.1. Remoção total das camadas de revestimentos que cobrem as pinturas decorativas das paredes da sala dos fundos e das alcovas situadas no segundo pavimento e da camarinha dos fundos do terceiro pavimento, de acordo com a técnica apropriada 560 m2
- 2.2. Remoção total das camadas de tinta que recobrem as pinturas decorativas dos componentes de madeira internas ao edifício – folhas de portas e janelas, batentes, cimbalhas, alizares e roda-pés - , de acordo com a técnica apropriada 45 m2

3. CONSOLIDAÇÃO E PROTEÇÃO DAS PINTURAS

- 3.1. Pinturas parietais. Limpeza, consolidação e proteção das pinturas decorativas existentes nas paredes internas do 2º e 3º pavimentos, de acordo com as técnicas apropriadas 620 m2
- 3.2. Pinturas dos componentes de madeira. Limpeza, consolidação e proteção das pinturas decorativas existentes nos componentes de madeira (folhas de portas e janelas, cimbalhas, alizares e roda-pés) 80 m2

4. CONSOLIDAÇÃO DE PAREDES

- 4.1. Consolidação das paredes internas que recebem pinturas decorativas e que se encontram comprometidas, prevendo-se a substituição da estrutura interna de madeira, mantendo-se a superfície decorada, por intermédio da criação de novo elemento portante, de conformidade com a técnica adequada 42 m2

5. TRATAMENTO DOS COMPONENTES DE MADEIRA

- 5.1. Tratamento dos componentes de madeira que recebem pintura decorativa, por intermédio da imunização, nos casos onde os danos sejam decorrentes da ação de insetos xilófagos e substituição dos trechos irremediavelmente comprometidos, empregando nestes casos,

madeira de lei previamente imunizada, respeitando-se a forma e dimensões originais.	3 m2
5.2. Substituição dos componentes de madeira que se encontram totalmente comprometidos, utilizando-se madeira de lei previamente imunizada, respeitando-se a forma e dimensões originais.	82 ml
Cimalhas.....	283 ml
Roda-pés	320 ml
Forro	17 m2

Decoração Interna – 2ª fase

Início: 08/12/1987. Término: 20/05/1988;

Valor: Cr\$ 642.750,00;

Empresa contratada: Acervo – Assessoria, restauração e projetos s/c Ltda;

Especificações Técnicas:

1. Decapagem de Revestimento

1.1. Remoção da camada de revestimento que se sobrepõe às pinturas murais. Tal serviço deverá ser executado em continuidade aos trabalhos já realizados, precedendo à consolidação e tratamento da capa pictórica, de acordo com as conveniências da proteção das pinturas existentes, de modo a não expo-las por tempo demasiado, respeitando-se as normas e técnicas recomendadas para os serviços de semelhante natureza 25 m3

2. Limpeza da capa pictórica

2.1. Execução de limpeza da capa pictórica das áreas decapadas. Tal serviço deverá ser realizado removendo-se química e/ou mecanicamente os resíduos depositados sobre a camada original, empregando-se técnicas e procedimentos apropriados ~a natureza do trabalho 45 m2

3. Consolidação da Camada de Revestimento

3.1. Execução dos serviços de consolidação dos revestimentos por intermédio de injeções de resina sintética – Paraloid – em diversas diluições, conforme o estado de desagregação do material constituinte, de modo a garantir a necessária resistência do revestimento, reaglutinando-o e fixando-o na estrutura das paredes, composta por pranchas de madeira, no caso dos vedos internos e alvenaria de tijolo, nas paredes perimetrais..... 45 m2

3.2. Execução dos serviços de consolidação da capa pictórica e das lacunas por intermédio da aplicação de uma película de resina sintética. 45 m2

4. Fixação da camada de Revestimento e Obturação das perfurações e/ou lacunas.

4.1. Execução dos serviços de fixação da camada de revestimento sobre p pranchado, para tanto, removendo-se cuidadosamente o material nas áreas perfuradas até atingir a estrutura de madeira interna. Nestes pontos deverão ser fixados pinos de latão, preenchendo posteriormente os vazios com resina sintética com carga de gesso, de modo a se estabelecer pontos de contenção, assegurando a perfeita aderência da camada de revestimento. Os pontos de fixação deverão compor uma malha, abrangendo toda a superfície das paredes, em número determinado pelo estado diferenciado de degradação do material. Obs.: Nas perfurações de maior área serão utilizados em sua obturação tela de nylon de maneira a se obter a necessária estruturação interna. 45 m2

4.2. As demais perfurações, que não forem utilizadas como pontos de fixação serão obturadas empregando-se resina sintética com carga de gesso. 45 m2

5. Retoques

5.1. Concluídos os serviços de fixação, obturação, nivelamento e proteção da superfície, serão executados os retoques na capa pictórica original e reintegração ótica das áreas obturadas. Na execução dos retoques deverá ser empregada técnica de diferenciação, evidenciando os pontos onde se interviu, por intermédio da composição da cor, aplicando-se reticulados recobertos por velaturas, cuja densidade será determinada pelas características da pintura original. 45 m2

- 6. Pintura de esquadrias – Preparo
 - 6.1. Limpeza e remoção de pinturas nas portas, janelas, esquadrias, roda-pés e alizares..... verba
 - 6.2. Reparos em portas, janelas, esquadrias, roda-pés e alizares, substituindo-se trechos eventualmente danificados. verba
- 7. Revestimentos
 - 7.1. Substituição e complementação de trechos revestimentos internos que se encontram danificados ou incompletos 40 m2
- 8. Pisos
 - 8.1. Aplicação de camada protetora em toda a superfície do piso do pavimento térreo, empregando-se resina sintética, capaz de garantir a necessária resistência à abrasão..... 200 m2
- 9. Proteção da superfície da parede do pavimento térreo
 - 9.1. Execução dos serviços de limpeza, preenchimento das partes faltantes (tijolos e solo-cimento) e consolidação da superfície por intermédio da aplicação de camada de resina sintética, parede do pavimento térreo, cuja alvenaria de tijolo foi deixada à mostra. 40 m2

Ainda dentro do escopo na segunda fase de consolidação das paredes internas e restauração das pinturas decorativas, foram assinados mais três contratos, nas datas 30/06/1988, 25/08/1988 e 24/10/1988; com respectivos valores de Cr\$ 884.560,00, Cr\$ 1.500.000,00 e Cr\$ 1.500.00,00, cuja documentação completa não se encontra no acervo do IPHAN.

Após 20 anos de paralização das obras de restauro, entre os anos de 1988 e 2018, somente em 2014 que solicitou-se a continuação do restauro, através de um convênio, nº 036472/2014, entre o IPHAN e a Prefeitura do município de Ubatuba/SP, para o “Restauro do Casarão do Porto”, que “contempla em seu bojo a preservação do Patrimônio Cultural de Ubatuba, de modo que se perpetue a memória histórica cultural do município” (IPHAN-SEI). As especificações técnicas dessa nova etapa estão transcritas abaixo (IPHAN-SEI).

Restauro - 2014

Início: 01/07/2014. Término: em andamento;

Valor: R\$ 1.632.000,00;

Empresa contratada: Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano de Ubatuba;

Especificações Técnicas:

- 1. Serviços Preliminares
 - 1.1. Mobilização de pessoal e equipamentos, bem como instalação de canteiro de obras e criação de alojamento, almoxarifado, oficina e depósito, inclusive instalações elétrica e hidráulica provisórias 1 vg
 - 1.2. Instalação de placa indicativa da obra e isolamento da área de intervenção por meio de cercas ou outros meios de bloqueio adequados. 1 vg
 - 1.3. Instalação de andaimes tubulares metálicos para o acesso ~as diversas áreas das coberturas e pisos intermediários, para o escoramento de peças, desmonte de estruturas e tramas, reparações de danos e execução de serviços de restauração, por trechos sucessivos, compreendendo inclusive plataformas, escadas e guinchos... 1 vg
- 2. Reparação de Cobertura

- 2.1. Remoção cuidadosa dos entalhamentos, por etapas sucessivas, inclusive descarte do material resultante, assim como retirada das peças comprometidas das tramas e estruturas das coberturas do prédio, prevendo-se a proteção das áreas descobertas com lonas plásticas adequadamente fixadas, e ainda a identificação e depósito de todas as peças em bom estado de conservação, a critério da fiscalização, depois da remoção de elementos de fixação e de prévia limpeza com escovas. 380 m²
- 2.2. Reparação geral das estruturas das coberturas, com a substituição de peças comprometidas ou reparação das danificadas, prevendo-se a utilização de ipê ou madeira de qualidade equivalente, seca e isenta de defeitos, de mesmas dimensões, características e sambladuras das peças originais, tomando-se o cuidado de adotar os ajustes referentes às deformações já consolidadas. 1 vg
- 2.3. Recomposição das tramas das coberturas, compreendendo a execução de encaibramento de 6x12cm de seção, com emendas adequadas, se for o caso, espaçados de 50cm, de eixo a eixo; a criação de 33 ml de beiral, em substituição às platibandas existentes no topo das fachadas laterais, com a mesma solução estrutural e dimensões do elemento existente na fachada posterior. O ripamento deverá ser de peças de 6x1,7cm de seção, espaçados entre si de 18cm, prevendo-se o remate de cumeeiras e beirais com peças de 2,5cm de seção, de acordo com solução construtiva original. 380 m²
- 2.4. Reentelhamento das coberturas, prevendo-se a utilização de peças novas, de tamanho e características similares ~as peças originais ou telha de barro usadas similares, em bom estado de conservação, que deverão ser solidarizadas entre si e entre o pano de cobertura e duas fiadas de ripas, através de grampos de arame de cobre nu, de espessura adequada, bem assim emboçadas com argamassa mista. 380 m²
- 2.5. Acabamento de fiada extrema do beiral e da platibanda da fachada fronteira, com o assentamento de telhas de porcelana branca, sem decoração, prevendo-se a utilização de peças novas, de tamanho e características similares ~as peças originais e o emboçamento das peças com argamassa de areia, cal e cimento branco. 26 ml
- 2.6. Instalação de manta vinílica entre o entelhamento e o ripamento das coberturas, exceto nas águas frutadas, tomando-se o cuidado para que a extremidade inferior das superfícies de descarregue a água oriunda de eventuais infiltrações para além da prumada das paredes externas 376,50 m²
- 2.7. Eliminação de focos de xilófagos e imunização de todas as peças das estruturas de madeira com a aplicação de solução de óleo diesel, oxiclreto de cobre e parathion metil, ou produto de características equivalentes, no madeirame exposto das estruturas das coberturas beirais e tabuados e estruturas de piso, em três demãos, pinceladas ou espargidas, em aplicações com intervalo de 10 dias. 530,00 m²
- 2.8. Revisão da cimalha de madeira, fixada sob os beirais das coberturas, substituindo-se as peças e porções comprometidas ou apodrecidas, por outras de mesma dimensão, características e qualidade. 67,90 ml
- 2.9. Execução de tabuados dos guardas-pós dos beirais novos 33,00 ml
3. Alvenarias
- 3.1. Limpeza das superfícies de paredes e colunas de alvenaria para a remoção de sujidades, restos de pintura, tijolos comprometidos, trechos acrescidos ao longo dos anos, argamassa de revestimento em descolamento, comprometida ou não original, assim como trechos dos muros em desagregação, prevendo-se, nestes casos, os escoramentos necessários à perfeita estabilidade da edificação. 890,00 m²
- 3.2. Execução de revestimento das alvenarias, com esboço de argamassa mista de cimento, cal e areia, no traço 1:4/12 e reboco com argamassa de cal e areia, no traço 1:2, granulação fina e desempenada, para posterior pintura à base de granulação fina e desempenada, para

- posterior pintura, prevendo-se a utilização, caso necessário de selador adequado. Nos trechos que estejam evidentes os sinais de umidade ascendentes com o carreamento de sais e desagregação da alvenaria, deverá ser realizada a impermeabilização com polímeros específicos. 887,00 m²
4. Esquadrias
- 4.1. Reparação de requadros, em madeira de características similares, seca e isenta de defeitos, prevendo-se inclusive a eliminação de marcas de serra, lixamento, emassamento e aplicação de base para pintura, sendo que as medidas deverão ser conferidas em cada vão..... 12,00 cjs
- 4.2. Reparação de requadros, em madeira de características similares, seca e isenta de defeitos, prevendo-se inclusive a eliminação de marcas de serra, lixamento, emassamento e aplicação de base para pintura, sendo que as medidas deverão ser conferidas em cada vão..... 2,00 cjs
- 4.3. Reparação de requadros, em madeira de características similares, seca e isenta de defeitos, prevendo-se inclusive a eliminação de marcas de serra, lixamento, emassamento e aplicação de base para pintura, sendo que as medidas deverão ser conferidas no vão 1,00 cj
- 4.4. Reparação de requadros, em madeira de características similares, seca e isenta de defeitos, prevendo-se inclusive a eliminação de marcas de serra e pintura à base de tinta esmalte, sendo que as medidas deverão ser conferidas em cada vão 16,00 cjs
5. Pintura
- 5.1. Pintura das paredes externas, compreendendo a limpeza das superfícies, a remoção de trechos em descolamento das pinturas antigas e aplicação de selador, quando necessário e três demãos de tinta ~a base de silicato, nas cores a serem definidas pela Fiscalização..... 887,00 m²
- 5.2. Pintura de requadros, após prévio lixamento e limpeza das superfícies, com um mínimo de três demãos de tinta esmalte acetinada, na cor a ser definida pela Fiscalização 12,00 cjs
- 5.3. Pintura de requadros, após prévio lixamento e limpeza das superfícies, com um mínimo de três demãos de tinta esmalte acetinada, na cor a ser definida pela Fiscalização 2,00 cjs
- 5.4. Pintura de requadros, após prévio lixamento e limpeza das superfícies, com um mínimo de três demãos de tinta esmalte acetinada, na cor a ser definida pela Fiscalização 1,00 cj
- 5.5. Pintura de requadros, após prévio lixamento e limpeza das superfícies, com um mínimo de três demãos de tinta esmalte acetinada, na cor a ser definida pela Fiscalização 16,00 cj
- 5.6. Pintura de cachorros e tabuado dos guardas pó dos beirais do prédio, inclusive cimalha de remate do 3º pavimento, após prévio lixamento e limpeza das superfícies, com um mínimo de três demãos de tinta acetinada, na cor a ser definida pela Fiscalização 95,00 m²
6. Serviços Finais
- 6.1. Limpeza e desmobilização da obra..... 1 vg

De posse desses dados, podemos fazer uma breve análise do processo de restauro executado no Sobradão do Porto.

Já na licitação da primeira etapa de restauro, identifica-se irregularidades no processo licitatório. Essa irregularidade é descrita na Ata de julgamento, no dia 23 de novembro de 1982.

Assim, a Comissão de Licitação, por unanimidade, houve por bem julgar que a firma vencedora é a “COTTA e CIA LTDA”, por melhor atender à presente licitação, uma vez que apresenta o menor preço global para os serviços propostos, tem comprovada capacidade e experiência em desenvolver obras

de restauração, [...], A Comissão de Licitação, por unanimidade, tomou esta resolução mesmo considerando que, por algum lapso, a firma vencedora deixou de apresentar, no número de vias requerido, parte da documentação solicitada na Carta Convite nº 06/82, bem como não apresentou cronograma físico-financeiro e declaração que visitou o edifício. (arquivo – IPHAN/SP)

Mesmo sem apresentar tais documentos ela é julgada ter “comprovada capacidade e experiência em desenvolver obras de restauração”. Talvez essa decisão esteja no fato de somente duas (Salvador A. Bolanho e Cia Ltda. e Cotta e Cia Ltda.) das quatro empresas convidadas (soma-se a estas, Empreiteira Cabral S/C Ltda. e Aresta – Arquitetura e Restauo Ltda.) terem apresentado propostas, salientando-se um desinteresse nesta obra. Outro fato questionável, é a dispensa de licitação para as demais etapas, a saber, 2ª, 3ª e 4ª etapas; a favor da mesma empresa, Cotta e Cia Ltda., como se verifica no ofício nº 152/83 da 9ª DR da FNPM destinado ao presidente da FNPM.

[...] estiveram os trabalhos a cargo da firma “Cotta e Cia Ltda.” – vencedora da licitação pública por esta DR – que bem soube honrar os compromissos firmados, respeitando os prazos estabelecidos em contato assim como atendendo nos serviços a boa qualidade preconizada por esta Regional. [...] À vista do exposto, e com base no item nº 3.4. da Determinação nº 27 de 20.10.81, solicito de V.Exa., autorização para proceder contrato com a aludida empresa, dispensando a licitação pública, face à natureza especializada dos serviços ora programados bem assim considerando os resultados favoráveis obtidos na etapa anterior das obras de restauração e conservação da residência em Ubatuba. (IPHAN/SP)

Junta-se a essa lista de irregularidades licitatórias, a elaboração das especificações técnicas junto com o proprietário, da única empresa contratada para a execução do restauro, conforme conta no relatório da vistoria no dia 10/11 de maio de 1983. “Juntamente com o sr. Cotta procedemos ao levantamento e dimensionamento dos trabalhos programados para a segunda etapa das obras.” (arquivo – SPHAN/SP). A impressão que se tem é que há uma relação um pouco profissional entre os técnicos da 9ª DR do IPHAN e a empresa contratada, em detrimento de uma relação de cordialidade e camaradagem. Outro documento que me chamou a atenção, foi o ofício nº 17/83, de 14/01/83, no qual o Diretor da 9ª DR da SPHAN, Antônio Luiz Dias de Andrade, comunica ao prefeito que “deu início a uma primeira etapa das obras de restauração do SOBRADÃO DO PORTO, [...]” (IPHAN/SP) e informa um valor global diferente do especificado no contrato, mais baixo, “os serviços foram contratados com a firma Cotta e Cia. Ltda., vencedora da licitação pública realizada por esta Regional, pela quantia de Cr\$ 7.993.882,86 [...]” (IPHAN/SP). Porque ele informou um valor

menor, Cr\$5.652.125,58 a menos, ou seja, aproximadamente 41% menor? A resposta pode estar nas próximas análises

Nota-se, também, falhas no levantamento arquitetônico, e, portanto, na elaboração das especificações técnicas das fases de restauro, e que várias patologias do edifício serão identificadas juntamente com a execução da obra, conforme relatório de visita do dia 18 de fevereiro de 1983,

[...]. Ficou decidido que estes serviços, não previstos neste contrato da obra e imprescindíveis para seu andamento, serão orçados, executados e pagos na segunda etapa. [...] (IPHAN/SP)

Tais serviços se referem, principalmente, ao maior problema do Sobradão do Porto, o de patologia em algumas peças estruturais, principalmente nas peças de madeira. No relatório do dia 02 de fevereiro de 1983, foi constatado pelo arquiteto Antônio das Neves Gameiro, problemas estruturais que não foram identificados durante o levantamento arquitetônico, e por isso, não foram inclusos nas especificações técnicas dessa fase.

O forro, tipo paulistinha, dos dois cômodos do último pavimento foram removidos, verificando-se que os frechais laterais, junto à fachada principal não estão apoiados na alvenaria, encontrando-se em balanço, uma vez que o antigo frechal da fachada foi removido por ocasião do alteamento da cobertura. Estes mesmos frechais, no encontro com o frechal da fachada posterior tem as “cabeças” comprometidas.

Verificou-se, também, que um dos frechais da cobertura da cozinha está, parcialmente apodrecido, assim como as linhas das tesouras que sustentam a cobertura do último pavimento do último pavimento, localizados ao nível do piso do 1º andar, além de estarem com todas as extremidades não apoiadas nas alvenarias, estão apodrecidos em alguns pontos.

Diante destes imprevistos estruturais, não orçados nesta 1ª etapa, ficou acertado com o empreiteiro da firma executora uma próxima visita com o Diretor da 9ª DR da SPHAN, para que possa ser estudada uma solução que permita a continuidade das obras.

Também no relatório do dia 10/11 de março de 1983,

[...] verificando-se [andar térreo] a existência de barrotes do soalho apodrecidos, principalmente sob os locais onde estavam localizados os sanitários. [...]. Surgiu novo imprevisto estrutural na cobertura do primeiro pavimento, uma vez que o frechal de madeira (junto ao que será demolido) estava completamente danificado. [...] (SPHAN/SP)

Outra patologia não identificada no levantamento foi, de acordo com o relatório de 15 de março de 1983,

[...]. Ainda com relação ao telhado superior, constatamos que os frechais laterais apresentam acentuado desnivelamento (são apoiados na alvenaria da fachada principal e em três esteio de madeira), provocando o

desalinhamento do encachorramento dos beirais. Para se obter o perfeito alinhamento dos cachorros, teríamos que desmontar grande parte da estrutura do telhado e, diante de tal possibilidade, recomendamos o calçamento dos cachorros nos trechos mais prejudicados. [...]” (IPHAN/SP)

Junta-se ao item descrito acima,

[...] as paredes de alvenaria das fachadas laterais da camarinha (cuja demolição estava prevista e não vai ser efetivado pela ocorrência de pinturas figurativas) [...] (IPHAN/SP)

Outro fato cordial, foi a permanência da loja de artesanato, no andar térreo, durante a execução da obra, conforme relatório de 13/14 de abril de 1983, três meses após o início.

O Sr. Vininho, proprietário da loja comercial que ocupa parte do andar térreo do monumento, foi convidado a participar da reunião, tendo em vista a rápida desocupação deste espaço faz-se necessário para a continuidade das obras de restauro. (IPHAN/SP)

Ainda segundo o relatório da vistoria do dia 10/11 de março de 1983, quatro meses após o início, essa cordialidade continua, “apesar da loja do andar térreo continuar em funcionamento, foi possível remover os forros tipo paulistinha de alguns de seus compartimentos, [...]” (SPHAN/SP)

Analiso agora alguns itens executados nas várias etapas do restauro. O que mais me chamou a atenção, foram os itens relativos à estrutura do edifício. Já foi mencionado que as peças estruturais com graves patologias foram trocadas por diferentes sistemas construtivos, a saber, concreto estrutural moldado “in loco” e peças pré-fabricadas de madeira. Assim, segundo o relatório de 18 de fevereiro de 1983, foi feita uma visita em companhia de Antônio Luiz Dias de Andrade e

[...]. Ficou decido que o trecho do baldrame ancorado na parede da fachada dos fundos (ao nível do 1º andar) seria executado em concreto armado, como estava previsto, sendo o barroteamento do piso engastado no concreto. Dessa viga de concreto nascem duas colunas, entre os vãos das janelas, que suportarão o frechal da cobertura superior.

..... Os frechais da cobertura superior, nos fundos, serão fixados com cantoneira L de ferro e parafusos passantes, junto à fachada eles serão “abraçados” por perfis metálicos ancorados na alvenaria

Já no relatório do dia 13/14 de abril de 1983, optou-se por outro método construtivo, e

Os reforços dos frechais do primeiro pavimento (fundos) foram iniciados, sendo os trechos do madeiramento apodrecidos substituídos por peças de peroba (20 x 20 cm) fixados por chapas metálicas. (IPHAN/SP)

Assim como o relatório de 10/11 de maio de 1983, será adotado o sistema construtivo acima para a troca do frechal de madeira do primeiro pavimento,

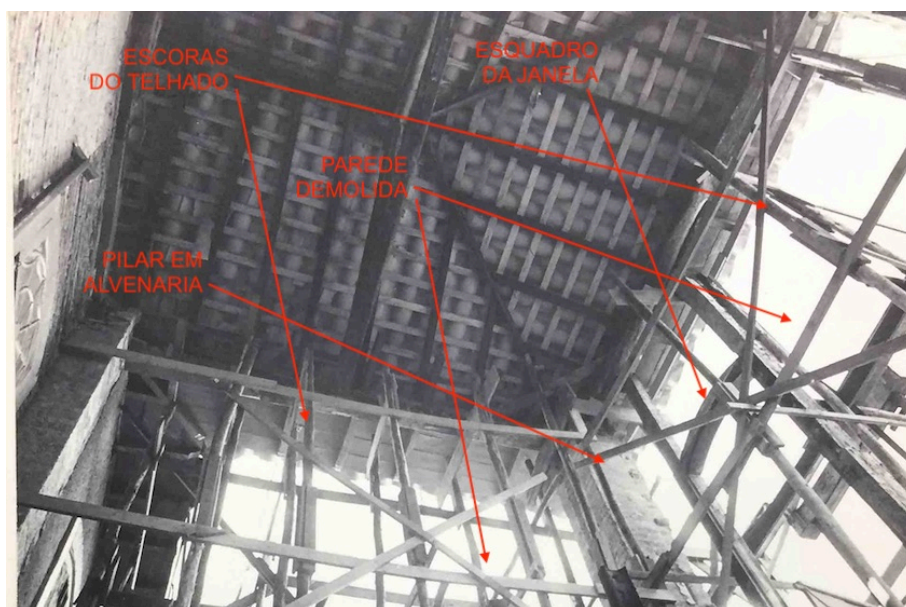
Autorizamos sua substituição por uma peça de peroba nas dimensões de 0,20x0,20x5,50, o que imediatamente foi feito, [...] (IPHAN/SP)

Não fica muito claro as referencias técnicas ao adotar tão diferentes procedimentos construtivos para um mesmo conjunto estrutural. Parece-me que é uma decisão pessoal dos técnicos do IPHAN, influenciados pela arquitetura moderna, onde se utiliza o concreto armado para a estrutura do corpo do edifício e para a estrutura do telhado, peças pré-moldadas de madeira conforme se aplicava na arquitetura colonial. O mais impressionante foi o que se procedeu no cômodo mais ao fundo do edifício, identificado como a cozinha. Para a execução de duas vigas em concreto armado moldado “in loco”, os técnicos optaram por escorar todo o telhado, demolir toda a alvenaria estrutural, desmontar topo do piso, incluindo a retirada do assoalho e dos barrotes; executar as duas peças estruturais, e depois reconstruir a alvenaria com as mesmas peças de bloco cerâmico; e o piso com novos barrotes e soalho. Parece-me uma solução muito onerosa e evasiva quando se pensa em restaurar e conservar o edifício. Tais construções novas se diferem das originais, pela técnica construtiva e feitura dos novos materiais.

Foram executados os escoramentos da cobertura do anexo da cozinha para que se possa realizar os trabalhos de reforços estruturais em concreto armado (IPHAN/SP-relatório de visita de 16 de junho de 1983)

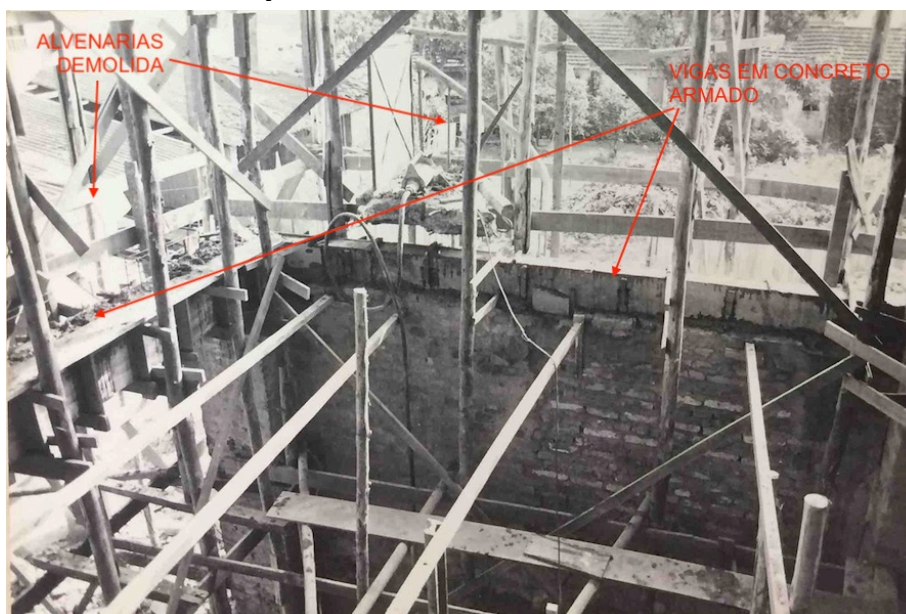
[...]. Foi também erguida a parede da fachada posterior deste cômodo [cômodo dos fundos do último pavimento], aproveitando-se os mesmos tijolos removidos da parede primitiva. (IPHAN/SP – relatório de 15 de março de 1983)

FIGURA 53 - ESCORA DO TELHADO DA COZINHA



Fonte: IPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho

FIGURA 52 - EXECUÇÃO DE VIGA EM CONCRETO ARMADO



Fonte: IPHAN/SP. Anotações do autor em vermelho

Ao final da quinta etapa, etapa de execução de acabamento, a saber, etapa de consolidação de consolidação das paredes internas e restauração das pinturas decorativas, foi constatado novos problemas estruturais, como descrito no relatório de visita de 23 de agosto de 1988.

Ademais, fomos surpreendidos pelo surgimento de problemas de natureza estrutural, motivo inclusive de recurso à Consultoria Técnica, nos termos da anexa correspondência. (IPHAN/SP)

Tais patologias nas peças estruturais foram descritas no relatório de visita de 12 de setembro de 1988.

Tivemos ocasião de constatar que a viga transversal de apoio intermediário dos barrotes da camarinha acha-se bastante comprometida por ação de insetos xilófagos, não encontrando-se prevista a sua substituição (IPHAN/SP)

Porque tais problemas não foram detectados e solucionados na segunda etapa, durante o ano de 1983, quando se fez uma inspeção e restauração de parte da estrutura do edifício? Por que só agora, depois de executar serviços de acabamento, tais como os revestimentos primários (chapisco, emboço e reboco), forros, pisos e pintura; volta-se a identificar problemas nas peças estruturais? Parece-me, novamente, problema na gestão do restauro. Também, no relatório realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), no ano 2000, será identificado mais algumas patologias nas peças estruturais

b) Vários elementos de madeira relativos a vigas, colunas, escadas, pisos, forros, batentes, paredes de taipa, etc., encontram-se deteriorados. Os resultados da inspeção realizada destinada à identificação de ataques de organismos xilófagos, como cupins e fungos apodrecedores de madeira, [...]
c) No piso do Ambiente 19 e parte do 18 do 1º pavimento, a partir de cerca de 1,0m da parede 2, inicia-se um acentuado declive para o fundo, onde o máximo deslocamento vertical ocorre aproximadamente na linha transversal que passa pelo centro dos Ambientes 14 a 16 e 19, com desnível relativo máximo, neste trecho, de cerca de 10 cm. Nesta região de declive acentuado, as tábuas do piso foram seccionadas, para efeito de concordância e fechamento.

Nesse mesmo ano, em 24 de julho, o técnico José Saia Neto ao visitar o Sobradão do Porto, descreve que “Na ausência de serviços periódicos de conservação e manutenção, o aspecto geral do monumento é batente ruim, porém não apresenta problemas estruturais de gravidade” (IPHAN/SP)

Origem mais provável da degradação dessa obra são as infiltrações da água pluvial, principalmente pelo telhado, apesar da reforma deste ter sido executada na primeira etapa do restauro, conforme relatório final de 06 de junho de 1983.

Coberturas – todo o ripamento das coberturas foi executado com peças de peroba de 8 x 2cm, espaçadas em 18cm para coincidirem com o comprimento das telhas de barro. As telhas de barro foram executadas na Cerâmica Rio Acima, de Mogi das Cruzes, fabricadas especialmente para a obra. Toda as “bicas”⁶⁶ foram fixadas ao ripamento por intermédio de ganchos de fio de cobre nº12, sendo todas as telhas emboçadas com argamassa de cal,

⁶⁶ “Nos telhados recebem o nome de bica as telhas das beiradas cujas concavidades estejam abertas para cima. O mesmo que telha “canal”. A denominação deriva do fato das águas pluviais escorrerem por elas.” (CORONA; LEMOS. 2017)

cimento e saibro; Todas as calhas e rufos de chapa galvanizada foram substituídas por peças de cobre. O madeiramento dos cachorros e do guarda-pó dos beirais que apresentava comprometimento foi substituído por peças de ipê ou peroba. A cimalha de madeira dos beirais da cobertura superior foi totalmente substituída por peças de cedro na espessura de 3,5 cm, fixadas a entarugamento de peroba de 6 x 16 cm. Junto ao anexo que será demolido na próxima etapa das obras, foi recomposto o beiral da cobertura do primeiro pavimento, utilizando-se encachorramento de ipê. (IPHAN/SP)

O relatório elaborado pelo IPT, no ano 2000, após 17 anos da reforma total do telhado, diz

A umidade presente na edificação e as infiltrações de água que vem ocorrendo através do telhado, portas e janelas, etc., devem ser eliminadas, pois são as causas relevantes da degradação da obra. Deve-se fazer revisão e reparos do telhado e sistema de captação e drenagem de águas pluviais. (IPHAN/SP)

Na especificação técnica para a etapa de restauro no ano de 2014, é especificado no item 2, “reparação de cobertura”, que consiste em praticamente reformar todo o telhado, novamente, após 30 anos. Estão incluindo a remoção cuidadosa do entelhamento e limpeza das telhas com escova, reparação geral da estrutura, recomposição das tramas, reentelhamento utilizando as próprias telhas antigas, instalação de manta vinílica, eliminação de focos de xilófagos e imunização de todas as peças da estrutura de madeira, e revisão da cimalha. Segundo várias visitas ao edifício, constatou-se a falta de manutenção da cobertura e o que levou a reforma-lo, novamente, conforme carta do diretor do IPHAN, Antônio Luiz Dias, para a Coordenadora da Fundart, no dia 4 de maio de 1995.

Estivemos dia 20 de abril realizando inspeção técnica no “Sobrado do Porto”, em Ubatuba, em atenção a solicitação do Presidente da FUNDART, Sr. Cícero José de Jesus Assunção. Observamos que as infiltrações d’água pela cobertura são devidas sobretudo às obstruções no sistema de calhas e condutores, impondo-se a execução de serviços de limpeza. Há poucas telhas quebradas e algumas deslocadas, sendo recomendado a execução de ajustes no entelhamento. (IPHAN/SP)

Será que além da limpeza não seria prudente realizar cálculos sobre para o correto dimensionamento do sistema de escoamento de águas pluviais (calha, tubo de queda, etc.), pois o problema de infiltração de água é descrito desde o levantamento arquitetônico realizado em 1981.

FIGURA 55 - REFORMA TELHADO EM 1983



Fonte: IPHAN/SP

FIGURA 54 - REFORMA TELHADO EM 2016

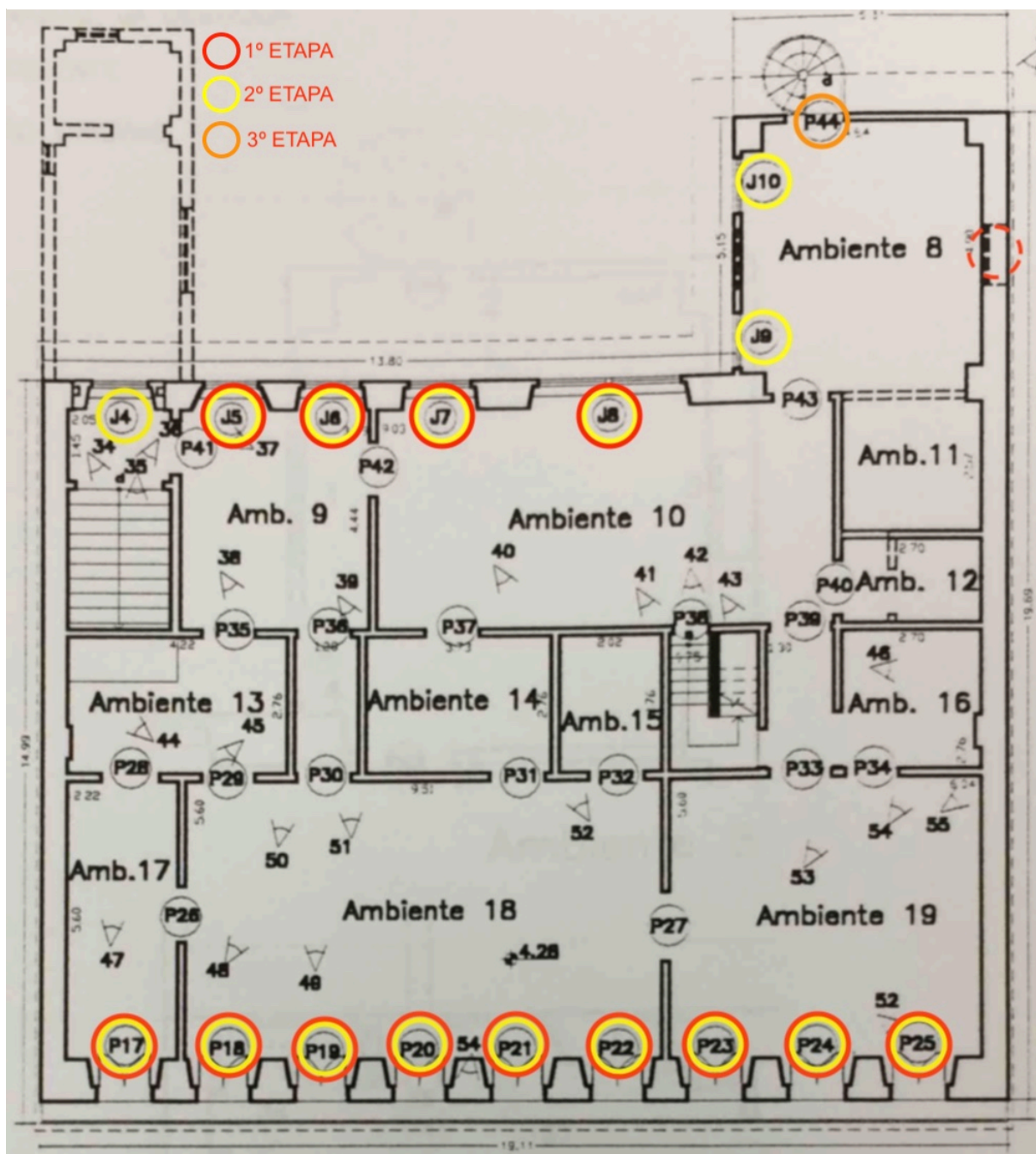


Fonte: FUNDART

Para a análise das esquadrias utilizo as plantas dos três pavimentos elaboradas no Projeto de Restauro: Sobradão do Porto, no ano 2000, parceria entre a Secretaria de Recuperação de Bens Culturais do estado de São Paulo, o Instituto de Recuperação do Patrimônio no Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Ubatuba. Esse projeto possui um levantamento sistemático de todas as esquadrias, portas e janelas, no qual todas foram numeradas e descritas suas dimensões, tipologias, sistema de abertura e o estado de conservação as quais se encontram.

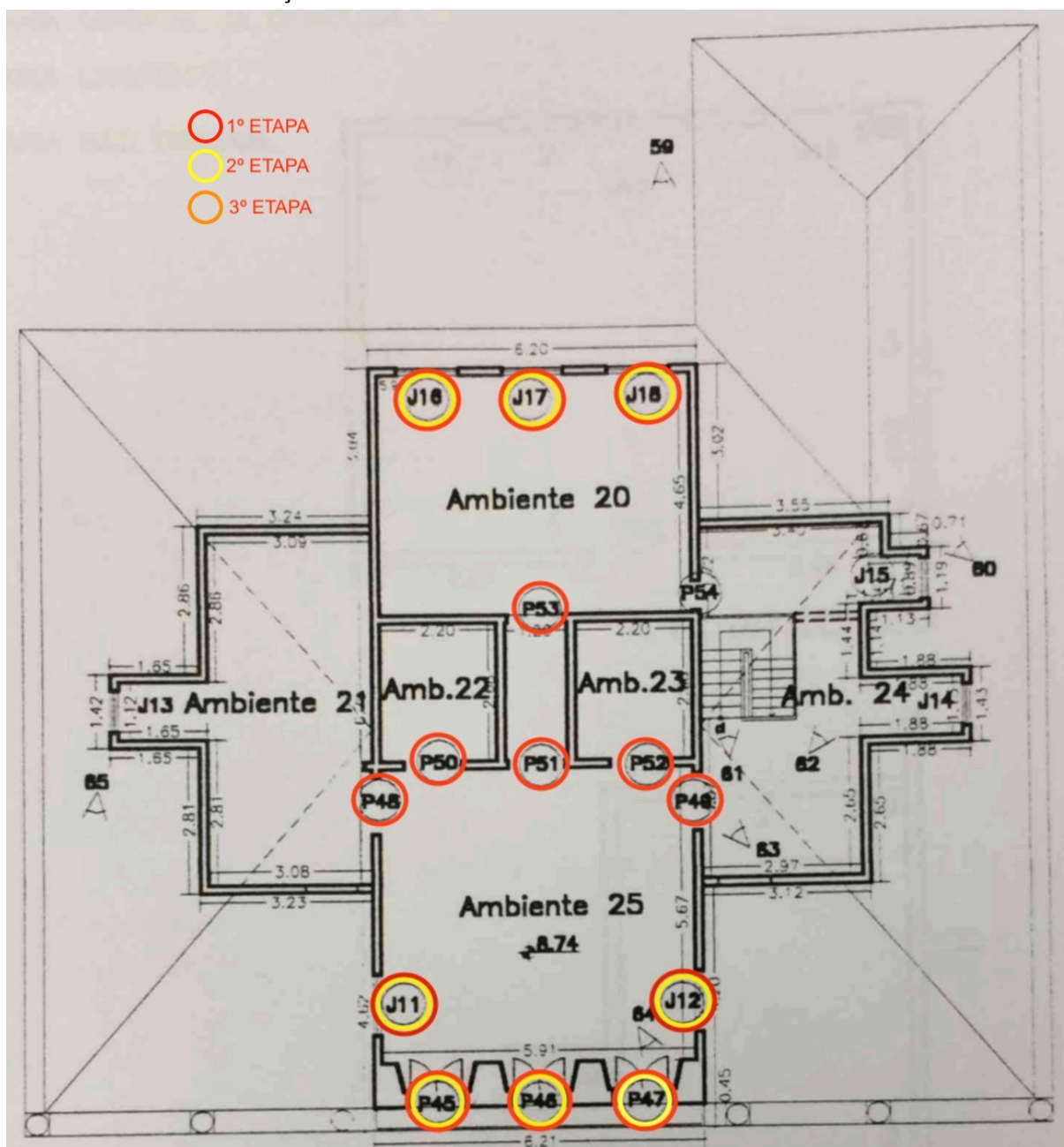
Assim, temos instalado no edifício 54 portas e 18 janelas. Analisando as especificações técnicas das quatro primeiras etapas, durante as quais as esquadrias foram objeto de restauro, identifiquei 32 portas (60%) e 15 janelas (83%) foram construídas e/ou reformadas. Praticamente essas esquadrias objeto do restauro são as que se encontram instaladas nas fachadas, frontal e posterior, e que estão sujeitas à ação das intempéries, em especial à maresia, deteriorando-se mais rápido. As esquadrias internas são as portas do último pavimento, que se danificaram devido às infiltrações da água de chuva, provenientes da cobertura abandonada. Abaixo identifiquei as esquadrias restauradas na primeira etapa, círculo na cor vermelho, conforme itens 2.4, 2.5, 2.6 e 8; na segunda etapa, círculo na cor amarelo, conforme item 8; e na terceira etapa, círculo na cor laranja, conforme item 5. Na quarta etapa somente as esquadrias novas foram objeto de “pintura provisória”, conforme item 3.4. Ainda na segunda fase de consolidação das paredes internas e restauração das pinturas decorativas, as esquadrias foram limpas, removidas as pinturas antigas e reparadas, com a finalidade de prepara-las para pintura, conforme item 6. Como não obtivemos mais dados dessa fase, não sabemos se a pintura foi executada.

FIGURA 57 - IDENTIFICAÇÃO DAS ESQUADRIAS RESTAURADAS 1º PAV.



Fonte: arquivo - IPHAN/SP. Projeto de Restauro: Sobradão do Porto/2000. Anotações do autor.

FIGURA 58 - IDENTIFICAÇÃO DAS ESQUADRIAS RESTAURADAS 2º PAV.



Fonte: arquivo - IPHAN/SP. Projeto de Restauro: Sobradão do Porto/2000. Anotações do autor.

No restauro em andamento, está descrito no item 4, “reparação de requadros” e no item 5, “pintura de requadros”, em 31 conjuntos de esquadria, ou seja, em 43% de todas as esquadrias do edifício. Para uma melhor análise, é necessário identificar tais conjuntos, se são portas e/ou janelas; e quais serviços relacionados no memorial descritivo. Para essa tarefa é necessário um trabalho mais minucioso.

O Forro foi especificado nas segunda e terceira etapas, e na primeira fase de consolidação das paredes internas e restauração das pinturas decorativas, totalizando 189 metros quadrados de instalação de novo tabuado. Como descrito anteriormente,

os forros retirados dos cômodos do 2º pavimento, tipo paulistinha, não eram originais da época da construção do sobrado, assim como o forro de alguns cômodos no pavimento térreo. É bem provável que tais ambientes possuísem forros decorados e pintados, conforme forros no 1º pavimento, como foi identificado os suportes primitivos no pavimento térreo. Portanto minha análise se restringirá aos forros no 1º pavimento, os quais datam da época construção do sobrado e possuem elementos e pinturas decorativas. No relatório elaborado por Augusto Froehlich, em 10 de fevereiro de 1983, descreve que

O forro é constituído com tábuas de pinho-de-riga com encaixes tipo saia-e-camisa:

São muito finas (1,4 a 1,5 mm), tem cerca de 20 cm de largura e 430 de comprimento. Do forro original restam apenas as que estão entre o medalhão central (inclusive) e a parede direita (lado oposto ao rio). O forro restante está montado com tábuas mais recentes, que contem apenas pinturas lisas sem maior interesse. Essas tábuas, mais curtas que as originais, estão sempre emendadas e são de outro tipo de madeira.

Todas as tábuas antigas sofreram pesados ataques de cupins, tendo por isso consistência quase esponjosa. A pintura está em bom estado, não exigindo cuidados imediatos. [...]

O forro comporta ainda uma cimalha, uma fina moldura de madeira que desenha um retângulo distante cerca de 30 cm das paredes, e 8 peças entalhadas em forma de leque nos cantos delimitados, tanto pela cimalha, como pela moldura. Todas as peças sofreram ataques moderados de cupins, não correndo riscos imediatos. Alguns leques estavam rachados e foram colados com PVA.

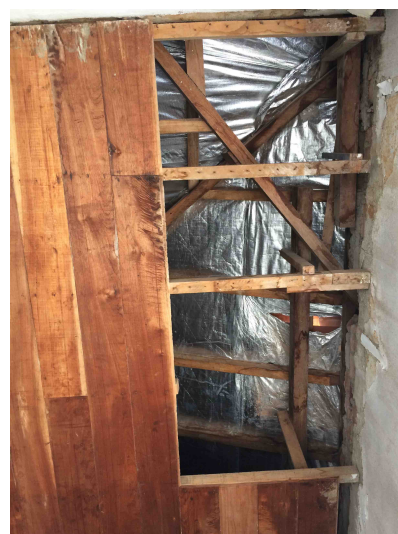
Nota-se o precário estado do forro remanescente, indicando que esse elemento do edifício sofrera com o abandono do mesmo e a fragilidade de seus elementos diante infiltrações, umidades e ataques de insetos xilófagos. Para o restauro foi necessário executar nova estrutura para suporte do forro, conforme descrição do relatório de outubro de 1983, item “4. [...]. Continuação da execução da nova estrutura de sustentação do tabuado dos forros do primeiro e último pavimento, em caibros de peroba de seção 5 x 6 cm.” (arquivo - IPHAN/SP). Depois que o trabalho de restauro foi paralisado, parece-me que nenhum outro serviço foi realizado, principalmente, o restauro do forro no 1º pavimento. O forro no segundo pavimento foi executado e não recebeu nenhuma pintura, e durante minha visita, constatei que parte do mesmo encontra danificada, deteriorada e faltante; devido sobretudo, às infiltrações da água da chuva pelo telhado. Assim, novamente, o novo forro em madeira sofreu danos pelo mesmo motivo que o forro original, e deverá ser restaurado. No restauro em andamento não há menção em restaurar o forro, o que deverá ficar para uma etapa futura.

FIGURA 62 - ESTRUTURA DO FORRO 2º PAV. - 1983



Fonte: arquivo – IPHAN/SP.

FIGURA 61 - FORRO 2ºP.-2019



Fonte: foto do autor

FIGURA 60 - FORRO 1º PAV. EM 1983



Fonte: arquivo – IPHAN/SP

FIGURA 59 - FORRO 1ºPAV. EM 2019



Fonte: foto do autor

Quanto as pinturas decorativas, já mencionada, é claro a demora na execução da prospecção, conforme relatório de 02 de fevereiro de 1983 do arquiteto Antônio das Neves Gameiro.

Em companhia dos técnicos em conservação Augusto e Nivaldo, estivemos, nesta data, em visita às obras do Sobradão do Porto. A ida destes técnicos a continuidade dos trabalhos de prospecção nas camadas de tinta que recobrem as paredes internas dos cômodos do ultimo pavimento, [...] (IPHAN/SP)

Após mais de quatro meses, o relatório de visita de 13 de julho de 1983, do mesmo arquiteto, diz que

Em companhia dos conservadores Carlos Regis e Augusto visitamos o Monumento no intuito de dar início aos serviços de consolidação das argamassas de revestimento e das camadas pictóricas que revestem as

alvenarias internas do edifício no primeiro e último pavimentos. No decorrer do dia foram efetuados testes em vários pontos, tendo em vista avaliar as condições do trabalho a ser feito, bem como selecionar os processos e materiais mais indicativos a cada caso.

Somente no dia 17 de outubro de 1983, após nove meses do início das obras de restauro, o técnico Augusto Froehlich, irá enviar um relatório sobre a consolidação de paredes com pinturas murais no sobrado do porto.

[...] Infelizmente as pinturas por ele [Mário de Andrade] citadas perderam-se pela ação da umidade do solo combinada com a eflorescência de sais, pois situavam-se no térreo, nas paredes do saguão de entrada da residência, em frente à escada. As pinturas remanescentes situam-se nos andares superiores, estando todas recobertas (à exceção da sala principal) por camadas sucessivas de pinturas à base de cal ou por camada de massa fina, também à base de cal. Nesse último caso, a pintura foi seriamente danificada por ter sido picotada para receber a camada nova de revestimento. Mesmo assim conserva inestimável interesse dada sua qualidade, exemplo raro de pintura mural executada com traços delicados e riqueza de pequenos detalhes, lembrando uma pintura de cavalete.

Além das causas citadas, as principais causas da deterioração vem da desagregação das paredes: deslocamento do revestimento e perda da resistência estrutural pelo apodrecimento das madeiras, fato especialmente grave quando se considera que os andares superiores são montados como uma grande armação de madeira. O comprometimento dessa estrutura causou inúmeros recalques e acomodações, provocando grandes rachaduras nas paredes e agravando o descolamento da massa de barro do revestimento. A “taipa francesa” sofreu com a base daquelas. Essas paredes cederam pois o barro que embebe a armação não tem qualquer competência estrutural.

O descolamento do revestimento não deve, porém, ser apenas atribuído ao movimento das paredes. Ele possui baixíssima adesão aos tijolos ou mesmo ao barro das paredes de “taipa francesa”, estando em estado precário por todo o prédio. (IPHAN/SP)

Em resposta a ao relatório acima, o arquiteto Antônio das Neves Gameiro, responsável pela obra de restauro, relata a demora na elaboração desse serviço.

Ressalto que o sr. Régis e Froehlich eram contratados da Fundação Nacional Pró-Memória desde julho de 1982 para prestarem serviços de conservação em diversos Monumentos desta R.R. e que, desde o início das suas contratações, alertávamos para a premência de serem promovidos trabalhos de prospecção e consolidação das paredes decorativas do Sobrado do Porto. Somente em janeiro de 1983, antes de iniciada a obra, é que o Sr. Froehlich e um conservador da Prefeitura Municipal de São Paulo iniciaram os serviços. O Sr. Régis visitou o Sobrado do Porto, pela primeira vez, em julho, visto que anteriormente havíamos solicitado a presença do Assessor Técnico da D.T.C. – Arquiteto Cyro Illydio – às obras em andamento, o qual se pronunciou pela imediata continuidade dos trabalhos de prospecção e consolidação iniciados em janeiro.

A bem da verdade, desde então, os serviços passaram sempre por grandes períodos de descontinuidade, havendo o Sr. Régis retornado à obra apenas mais duas vezes – num total de três dias – conforme atestam os Diários de Ocorrência. (IPHAN/SP)

Por falta de documentação, principalmente da segunda fase dessa etapa, não sabemos identificar quais paredes foram consolidadas. Pelo relatório nº1, de 28 de julho de 1987, foi reiniciado o trabalho de restauro na sala de jantar,

[...] tendo nesta fase sido objeto de prospecção, decapagem e levantamento de amostragem para análise de capa e estrutura o cômodo de nº 13 no qual foi realizado: [...]

Foram detectadas diversas capas na prospecção tendo sido a 3ª identificada como capa com decoração mural. [...]

Foi retirada, por decapagem toda a argamassa que cobria as pinturas do cômodo nº 13, em toda a sua extensão, com exceção da parte que contem os estratos anteriores a ser documentados fotografica e graficamente. [...]

A parte de argamassa que sustenta a pintura apresenta falta de aderência em diversos locais [...] (arquivo – IPHAN/SP)

Esses serviços se encontram incompletos, desde a paralização da obra de restauro, conforme ofício nº 331/88, de 28 de novembro de 1988.

A primeira etapa dos trabalhos consistiu na realização de prospecções nas paredes, remoção dos extratos superiores do revestimento e consolidação das partes comprometidas do emboço original; serviços estes continuados em 1987 e durante o primeiro semestre do corrente exercício, quando tiveram de ser interrompidos por força da constatação de problemas de natureza estrutural no mirante do edifício, ora solucionado, de acordo com o anexo relatório técnico. (arquivo - IPHAN/SP)

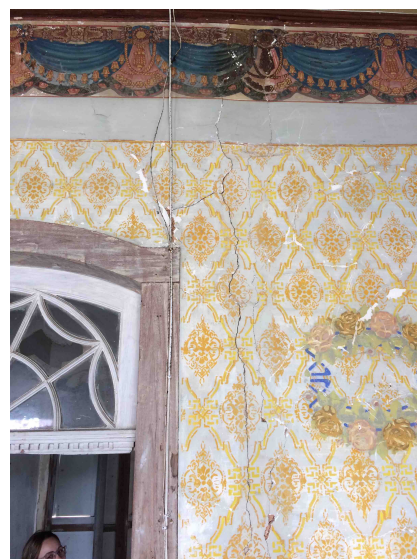
Durante a visita ao Sobradão do Porto é nítido a incompletude desse serviço, principalmente quanto ao restauro da pintura.

FIGURA 64 - PINTURA PARIETAL SALA DE JANTAR



Fonte: foto do autor

FIGURA 63 - PINTURA SALÃO



Fonte: foto do autor

O revestimento de argamassa foi quase todo ele, principalmente os das fachadas externas, demolido e executado novamente. Esse serviço está descrito nas especificações técnicas da primeira e segunda etapas, e também, na etapa de

consolidação das paredes internas e restauração das pinturas decorativas, totalizando um total de 2.225 metros quadrados de remoção e 2.491 metros quadrados de execução de revestimento em argamassa (chapisco, emboço e reboco), conforme descrito no relatório de 15 de Março de 1983.

A remoção da argamassa de revestimento das fachadas laterais e dos fundos foi terminada, estando quase no fim os trabalhos de chapisco das alvenarias com argamassa de cimento e areia no traço 1:4. (IPHAN/SP)

Somente as paredes com pinturas decorativas não foram removidas e em alguns casos, tiveram que ser protegidas para evitar seu desabamento, como descrito no relatório de 15 de Março de 1983

Ainda nesse mesmo cômodo [No cômodo dos fundos do último pavimento], na parede lateral direita foi feito um escoramento de madeira [...], uma vez que esta parede contém pinturas decorativas que se pretende conservar. Contudo, a argamassa de revestimento que serve de base as decorações apresenta-se em estado precário, estando, em alguns pontos ameaçada de trincas, deslocamento ou ruína definitiva. (IPHAN/SP)

Algumas interferências de períodos posteriores à construção do Sobradão do Porto, em 1846, também foram removidas.

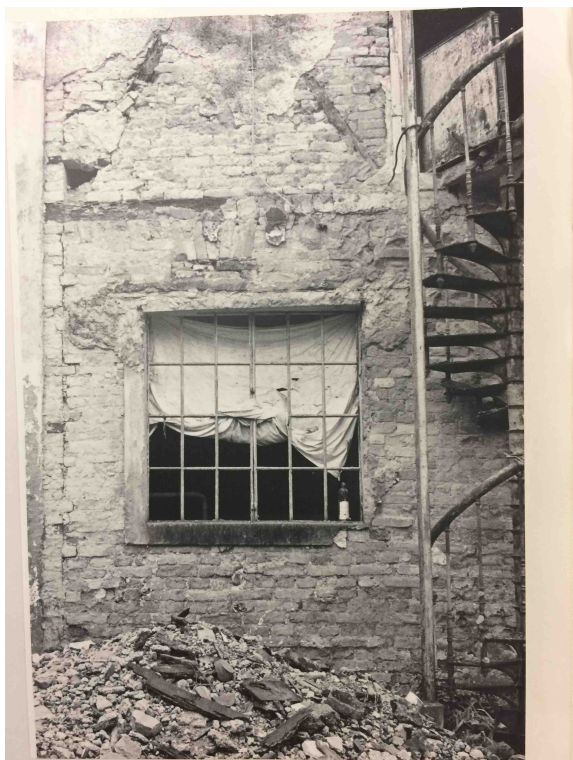
[...]. A faixa decorativa que circundava as fachadas laterais e dos fundos, ao nível do piso do primeiro pavimento, foi removida por se verificar que não era original (a alvenaria de tijolos não apresentava saliência e a argamassa era de cimento, cal e areia – ao contrário do restante do edifício, que é de saibro). (IPHAN/SP)

Mas o que mais me chama a atenção é a execução desse mesmo serviço em pelo mesmo três etapas do restauro, a saber: na primeira etapa (1983), na etapa de consolidação das paredes internas (1988) e na etapa em andamento (2019). Tais serviços foram executados principalmente nos revestimentos de argamassa mais próximos ao solo.

Essa desagregação do material de revestimento pode ser devido a falta de impermeabilização da parede de tijolo de barro, recurso que pode evitar a ascensão da umidade oriunda do solo; a impermeabilidade do próprio revestimento evitando a umidade devido às intempéries e, também, devido a alagamentos, conforme relatado no ofício PR-14/07.

O constante entupimento das bocas de lobo, provocado pelo lixo urbano ocasionando pequenos alagamentos no entorno do SOBRADÃO, sendo mais crítico na parte frontal.

FIGURA 66 - REV. DE ARGAMASSA 1983



Fonte: arquivo – SPHAN/SP

FIGURA 65 - REV. ARGAMASSA 1988



Fonte: arquivo – SPHAN/SP

Os serviços relativos às divisórias em alvenaria, que envolve a demolição e a construção, estão relacionados, principalmente, com o partido arquitetônico do projeto de restauro, com o objetivo de se recuperar a originalidade arquitetônica do edifício. É o que demonstra o relatório da visita de 24 de julho de 1983,

Após a remoção da argamassa, as antigas envasaduras voltadas para o quintal dos fundos estão também evidenciadas, restando a remoção da alvenaria de tijolo de barro para se detectar se eram portas ou janelas. Foram iniciados os serviços de fechamento dos vãos das janelas das fachadas laterais com alvenaria de tijolo de barro, promovendo-se em seguida o chapisco com argamassa de cimento e areia no traco 1:4. (arquivo – IPHAN/SP)

Outro motivo é a adaptação do edifício para sua nova atividade, o de centro cultural, descrito no relatório da visita de 03 de agosto de 1983.

No térreo, foram demolidas as paredes que formavam cômodos junto à fachada lateral direita, sendo intenção localizar no espaço resultante o auditório do futuro Centro de Cultura. (arquivo – IPHAN/SP)

Também por motivo de execução de reforço estrutural, como por exemplo no relatório de 15 de março de 1983.

No cômodo dos fundos do ultimo pavimento foi executado o reforço estrutural em concreto armado, [...]. Foi também erguida a parede da fachada posterior deste cômodo, aproveitando-se os mesmos tijolos removidos da parede primitiva” (arquivo – IPHAN/SP)

Muitos outros serviços foram executados nas etapas de restauros, tais como, o calcamento próximo às fachadas, a recuperação dos gradis metálicos e dos elementos decorativos na fachada principal, adequação de instalações hidráulicas e sanitárias, também, das instalações elétricas, pinturas externas, assentamento de lajotas de barro no piso do pavimento térreo, dentre vários outros.

No ofício GP nº 254/88, o prefeito de Ubatuba, Pedro Paulo Teixeira Pinto, informa o descontentamento geral com o processo de restauro do Sobradão do Porto, ao superintendente Nacional de Museus, Osvaldo José de Campos Mello.

..... Vimos
mais uma vez solicitar sua preciosa atenção para o Sobradão do Porto, [...]
..... Sabemos
ser do interesse da recuperação dos edifícios históricos sua entrega ao
público, reciclados em seu uso e, na medida do possível, fazendo parte dos
equipamentos públicos de destinação cultural, [...]
..... Para o
permanente desenvolvimento desta proposta instituímos por Lei Municipal a
Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba, aprovada por unanimidade pela
Câmara Municipal. É do seu programa a recuperação do folclore, música,
danças, pintura, artesanato, e todas as manifestações de caráter popular. As
pesquisas, interpretações e catalogação serão feitas no Sobradão do Porto,
destinado assim, a ser um centro vivo de interesse regional.
..... Esta tem
sido a base política cultural do município, lamentavelmente desprestigiada
pela SPHAN, através do descaso com que conduz a obra de restauro do
edifício acima mencionado.
..... É
absolutamente inaceitável, do ponto de vista cultural e político para esta
administração, que o restauro iniciado em 1982, com verbas específicas para
a sua realização, esteja ainda longe do seu fim, com rebocos rachados e
caídos, forros e madeiras apodrecidas por toda parte, e goteiras
generalizadas que comprometem o acervo das exposições. O edifício sequer
foi pintado em razão de “pesquisas” nas paredes, e que há anos a SPHAN
alegou serem necessárias, porém permanecendo quase na mesma situação
do início do restauro. (arquivo – SPHAN/SP)

CONCLUSÃO

Depois de 173 anos após sua edificação, o Sobradão do Porto está fechado ao público, especialmente aos cidadãos de Ubatuba, para mais uma nova etapa do restauro, ou melhor, restauro parcial. Restauro que se iniciou a 36 anos atrás, em 1983, que já consumiu aproximadamente R\$ 3.116.826,63, e que não tem previsão para terminar e ser entregue à população. Os motivos são vários, como pudemos constatar através da análise no capítulo Restauro: má gestão dos órgãos governamentais, pouca fiscalização da obra, execução tecnicamente falha, manutenção esporádica, entre outros. Temos vários exemplos de boas obras de restauro já executado no nosso país, e, portanto, a impressão que se tem, é que esta obra de restauro está, assim como a cidade de Ubatuba ficou tempos atrás, isolada, em segundo plano, em menor importância. No capítulo inicial, Sobradão do Porto, fica evidente a importância histórica, estética e social desse monumento para a sociedade Brasileira. É preciso enaltecer tal importância, informando todos os fatos históricos, econômicos, sociais, arquitetônicos, urbanos, que este sobrado representa, que são as transformações ocorridas no Brasil durante o século XIX. É preciso cobrar das autoridades governamentais a conclusão do restauro do Sobradão do Porto, e que cuja etapa, agora em andamento, seja feita de forma organizada e eficiente, para que esse patrimônio público seja utilizado para a divulgação da cultura, em especial, da cultura caiçara, que tanto tem orgulho a população ubatense.

BIBLIOGRAFIA

ALAMBERT, Clara Correia d'. **O tijolo nas construções paulistanas do século XIX**. 1993. 120f. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BARROS, Maria Helena T. C. de. **Balthazar & Benedicta**: Ensaio Biográfico. São Paulo: Ed. do Autor, 2011.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. 3a ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

BIBLIOTECA NACIONAL. Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <http://www.objdigital.bn.br/Arcevo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BLUTEAU, R. **Vocabulario Portuguez & Latino**. Lisboa: Officina de Pascoal da Silva, 1716. v. 4, 5 e 6. (Disponível em <<https://digital.bbm.usp.br>>. Acesso em: 31 jan 2017).

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira** – Mestres de ofício, “riscos” e “traços”. Anais do Museu Paulista. São Paulo. n. sér. v.20. n.1. p. 321-361. jan – jun. 2012.

CAMARGO, Lia et al. Projeto Genealogia Paulistana. Disponível em: <<http://www.arvore.net.br/Paulistana/index.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CERQUEIRA, Beatriz Westin de. **Um estudo sobre a escravidão em Ubatuba**. Marília: Faculdade de Filosofia, ciências e Letras de Marília, 1966. (Estudos Históricos, n.5. Dezembro/1966)

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. **Dicionário de Arquitetura Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Romano Guerra, 2017. (Coleção RG fac-símile, 3)

COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. 1a ed. São Paulo: Editora 34/Edições Sesc São Paulo, 2018.

COSTA, Lúcio. **A arquitetura jesuítica no Brasil**. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artística Nacional, Rio de Janeiro, n.5, 9-103, 1941.

DEBRET, Jean Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Bresil**. Paris: Firmin Didot Frères, imprimeurs de l'Institut de France. 1835. Tome II. Disponível em: <<http://www.digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3802>>. Acesso em: 27 set 2019.

DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Castelo de São Cristóvão/São Bento do Castelo**, sítio nº17814. Disponível em: <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2160190>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12a ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1987.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2s ed. rev. Ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

HOLME, Oscar. **Ubatuba**: De uma agricultura de subsistência para uma agricultura comercial. 1971. 227f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA AO BRASIL. *Geni*. Disponível em: <<http://www.geni.com/projects/Imigrantes-Portugueses-ao-Brsil/10498.html>>. Acesso em 01 mai. 2018.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL (IPHAN) - SÃO PAULO. **Processo de tombamento nº 0592-T-59**.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL (IPHAN) – SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO (SEI). **Processo nº 01506.003717/2014-99**.

_____. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG). Disponível em: <sicg.iphan.gov.br>. Acesso em 07 out. 2019.

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/legislação/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf>. Acesso em 13 nov. 2019.

_____. Vida e Obra: Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898 – 1969). 12/08/2013. Disponível em: <<https://iphan.gov.br>>. Acesso em 13 nov. 2019.

KATINSKY, Júlio Roberto et al. **Palacete Palmeira**: Pindamonhangaba. 1979. 54f. Monografia-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

KOCH, Wilfried. **Dicionários dos Estilos Arquitetônicos**. Tradução Neide Luzia Rezende. 4a ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LE MOS, Carlos C. **Cozinhas, etc**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. (Coleção Debates)

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara**: Terra e População: Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

MARCONDES, Athayde. Pindamonhangaba, através de dois e meio séculos. 2ª ed. São Paulo: Typ. Paulista, 1922.

MENDES, José Amado; FERNANDES, Isabel (Coord.). **Patrimônio e Indústria no Vale do Ave**. Vila Nova de Famalicão: Adrave, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.34, p. 9-24, 1992.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Coord.). **Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX**. São Paulo: Ateliê Editorial: Fundação Editora da Unesp: Imprensa Oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

MOUTINHO, Mário C. **A Arquitetura Popular Portuguesa**. 6a ed., Lisboa: Editorial Estampa, 1979. (para a língua portuguesa).

OLIVEIRA, Washington de. **Ubatuba**, documentário. São Paulo: Editora do Escritor, v. 11, 1977. (Coleção Depoimentos)

SAIA, Luís. **Morada Paulista**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1978.

SANTIAGO, Silviano (Coord.). **Intérpretes do Brasil**. 2a ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 2. (Biblioteca luso-brasileira; Série brasileira).

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. **Pindamonhangaba**: Levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais do Estado de São Paulo. 2a ed. São Paulo: edição do autor, 2005.

TAUNAY, Affonso d'Escragno. **A Missão Artística de 1816**. Rio de Janeiro: Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1912.

UBATUBENSE: FATOS E FOTOS DE UBATUBA ANTIGA. Criado por Silvio C. Fonseca. Disponível em: <<https://ubatubense.blogspot.com>>. Acesso em 2019.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**: parte I (ABNT). 3ª ed. ver. ampl. mod. São Paulo: SIBiUSP, 2016.

VAUTHIER, Louis Léger. **Casas de Residências no Brasil**. In: FAUUSP e MEC-IPHAN. Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional. Arquitetura Civil I. São Paulo, FAUUSP, 1979.

